



Tribunal de Contas da União

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Unidade prestadora de contas: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Exercício de referência: 2016

Data da conclusão: 13/06/2017

Hora da conclusão: 09:09:09

Responsável pela conclusão: CHARLES ESTEVAM DE OLIVEIRA HASLER - CPF: 040.970.558-60

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2016 da unidade prestadora de contas Secretaria-Geral do Ministério da Defesa foi publicado no sítio do Tribunal de Contas da União na *Internet*.

Ressalta-se que os dirigentes da unidade permanecem responsáveis pelos conteúdos e forma do referido relatório, conforme dispõem as normas deste Tribunal que regem a prestação de contas anual.

Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa

Em 13/10/2017



Tribunal de Contas da União

RECIBO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Unidade prestadora de contas: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Exercício de referência: 2016

Data da conclusão: 13/06/2017

Hora da conclusão: 09:09:09

Responsável pela conclusão: CHARLES ESTEVAM DE OLIVEIRA HASLER - CPF: 040.970.558-60

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2016 da unidade prestadora de contas Secretaria-Geral do Ministério da Defesa foi recebido e encontra-se na base de dados do Tribunal de Contas da União aguardando análise técnica.

Ressalta-se que o cumprimento do dever de prestar contas dos administradores da referida unidade estabelecido no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal somente será concretizado com a homologação e publicação do relatório de gestão pela unidade técnica deste Tribunal.

Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa

Em 17/06/2017



MINISTÉRIO DA
DEFESA

Secretaria - Geral

Ministério da Defesa
Secretaria-Geral
Relatório de Gestão do Exercício de 2016

Brasília – DF
2017

Ministério da Defesa Secretaria-Geral Relatório de Gestão do Exercício de 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações da Secretaria de Controle Interno (Ciset/MD).

Coordenado e elaborado por: Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral (AGE/SG)

Brasília – DF
2017



Tribunal de Contas da União

RECIBO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Unidade prestadora de contas: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Exercício de referência: 2016

Data da conclusão: 13/06/2017

Hora da conclusão: 09:09:09

Responsável pela conclusão: CHARLES ESTEVAM DE OLIVEIRA HASLER - CPF: 040.970.558-60

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2016 da unidade prestadora de contas Secretaria-Geral do Ministério da Defesa foi recebido e encontra-se na base de dados do Tribunal de Contas da União aguardando análise técnica.

Ressalta-se que o cumprimento do dever de prestar contas dos administradores da referida unidade estabelecido no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal somente será concretizado com a homologação e publicação do relatório de gestão pela unidade técnica deste Tribunal.

Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa

Em 17/06/2017

MINISTÉRIO DA DEFESA
 Secretaria-Geral
 Assessoria de Gestão Estratégica
 Esplanada dos Ministérios, bloco Q, 3º andar, sala 317
 CEP: 70.049-900 – Brasília – DF
 E-mail: age@defesa.gov.br
 http://www.defesa.gov.br

© Copyleft – É livre a reprodução exclusivamente para fins não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	11
Tabela 2 Situação dos Principais Objetivos Estratégicos da ESG	15
Tabela 3 Previsão de Recursos para o Programa 2058, no PPA 2016-2019 (R\$ milhão).....	17
Tabela 4 Valores do Programa 2058, na Lei do PPA 2016-2019 (R\$ 1,00)	17
Tabela 5 Evolução dos Indicadores em 2016	32
Tabela 6 Previsão de Recursos do MD para o Programa 2046, no PPA 2016-2019 (R\$ milhão)	34
Tabela 7 Valores do Programa 2046, na Lei do PPA 2016-2019 (R\$1,00)	34
Tabela 8 Evolução dos indicadores do Programa 2046 em 2016	38
Tabela 9 Execução Orçamentária Programa 2058 - Defesa Nacional 2016 (R\$ 1,00)	40
Tabela 10 Ação 123J	41
Tabela 11 Ação 2B28	42
Tabela 12 Ação 20IG	43
Tabela 13 Ação 8425.....	44
Tabela 14 Ação 20X6.....	45
Tabela 15 Ação 1211.....	46
Tabela 16 Ação 2452.....	47
Tabela 17 Ação 2055.....	48
Tabela 18 Ação 151S.....	49
Tabela 19 Programa 2046	50
Tabela 20 Despesas por Modalidade de Contratação	51
Tabela 21 Despesas por Grupo e elemento de despesa.....	52
Tabela 22 Dados dos cursos da ESG em 2016.....	55
Tabela 23 Dados dos cursos da ESG.....	56
Tabela 24 Histórico dos Indicadores.....	57
Tabela 25 Valores do SisGAAz	58
Tabela 26 Valores do Projeto Helicópteros Multiemprego (HME-S)	59
Tabela 27 Valores do Protótipo do Reator Nuclear	60
Tabela 28 Valores dos Navios Patrulha 500ton.....	62
Tabela 29 Valores do PROSUB - Implementação de Infraestrutura para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares.....	63
Tabela 30 Valores do PROSUB - Desenvolvimento e Construção de Submarinos Nucleares (SN-BR)	65
Tabela 31 Valores do PROSUB - Desenvolvimento e Construção de Submarinos Convencionais (S-BR)	66
Tabela 32 Valores do PROSUPER: Obtenção da Corveta Classe "Tamandaré".....	68
Tabela 33 Valores do PROSUPER: Projeto de Obtenção de Fragatas	69

Tabela 34 Valores do PROSUPER: Projeto de Obtenção dos Navios-Patrolha Oceânicos Brasileiros	70
Tabela 35 Valores do PROSUPER: Obtenção de Navio de Apoio Logístico	71
Tabela 36 Valores do PROSUPER: Obtenção do Navio Anfíbio (PRONANF)	73
Tabela 37 Valores do PROSUPER: Obtenção de Rebocadores	74
Tabela 38 Valores do PROSUPER: Obtenção de Caça Minas	75
Tabela 39 Valores do PROSUPER: Obtenção dos Navios-Transporte Fluvial	76
Tabela 40 Valores do PROSUPER: Obtenção de Navios de Apoio Logístico Fluvial	77
Tabela 41 Valores do PROSUPER: Obtenção de Rebocadores Fluviais	78
Tabela 42 Valores do PROSUPER: Obtenção de Navios de Assistência Hospitalar	80
Tabela 43 Valores do PROSUPER: Obtenção de Navios de Propósitos Múltiplos	81
Tabela 44 Grupos de interesse do Projeto Guarani	82
Tabela 45 Fontes de Financiamento do Projeto Guarani	83
Tabela 46 Valores do Projeto Guarani	83
Tabela 47 Indicador de Desempenho do Projeto Guarani	83
Tabela 48 Faixas de Aceitação do Indicador de Desempenho do Projeto Guarani.....	84
Tabela 49 Quantidade de viaturas adquiridas no Projeto Guarani	84
Tabela 50 LOA 2017 e necessidades orçamentária do Programa ASTROS 2020	86
Tabela 51 Valores referentes ao PrgEE ASTROS 2020	87
Tabela 52 Variação de custos no PrgEE ASTROS 2020.....	87
Tabela 53 Valores do Projeto Estratégico do Exército (PEE) SISFRON	90
Tabela 54 Acordos de Compensação do Projeto Estratégico do Exército (PEE) SISFRON	91
Tabela 55 Subprojetos componentes do PEE DA Ae	92
Tabela 56 Grupos de interesse do PEE DA Ae	95
Tabela 57 Valores do PEE DA Ae	96
Tabela 58 Plano de Compensação do Sistema de Armas Míssil Baixa Altura Telecomandado (RBS 70).....	96
Tabela 59 Plano de Compensação do Sistema Gepard.....	96
Tabela 60 Monitoramento das Entregas (Tipo Eficácia) do PEE DA Ae	97
Tabela 61 Monitoramento das Entregas (Tipo Eficácia) do PEE DA Ae	98
Tabela 62 Entrega de Capacidades (Eficácia)	99
Tabela 63 Valores do PEE OCOP.....	101
Tabela 64 Valores do Projeto F-X2 (Posição: 31/12/16).....	102
Tabela 65 Variação de Custos do Projeto F-X2 (Posição 31/12/16).....	103
Tabela 66 Valores do Projeto H-XBR (Posição: 31/12/16)	104
Tabela 67 Variação de Custos do Projeto H-XBR (Posição 31/12/16).....	105
Tabela 68 Valores do Projeto KC-X (Posição: 31/12/16).....	105
Tabela 69 Variação de Custos do Projeto KC-X (Posição 31/12/16)	106
Tabela 70 Valores do Projeto KC- 390 (Posição 31/12/16).....	107
Tabela 71 Variação de Custos do Projeto KC-390 (Posição 31/12/16)	107
Tabela 72 Valores do Projeto AM-X (Posição: 31/12/16)	108
Tabela 73 Variação de Custos do Projeto AM-X (Posição 31/12/16).....	109
Tabela 74 Valores do Projeto P-3BR (Posição: 31/12/2016)	109
Tabela 75 Variação de Custos do Projeto P-3BR (Posição 31/12/16)	110
Tabela 76 Valores do Projeto VLM-1 (Posição: 31/12/2016)	112

Tabela 77 Força de trabalho da Administração Central do MD (Posição 31/12/16)	120
Tabela 78 Distribuição da lotação efetiva (Posição 31/12/16).....	120
Tabela 79 Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do MD (Posição: 31/12/16)	121
Tabela 80 Fatores de Redução da Força de trabalho no MD (Posição 31/12/16)	121
Tabela 81 Força de Trabalho da UJ - Servidores Civis (Posição: 31/12/16).....	121
Tabela 82 Distribuição da Lotação Efetiva (Posição: 31/12/16).....	122
Tabela 83 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (Posição: 31/12/16).....	122
Tabela 84 Força de Trabalho da UJ – Militares (Posição: 31/12/16).....	122
Tabela 85 Força de Trabalho da UJ – Militares e Servidores Civis (Posição: 31/12/16).....	122
Tabela 86 Plano de Capacitação 2016 (Posição: 31/12/16)	123
Tabela 87 Despesas com Pessoal da Administração Central do MD (R\$ 1,00) (Posição: 31/12/16).....	124
Tabela 88 Custos do pessoal na ESG (Posição: 31/12/16).....	125
Tabela 89 Contrato de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade (GEPES) (Posição: 31/12/16)	127
Tabela 90 Contrato de prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios (GEPES) (Posição: 31/12/16) .	128
Tabela 91 Contratação de Estagiários (Posição: 31/12/16).....	128
Tabela 92 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da ESG (Posição: 31/12/16) .	129
Tabela 93 Composição do Quadro de Estagiários (Posição: 31/12/16).....	130
Tabela 94 Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ (Posição: 05/05/17)	130
Tabela 95 Imóveis Residenciais Funcionais I (Posição: 05/05/17)	131
Tabela 96 Cessão de espaços físicos e imóveis I	132
Tabela 97 Cessão de espaços físicos e imóveis II	132
Tabela 98 Cessão de espaços físicos e imóveis III	133
Tabela 99 Cessão de espaços físicos e imóveis IV	134
Tabela 100 Cessão de espaços físicos e imóveis V	134
Tabela 101 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (ESG) (Posição: 31/12/16)	135
Tabela 102 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da ESG, exceto Imóvel Funcional (Posição: 31/12/16)	136
Tabela 103 Principais sistemas computacionais em uso na ESG (Posição 31/12/16).....	139
Tabela 104 Necessidade de desenvolvimento de novos sistemas na ESG-Posição: 31/12/16)	139
Tabela 105 Contratos na Área de Tecnologia da Informação e Comunicação da ESG em 2016-(Posição: 31/12/2016)	140
Tabela 106 Alinhamento dos objetivos estratégicos organizacionais com os objetivos estratégicos de TI da ESG (Posição: 31/12/16)	141
Tabela 107 Efetivo do CTIC/ESG (Posição: em 31/12/16).....	142
Tabela 108 Aspectos da Gestão Ambiental inerentes a CICEA.....	145
Tabela 109 Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	146
Tabela 110 Orçamento Executado (Posição: 29/03/17).....	146
Tabela 111 Controle Contábil das Receitas (R\$ 1,00) (Posição: 29/03/17)	147
Tabela 112 Receitas Realizadas (R\$ 1,00) (Posição: 29/03/17).....	147
Tabela 113 Descentralizações Orçamentárias Concedidas (Posição: 29/03/17)	147
Tabela 114 Descentralizações Orçamentárias por Programa de Trabalho e Natureza da Despesa Detalhada (Posição: 29/03/17)	148

Tabela 115 Descentralizações Financeiras Orçamentárias (Posição: 29/03/17).....	148
Tabela 116 Descentralizações Financeiras Extraorçamentárias (Posição: 29/03/17).....	149
Tabela 117 Disponibilidades por Destinação de Recursos (DDR) (Posição: 29/03/17).....	149
Tabela 118 Fluxo Financeiro - 2016 (Posição: 29/03/17)	149
Tabela 119 Aferição do nível de serviço do SIC-MD, por meio do Índice de Nível de Serviço	153
Tabela 120 indicador INS (Índice de Nível de Serviço do SIC/MD).....	153
Tabela 121 Registro de Dados Gerenciais e Estatísticos.....	154
Tabela 122 Unidades Gestoras.....	157
Tabela 123 Disponibilidades Financeiras.....	157
Tabela 124 Resultado Patrimonial Acumulado	158
Tabela 125 Patrimônio Líquido Acumulado	158
Tabela 126 Saldo Patrimonial.....	159
Tabela 127 Disponibilidade - Intangível.....	160
Tabela 128 Subunidades Administrativas da UPC.....	161
Tabela 129 Conformidade contábil de UG - maiores ocorrências	163
Tabela 130 Conformidade Contábil de Órgão - Maiores Incidências.....	164
Tabela 131 Conformidade Contábil de Órgão Superior - Maiores Incidências	164
Tabela 132 Restrição Contábil.....	164
Tabela 133 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	165
Tabela 134 Principais Deliberações da Ciset que permanecem pendentes de cumprimento	178
Tabela 135 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário no DEADI.....	180
Tabela 136 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário no DPCN.....	180
Tabela 137 Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade do DPCN	181

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 Instrução Normativa nº 2/SG-MD, de 20/10/2015	
Anexo 2 Tabela dos Macroprocessos Finalísticos da SG	
Anexo 3 Tabela de Macroprocessos Finalísticos da ESG	
Anexo 4 Política Setorial de Defesa	
Anexo 5 Estratégia Setorial de Defesa	
Anexo 6 Organograma funcional para todos os projetos da FAB	
Anexo 7 Quadro de Imóveis Residenciais Funcionais (II)	
Anexo 8 Relação dos Principais Sistemas de Informação em 2016	
Anexo 9 Relação de Atividades do Comitê Gestor de TI	
Anexo 10 Capacitação dos Integrantes do DEPTI em 2016	
Anexo 11 Relação de Quantitativos do DEPTI em 2016	
Anexo 12 Relação de Projetos de TI Desenvolvidos em 2016	
Anexo 13 Metodologia de Cálculo da Depreciação	
Anexo 14 Balanço Geral União - Balanço Financeiro	
Anexo 15 Balanço Geral União – Balanço Orçamentário	
Anexo 16 Balanço Geral União – Balanço Patrimonial	
Anexo 17 Balanço Geral União – Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Anexo 18 Balanço Geral União – Demonstração das Variações Patrimoniais	

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
-------------------	---

1. VISÃO GERAL	9
1.1 Finalidade e competências	9
1.2 Organograma.....	9
1.2.1 Organograma da Secretaria-Geral	9
1.2.2 Organograma da Escola Superior de Guerra	10
1.2.3 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	11
1.3 Macroprocessos finalísticos.....	11
1.3.1 Macroprocessos Finalísticos da SG	11
1.3.2 Macroprocessos Finalísticos da ESG	12
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	13
2.1 Planejamento Organizacional.....	13
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	13
2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	15
2.2 Desempenho Orçamentário	16
2.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	16
2.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da SG	39
2.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	50
2.2.4 Informações sobre a execução das despesas.....	50
2.3 Desempenho operacional.....	55
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	55
2.4.1 Indicadores de Desempenho da SG.....	55
2.4.2 Indicadores de Desempenho da ESG	55
2.5 Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários dos Comandos Militares e do MD	57
2.5.1 Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários do Comando da Marinha.....	57
2.5.2 Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários do Comando do Exército	81
2.5.3 Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários do Comando da Aeronáutica	102
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	114
3.1 Descrição das estruturas de governança	114
3.1.1 Estrutura de Governança da SG	114
3.1.2 Estrutura de Governança da ESG	114
3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	115
3.2.1 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos na Administração Central do MD...	115
3.2.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos na ESG	116
3.3 Gestão de riscos e controles internos.....	117
3.3.1 Gestão de Riscos e Controles Internos da SG	117
3.3.2 Gestão de Riscos e Controles Internos da ESG.....	117
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	119
4.1 Gestão de pessoas.....	119
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	119
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	123
4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	126
4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	127
4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	130
4.2.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da SG	130
4.2.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União na ESG.....	135
4.3 Gestão da tecnologia da informação	136
4.3.1 Gestão da Tecnologia da Informação na SG.....	136
4.3.2 Gestão da Tecnologia da Informação na ESG.....	138
4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	142
4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras na SG	142

4.4.2	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras na ESG	143
4.5	Gestão de fundos e de programas	145
4.5.1	Identificação e informações dos fundos na gestão da SG	145
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	150
5.1	Canais de acesso do cidadão	150
5.1.1	Canais de Acesso do Cidadão da Administração Central do MD.....	150
5.1.2	Canais de Acesso do Cidadão da ESG.....	154
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão	154
5.2.1	Carta de Serviços ao Cidadão da Administração Central do MD.....	154
5.2.2	Carta de Serviços ao Cidadão da ESG	155
5.3	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	155
5.3.1	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da SG	155
5.3.2	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da ESG	156
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	157
6.1	– Desempenho Financeiro do Exercício	157
6.1.1	Resultado Financeiro	157
6.1.2	Resultado Patrimonial.....	158
6.1.3	Saldo Patrimonial	158
6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	159
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	160
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320, de 1964 e notas explicativas	162
6.5	Informações sobre a Conformidade contábil	162
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	165
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	165
7.1.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU pela SG	165
7.1.2	Tratamento de determinações e recomendações do TCU pela ESG	177
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	177
7.2.1	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno pela SG.....	177
7.2.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno pela ESG.....	179
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	179
7.3.1	Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade do Departamento de Administração Interna.....	179
7.3.3	Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade da ESG	184
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993.....	184
7.4.1	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993, da SG	184
7.4.2	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993, da ESG	184
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	185
7.5.1	Informações da SG sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	185
7.5.2	Informações da ESG sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	185

APRESENTAÇÃO

Consolidando informações relevantes sobre a gestão das unidades jurisdicionadas: Escola Superior de Guerra, Secretaria de Organização Institucional, Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, Secretaria de Produtos de Defesa e Departamento do Programa Calha Norte e ainda, sobre as UG: Departamento de Administração Interna - MD; Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças; DEORF - Diferença Cambial; Fundo do Ministério da Defesa; e Fundo do Serviço Militar, o Relatório de Gestão do exercício de 2016 da Secretaria-Geral (SG) do Ministério da Defesa, elaborado em observância às disposições do art. 70 da Constituição Federal, da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações da Secretaria de Controle Interno (Ciset/MD) está organizado em sete capítulos.

O Capítulo 1 contempla os elementos identificadores da SG, apresentando informações relativas à sua finalidade e às suas competências, sua estruturação e o seu contexto de atuação.

No Capítulo 2, são abordados aspectos relacionados a três grandes eixos de atuação da SG: o planejamento organizacional, o resultado do desempenho orçamentário e os resultados operacionais. Destaca-se a abordagem sobre o esforço gerado, no exercício de referência, para estabelecer a identidade estratégica do órgão (missão institucional, visão de futuro, valores e o mapa estratégico) e a estruturação do conjunto de indicadores estratégicos de desempenho e metas vinculadas, e das iniciativas estratégicas e suas ações decorrentes. Também sobressai a abordagem sobre os principais projetos e subprojetos prioritários dos Comandos Militares e do MD.

A identificação de como a SG é dirigida, controlada e monitorada, com vistas à condução dos objetivos estratégicos está contemplada no Capítulo 3. Além disso, nesta etapa, as instâncias de governança da SG são abordadas, explicitando as atividades implementadas para garantir o alcance dos objetivos planejados, a sistemática de apuração de ilícitos, com destaque para o que foi apurado e as providências adotadas. Além disso, também é relevante o enfoque sobre o empenho para estruturar a gestão de riscos na organização.

Segue-se o Capítulo 4, em que são expostas as mais relevantes informações sobre as áreas específicas da gestão, abordando a gestão de pessoas, de patrimônio e infraestrutura, da tecnologia da informação, de fundos e de programas e a gestão ambiental e sustentabilidade. Nesse interim, avulta a gestão de pessoas em um exercício marcado pela redução da força de trabalho e readequação das estruturas regimentais.

A correta compreensão sobre os canais de comunicação com a sociedade, notadamente no que se refere à acessibilidade do cidadão é proporcionada ao leitor no Capítulo 5, com ênfase no grau de percepção da sociedade sobre os serviços prestados, além do nível de transparência das informações relevantes.

Também são tratadas neste Relatório de Gestão, em seu Capítulo 6, as informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pela SG, além da conformidade da gestão e o gerenciamento das demandas dos órgãos de controle, no Capítulo 7.

Em síntese, o presente Relatório demonstra a grande amplitude de atuação da SG e, como se verá, como o órgão mostrou-se efetivo, não obstante as dificuldades enfrentadas, sobretudo as fortes limitações de ordem orçamentária, no sentido de dar consecução aos seus objetivos institucionais e garantir o avanço na integração dos processos, instrumentos, conceitos, diretrizes e metas, numa busca contínua do aperfeiçoamento em seu planejamento.

1. VISÃO GERAL

1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

A Secretaria-Geral (SG), criada em 2013, visa cooperar na coordenação do esforço integrado de defesa, a fim de contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

No que se refere a finalidade e às competências, conforme o disposto no inciso III do art. 2º do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, a SG é o órgão central de direção do Ministério da Defesa e a ela compete, conforme o art. 29 da mesma norma: assistir o Ministro de Estado da Defesa na definição de diretrizes e nos assuntos de competência dos órgãos específicos singulares e do Departamento do Programa Calha Norte; assessorar o Ministro de Estado da Defesa na formulação de políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa quanto às competências dos órgãos específicos singulares e do Departamento do Programa Calha Norte; e coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos específicos singulares e do Departamento do Programa Calha Norte, que lhe são subordinados.

Conforme a Instrução Normativa nº 2/SG-MD, de 20/10/2015, de acordo com o anexo 1, que aprovou o Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral para o período de 2016 a 2019, a missão, a visão de futuro e os valores institucionais da SG são:

MISSÃO:

"Prover, com oportunidade, os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões; e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura pela alma da Nação."

VISÃO DE FUTURO:

"Consolidar-se como o órgão central do Ministério da Defesa que se articula eficaz e tempestivamente com a administração pública e a sociedade para viabilizar as missões do Ministério da Defesa e das Forças Armadas."

VALORES INSTITUCIONAIS:

Cooperação (atuar pelo envolvimento e sinergia de toda a equipe da Secretaria-Geral na busca contínua da melhoria dos resultados);

Credibilidade (ter a confiança do Ministério da Defesa, das Forças Armadas e da sociedade, por meio da permanente aplicação dos valores fundamentais em sua atuação);

Criatividade (inovar para fazer mais com menos recursos e melhorar continuamente os processos de trabalho);

Ética (atuar sob os princípios da moralidade, ressaltando-se a honradez, a integridade, a dignidade e a probidade em todas as ações);

Flexibilidade (agir com permanente capacidade de adaptação em função dos desafios); e

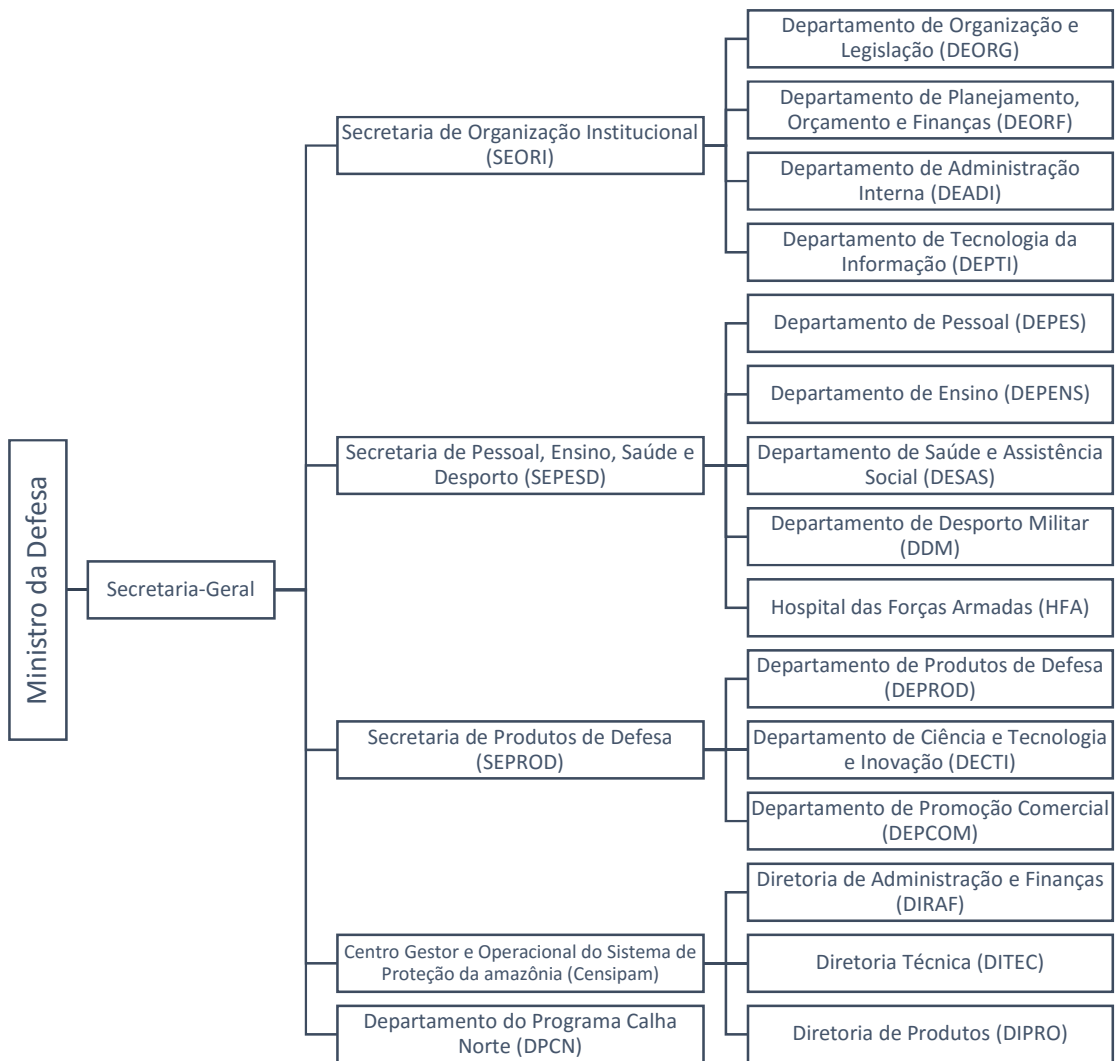
Transparência (atuar com visibilidade plena, na extensão permitida pela lei, de todas as decisões e atos de gestão).

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento. A ESG funciona como centro de estudos e pesquisas, a ela competindo planejar, coordenar e desenvolver os cursos que forem instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa. A Escola não desempenha função de formulação ou execução da Política do País e seus trabalhos são de natureza exclusivamente acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao livre debate.

1.2 ORGANOGRAMA

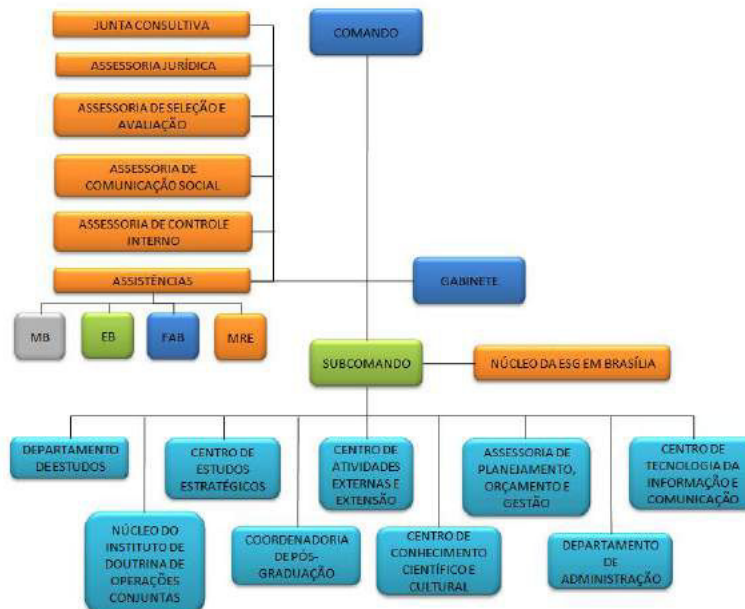
1.2.1 Organograma da Secretaria-Geral

Figura 1 Organograma SG



1.2.2 Organograma da Escola Superior de Guerra

Figura 2 Organograma ESG



1.2.3 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Tabela 1 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

SECRETARIA-GERAL		
Área/ Subunidade Estratégica: Secretaria de Organização Institucional (SEORI)		
Competências: Gestão das estruturas organizacionais, estudo de propostas de alteração da legislação, controle orçamentário e financeiro dos recursos do MD e gestão da tecnologia e informação da administração central do MD. Também atua como órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), do Sistema de Administração de Planejamento e de Orçamento Federal, do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Administração de Contabilidade Federal.		
Titular / Período de atuação:	Luiz Antônio de Souza Cordeiro	01/01 a 16/09
	José Renato Correa de Lima	17/09 a 05/10
	Franselmo Araújo Costa	06/10 a 31/12
Cargo: Secretário de Organização Institucional		
Área/ Subunidade Estratégica: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPEDS)		
Competências: Planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas à política de pessoal civil, militar e pensionistas, à Política de Ensino de Defesa, ao Projeto Rondon, à Política e à Estratégia de Saúde e Assistência Social das Forças Armadas, ao desporto militar, além da gestão do Hospital das Forças Armadas.		
Titular / Período de atuação:	Ricardo Machado Vieira	01/01 a 31/12
Cargo: Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto		
Área/ Subunidade Estratégica: Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD)		
Competências: Propor os fundamentos para a formulação e atualização da política nacional de CT&I de defesa, da política nacional da indústria, de compras e de catalogação de produtos de defesa, acompanhando a sua execução.		
Titular / Período de atuação:	Murilo Marques Barboza	01/01 a 06/01
	Maria Perpétua de Almeida	07/01 a 25/05
	José Augusto Crepaldi Affonso	26/05 a 16/06
	Flávio Augusto Corrêa Basílio	17/06 a 31/12
Cargo:	Secretário de Produtos de Defesa	
Área/ Subunidade Estratégica: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)		
Competências: Gestão das políticas, diretrizes e ações voltadas para o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM); de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área; e das ações necessárias à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM.		
Titular / Período de atuação:	Rogério Guedes Soares	01/01 a 31/12
Cargo: Diretor-Geral		
Área/ Subunidade Estratégica: Departamento do Programa Calha Norte (DPCN)		
Competências: Gestão orçamentária e financeira do Programa Calha Norte; celebração de convênios com Estados e Municípios para aplicação dos recursos do Programa; e monitoramento da execução física dos projetos		
Titular / Período de atuação:	Roberto de Medeiros Dantas	01/01 a 31/12
Cargo: Diretor do Departamento do Programa Calha Norte		
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA		
Área/ Subunidade Estratégica: Comando		
Competências: Direção superior da ESG, bem como definir as orientações estratégicas e gerais para as suas atividades, em estreita consonância com as diretrizes traçadas pelo Ministério da Defesa; estabelecer diretrizes, normas, orientações e procedimentos internos.		
Titular / Período de atuação:	Ten Brig Ar Rafael Rodrigues Filho	01/01 a 31/12
Cargo: Comandante		
Área/ Subunidade Estratégica: Subcomando		
Competências: Auxiliar o Comandante em todas as suas atribuições; supervisionar e coordenar a execução das atividades acadêmicas e administrativas da ESG; assessorar o Comandante, no âmbito da sua área de competência; exercer as atribuições de competência do Comandante e substituí-lo nos casos de impedimento deste.		
Titular / Período de atuação:	Gen Div Eduardo Diniz	01/01 a 31/12
Cargo: Subcomandante		

1.3 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

1.3.1 Macroprocessos Finalísticos da SG

No exercício de 2016, a Secretaria-Geral não realizou efetivamente o mapeamento de seus processos, devido ao esforço dispendido para, antes de tudo, definir o seu Planejamento Estratégico. Ainda assim, no segundo semestre iniciou a disseminação do conceito de Análise, Mapeamento e Melhoria de Processos, por meio da realização de

oficinas departamentais de capacitação. Como parte da estratégia para o período de 2017 a 2019, foi formulada a iniciativa denominada "Aprimoramento dos processos de trabalho da Secretaria-Geral" vinculada ao Objetivo Estratégico "Otimizar rotinas e procedimentos para agilizar a solução das demandas impostas, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados", constando duas ações estratégicas afetas ao tema: " Implantar o Projeto de Análise, Mapeamento e Melhoria de Processos no âmbito da Secretaria-Geral, alinhado ao Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral" e " Mapear e aprovar a cadeia de Valor da Secretaria-Geral e seus macroprocessos finalísticos". Assim sendo, apresenta-se, conforme o Anexo 2, os produtos e serviços gerados com a execução das atividades da SG, principais insumos e fornecedores, seus clientes e parceiros.

1.3.2 Macroprocessos Finalísticos da ESG

Já a ESG é tradicionalmente reconhecida como núcleo do pensamento geopolítico, político e estratégico na área de Defesa. Desta maneira, seus Macroprocessos Finalísticos são:

- a. Pesquisa da Defesa Nacional; e
- b. Ensino da Defesa Nacional.

No exercício de 2016, esses macroprocessos foram conduzidos e desenvolvidos por meio das seguintes atividades acadêmicas: 10 (dez) cursos regulares, eventos extracurriculares, estágios, programas de nivelamento de conhecimentos, palestras, encontros, reuniões e debates, com a participação de diversos órgãos, bem como a participação da ESG em seminários e simpósios no Brasil e no Exterior.

Os principais objetivos a serem atingidos nessas atividades são:

- a. Estudar a Ciência Geopolítica;
- b. Estudar a Área Geopolítica;
- c. Estudar o Emprego do Poder Nacional;
- d. Estudar o Emprego de Inteligência Estratégica;
- e. Capacitar na área do Planejamento da Doutrina de Operações Conjuntas;
- f. Estudar a Aplicação das Relações Internacionais e dos Direitos Internacionais; e
- g. Estudar a Economia Política e Administração, com ênfase na Logística e Mobilização Nacional.

O quadro constante do anexo 3 apresenta as informações detalhadas dos Macroprocessos Finalísticos da ESG.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

2.1.1.1 PLANO PLURIANUAL 2016/2019: OBJETIVOS E METAS

Sobre os objetivos e metas do Plano Plurianual 2016/2019, a análise contemplando a visão geral sobre o desenvolvimento dos objetivos afetos à Secretaria-Geral está esmiuçada no subitem 2.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.

2.1.1.2 SISTEMÁTICA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE DEFESA

No que se refere ao nível estratégico, a Política Setorial de Defesa (PSD), aprovada pela Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 07/12/2015, conforme o anexo 4, estabelece, no âmbito do Ministério da Defesa, os seguintes objetivos Setoriais de Defesa (OSD) a serem alcançados de forma a contribuir para a implementação das ações estratégicas previstas na Estratégia Nacional de Defesa:

- OSD 1 Defesa da soberania, da integridade territorial e do patrimônio nacionais e das pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior.
- OSD 2 Defesa do território nacional, das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo sobrejacente.
- OSD 3 Fortalecimento das relações com as Forças Armadas das nações amigas.
- OSD 4 Incremento da capacidade de projeção de poder das Forças Armadas para participar de operações internacionais.
- OSD 5 Estímulo e aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas.
- OSD 6 Desenvolvimento da capacidade de projetar, construir, operar e manter submarinos de propulsão nuclear.
- OSD 7 Utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e segurança nacionais.
- OSD 8 Utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais.
- OSD 9 Pleno emprego da Inteligência no assessoramento aos processos decisórios no âmbito do Ministério da Defesa, em prol da defesa e segurança nacionais.
- OSD 10 Proteção dos conhecimentos de interesse da defesa e segurança nacionais.
- OSD 11 Pleno emprego do espectro eletromagnético pelas Forças Armadas e negação, redução ou prevenção de seu uso contra os interesses nacionais.
- OSD 12 Pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) em prol da defesa e segurança nacionais.
- OSD 13 Apoio logístico integrado, adequado e contínuo às Forças Armadas.
- OSD 14 Sustentação da capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional.
- OSD 15 Valorização dos militares e civis do Ministério da Defesa.
- OSD 16 Adequação dos efetivos militares e civis para o cumprimento da missão institucional do Ministério da Defesa.
- OSD 17 Capacitação sistemática e permanente do pessoal civil e militar das Forças Armadas.
- OSD 18 Desenvolvimento de uma "mentalidade de defesa" e do conhecimento sobre o tema Defesa Nacional no âmbito da sociedade brasileira.
- OSD 19 Cooperação na área do Ensino de Defesa com outros países.
- OSD 20 Excelência na atuação das Áreas de Saúde do Ministério da Defesa.
- OSD 21 Garantia do bem-estar e proteção social aos militares e servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas.
- OSD 22 Desenvolvimento do desporto no âmbito do Ministério da Defesa.
- OSD 23 Desenvolvimento da Cultura e preservação do patrimônio histórico e cultural no âmbito do Ministério da Defesa.
- OSD 24 Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID).
- OSD 25 Domínio de tecnologias de interesse da Defesa.
- OSD 26 Pleno emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais.

- OSD 27 Pleno emprego da Cartografia Militar pelas Forças Armadas em prol da defesa e da segurança nacionais.
- OSD 28 Pleno emprego da meteorologia pelas Forças Armadas.
- OSD 29 Incremento da "mentalidade de defesa" na sociedade brasileira.
- OSD 30 Fortalecimento da imagem do Ministério da Defesa no âmbito da sociedade brasileira.
- OSD 31 Fortalecimento da coesão, da integração, da motivação e da satisfação do público interno, no âmbito do Ministério da Defesa.
- OSD 32 Apoio a Políticas Públicas.

2.1.1.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA-GERAL PARA 2017 A 2019

Ainda no nível estratégico, a SG, no exercício, emitiu o Planejamento Estratégico da Secretaria Geral para o período de 2017 a 2019, aprovado pela Instrução Normativa nº 2/SG-MD, de 20/10/2016, em anexo, onde foram definidos os seguintes Objetivos Estratégicos da Secretaria-Geral (OSG):

- OSG 1 Promover ações que fortaleçam a Base Industrial de Defesa e contribuam para o desenvolvimento de produtos e tecnologias de interesse da Defesa Nacional.
- OSG 2 Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade.
- OSG 3 Aprimorar a capacidade de gerar informações em prol das ações de governo na Amazônia legal brasileira.
- OSG 4 Ampliar a presença do Poder Público na área de atuação do Programa Calha Norte, contribuindo para a defesa nacional, fixando a população na região e prestando-lhe assistência.
- OSG 5 Consolidar a participação da Defesa no desenvolvimento social.
- OSG 6 Investir continuamente nos recursos humanos, visando ao incremento de competências e à qualificação, em prol do alcance das metas institucionais.
- OSG 7 Aprimorar a gestão, a interoperabilidade e a complementaridade dos sistemas de saúde e de assistência social do Ministério da Defesa.
- OSG 8 Otimizar rotinas e procedimentos para agilizar a solução das demandas impostas, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.
- OSG 9 Consolidar e aprimorar a governança da Secretaria-Geral com foco em resultados.
- OSG 10 Aprimorar a difusão da informação e dos serviços afetos à atuação da Secretaria-Geral.
- OSG 11 Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho da administração central do Ministério da Defesa às necessidades institucionais.
- OSG 12 Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a qualidade, a agilidade e a produtividade da administração central do Ministério da Defesa.
- OSG 13 Prover a administração central do Ministério da Defesa de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho.
- OSG 14 Fortalecer a gestão orçamentária.

É relevante citar que a formalização do Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral para o período de 2017 a 2019, definindo os objetivos estratégicos do órgão, atende à todas as recomendações alusivas ao tema, constantes do Acórdão nº 8465/2015-2C, referente ao Exercício 2012, do Acórdão nº 11201/2016-2C, referente ao Exercício 2013 e do Acórdão 3107/2016-PL, referente ao Exercício 2014.

2.1.1.4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA PARA 2016 A 2019

Em 2015, foi elaborado o Planejamento Estratégico da Escola Superior de Guerra (PLANESG) com vigência para o período de 2016 a 2019, aprovado pela Portaria nº 200/GAB/ESG de 28 de dezembro de 2015 que consiste em um documento que apresenta a missão da ESG, sua visão de futuro e os valores organizacionais, bem como define os objetivos estratégicos da instituição e os aspectos decorrentes, de forma a ser promovido o alinhamento destes objetivos estratégicos da instituição com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal.

Com base no orçamento previsto para o exercício financeiro de 2016, foi elaborado o Plano de Trabalho da Unidade Gestora – 2016 (PTUG-2016), com o objetivo de apresentar ao efetivo da ESG as orientações referentes ao planejamento e à execução dos recursos alocados. Os parâmetros para a confecção do referido Plano levaram em consideração o PLANESG, a expectativa de crédito e a estatísticas de consumo.

Conforme previsto no Objetivo 1113 do PPA 2016-2019, Meta 04FR e Iniciativa 05P7, a ESG, por intermédio de todos os cursos por ela ministrados, forma no extrato civil e militar da sociedade uma massa crítica de especialistas nas áreas de defesa, incluindo o que concerne à segurança e ao desenvolvimento.

Dentre os quinze objetivos estratégicos previstos no PLANESG, destacam-se os seguintes, com as respectivas situações no exercício de 2016:

Tabela 2 Situação dos Principais Objetivos Estratégicos da ESG

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO NO EXERCÍCIO
Implantar o Campus Brasília	- Conclusão do Projeto Executivo. As ações subsequentes são dependentes da liberação de recursos orçamentários específicos.
Reestruturação do Campus Rio de Janeiro	- Objetivo a ser iniciado com a partir da conclusão de todas as ações necessárias para a implementação da nova sede.
Aprimorar a Capacidade Acadêmica	- Realização de colóquios e seminários, com temas associados à defesa e à segurança. - Participação dos integrantes da ESG em cursos de pós-graduação.
Aprimorar a Gestão de Recursos Orçamentários	- Constituição do Conselho de Gestão Administrativa. - Execução do PTUG-2016. - Adequação das atividades e das despesas, conforme contingenciamento.
Aprimorar a Capacidade Administrativa	- Participação dos integrantes da Escola em cursos, estágios, seminários e congressos. - Estabelecimento de processos e de orientações normativas.
Modernizar a Gestão de Recursos Humanos	- Revisão do Regimento Interno com a revisão das atribuições de cada setor e a incorporação da APLOG na sua estrutura organizacional.
Fortalecer as Relações Institucionais	- Manutenção dos convênios com diversas entidades externas. - Participação em atividades desenvolvidas na Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE). - Intensificação do relacionamento junto à ADESG.

No PPA 2016-2019 Programa 2058 – Defesa Nacional, no âmbito do objetivo 1113 – Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional, a ESG contribuiu com a capacitação de 998 civis e militares para o atingimento da meta 04RF a ser alcançada pelo Ministério da Defesa. Estão incluídos neste quantitativo, além dos estagiários da ESG, os formados nos CEPE da ADESG.

Para o atingimento da meta prevista no PPA para o MD, a ESG contribuiu com as metas físicas acadêmicas relativas à Ação 2055 que foram obtidas, ao final do ano, com a conclusão de todos os cursos. As metas físicas do Departamento de Administração foram o somatório do efetivo apoiado, estagiários, professores convidados, palestrantes, viagens de estudos, participantes de seminários realizados na ESG e outros militares e civis que utilizaram o apoio na realização de estudos e pesquisas para a compreensão da realidade nacional e internacional e, ainda, na formulação de políticas estratégicas relativas à defesa, à segurança e ao desenvolvimento nacional.

Quanto à execução das atividades, cabe ressaltar que a ESG encontra dificuldades no tocante à captação de pessoal qualificado para compor o seu quadro devido à alta rotatividade, tendo em vista que a maioria é oriunda das Forças, já que existem prazos definidos para a permanência na ESG. Somam-se a isto as restrições orçamentárias impostas e acumuladas de exercícios anteriores, impactando de forma negativa na capacidade de realizar investimentos em várias áreas, como por exemplo, em infraestrutura e TI. O montante alocado, bem como a liberação tardia do crédito, fez com que os provisionamentos, em sua maioria, ocorressem em períodos posteriores à programação de algumas atividades curriculares, fazendo com que tais atividades deixassem de ser cumpridas na sua totalidade nos cursos ministrados pela ESG. No entanto, os objetivos para os cursos foram atingidos.

2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

2.1.2.1 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA SECRETARIA-GERAL

Para demonstrar como os planos estratégico, tático e operacional estão alinhados com a missão institucional da SG, cumpre esclarecer que pela metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) no âmbito do Ministério da Defesa (MD), a estratégia se desenvolve em quatro fases. Na 1ª fase, de análise, é desenvolvida uma apreciação prospectiva para os próximos vinte anos, com o propósito de embasar a formulação de todos os documentos do processo. Na 2ª fase, de Formulação da Política e Estratégia Nacionais, são atualizadas a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), as quais consolidam os Objetivos e as Ações Estratégicas de Defesa que orientarão a formulação das Políticas e Estratégias Setoriais de Defesa. Na fase posterior, de Formulação da Política e Estratégia Setoriais, são elaboradas a Política Setorial de Defesa (PSD) e a Estratégia Setorial de Defesa (ESD), as quais consolidarão os Objetivos e as Ações Setoriais de Defesa que orientarão a confecção dos planos setoriais do MD. Na última fase, de Formulação de Planos, são elaborados planos estratégicos de âmbito

setorial e subsetorial, a fim de implementar as ações previstas na Estratégia Setorial de Defesa. Desta forma, a vinculação se dá sempre pelo desdobramento entre objetivos e ações estratégicas.

Assim, como um dos planos setoriais previstos na quarta fase, o Planejamento Estratégico da SG para o período de 2017 a 2019 decorre das Ações Estratégicas de Defesa definidas na Estratégia Setorial de Defesa (ESD), aprovada pela Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 07/12/2015, conforme o anexo 5, ou seja, cada Objetivo da Secretaria-Geral (OSG) citado no subitem 2.1.1.3 resulta da aglutinação de Ações Setoriais de Defesa comuns e vinculadas à missão da SG, resultando em um encadeamento completo.

2.1.2.2 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

O Plano Estratégico da ESG tem por base a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END), o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a legislação vigente, da qual destacam-se o Decreto nº 7.274, de 25 de agosto de 2010, que dispõe sobre a Política de Ensino de Defesa (PEnsD), e a Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 de janeiro de 2015, que aprova a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), no âmbito do Ministério da Defesa.

A ESG possui como missão, prevista no Plano Estratégico, “desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento”, que tem como amparo legal a sua lei de criação.

De forma complementar, a ESG possui ainda Planos Estratégicos Setoriais e Planos Diretores Setoriais elaborados conforme orientado no PLANESG e, com a finalidade de cumprir as metas e as ações estabelecidas nesses Planos, como instituição de ensino de altos estudos no país, realizou o planejamento, a execução e o controle das atividades através do seu Plano de Trabalho da Unidade Gestora, para o exercício de 2016.

2.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

O Ministério da Defesa está inserido no Plano Plurianual 2016-2019 por meio dos Programas Temáticos 2058 – Defesa Nacional; 2046 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica; 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres; 2050 - Mudança do Clima e 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência.

O Programa Defesa Nacional - constituído por 10 objetivos, 45 metas e 101 iniciativas é coordenado pelo Ministério da Defesa e executado predominantemente pelas unidades da Administração Central da Pasta, do Estado Maior-Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos das Forças. Já o Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica, composto por 4 objetivos, 5 metas e 21 iniciativas, também se encontra sob a coordenação do Ministério da Defesa, por intermédio da Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm), do Comando da Marinha. De natureza multissetorial, o Programa envolve, ainda, os Ministérios do Meio Ambiente; Minas e Energia; Ciência, Tecnologia e Inovação; e da Educação.

Além disso, o Ministério da Defesa contribui com a implementação de outras políticas públicas, sendo responsável pela execução de uma meta e uma iniciativa do Programa Mudança do Clima; de uma iniciativa vinculada ao Programa Gestão de Riscos e de Desastres; e de uma iniciativa do Programa Políticas para as Mulheres.

O Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa oferece suporte às atividades finalísticas do Ministério.

Nesse contexto, este capítulo contemplará, para os programas coordenados pelo Ministério da Defesa, uma breve apresentação dos Programas Temáticos; a programação e a efetiva alocação de recursos no Plano Plurianual 2016-2019; a visão gerencial dos resultados alcançados no exercício de 2016, segregados por objetivos e metas; e a aferição dos indicadores dos programas.

2.2.1.1 PROGRAMAS E OBJETIVOS COORDENADOS PELO MINISTÉRIO DA DEFESA

PROGRAMA 2058 – DEFESA NACIONAL

A Política de Defesa de um país determina a capacidade estatal de oferecer proteção ao seu povo e de garantir a não ingerência externa em seu território. Na Política Nacional de Defesa (PND), a Defesa Nacional é conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

A Política de Defesa Nacional está retratada no Plano Plurianual 2016-2019 por meio do Programa Temático 2058 – Defesa Nacional, composto por objetivos que se materializam pela ação harmônica e integrada das unidades da Administração Central, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos Militares. Esse Programa está alinhado à Diretriz Estratégica do Governo Federal de garantir a defesa nacional e a integridade territorial; promover a defesa da paz, dos direitos humanos; e de cooperação com as nações.

A principal estratégia adotada para a evolução da Política de Defesa é a implementação de medidas que visam à elevação do poder de dissuasão do Estado Brasileiro e da capacidade operativa das Forças Armadas, condições obtidas por meio do adestramento das tropas; capacitação dos profissionais de defesa; aparelhamento das Forças Armadas; desenvolvimento da Base Industrial de Defesa; melhoria da infraestrutura das organizações militares; desenvolvimento de capacidades estratégicas nas áreas cibernética, nuclear e espacial; e aperfeiçoamento dos sistemas de comunicações, comando, controle, inteligência e segurança da informação.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS NO PPA 2016-2019

A estimativa de recursos para o Programa Defesa Nacional, no Plano Plurianual 2016-2019, foi elaborada em consonância com os limites fixados pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e prevê a seguinte distribuição por exercício financeiro:

Tabela 3 Previsão de Recursos para o Programa 2058, no PPA 2016-2019 (R\$ milhão)

ESFERA	2016 (*)	2017	2018	2019	TOTAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)	11.733,6	13.862,5	14.601	15.413,9	55.611
Orçamento de Investimentos	0	0	0	0	0
TOTAL	11.733,6	13.862,5	14.601	15.413,9	55.611

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), Consulta em março de 2017

(*) Valor da LOA de 2016

Após a conversão do Projeto do Plano Plurianual na Lei nº 13.249, de 13/1/2016, o valor global do Programa Defesa Nacional, foi elevado para R\$ 65.361.138.190,00 Além disso, foram aportados recursos extraorçamentários no valor de R\$ 1.751.339.841,00 totalizando R\$ 67.112.478.031,00, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 4 Valores do Programa 2058, na Lei do PPA 2016-2019 (R\$ 1,00)

ESFERA	GLOBAL PPA 2016-2019 (*)	Posição 2016 (LOA + Créditos)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)	65.361.138.190	11.733.589.683
Orçamento de Investimentos	0	0
Recursos extraorçamentários	1.751.339.841	407.013.178
Total	67.112.478.031	12.140.602.861

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), Consulta: Relatório de Gestão – TCU Programas Temáticos, em março de 2017.

Cabe ressaltar, que os valores estabelecidos no PPA para o Programa 2058, mesmo com o acréscimo supracitado, estão aquém das necessidades reais do Ministério da Defesa, principalmente aqueles destinados à implementação dos investimentos estratégicos em defesa incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Não obstante o cenário fiscal restritivo com o qual conviveu a Administração Pública Federal no exercício de 2016, de modo geral, houve avanços na condução do Programa, os quais se expressam na evolução dos objetivos, metas e indicadores do PPA, caracterizado a seguir:

OBJETIVO 0554 - PROMOVER A MULTILATERALIDADE NA ÁREA DE DEFESA COM PAÍSES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Em 2016, em que pese as dificuldades decorrentes do processo de restrição fiscal observado ao longo do ano, o Ministério da Defesa procurou elevar a projeção do Brasil junto aos países inseridos no entorno estratégico ou de seu interesse. Nesse contexto, cabe salientar a participação do MD em diversos fóruns multilaterais que trataram de temas relacionados à área militar e de defesa, com destaque para a XII Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA); as reuniões no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e as reuniões do Conselho de Delegados da Junta Interamericana de Defesa (JID).

Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões com os seguintes países: Alemanha, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Mauritânia, Portugal e Suécia.

A importância da participação de representantes brasileiros nesses eventos traduz-se pela consolidação e aperfeiçoamento das relações com outros países e pela busca e ampliação de parcerias estratégicas, especialmente nas áreas de ensino, treinamento e capacitação militar, apoio à indústria de defesa, a fim de agregar, quando possível, conhecimentos de tecnologia de ponta. Atualmente, o Estado brasileiro encontra-se em negociação de um Acordo-Quadro com mais de 26 países, com a expectativa de serem celebrados ao longo do PPA 2016-2019.

No âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) ratificou-se o prestígio alcançado pelo Brasil naquele colegiado, quando da reeleição em 2016, por unanimidade, do representante do Ministério da Defesa para o importante cargo de Diretor da Escola Sulamericana de Defesa (Esud), no mandato de 2017 a 2019.

METAS DO OBJETIVO 0554

04EU - COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO NA ÁREA DE DEFESA, COM PAÍSES E ORGANISMOS MULTILATERAIS COMO FORMA DE CONTRIBUIR PARA A PAZ, SEGURANÇA E ESTABILIDADE REGIONAL E INTERNACIONAL

Essa cooperação foi executada principalmente por meio da participação do Ministério da Defesa no Programa de Cooperação Técnica em Defesa celebrado com Bolívia, Cabo Verde, Guiana, Moçambique, Paraguai, São Tomé e Príncipe, Senegal e Suriname e da participação em eventos como o 3º Fórum Avançado dos Assuntos de Defesa Sino-Latino-Americano, na China, que teve como propósito debater as Políticas de Defesa Nacional, além de promover o intercâmbio militar e da reunião ministerial sobre operações de manutenção da paz das Nações Unidas, no Reino Unido.

04EV - CELEBRAR E RATIFICAR ACORDOS DE COOPERAÇÃO E MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO NA ÁREA DE DEFESA COM PAÍSES DE INTERESSE ESTRATÉGICO BRASILEIRO, COMO INSTRUMENTO DA DEFESA NACIONAL

Em 2016, o MD, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, deu continuidade às negociações de um acordo de cooperação na área de Defesa com mais de 26 países, com a expectativa de serem firmados no triênio 2017-2019, visando estabelecer as condições gerais e os princípios norteadores das áreas de interesse da defesa.

04SK - IMPLEMENTAR AS ATIVIDADES DA ESCOLA SUL-AMERICANA DE DEFESA (ESUD)

Em abril de 2015 um representante do Ministério da Defesa foi eleito, por consenso dos países membros do CDS, para ocupar o cargo de Diretor, tendo sido reeleito em 2016, por unanimidade, para cumprir o mandato no triênio 2017-2019, ratificando, desse modo, o prestígio alcançado pelo Brasil no âmbito daquele Conselho. Ao longo do ano de 2016, aprofundou-se o esforço iniciado no ano anterior, visando identificar oportunidades de cooperação entre os países da União de Nações Sulamericanas (Unasul) que pudessem ser apoiadas pela Esud. Também se articulou com o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) uma parceria para o desenvolvimento de algumas atividades, o que permitirá à Escola contribuir para difusão de parte da produção intelectual para os Ministérios de Defesa dos Países-membros.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO OBJETIVO 0554

Conclui-se, que o objetivo 0554 vem sendo cumprido de acordo com a programação, pois todas as suas metas se encontram com o andamento adequado.

OBJETIVO 1113 - DISPOR DE RECURSOS HUMANOS CIVIS E MILITARES CAPAZES DE CUMPRIR COM AS AÇÕES NECESSÁRIAS À DEFESA NACIONAL

No decorrer de 2016 foram realizados diversos eventos de formação e capacitação destinados a servidores civis e militares das unidades da Administração Central e dos Comandos Militares com a finalidade de promover a qualificação necessária ao profissional de Defesa. A Escola Superior de Guerra (ESG) ministrou dez cursos nas áreas de Política, Estratégia, Logística, Mobilização, Defesa, Inteligência, Defesa Sul-Americana e Direito Internacional Humanitário, todos relacionados com a Defesa, Segurança e Desenvolvimento.

A ESG promoveu, ainda, conferências e seminários, dentre os quais destacam-se a XVII Conferência de Diretores de Colégios de Defesa Ibero-Americanos; o IV Seminário de Desarmamento e Controle de Armas (Sedescontar); o Seminário: "Defesa e Desenvolvimento"; o Seminário de Estudos Estratégicos: "Cooperação Regional em Defesa"; o Seminário do Centro de Estudos Estratégicos "Política e Estratégia Nacionais: As Grandes Ausências"; e o 5º Seminário de Estudos Estratégicos 30 anos de Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas).

No que tange à formação continuada, foram capacitados 600 servidores civis e militares, do Brasil e de nações amigas, com a oferta do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia; Curso Superior de Inteligência Estratégica; Curso Avançado de Defesa Sul-Americano; Curso de Estado-Maior Conjunto; Curso de Gestão de Recursos de Defesa; Curso de Logística e Mobilização Nacional; Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados; Curso Superior de Política e Estratégia; Curso Superior de Defesa; e Programa de Atualização da Mulher.

METAS DO OBJETIVO 1113

04FO - FORMAR E CAPACITAR 60.000 MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Em 2016 foram formados 16.015 militares e civis, superando a meta de 15.000 pessoas capacitadas prevista para o exercício. Apesar da redução dos valores consignadas na Lei Orçamentária Anual e do contingenciamento ocorrido no início do exercício, as expectativas foram atingidas em virtude das medidas de racionalização das atividades previstas para os diversos cursos e estágios.

04FP - ALTERAR A COMPOSIÇÃO DO QUANTITATIVO DE OFICIAIS TEMPORÁRIOS DA FAB DE 40% PARA 44%

A Força Aérea Brasileira havia planejado ainda no primeiro semestre de 2015, quando da elaboração de metas para o PPA 2016-2019, uma elevação na proporção de oficiais temporários de 40% para 44% no quadriênio 2016-2019. Todavia, com a baixa dos militares, cujo contrato havia expirado e o ingresso de novos militares em menor proporção, o percentual de oficiais temporários declinou para 37,10%, índice que permaneceu ao longo de 2016 e deverá se manter em 2017. Face às mudanças no cenário econômico, o Comando da Aeronáutica deu início ao processo de reestruturação da Força Aérea e paralelamente a esse trabalho iniciou estudo sobre o dimensionamento de Pessoal, por meio do Plano do Comando da Aeronáutica (PCA), o qual prevê para o círculo de oficiais uma proporção de 38,6% de temporários até 2019. Cabe registrar, que na fase de monitoramento do PPA 2016-2019, ano-base 2016, houve um equívoco na digitação do percentual dessa meta, razão pela qual consta no campo de “Quantidade Alcançada”, no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) o percentual de 30,71%, quando o correto é 37,1%.

04FQ - FORMAR E CAPACITAR 54.600 MILITARES DA MARINHA

Em 2016 foram capacitados 17.024 militares e servidores civis do Comando da Marinha. Os cursos oferecidos atenderam desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação e possibilitaram a qualificação e a capacitação contínua do pessoal para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional. Além disso, foram realizados 89 cursos na modalidade de ensino à distância, beneficiando 6.021 alunos, o que proporcionou a requalificação do pessoal, sem descontinuidade das tarefas de rotina, com redução de custos e superação das limitações geográficas existentes. Releva mencionar, também, o Programa de Intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as Marinhas da Argentina, Angola, Bolívia, Cabo Verde, Chile, EUA, França, Líbano, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paraguai, Peru, Senegal, Suriname e Venezuela, com a participação de 135 alunos.

04FR - CAPACITAR 8.000 SERVIDORES CIVIS EM ÁREAS DE INTERESSE DA DEFESA, EM INSTITUIÇÕES DE QUALIDADE RECONHECIDA

Em 2016, no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa foram capacitados 1.671 servidores nas áreas de Licitações e Contratos, Termo de Execução Descentralizada (TED), Análise e Melhoria de Processos, Fiscalização e Acompanhamento de Convênios, Gerenciamento de Projetos, Curso de Altos estudos de Políticas e Estratégias (CAEPE), Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE).

04S8 - ALTERAR A COMPOSIÇÃO DO QUANTITATIVO DE GRADUADOS TEMPORÁRIOS DA FAB DE 10% PARA 23%

A FAB pretende aumentar a parcela de graduados temporários em relação aos graduados de carreira. Seu escopo é a agregação de conhecimentos e habilidades profissionais que atendam às demandas momentâneas e específicas da Força Aérea em especialidades cuja formação possa ser obtida no mercado de trabalho, sem onerar o orçamento destinado às unidades de formação profissional do Comando da Aeronáutica. A meta deve reduzir gastos com pessoal, especificamente no que tange ao pagamento de inativos e pensionistas, a ser atingido a longo prazo.

Quando a meta foi estabelecida em 2015 o percentual de referência do quantitativo de graduados temporários era de 10%. Esse percentual incluía os novos militares que ingressariam na FAB mediante concurso público, que já se encontrava em andamento, mas, que foi cancelado em razão das restrições orçamentárias. Assim, no início de 2016, com a não efetivação do processo seletivo, constatou-se que o percentual deveria ser de 5,5% e não de 10%, como registrado, incorretamente, no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Dessa forma, no exercício

de 2016, as principais realizações empreendidas resumiram-se basicamente na incorporação de um número maior de temporários e a redução do ingresso dos graduados de carreira. Com isso, ao final do exercício, a meta realizada alcançou 7%.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO OBJETIVO 1113

Conclui-se que, a despeito do andamento adequado das metas 04FO, 04FQ e 04FR, é necessário revisar a estratégia de implementação e/ou atributos das metas 04FP e 04S8, com vistas à correção de rumos que permita o alcance dos resultados previstos no PPA 2016-2019.

OBJETIVO 1114 – ELEVAR A CAPACIDADE OPERATIVA DAS FORÇAS ARMADAS POR MEIO DA SUA CAPACITAÇÃO, ADESTRAMENTO E PRONTIDÃO LOGÍSTICA.

Visando à elevação da capacidade operativa no exercício de 2016 foram priorizadas as atividades de capacitação, adestramento e logística das Forças Armadas. A capacitação refere-se à qualificação e à habilitação de servidores civis e militares para as atividades de planejamento e gestão. O adestramento contínuo e sistemático se dá por intermédio de exercícios de simulações de situações as mais próximas possíveis de um emprego real. A logística trata da previsão de necessidades e da provisão dos recursos para uso das forças militares.

Em 2016, o adestramento das Forças Armadas Brasileiras ocorreu por meio dos exercícios de simulação de combate, a exemplo do “Azuver”, realizados na cidade do Rio de Janeiro; Felino, executado em conjunto com países de Língua Portuguesa; e Panamax, que contou com a participação de mais de vinte nações dos diversos continentes.

Da mesma forma, a participação das FA em operações como a Amazônia e Ágata 11 e também em Missões de Paz como a Minustah, possibilitou o planejamento, treinamento e a execução de operações reais, operativas e logísticas, portanto, se constituíram em oportunidades de preparo e adestramento das Forças Armadas Brasileiras.

No campo da logística merece destaque a ativação do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização, local de coordenação das atividades de logística e mobilização das operações conjuntas das Forças Armadas, realizadas no exercício de 2016, inclusive nas Olimpíadas e Paralimpíadas.

METAS DO OBJETIVO 1114

04EW - APRIMORAR E PROMOVER O TREINAMENTO ANUAL DE 90% DO EFETIVO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO EXÉRCITO

O Exército Brasileiro realizou os treinamentos previstos no plano anual e também participou de missões como a do Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, Operação Conjunta Amazônia, Operações na Faixa de Fronteira, na Missão Pipa do Nordeste e Eleições Municipais de 2016. Essas atividades propiciaram que as expectativas fossem ultrapassadas em muitos aspectos na formação dos integrantes da Força Terrestre, pois além do treinamento previsto, os integrantes da Força tiveram a oportunidade de colocar em prática o aprendizado.

O Exército também desenvolveu processos de controle de exercícios monitorados à distância, melhorando a capacidade de acompanhamento no treinamento dos Estados-Maiores dos grandes comandos e unidades, para planejar, coordenar e controlar a execução dos exercícios e operações previstas.

Contudo, em face do contingenciamento orçamentário, o percentual de treinamento de 90% foi atingido com restrições qualitativas, no que diz respeito à instrução individual básica e qualificação; à capacitação técnica e tática do efetivo profissional; e ao período de adestramento básico.

O Exército também enfrentou dificuldades para realizar a manutenção necessária em toda a infraestrutura da instrução militar e na execução de exercícios e estágios. Um dos motivos que dificultou o alcance qualitativo da meta foi a carência de insumos para realizar os exercícios de instrução. Todavia, foram adotadas medidas de mitigação, tais como a realização de exercícios nos campos de instrução, as quais permitiram o prosseguimento das atividades.

04F2 - ALCANÇAR ÍNDICE DE 65% DOS MEIOS OPERATIVOS DA MB NA CONDIÇÃO “PRONTO PARA OPERAR”

No ano de 2016 o índice de meios operativos da Marinha do Brasil, na condição de “pronto para operar” atingiu 44%. Em face das restrições orçamentárias, foram estabelecidas as seguintes prioridades: recuperar as capacidades operacionais dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais que se encontravam degradadas pelo uso intenso ou idade; garantir a manutenção dos meios prioritários para o emprego rápido dos comandos subordinados; qualificar o pessoal responsável pela logística de material; e incorporar a Embarcação de Desembarque de Carga Geral Marambaia e do Navio Doca Multipropósito Bahia.

As restrições orçamentárias dificultaram a manutenção dos meios operativos da Marinha, acarretando assim, o cancelamento e a postergação de alguns períodos de manutenção previstos nos ciclos de atividades dos meios e o consequente aumento da “demanda reprimida” por revisões e serviços de seus respectivos equipamentos e sistemas. Outra consequência da insuficiência de recursos foi a baixa de meios operativos como o Navio de Desembarque-Doca Ceará, Navio Transporte Marajó, Corveta Inhaúma” e Navio-Varredor Anhatomirim.

04F3 - REDUZIR O PERÍODO MÉDIO ENTRE TREINAMENTOS EM SIMULADOR DE VOO DAS TRIPULAÇÕES OPERACIONAIS DE 30 PARA 24 MESES

Atualmente a frequência de execução dos treinamentos em simuladores de voo é de 36 meses. Os fatores que balizam o desempenho nas atividades aéreas são a manutenção do treinamento em simulador de voo e a execução real da atividade. Os índices de segurança anteriores a 2015 estavam em condições satisfatórias devido à contrapartida do número de horas voadas em condições reais e a frequência na execução dos simuladores de voo. Porém, devido às restrições orçamentárias enfrentadas nos anos de 2015 e 2016, as horas de efetiva pilotagem dos tripulantes em todos os projetos do Comando-Geral de Operações Aéreas diminuíram significativamente.

Para que se mantenha os índices de segurança nos padrões normais é necessário que o intervalo de tempo de execução entre os treinamentos em simuladores de voo seja reduzido.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO OBJETIVO 1114

Pelo exposto, depreende-se que, a despeito de o ambiente fiscal restritivo, a meta 04EW se encontra com andamento adequado. Por outro lado, as metas 04F2 e 04F3 tiveram desempenho insatisfatório, situação que enseja a reavaliação da estratégia de implementação e a compatibilização da programação orçamentária à meta física fixada, com vistas ao atingimento dos resultados pretendidos.

OBJETIVO 1116 - ADEQUAR A INFRAESTRUTURA E A DISTRIBUIÇÃO DAS INSTALAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATUAÇÃO E MOBILIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

Esse Objetivo propõe que o Ministério da Defesa realize periodicamente uma reavaliação das condições e distribuição das organizações militares, assim como adote ações necessárias para que se obtenha um nível razoável de adequação da infraestrutura, seja construindo, modernizando ou desativando instalações militares, nos mais diversos pontos estratégicos do País, conforme as necessidades de cada Força Singular. Dessa forma, no exercício de 2016 foram adequadas instalações dos três comandos, as quais contribuíram para a ampliação da capacidade de atuação e de mobilidade das Forças Armadas.

O Programa Calha Norte (PCN), em sua vertente militar, contribui para a adequação da infraestrutura de organizações militares, visto que a estratégia adotada pelo programa consiste na manutenção da presença do Estado nas regiões abrangidas, sobretudo, nas faixas de fronteira. Com esse intuito, em 2016, foram realizadas diversas obras das quais destacam-se a reconstrução de aproximadamente 80% das instalações do 5º Pelotão Especial de Fronteiras (PEF); a perfuração de poços artesianos nos PEFs, do Comando Militar da Amazônia (CMA); e a conclusão da construção de ponte de acesso à pista de pouso do PEF de Estirão do Equador/AM.

Cabe ressaltar a importância das atividades de construção de infraestruturas para a ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas. Não obstante o êxito na condução dos processos licitatórios e na gestão e fiscalização dos contratos, as restrições orçamentárias não permitiram que mais empreendimentos fossem concluídos no exercício de 2016.

METAS DO OBJETIVO 1116

04F8 - AUMENTAR DE 50% PARA 60% A ADEQUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES NA AMAZÔNIA

Com o propósito de implementar a estratégia da presença na Região Amazônica, o Exército Brasileiro vem buscando ampliar a adequação das organizações militares nesta área, na qual estão situados os comandos militares da Amazônia e do Norte, com cinco brigadas de infantaria de selva e unidades subordinadas. Em 2016 foram concluídas 36 obras na região, o que resultou na elevação do percentual para 56% de organizações adequadas, na Amazônia.

04FC - AUMENTAR DE 75% PARA 80% A ADEQUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES FORA DA AMAZÔNIA

Em 2016, foram concluídas 135 obras para melhorar as condições operacionais e administrativas de 155 organizações militares nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Bahia,

Piauí, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Com essas realizações, o índice de adequações de organizações militares fora da Amazônia atingiu 79%.

04FE - CONCLUIR A CONSTRUÇÃO DE UM HANGAR PARA A AERONAVE KC-390

A construção do hangar Base Aérea do Galeão proporcionará a infraestrutura necessária para a operacionalidade do KC-390. Nas instalações do hangar serão realizadas as manutenções programadas e não programadas, incorporação de modificações e execução de serviços especializados da aeronave. Durante a elaboração do PPA 2016-2019 foi estabelecido como prioridade o desenvolvimento e a aquisição do KC-390 em detrimento da construção do hangar.

04FD - MODERNIZAR OU REVITALIZAR 15% DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES DA MARINHA

Visando proporcionar melhores condições de habitabilidade e execução das atividades fins do Comando da Marinha, em 2016 foram realizadas obras de construção, modernização e revitalização de instalações de diversas unidades, localizadas no Rio de Janeiro, a exemplo da construção do prédio de administração da Policlínica Naval de Niterói; revitalização das instalações do refeitório e da cozinha da Base de Abastecimento; das salas de trabalho, corredores e vestiários da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação; e da adaptação do prédio do posto de distribuição de uniformes. Com essas realizações atingiu-se o percentual de 3,92% de modernização e revitalização de organizações militares terrestres do Comando da Marinha.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO OBJETIVO 1116

Do exposto, verifica-se que o objetivo estabelecido no PPA está sendo cumprido, pois 3 metas (04F8, 04FC e 04FD) estão com andamento adequado, sendo necessária reavaliar a estratégia de implementação da meta 04FE com vistas a garantir seu integral cumprimento até 2019.

OBJETIVO 1119 - DESENVOLVER E ELEVAR CAPACIDADES NAS ÁREAS ESTRATÉGICAS DA CIBERNÉTICA, NUCLEAR, ESPACIAL E NAS ÁREAS DE COMUNICAÇÕES, COMANDO E CONTROLE, INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.

A Estratégia Nacional de Defesa aponta três setores decisivos para a defesa nacional: o espacial, o cibernético e o nuclear. O domínio das variadas tecnologias tornou-se fator determinante no desenvolvimento e soberania das nações. Os combates modernos têm se caracterizado pelo uso maciço de tecnologias, pelo emprego de estruturas de combate com maior proteção coletiva, velocidade e letalidade seletiva.

Na área da cibernética, cabe ressaltar a implantação do Comando de Defesa Cibernética e a aprovação da diretriz do Projeto de criação da Escola Nacional de Defesa Cibernética, que se constituem em importantes iniciativas do governo federal para reforçar a estratégia de defesa cibernética brasileira.

No que diz respeito à área nuclear, houve avanços tanto no desenvolvimento da Propulsão Nuclear do Submarino quanto na construção do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene), que será utilizado para validar as condições do projeto e ensaiar todos os requisitos de operação para uma planta de propulsão nuclear.

Na área espacial foi aprovado o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), o qual estabelece a estratégia de implantação de longo prazo dos subprogramas e de projetos de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (duais: militar e civil). O Pese permitirá que as operações das Forças Armadas tenham o necessário suporte das aplicações espaciais de forma coordenada e integrada.

Os procedimentos e a doutrina de comando e controle e inteligência operacional foram aprimorados com o emprego de aeronaves remotamente pilotadas, utilizadas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos - Rio 2016. A transmissão de vídeos em tempo real permitiu a elevação da consciência situacional e o assessoramento oportuno para a tomada de decisão.

Ainda em 2016, foram adquiridos modernos equipamentos para integração dos sistemas de comando e controle das viaturas do Projeto Guarani e do Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron), ambos de responsabilidade do Comando do Exército.

A inteligência operacional é importante para a manutenção da adequada consciência situacional da área de operações militares, uma vez que produz as informações oportunas e necessárias para o devido planejamento das operações e ações táticas. Nesse sentido, em 2016, foi celebrado termo de comodato não oneroso com a empresa nacional Visiona Tecnologia Espacial por meio do qual o MD recebeu imagens de empresas parceiras e desenvolveu a capacitação em planejar passes satelitais para observação e download de imagens de áreas de interesse no território nacional.

Na área da inteligência voltada à guerra eletrônica, desenvolveu-se a capacidade de programação e análise por meio do aprimoramento do sistema em uso, o qual se tornou independente de plataforma de hardware e pôde funcionar a partir de sistemas operacionais virtualizados e de software livre, o qual gerou maior autonomia, economia de recursos e permitirá a futura evolução do sistema.

Para ampliar a segurança da informação, o Governo Federal tem buscado o aprimoramento de seus instrumentos. Nesse sentido, uma das iniciativas do ano de 2016 foi a edição da norma que estabeleceu a unidade central e as equipes de tratamento e resposta a incidentes de segurança em redes de computadores da Força Aérea Brasileira, sobretudo daqueles voltados à defesa aérea e ao controle do tráfego aéreo.

No que concerne ao desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), em 2016, o Ministério da Defesa prosseguiu com o aporte de recursos para desenvolvimento da Banda "X " do satélite, a qual abrigará o tráfego de informações das Forças Armadas e permitirá a ampliação da banda larga, além de proporcionar maior segurança às comunicações militares.

No que diz respeito à segurança da informação às redes computacionais do Governo Federal, foram iniciados, pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, os estudos com vistas à definição de metodologia de exercícios de ataques cibernéticos e testes de intrusão para as redes computacionais. Uma vez definida a metodologia, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal poderão realizar os exercícios diretamente e de forma autônoma, em suas próprias redes.

METAS DO OBJETIVO 1119

04FG - IMPLANTAR 10% DO PROGRAMA DA DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL

As restrições orçamentárias ocorridas no exercício de 2016 impactaram negativamente no desenvolvimento do Programa de Defesa Cibernética na Defesa Nacional. Mantendo-se os valores repassados a meta dificilmente será alcançada ao final do PPA 2016-2019, uma vez que com os recursos recebidos só foi possível atingir 1% de Implementação do Programa. Destaca-se como principais realizações, no exercício de 2016, a ativação do Comando de Defesa Cibernética, o aprimoramento da Doutrina Militar de Defesa Cibernética e os investimentos na especialização dos recursos humanos do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC).

04FH - ALCANÇAR 50% DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO

A realização dos últimos grandes eventos no Brasil proporcionou que as atividades de segurança e defesa cibernética recebessem consideráveis investimentos. No entanto, foram identificados três grandes óbices à maior evolução do sistema de Comando e Controle: a impossibilidade de contratação de mão de obra temporária, que ampliaria o ritmo da geração de geoinformação; a não finalização do processo licitatório para contratação de empresa de desenvolvimento de software SIGWEB; e a baixa disponibilidade de crédito para a aquisição de equipamentos de Comando e Controle no exterior. Mesmo com essas dificuldades, a meta teve um bom desempenho, atingindo 40% de modernização do Sistema de Comando e Controle do Exército, no exercício de 2016.

04FI - AMPLIAR E MODERNIZAR OS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE DETECÇÃO, ANÁLISE E DESCONTAMINAÇÃO QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR

No decorrer do exercício de 2016 foram adquiridos equipamentos e matérias de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear e realizados cursos, estágios e capacitações voltadas para essa área. Todo esse aparato foi empregado nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos como uma das formas de garantir a segurança na Vila Olímpica, locais de treinamento e de competição, hotéis, viaturas de autoridades e de comitivas de atletas. Cabe ressaltar, contudo, que o bom andamento da meta decorreu da alocação de recursos adicionais destinados aos eventos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

04FK - INTEGRAR O SISTEMA DE RÁDIO DEFINIDO POR SOFTWARE (RDS - DEFESA) COM OS DEMAIS SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS

Em 2016 foram planejadas reuniões de coordenação e delineamento técnico do Programa de Interoperabilidade Técnica de Comando e Controle, que trata da integração do RDS com os demais sistemas de comunicações. No entanto, as etapas que efetivam essa integração, tais como a portabilidade da Forma de Onda Tática da Aeronáutica no RDS-Defesa; a interligação ao Sistema de Combate (C²), da Marinha do Brasil, com o Sistema de C² do Link BR2; a

interligação do Sistema de C² do Link BR2 com o Sistema de C² da Força Terrestre; e o desenvolvimento de interface entre o Link BR2 e o RDS-Defesa, não avançaram em decorrência do contingenciamento de recursos.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO OBJETIVO 1119

Das quatro metas que compõem o Objetivo 1119, duas estão com andamento adequado (04FH e 04FI), enquanto as metas 04FG e 04FK precisam ser reavaliadas em seus atributos, ou em sua estratégia de implementação, com vistas à correção dos rumos até o final do PPA 2016-2019.

OBJETIVO 1121 - APARELHAR AS FORÇAS ARMADAS COM MEIOS E EQUIPAMENTOS MILITARES PARA A DEFESA NACIONAL

Uma das principais prioridades da Política de Defesa é o reaparelhamento das Forças Armadas. Assim, o Brasil vem investindo em projetos estratégicos que visam à modernização dos meios de defesa, assim como no desenvolvimento da indústria nacional. Dada a prioridade desses projetos, a maior parte deles compõem a carteira de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), do Governo Federal. A Estratégia Nacional de Defesa (END) preconiza que o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e a independência tecnológica são igualmente indispensáveis ao equipamento adequado das Forças Armadas e ao desenvolvimento nacional. De acordo com esse normativo, o País deve ser capaz de controlar sua própria segurança e não precisar ir além das fronteiras para equipar suas forças armadas. A estratégia prevê a existência de parceiros estratégicos, considerados esses os países dispostos a transferir tecnologia. Nas áreas em que o Brasil não detém atualmente a capacidade de produzir os equipamentos de defesa, os produtos serão adquiridos de fornecedores estrangeiros, mas com o objetivo de viabilizar a produção nacional.

Dessa forma, a maior parte dos atuais projetos estratégicos das Forças Armadas, a exemplo do Programa de desenvolvimento de Submarinos (Prosub); do Projeto F-X2, para aquisição das aeronaves de caça (Gripen) e; do Projeto HX-BR de aquisição de helicópteros; contém previsão contratual de transferência de tecnologia.

No que concerne aos projetos da Força Naval, o Programa de desenvolvimento de Submarinos (Prosub) teve avanços na implantação de Estaleiro e Base Naval, com a finalização das obras do prédio principal, da oficina de apoio à fabricação e dos escritórios. O Projeto de construção de submarinos convencionais também evoluiu na montagem e equipagem das unidades.

O Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper) não evoluiu nesse ano, devido às restrições orçamentárias. Estão em análise as propostas apresentadas por nove países para o fornecimento de navios patrulha oceânicos, navios de apoio logístico e navios escolta para a Marinha do Brasil.

No âmbito da Força Aérea Brasileira foi inaugurado, em 2016, o Gripen Design and Development Network, local onde ocorrerá todo o processo de desenvolvimento e transferência de tecnologia da aeronave modelo F-X2.

No que diz respeito ao Projeto KC-390, destinado ao desenvolvimento e produção de um avião de transporte tático e de reabastecimento em voo, em 2016, foram realizados 6,88% da "Aeronave de Série nº 1" na primeira estação da linha de produção, o que equivale à uma evolução de 0,23% de todo o Projeto.

No que se refere ao Projeto HX-BR, cujo objeto é a aquisição de 50 helicópteros para atender as demandas das Forças Armadas, foram efetivamente adquiridas em 2016 quatro aeronaves do modelo I-X, de um total previsto de 22 unidades, até o final de 2019.

Quanto ao Projeto Astros 2020, do Exército Brasileiro, foram finalizadas as etapas de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro e do Foguete Guiado, além da continuidade do desenvolvimento do Sistema de Simulação Integrado Astros (Sis-Astros).

O Projeto Guarani tem por objetivo transformar as organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as organizações militares de cavalaria mecanizada. Esse Projeto também avançou em 2016 com o recebimento de 35 novas viaturas.

METAS DO OBJETIVO 1121

04FY - IMPLANTAR 85% DO SISTEMA DE LANÇADORES MÚLTIPLOS DE FOGUETES ASTROS 2020

O Sistema Astros 2020 não se restringe à implantação de Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes. Inclui, dentre outras frentes, o desenvolvimento de míssil tático de cruzeiro, de foguete guiado e de Sistema de Simulação Astros; a aquisição e a modernização de viaturas; a realização de obras em organizações militares, para a implantação do Forte Santa Bárbara; o planejamento para aquisição de sistema de aeronaves remotamente pilotadas; a elaboração

da doutrina de emprego de mísseis e foguetes; além das atividades de gerenciamento de Projeto. Em 2016 o MD atingiu 40% de execução da meta. Devido ao contingenciamento orçamentário, o término do projeto foi prorrogado do ano de 2020 para 2023, contudo, para que a meta seja concluída nesse novo prazo será necessário o aporte de recursos no valor R\$ 808,3 milhões, anualmente, no período de 2017 a 2019.

04FZ - OBTER 300 VIATURAS DA NOVA FAMÍLIA DE BLINDADOS SOBRE RODAS

Em 2016 foram adquiridas 35 viaturas Guarani. O Principal obstáculo para a obtenção de melhor resultado foi o reduzido valor aprovado na Lei Orçamentária Anual, correspondente a 40% do planejado para o exercício.

04G0 - INCORPORAR 10 MEIOS NAVAIS, AERONAVAIS E DE FUZILEIROS NAVAIS

Em 2016 foi incorporado à Marinha do Brasil o Navio Doca Multipropósito Bahia, que faz parte do Programa de obtenção de Navios Anfíbios (Pronanf). A disponibilidade desse meio reforça a capacidade do Brasil em projetar Poder Naval sobre terra e também contribuirá para o aumento da capacidade da Marinha no controle de áreas afastadas do litoral e do apoio às operações de socorro de instalações no Pré-Sal, na defesa das atividades econômicas na Amazônia Azul. Outro meio incorporado à MB foi a embarcação de desembarque de carga "Marambaia". A principal tarefa desse meio é executar o transporte de pessoal, viaturas e equipamentos a partir de um navio doca para o desembarque na praia durante as operações anfíbias.

04G1 - MODERNIZAR 15 MEIOS NAVAIS, AERONAVAIS E DE FUZILEIROS NAVAIS

No exercício de 2016 foram recebidas pelo Comando da Marinha três viaturas blindadas especiais sobre lagarta "M113", modernizadas. Essas viaturas têm flexibilidade para o emprego em todas as operações terrestres ofensivas e defensivas, assim como, em operações de paz, de garantia da lei e da ordem e, principalmente em operações anfíbias. Também foi concluída a modernização de mais uma unidade da aeronave monoplacé AF-1B, com o propósito de reduzir a defasagem tecnológica existente, em termos de aviônicos e sensores instalados, estendendo, assim, a vida operacional desses aviões por mais 15 anos.

04G2 - ADQUIRIR 22 AERONAVES MILITARES

Das quatro aeronaves previstas para o exercício de 2016, foram adquiridas duas unidades do modelo I-X, correspondendo a 50% da meta do exercício. As dificuldades orçamentárias impactaram o cronograma de aquisição de aeronaves. No caso do Projeto CLX-2, estava previsto o recebimento de uma aeronave em 2016, contudo, houve atraso no cronograma e redução do objeto contratual de três para duas aeronaves. Mesmo assim, foi possível a continuidade de etapas do Projeto que permitirão o recebimento de uma aeronave no próximo ano, desde que mantidos os recursos previstos para o custeio do contrato em 2017. O Projeto KCX-2 também não dispôs de recursos suficientes, por isso a previsão de recebimento da aeronave para 2016 não se concretizou. Com exceção do Projeto I-X, os demais foram prejudicados com os cortes e contingenciamentos orçamentários e, por isso emerge a necessidade de renegociações contratuais no próximo exercício. Assim, o cronograma de entrega das aeronaves também deverá ser postergado, em consonância com os novos parâmetros estabelecidos nas repactuações dos contratos.

04G3 - ATINGIR 44% DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA AERONAVE CAÇA MULTIMISSÃO (F-X2)

Durante o ano de 2016 foram recebidas 39 etapas contratuais do Projeto, relacionadas ao desenvolvimento da aeronave Gripen NG e de seus sistemas. Em novembro de 2016 foi inaugurado o Gripen Design Development Network, em Gavião Peixoto/SP, onde ocorrerá todo o processo de desenvolvimento e transferência de tecnologia da aeronave. Com essas realizações o Projeto atingiu 4,11% de desenvolvimento no exercício. Apesar das restrições orçamentárias, o Projeto F-X2 tem recebido os recursos necessários. Durante o período ocorreram algumas dificuldades relacionadas a variações cambiais, visto que os contratos foram firmados em Coroa Sueca e Dólar.

04G4 - MODERNIZAR 17 AERONAVES MILITARES

A meta de modernização de aeronaves visa manter a necessária operacionalidade da Força Aérea Brasileira e contempla, dentre outros, os modelos A1-M (AM-X), caça bombardeiro, reconhecedor ligeiro; F-5M, aeronaves de caça; P-3M, patrulha marítima e C/P-95 e aeronave de multimissão. Em face dos contingenciamentos, em 2016 foi possível realizar a modernização de apenas dez aeronaves de transporte de carga/tropa modelo C-95. A escassez de recursos tem criado dificuldades no processo de pagamento das despesas contratuais e na execução do cronograma físico estabelecido, ensejando a repactuação contratual com as empresas envolvidas.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO OBJETIVO 1121

Do exposto, verifica-se que três metas do Objetivo 1121 estão com andamento adequado (04GO, 04G1 e 04G2). Entretanto, as metas 04FY, 04FZ, 04G2 e 04G3 não alcançaram desempenho satisfatório em 2016, sendo necessária a avaliação de estratégia de implementação e /ou a revisão de alguns de seus atributos.

OBJETIVO 1122 - PLANEJAR, PREPARAR E CONDUZIR OPERAÇÕES MILITARES NOS ÂMBITOS NACIONAL E INTERNACIONAL.

No exercício de 2016 o Ministério da Defesa realizou as Operações Amazônia 2016 e Ágata 11 e participou dos exercícios Felino e Panamax, de âmbito internacional, além de exercícios de Simulação de Combate Azuver, na Cidade do Rio de Janeiro.

A Operação Amazônia 2016, cujo propósito é treinar os Estados-Maiores Conjuntos das Forças Armadas para a interoperabilidade em operações no ambiente amazônico, dividiu-se em duas fases: na primeira, ocorreram os exercícios militares e adestramento do planejamento conjunto dos Estados-Maiores; na segunda as ações de reconhecimento e infiltração aérea na selva; escolta e resgate de reféns e embarcações; e cívico-sociais (Aciso).

A 11ª edição da Operação Ágata, abrangeu 16.886 quilômetros de fronteira, em onze estados. A ação contou com a participação de 11.244 militares do Ministério da Defesa, além da atuação de 450 profissionais de agências governamentais e órgãos federais, estaduais e municipais.

O Exercício Felino 2016 ocorreu na cidade da Praia, em Cabo Verde, e contou com a participação de 90 militares dos nove países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Trata-se de um treinamento multinacional combinado, realizado anualmente em território de um dos países membros da CPLP, que tem a finalidade de aperfeiçoar a atuação das Forças Armadas nas operações de manutenção de paz e de ajuda humanitária.

O Panamax é um exercício multinacional anual patrocinado pelo Comando Sul dos EUA (Southcom), voltado para a garantia da segurança do Canal do Panamá e região. Em 2016 foi realizado em várias bases militares dos EUA e em Santiago, no Chile.

No âmbito internacional, destaca-se a participação brasileira em missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) como a Minustah e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), as quais contribuíram para a busca da paz no cenário internacional e proporcionaram o necessário adestramento aos efetivos militares.

Ao longo do ano de 2016, o Ministério da Defesa, cumprindo o acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas, participou da Força Tarefa Marítima da Unifil. A presença de organizações militares de força de paz em missões de paz da ONU ratifica a efetividade do emprego da expressão militar como instrumento da Política Externa Brasileira.

METAS DO OBJETIVO 1122

04G7 - INTEGRAR OS CENTROS PERMANENTES DE COMANDO E CONTROLE DAS FORÇAS ARMADAS

Em 2016 os enlaces de dados satelitais e terrestres entre os centros permanentes de comando e controle das Forças Armadas se mantiveram dentro dos padrões operacionais estabelecidos pelos respectivos contratos, não havendo indisponibilidades que viessem a afetar ou comprometer a qualidade de serviços como os canais de comunicação em voz e dados.

04G8 - REALIZAR 20 EXERCÍCIOS MILITARES CONJUNTOS

Destaca-se a participação das Forças Armadas nos exercícios multinacionais Felino, para os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Panamax, sob a coordenação do U.S. Southern Command (SOUTHCOM), que contou com a participação direta ou como observadora de mais de 20 nações dos diversos continentes. As Forças Armadas participaram também dos Exercícios de Simulação de Combate Azuver, imprescindíveis para o atingimento da interoperabilidade entre as Forças. Realizados em duas fases, na cidade do Rio de Janeiro, contou com a participação de mais de 400 militares. Tais exercícios visam ao preparo e ao adestramento dos oficiais para atuarem em Estados-Maiores Conjuntos, bem como a disseminação da Doutrina de Emprego Conjunto das FA.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO OBJETIVO 1122

Do exposto, conclui-se que o Objetivo 1122 está sendo bem conduzido, pois tanto a meta qualitativa (04G7) quanto a quantitativa (04G8) estão com andamento adequado.

OBJETIVO 1123 - MONITORAR, CONTROLAR E DEFENDER O ESPAÇO TERRESTRE, AÉREO E AS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.

Uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa é organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento e controle, mobilidade e presença. Dessa forma, o Ministério da Defesa conduziu ao longo de 2016 diversas ações a fim de conferir efetividade a essa diretriz.

No que se refere à defesa do espaço terrestre, prosseguiu-se com a implantação do Projeto Piloto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), no Mato Grosso do Sul, assim como foram iniciados os trabalhos de planejamento para a implementação nos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina. O Sisfron está sendo ajustado às novas diretrizes estabelecidas pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, instituído, por meio do Decreto nº 8.903, de novembro de 2016.

A defesa antiaérea visa impedir ou dificultar o uso do espaço aéreo por vetores hostis ao interesse do Estado Brasileiro, integrando o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra). A vigilância do espaço aéreo brasileiro é estruturada por meio de 84 sistemas de radiodeterminação, distribuídos por todo o território nacional, em sítios instalados em pontos de interesse operacional para o controle de tráfego aéreo e para a defesa aeroespacial.

No que diz respeito ao Projeto de Defesa Antiaérea a principal realização em 2016 foi a obtenção de meios para prover a defesa antiaérea das infraestruturas estratégicas nacionais, especialmente daquelas utilizadas na realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Contudo, em virtude das restrições orçamentárias, prossegue indefinido o processo para obtenção de sistemas antiaéreos de maior alcance, que poderiam ser utilizados para defender mais de um ponto sensível situado em uma mesma área.

Com relação à defesa das águas jurisdicionais brasileiras, cabe destacar que o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ) teve o desenvolvimento suspenso temporariamente, em 2016, devido a restrições orçamentárias.

No que tange à atividade de auxílio à navegação e de registro e fiscalização de embarcações, em 2016, destacam-se as ações de fiscalização do tráfego aquaviário, especialmente, nos períodos de alta temporada quando as ações são intensificadas, em decorrência do aumento de movimentação das embarcações. Ao todo foram realizadas 166.562 inspeções e vistorias pelo Comando da Marinha. Apesar da indisponibilidade de recursos para as despesas variáveis de pessoal, foram mantidas as atividades de fiscalização durante a baixa temporada a fim de não comprometer a segurança do tráfego aquaviário e a salvaguarda da vida humana no mar.

METAS DO OBJETIVO 1123

04GB - CONCLUIR A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON) NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Em 2016, as entregas do projeto piloto no Estado do Mato Grosso do Sul possibilitaram o atingimento de 8,8% da Meta, sendo que o acumulado desde o início do projeto alcança 46,9%. Mesmo com os avanços obtidos em 2016, a conclusão da implantação do Sisfron até o final do PPA vigente dependerá de investimentos no Projeto; da superação dos desafios tecnológicos para implantação e integração do Projeto Piloto; e da solução de questões patrimoniais referentes à implantação da infraestrutura do Sistema.

04GC - IMPLANTAR 11% DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON) NOS ESTADOS DO ACRE, MATO GROSSO, RONDÔNIA, PARANÁ E SANTA CATARINA

A meta refere-se à 2ª fase do Projeto, ou seja, ao prosseguimento da implantação do Sisfron, que será iniciada a partir de 2018, após a conclusão e a avaliação do Projeto Piloto no Mato Grosso do Sul. Por esse motivo, o percentual de execução acumulado ao final de 2016 atingiu apenas, 0,3%. Em que pese o baixo índice de execução, em 2016 foram obtidos meios de sensoriamento eletromagnético, realizadas obras de engenharia e adquiridas viaturas operacionais e meios logísticos de transporte fluvial.

04GD - IMPLANTAR 30 MÓDULOS DE DEFESA ANTIAÉREA DE ESTRUTURAS CIVIS CRÍTICAS - PROJETO DE DEFESA ANTIAÉREA DA FORÇA TERRESTRE

No âmbito do Projeto Estratégico Defesa Antiaérea foram implantados cinco módulos de defesa antiaérea. Também foram adquiridos materiais e realizadas algumas obras que permitirão elevar o nível de módulos disponíveis nos próximos anos.

Merecem destaque, ainda, as obras de adaptação nas instalações da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, localizada na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Nessas dependências serão recebidos os novos sistemas de materiais de defesa antiaérea.

Em relação ao Projeto do Míssil Telecomandado (RBS 70), foram adquiridos postos de tiro míssil; conjuntos de baterias para posto de tiro; e aparelhos de pontaria noturna e redes de camuflagem. Esses equipamentos serão distribuídos aos Grupos de Artilharia Antiaérea, componentes do Sistema de Defesa Antiaérea. Essa distribuição, com início previsto para 2017, possibilitará a ampliação do percentual atingido na meta estabelecida para o PPA 2016-2019.

04GE - REALIZAR ANUALMENTE 100 OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

No exercício de 2016 foram realizadas 124 operações de fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras, ultrapassando a quantidade planejada para o exercício. Esse resultado foi possível devido ao incremento na utilização de dados do sistema de informações sobre o tráfego marítimo e de inteligência pelos comandos dos grupamentos de navios de patrulha e pela qualificação de profissionais das atividades de fiscalizações.

04GF - ELEVAR A COBERTURA DE VIGILÂNCIA AÉREA NO TERRITÓRIO NACIONAL DE 47% PARA 75%, COM AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO NA ALTITUDE DE 3.300M

A rede de radares atualmente instalada permite o monitoramento em aerovias a 3.300 metros de altitude num percentual de 53,48% do volume desse espaço aéreo. A ampliação da cobertura demanda investimentos vultosos destinados à implantação de infraestrutura nos centros de controle e à aquisição equipamentos. Em 2016 foram priorizadas ações relativas à aquisição e à manutenção de equipamentos e sistemas especializados de navegação, telecomunicações, meteorologia, comunicações, busca e salvamento, entre outros.

04GG - AMPLIAR O CONHECIMENTO CARTOGRÁFICO NA AMAZÔNIA

Em 2016, em virtude de um arranjo de gestão entre o Centro-Gestor e Operacional de Brasília e o Estado do Amapá, foi possível a realização do imageamento de uma área de 152 mil km². Para o próximo ano estão previstos mais 163 mil km². Essa atividade contribui para a ampliação do conhecimento cartográfico da região.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO OBJETIVO 1123

Pelo exposto, constata-se que as metas quantitativas 04GE e 04GF e a meta qualitativa 04GG estão com andamento adequado. Por outro lado, as metas 04GB, 04GC e 04GD precisam ser ajustadas em seus atributos com vistas à compatibilização entre o nível de execução física e o orçamento disponível.

OBJETIVO 1124 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA E DE TECNOLOGIAS DE INTERESSE DA DEFESA NACIONAL

O Ministério da Defesa vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações em prol do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional. Essas iniciativas aumentaram a segurança das empresas do setor em virtude da aplicação de mecanismos previstos na Lei nº 12.598 de 2012, tais como a categorização das empresas estratégicas de defesa, o benefício do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid) e a participação de empresas nacionais em melhores condições competitivas nas licitações para reaparelhamento das Forças Armadas.

Um marco importante do exercício de 2016 foi o início da operação do Sistema de catalogação Siscat-BR, ferramenta tecnológica capaz de promover a integração da catalogação de produtos entre as Forças Armadas.

Outra atividade significativa para o desenvolvimento da BID foi o prosseguimento do Inova Aerodefesa, financiado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento, que possibilitou não só a modernização e ampliação de capacidade laboratorial do Centro Tecnológico do Exército, mas, também, a aquisição de equipamentos de emprego militar de empresas nacionais.

Também foi dado prosseguimento à implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército (PCTEG) em Guaratiba/RJ. Esse empreendimento tende a ser um centro promotor da cultura da inovação aberta, da competitividade e do aumento da capacidade da indústria, fundamentado na transferência de conhecimento e de tecnologia.

Merece destaque ainda a atuação da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), que, em 2016, investiu em máquinas e equipamentos para a readequação e modernização das linhas de produção das suas fábricas, colaborando com o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa

O desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio é de suma importância para que o Brasil tenha o domínio e a autonomia tecnológica em todo o ciclo de vida de armamentos inteligentes, desde o desenvolvimento até a operação e a manutenção desse equipamento. Em 2016 foi iniciada a montagem dos primeiros protótipos destinados à realização de testes do míssil.

No que diz respeito à pesquisa e ao desenvolvimento do Setor Aeroespacial, em 2016 o Ministério da Defesa buscou a consolidação dos sistemas de planejamento e de governança sistêmica, preparando-se para a utilização de ferramentas mais eficazes de acompanhamento e avaliação dos resultados, maior integração entre as políticas, instrumentos e agências de fomento, e melhor posicionamento no mercado global.

Em razão da grande dependência de investimentos públicos, poucos foram os avanços relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento no Setor Aeroespacial. Apesar disso, foram iniciadas as campanhas de ensaios para certificação do KC-390; a qualificação técnica do míssil A-Darter; a especialização de recursos humanos em certificação de produto aeroespacial; os lançamentos no exterior e no país do foguete VSB-30; o início da campanha de ensaios de componentes do motor de propulsão líquida L-75; a qualificação técnica do satélite ITASAT, do ITA; a obtenção dos primeiros resultados experimentais do demonstrador de propulsão hipersônica; e a campanha de certificação do Legacy-500 para o Sistema de Inspeção em voo da Força Aérea Brasileira.

METAS DO OBJETIVO 1124

04GT - IMPLANTAR 33% DO POLO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO EXÉRCITO EM GUARATIBA-RJ (PCTEG)

Em razão de grande parte das atividades previstas estarem relacionadas ao aterro e às edificações de instalações e próprios nacionais residenciais, o Comando do Exército não dispôs de recursos suficientes para custear essas despesas, por isso o percentual de implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ atingiu 2,7%.

04GU - CONCLUIR O PROGRAMA DE ENSAIOS E A CERTIFICAÇÃO DA AERONAVE KC-390

Em virtude da não alocação de recursos no projeto, em 2016, conforme programado na pré-proposta orçamentária, houve atraso no desenvolvimento e, conseqüentemente, na certificação do KC-390. Apesar disso, foram realizadas mais de 730 horas de voo como parte das campanhas que antecedem à certificação. Também já ocorreu a campanha de “Congelamento Aerodinâmico de Aeronave”, evento que consistiu em voos de ensaios, executados com a finalidade de analisar e confirmar o comportamento aerodinâmico da aeronave.

04GW - CONCLUIR O DESENVOLVIMENTO DO MÍSSIL A-DARTER

Este projeto prevê o desenvolvimento, em parceria com a África do Sul, de um Míssil ar de curto alcance de 5ª Geração; o suporte logístico; a base de certificação; e a transferência de tecnologia das áreas de interesse desse míssil para o Brasil. O percentual alcançado de 95,26% representa a evolução acumulada do projeto desde o seu início em 2006. Os fatores que dificultaram a conclusão do desenvolvimento do Míssil em 2016 foram todos de ordem técnica, ocasionados pela empresa desenvolvedora, e impactaram o início da industrialização brasileira do míssil. Em função disso, o Projeto está em fase de renegociação contratual com as empresas participantes do processo.

04GX - CONCLUIR O PROJETO DE ENLACE DE DADOS AR-AR E TERRA-AR (PROJETO LINK-BR2)

Durante o ano de 2016 não houve realizações físicas mensuráveis no Projeto Link BR2. Tal fato decorreu da restrição orçamentária; do processo de reestruturação societária da empresa contratada para execução do projeto; e também da necessidade de elaboração de termo aditivo para alteração de escopo, prazo e custos do projeto. Além disso, a empresa contratada não executou etapas previstas no contrato, mesmo com empenho disponível para adimplá-la, razão pela qual foram instaurados processos de apuração administrativa.

04SL - CATALOGAR 40% DOS PRODUTOS DE DEFESA, DE ACORDO COM O PADRÃO INTERNACIONAL DO SOC/OTAN

Foram catalogados, em 2016, segundo as normas do Sistema Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) 20% dos Produtos de Defesa, classificados em Portaria do Ministro da Defesa nos processos da Base Industrial de Defesa.

04SM - AMPLIAR EM 4% AO ANO O VOLUME DE EXPORTAÇÕES DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA.

A conjuntura econômica desfavorável somada à queda substancial do Produto Interno Bruto nos dois últimos anos, afetaram a capacidade produtiva da indústria de defesa e a competitividade das empresas brasileiras nos mercados internacionais. Assim, a meta de ampliar em 4% ao ano o volume de exportações da Base Industrial de Defesa, que está associada à participação desse segmento na economia nacional, deverá ser reprogramada no próximo ciclo de revisão do Plano Plurianual.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO OBJETIVO 1124

Pelo exposto, verifica-se que três das seis metas que compõem o Objetivo estão com andamento adequado (04GU, 04GW e 04SL). Mesma quantidade de metas não atingiram o resultado desejável para o exercício de 2016 (04GT, 04GX e 04SM), tornando-se necessária a revisão de seus atributos e/ou a avaliação da estratégia de implementação com vistas à correção de rumos da política até o final do prazo do PPA.

OBJETIVO: 1125 - COOPERAR COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A DEFESA CIVIL E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE.

O Ministério da Defesa, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, realiza ações em benefício da sociedade e/ou em apoio a órgãos governamentais, que contribuem com o desenvolvimento nacional, com ações de defesa civil, de mitigação das desigualdades sociais e de garantia da lei e da ordem.

Na contribuição com o desenvolvimento nacional, cabe destacar o Programa Calha Norte (PCN), que em sua vertente civil tem como objetivo “fixar o homem na região, melhorar a qualidade de vida das populações atendidas, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do estado na região”. Com esse intuito, o PCN celebrou convênios com prefeituras municipais para a realização de obras de infraestrutura básica e aquisição de equipamentos.

Nessa mesma linha, o Exército Brasileiro realiza obras de engenharia, notadamente quando a iniciativa privada não demonstra interesse em realizá-las. Nesse sentido, o EB construiu pontes e executou a manutenção e a duplicação de rodovias em diversas localidades do País.

Em sua atuação na mitigação das desigualdades sociais, as edições do Projeto Rondon, no Estado do Rio Grande do Norte e Espírito Santo, envolveram 75 Instituições de Ensino Superior e 750 rondonistas (professores e universitários), cujas atividades atenderam 36 municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal inferior a 0,7. O Projeto constitui-se em oportunidade de disseminação de conhecimento e trabalho voluntário para estudantes e professores universitários que desenvolvem atividades voltadas à promoção da cidadania, melhoria do bem-estar social, capacitação para a gestão pública e promoção do desenvolvimento local sustentável.

Na área de educação, o Projeto Soldado-cidadão tem uma grande importância social para os jovens que prestam o Serviço Militar, pois podem realizar cursos técnicos que complementam sua formação cívico-social e facilitam seu ingresso no mercado de trabalho, após o período de permanência nas Forças Armadas. Em 2016 foram formados pelo Projeto 8.066 jovens nas áreas de alimentação, automobilística, construção civil, informática, eletricidade, comunicação, artes gráficas e comércio.

Outra iniciativa das Forças Armadas na área de educação é o oferecimento de cursos para formação dos profissionais aquaviários. Esses eventos representam para a maioria dos beneficiados a primeira formação técnica para o primeiro emprego e, para os cidadãos já integrantes da comunidade marítima, a possibilidade de ascensão profissional e socioeconômica. Em 2016 foram capacitados 13.009 alunos, sendo 10.889 aquaviários, 650 portuários e 1.470 dos cursos do Programa de Ensino Profissional Marítimo.

O Ministério da Defesa também coopera com a Defesa Civil. Das ações realizadas em 2016, ressaltam-se: i) o lançamento de Ponte Bailey, sobre o igarapé Iria, no município São Gabriel da Cachoeira/AM, para reestabelecimento emergencial do tráfego na BR 307; ii) lançamento da ponte LSB SS, lançada sobre um riacho na Rodovia BR 222/PI, município Batalha/PI; e iii) lançamento de ponte LSB sobre o rio Rubim do Sul, na Rodovia BR 367/MG, município de Jacinto/MG.

No que concerne ao apoio das Forças Armadas na área de segurança, durante a realização dos Jogos Olímpico e Paraolímpicos de 2016, foram empregados nas atividades de Defesa Nacional e de policiamento ostensivo

complementar cerca de 44 mil militares na cidade do Rio de Janeiro, Manaus, Belo Horizonte, Salvador, São Paulo e Brasília.

METAS DO OBJETIVO 1125

04H9 - CAPACITAR PROFISSIONALMENTE 48.000 JOVENS EGRESSOS DO SERVIÇO MILITAR PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO - PROJETO SOLDADO-CIDADÃO.

O Projeto Soldado Cidadão oferece aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas oportunidades de formação complementar que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho após deixarem o serviço militar. O Projeto vem sendo desenvolvido em todo o território nacional, por meio de convênios celebrados entre os Comandos Militares e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Devido ao corte de 50% nos recursos destinados à contratação dos cursos profissionalizantes, em 2016 foram capacitados 8066 jovens. O resultado decorre de iniciativas adotadas pelo Ministério da Defesa que conseguiu vagas em cursos promovidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

04HA - APOIAR A PARTICIPAÇÃO DE 4.000 UNIVERSITÁRIOS NO PROJETO RONDON, PARA O FORTALECIMENTO DA CONSCIÊNCIA CIDADÃ.

A Meta inicialmente estabelecida consistia no apoio à participação de 4.000 universitários no Projeto Rondon, ou, proporcionalmente, 1.000 universitários por ano. Contudo, frente ao orçamento aprovado, houve a reprogramação da quantidade para 700 universitários. Em 2016 participaram das operações do projeto Rondon 750 rondonistas, nas operações Forte dos Reis Magos, Itapemirim e Tocantins.

04HC - ATENDER 75% DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA CALHA NORTE COM PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA BÁSICA NAS ÁREAS DE SEGURANÇA E DEFESA, ECONOMIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, SOCIAL, TRANSPORTES E ESPORTES.

No primeiro ano do ciclo do PPA foi alcançado o percentual de 42%, referente a celebração de 455 convênios com 122 municípios. No entanto, para os anos subsequentes, o Programa Calha Norte será expandido, com a inclusão do Estado do Mato Grosso e da faixa de fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul, passando sua área de abrangência de 194 para 379 municípios. Em razão dessa alteração caberá, no momento oportuno de revisão do PPA 2016-2019, a avaliação da necessidade de elevação da meta, a depender do volume de recursos destinados ao Projeto.

04HD - FORMAR E CAPACITAR 25.000 PROFISSIONAIS AQUAVIÁRIOS

No período de janeiro a dezembro de 2016 foram capacitados 10.889, quantidade bastante expressiva considerando-se o primeiro ano de vigência do Plano Plurianual 2016-2019. Os cursos do Programa de Ensino Profissional Marítimo, ministrados pela Marinha, acontecem em todos os estados da federação e proporciona aos novos aquaviários a ascensão profissional e socioeconômica.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO OBJETIVO 1125

Verifica-se que três das quatro metas do objetivo tiveram andamento adequado em 2016, com destaque para a superação da expectativa de capacitação de aquaviários. Em contraponto, é necessário revisar os atributos da meta 04H9 com vistas ao alcance dos resultados previstos no PPA.

INDICADORES DO PROGRAMA 2058 EM 2016

Para avaliar os principais resultados alcançados pela Política de Defesa, o PPA 2016-2019 estabeleceu indicadores que, dentre outros aspectos, mensuram a capacidade operacional singular das Forças Armadas quanto aos meios operativos, preparo dos efetivos, adestramento e prontidão logística, assim como o potencial do Brasil em produzir e comercializar bens relacionados à indústria nacional de defesa. A evolução desses indicadores está caracterizada na tabela a seguir:

Tabela 5 Evolução dos Indicadores em 2016

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			VALOR APURADO 2016		VARIÇÃO % EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
		DATA	ÍNDICE	FONTE DE INFORMAÇÃO	DATA	ÍNDICE	
Disponibilidade da frota Força Aérea Brasileira	Percentual	31/12/14	40,11	Comando da Aeronáutica	31/12/16	41,1	2,47
Índice de Operacionalidade da Força Terrestre	Percentual	31/12/14	45	Exército Brasileiro - Comando de Operações Terrestres (Coter)	31/12/16	50	11,11
Meios operativos da Marinha, na condição de Pronto para Operar	Percentual	31/12/14	48	Marinha do Brasil	31/12/16	44	-8,33
Monitoramento do espaço aéreo	Percentual	31/12/14	93,13	Comando da Aeronáutica	14/12/16	93,13	0
Participação da Base Industrial de Defesa no PIB	Percentual	31/12/14	0,15	Ministério da Defesa /SEPROD	31/12/16	0,125	-16,4

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

A seguir são tecidos alguns detalhamentos que esclarecem as causas dos avanços, permanências e recuos nos resultados dos indicadores:

DISPONIBILIDADE DA FROTA DA FAB

Comparando o resultado apurado em 2016 com o índice de referência, verifica-se uma pequena variação positiva na disponibilidade das aeronaves. É importante ressaltar, que em virtude das restrições orçamentárias, em 2016 foram adquiridos apenas equipamentos de menor custo e de caráter emergencial, em detrimento de itens de valor mais elevado no médio prazo. Em visão prospectiva, a melhora do resultado depende da efetivação de três medidas: aquisição de novas aeronaves, modernização das aeronaves já existentes na frota e elevação da capacidade de manutenção dos meios existentes, com a reposição adequada dos estoques de peças.

ÍNDICE DE OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE

O Índice de Operacionalidade da Força Terrestre - IFT é o instrumento de avaliação da capacidade operacional do Exército Brasileiro no período de vigência do Plano Plurianual 2016-2019. O índice de referência do IFT apurado em 2014 foi de 45%. No exercício de 2016 o EB atingiu 50% de operacionalidade da força terrestre. Essa pequena evolução decorre da ampliação da disponibilidade de materiais e equipamentos bélicos.

MEIOS OPERATIVOS DA MARINHA

O indicador avalia o grau de operacionalidade do conjunto de meios empregados na atuação do Poder Naval, neles inseridos os novos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, incorporados à Marinha do Brasil, assim como aqueles que se encontram em manutenção ou que necessitam de reparos não programados. Em 2016, o índice teve variação negativa de -8,33%, em relação ao índice de referência. Dentre as ocorrências que justificam o resultado destacam-se a baixa dos navios NDD "Ceará", Navio Transporte "Marajó", Corveta "Inhaúma" e Navio-Varredor "Anhatomirim" e a incorporação da Embarcação de Desembarque de Carga Geral (EDCG) "Marambaia" e do Navio Doca Multiprósito (NDM) "Bahia".

MONITORAMENTO DO ESPAÇO AÉREO

A atual vigilância do espaço aéreo brasileiro é estruturada por meio de 84 sistemas de radiodeterminação distribuídos pelo território nacional. Essa infraestrutura sustenta serviços prestados às aeronaves em todo o espaço aéreo brasileiro, em elevado nível de segurança e de qualidade.

A atual rede de radares instalada proporciona o alcance do índice de 93,13% a 20.000 pés de altitude, apurado em dezembro de 2016, permanecendo-se inalterado em relação ao índice de referência.

PARTICIPAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA NO PRODUTO INTERNO BRUTO

Tomando-se por base o PIB real de 2016, na ordem de R\$ 6,26 bilhões, houve uma retração do índice de 3,16%, pois o crescimento da Base Industrial de Defesa depende das aquisições de produtos dessa categoria, pelas Forças

Armadas, o que ocorreu em volume inferior ao planejado no exercício em referência. Comparativamente ao índice de referência de 0,15%, ocorreu decréscimo de 16,40%, já que o índice alcançado em 2016 foi de 0,1254%.

AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA DEFESA NACIONAL

Dos cinco indicadores estabelecidos para o Programa 2058, três referem-se à operacionalidade das Forças Armadas Brasileira. Nesse sentido, a despeito das dificuldades de ordem fiscal, os níveis operacionais da Força Terrestre e da Força Aérea tiveram evolução positiva no exercício. Em contrapartida, o Índice de operacionalidade da Força Naval foi o mais afetado pela conjuntura, decrescendo na ordem de -8,33. O índice de monitoramento do espaço aéreo brasileiro, por sua vez, manteve-se no mesmo patamar de 2014. Enquanto, a participação da Base Industrial de Defesa no Produto Interno Bruto foi reduzida em 16,40%, em decorrência do agravamento da crise econômica brasileira.

AVALIAÇÃO GERAL DO PROGRAMA 2058 – DEFESA NACIONAL

Tendo como referência os projetos e atividades desenvolvidas no decorrer de 2016 pelas diversas unidades do Ministério da Defesa, conclui-se que houve avanços no programa de Defesa nacional, não obstante o cenário fiscal restritivo. Essa conclusão fundamenta-se no fato de que 60% das metas estabelecidas no PPA se encontram com bom andamento. O principal fator que contribuiu para a evolução dos objetivos do Programa em 2016 foi o expressivo investimento do Governo Federal nos projetos estratégicos de aparelhamento das Forças Armadas e de monitoramento das fronteiras terrestre, aérea e das águas jurisdicionais brasileiras, em especial os inseridos no programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse aporte de recursos foi fundamental para a elevação da capacidade operativa das FA e, conseqüentemente, da evolução da Política de Defesa. Por outro lado, várias Ações Orçamentárias sofreram contingenciamento, situação que impactou negativamente no cumprimento de metas e objetivos do PPA.

Dessa forma, os principais problemas enfrentados na execução da política pública de defesa em 2016 foram de ordem financeira e tecnológica. Em relação à gestão financeira, há de se revisar os planejamentos e repactuar os contratos, principalmente, aqueles que demandam maiores volumes de recursos nos próximos anos, tendo em vista a limitação de investimentos do Governo Federal. No que se refere à questão tecnológica, o País vem investindo em projetos de pesquisas, e aperfeiçoando seus mecanismos de aquisição e desenvolvimento de produtos de defesa, privilegiando contratos com cláusulas de transferência, o que permitirá, no médio prazo, maior independência e economia na produção e manutenção de seus meios e equipamentos. Por fim, espera-se para os próximos anos, a continuidade das ações necessárias ao atingimento, ao final do plano, dos objetivos, metas e iniciativas traçadas, com vistas à efetividade da Política de Defesa, de forma a proporcionar ao País condições necessárias à defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

PROGRAMA 2046 – OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

O Oceano Atlântico Sul e Tropical e a Zona Costeira brasileira são estratégicos para a segurança e o desenvolvimento nacional, em razão da sua extensão e da vocação econômica marítima do País, considerando-se os recursos vivos e não vivos presentes nas águas de interesse nacional, as populações residentes nas zonas costeiras e o comércio internacional via rotas de navegação transoceânicas.

Não obstante a relevância do Oceano Atlântico Sul e Tropical e da Zona Costeira para o País, o conhecimento científico disponível sobre os mesmos ainda é limitado. Dessa forma, a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Assuntos Antárticos, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a Política Nacional para os Recursos do Mar e as orientações da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) que atua como coordenadora dos assuntos relativos ao mar, visam orientar as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária para obtenção do conhecimento, assim como, ao desenvolvimento das ações governamentais para o uso sustentável e preservação dos recursos do mar.

O Programa Temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica está associado a diretriz estratégica do Plano Plurianual 2016-2019 de “Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo com melhoria do ambiente de negócios, ampliando a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da economia”. Os objetivos do Programa estão voltados ao estabelecimento do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento de recursos naturais; à ampliação da presença brasileira em águas nacionais, internacionais e ilhas oceânicas; à garantia da presença brasileira na Antártica; à promoção de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e operação dos

sistemas de observação dos oceanos; à promoção do uso compartilhado do ambiente marinho e ao gerenciamento da zona costeira de forma sustentável; e à pesquisa e prospecção do potencial mineral e biológico.

O Ministério da Defesa exerce o papel de coordenador do Programa, por meio da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, colegiado presidido por integrante do Comando da Marinha. Nesse contexto, o MD tem sob sua responsabilidade os objetivos 0558 - Promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o uso sustentável dos recursos e os sistemas de observação dos oceanos, ampliando a presença brasileira em águas nacionais, internacionais e nas ilhas oceânicas; 0562 - Estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais; 0563 - Promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável; e 0564 - Garantir a presença brasileira na região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica com a preservação do meio ambiente.

A política pública relacionada aos oceanos, zona costeira e antártica possui caráter multissetorial, razão pela qual também participam do Programa 2046 os Ministérios do Meio Ambiente, de Minas e Energia, de Ciência e Tecnologia e da Educação, os quais possuem objetivos, iniciativas, metas e iniciativas sob suas responsabilidades.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS NO PPA 2016-2019

A previsão de recursos para o Programa 2046 foi definida a partir dos limites estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e contempla as necessidades dos Ministérios da Defesa, Meio Ambiente, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia e Ministério da Educação, na proporção de suas responsabilidades pela implementação das ações governamentais inerentes ao Programa.

Tabela 6 Previsão de Recursos do MD para o Programa 2046, no PPA 2016-2019 (R\$ milhão)

ESFERA	2016 (*)	2017	2018	2019	TOTAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)	149,0	169,8	131,2	28,6	478,6
Orçamento de Investimentos	0	0	0	0	0
TOTAL	149,0	169,8	131,2	28,6	478,6

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), Consulta em março de 2017

(*) Valor da LOA de 2016

Após apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual pelo Congresso Nacional, houve elevação dos valores inicialmente propostos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 7 Valores do Programa 2046, na Lei do PPA 2016-2019 (R\$1,00)

ESFERA	GLOBAL PPA 2016-2019 (*)	DOTAÇÃO/POSIÇÃO (LOA +CRÉDITOS)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)	497.033.513	148.973.855
Orçamento de Investimentos	0	0
Recursos extraorçamentários	0	0
Total	497.033.513	148.973.855

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), Consulta: Relatório de Gestão - TCU Programas Temáticos, em março de 2017.

Conforme Anexo I da Lei nº 13.248/2016, que instituiu o Plano Plurianual, o total de recursos previsto para Programa 2046, para o período 2016-2019, foi elevado de R\$ 478.666.945 para R\$ 497.033.513, não tendo sido, contudo, detalhado o montante para os exercícios de 2017, 2018 e 2019. Dos recursos alocados ao Programa, R\$ 360.148.406,00, correspondente à 72,45%, destina-se à reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, com término de previsão em 2018. De modo geral, os limites orçamentários alocados no PPA para o ano de 2016 foram compatíveis com as necessidades do Programa e concorreram para os avanços do Plano nacional de Recursos do Mar e (PNRM) e da Política Nacional para Assuntos Antárticos (Polantar).

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA 2046 – OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

Embora tenha havido dificuldades orçamentárias no exercício de 2016, de modo geral, houve avanços na condução do Programa, os quais serão apresentados a partir da evolução dos objetivos, metas e indicadores do PPA, de responsabilidade do MD, detalhados a seguir:

OBJETIVO 0558 - PROMOVER A PESQUISA CIENTÍFICA, O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS E OS SISTEMAS DE OBSERVAÇÃO DOS OCEANOS, AMPLIANDO A PRESENÇA BRASILEIRA EM ÁGUAS NACIONAIS, INTERNACIONAIS E NAS ILHAS OCEÂNICAS.

Elaborado em consonância com a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) se concretiza pelo desenvolvimento de diversos programas e ações voltados para

conservação e exploração sustentável dos recursos marinhos, conduzidos por Comitês Executivos coordenados por diversos Ministérios. Nesse contexto, em 2016, foi realizada a nona edição do PSRM, aprovado pelo Decreto 8.907, de 22 de novembro de 2016, a vigorar no período de 2016 a 2019.

No que se refere ao Programa de Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade da Marinha, em 2016 foram constituídas comissões de fiscalização para controle e monitoramento dos estoques pesqueiros. Quanto à formação de recursos humanos em Ciências do Mar, em 2016, a Marinha do Brasil prosseguiu com a construção dos quatro navios laboratório de ensino flutuante, sendo prevista a conclusão do 1º navio para o 1º semestre de 2017. As atividades de pesquisas científicas nas Ilhas Oceânicas ocorrem por meio de Programas de Pesquisas Científicas realizadas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Proarquipélago); na Ilha da Trindade; no Arquipélago de Martin Vaz e nas águas marítimas adjacentes (Protrindade). Em 2016 foram apoiados 24 projetos de pesquisa que se vinculam a universidades de todo o território nacional.

METAS DO OBJETIVO 0558

O objetivo 0558 é constituído de três metas, duas de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e uma sob coordenação do Ministério da Defesa.

04D0 - INSTALAR UMA ESTAÇÃO CIENTÍFICA NO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA

Em 2016, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm), em função do tombamento do conjunto histórico e paisagístico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da área anteriormente designada, oficializou o pedido de realocação do terreno onde será construída a Estação e deu continuidade ao desenvolvimento do projeto das edificações.

01MS - MANTER A ESTAÇÃO CIENTÍFICA DO ARQUIPÉLAGO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO (ASPSP) HABITADA COM PELO MENOS TRÊS PESSOAS DURANTE 365 DIAS POR ANO

Em 2016 a Estação Científica do ASPSP teve pleno funcionamento operacional, sendo ocupada permanentemente por pesquisadores brasileiros e/ou militares da Marinha do Brasil. Além disso, foi dada a continuidade às operações e à manutenção da estação, permitindo que permanecesse ocupada, no mínimo, por três pessoas, ininterruptamente, durante os 365 dias do exercício. Com isso, avalia-se que a Meta foi executada a contento no exercício de 2016, em função de arranjos de gestão levados a efeito, tais como, estabelecimento de prioridades na realização de comissões de apoio, aquisição de equipamentos e treinamento de pessoal. Vale destacar, ainda, que no decorrer de 2016, deu-se continuidade ao projeto de construção de uma nova Estação Científica no ASPSP, em substituição a atual, que já começa a apresentar sinais de desgaste, fruto das intempéries que assolam aquela remota região.

AVALIAÇÃO DO OBJETIVO 0558

As ações desenvolvidas em 2016 contribuíram para a evolução do objetivo, destacando-se o esforço empreendido para manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP), o que resultou no andamento adequado da meta.

OBJETIVO 0562 - ESTABELECE O LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA ALÉM DAS 200 MILHAS, PARA ASSEGURAR OS DIREITOS DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DOS SEUS RECURSOS NATURAIS

No exercício de 2016, o Brasil enviou uma delegação para interagir com a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), responsável pela análise da proposta de expansão do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas. Participaram dessa delegação, dentre outros, membros do Ministério da Defesa e das Relações Exteriores. Além disso, a Revista da Região Equatorial foi submetida à Comissão de Limites da Plataforma Continental, nos termos da 66ª Sessão Ordinária da Subcomissão para o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), e deverá ser apresentada à Comissão de Limites da Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Ministério das Relações Exteriores, até o início de 2017.

AVALIAÇÃO DO OBJETIVO 0562

A Meta 04D1 - Obter a ampliação do limite da Plataforma Continental Brasileira para até 350 milhas - é de Responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores e está com andamento adequado. Embora não haja metas de responsabilidade do MD nesse objetivo, considera-se que esse vem evoluindo de forma adequada, visto que em 2016 o Ministério da Defesa adotou as medidas necessárias para o prosseguimento do processo de ampliação do

limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, no âmbito da Organizações da Nações Unidas.

OBJETIVO - 0563 - PROMOVER O USO COMPARTILHADO DO AMBIENTE MARINHO E REALIZAR O GERENCIAMENTO DA ZONA COSTEIRA DE FORMA SUSTENTÁVEL

Uma das principais ações de 2016 visando o uso compartilhado do ambiente marinho foi a atualização do macrodiagnóstico da Zona Costeira (MDZC) na escala da União. O MDZC busca fornecer base de informação para à promoção do uso compartilhado do ambiente marinho e ao gerenciamento da Zona Costeira de forma sustentável e se constitui em um instrumento do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA). Também em 2016 foi dada sequência às atividades do Grupo de Trabalho do uso compartilhado do ambiente marinho (GT-Ucam).

METAS DO OBJETIVO 0563

O Objetivo é constituído por 3 metas, sendo que as Metas 04LN - Ampliar de 5% para 20% o total de municípios costeiros com diretrizes de uso e ocupação da orla marítima definida - e 04LM Atualizar o macrodiagnóstico de 100% da Zona Costeira, na escala da União - são de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Já a Meta 04LO – Concluir a primeira versão do Plano de Uso Compartilhado do Ambiente Marinho a partir do Planejamento Espacial Marinho, visa promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável. Durante o ano de 2016 foi analisada, no âmbito do Grupo de Trabalho do uso compartilhado do ambiente marinho (GT-Ucam), a proposta de construção de um plano de trabalho para a elaboração de orientações e diretrizes do Planejamento Espacial Marinho. Ficou decidido pelo colegiado a continuidade dos trabalhos e discussões para a montagem desse plano em 2017.

AVALIAÇÃO DO OBJETIVO 0563

Houve avanços na construção do plano de trabalho para a elaboração de orientações e diretrizes do Planejamento Espacial Marinho e na atualização do macrodiagnóstico da Zona Costeira. Como resultado dessa atuação, as metas se encontram com andamento adequado. Por outro lado, é necessária a articulação dos atores envolvidos na política com vistas à ampliação da quantidade de municípios costeiros dispendo de diretrizes de uso e ocupação da orla marítima, notadamente para auxiliar na elaboração dos Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima.

OBJETIVO 0564 - GARANTIR A PRESENÇA BRASILEIRA NA REGIÃO ANTÁRTICA, DESENVOLVENDO PESQUISA CIENTÍFICA COM A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) vem realizando, por mais de 34 anos, pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento na Antártica, de forma a respaldar a condição do Brasil de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, assegurando a participação do Brasil nos processos decisórios relativos ao futuro daquele Continente, de relevante importância geopolítica para o Brasil. Em outubro de 2016 foi iniciada a Operação Antártica Trinta e Cinco (Operantar XXXV), com a partida do Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) Ary Rongel e do Navio Polar (NP) Almirante Maximiano, da cidade do Rio de Janeiro com destino à Antártica. Após realizarem uma parada em Rio Grande para recebimento de carga, vestimentas especiais e embarque de pessoal, os navios iniciaram o trânsito rumo ao Continente Gelado, onde permanecerão durante o verão antártico, retornando ao Brasil em abril de 2017.

No decorrer dessa Operação serão apoiados 25 projetos de pesquisas científicas envolvendo cerca de 260 pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa de todo o País. Além disso, serão iniciadas as obras em campo para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz. Na área científica, foram formados 10 doutores, titulados a partir de pesquisas na Antártica, tendo sido publicados 65 artigos indexados no âmbito do Proantar.

METAS DO OBJETIVO 0564

O Objetivo 0564 é composto por 5 metas, sendo duas de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações (apoiar a formação de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do PROANTAR e apoiar a publicação de 100 artigos científicos indexados no âmbito do PROANTAR) e uma sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (estabelecer normatização para conformidade ambiental das atividades brasileiras na Antártica).

04E6 - MANTER A TAXA DE ATENDIMENTO LOGÍSTICO DE DEMANDA DE PESQUISA EM 60%.

Em 2016 o índice de atendimento logístico às pesquisas atingiu o patamar de 69,63. Contudo, tendo em vista a

reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), iniciada em 2016, a meta de manutenção da taxa de atendimento logístico de demanda de pesquisa para o PPA 2016-2019 foi estabelecida em 60%, considerando a necessidade de se reservar acomodações para os operários da empresa estatal Corporação China de Importações e Exportações Eletrônicas (CEIEC), responsável pela reconstrução da Estação; para o pessoal técnico-ambiental do Ministério do Meio Ambiente e também para os fiscais de obra da Diretoria de Obras Civas da Marinha e da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Adicionalmente, um dos navios de apoio, o NApOc Ary Rongel, teve que ser utilizado no apoio à remoção da aeronave da Força Aérea Brasileira que se acidentou em dezembro de 2015, na Base Aérea Chilena Presidente Eduardo Frei Montalva e que se encontra lá desde então, impactando diretamente no apoio logístico às pesquisas previstas para as Operantar XXXIV. Vale destacar que com a crise econômica de 2016 alguns projetos de pesquisa reduziram o tempo de permanência no ambiente antártico ou mesmo cancelaram sua realização. Mesmo assim, a taxa de atendimento de apoio logístico se manteve acima dos patamares estabelecidos, podendo evoluir na próxima Operantar, a depender do andamento das obras de reconstrução da EACF, que continuará impactando a capacidade de apoio nas dependências dos navios, nos próximos dois anos.

04E7 - RECONSTRUIR A ESTAÇÃO ANTÁRTICA COMANDANTE FERRAZ CONFORME PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL APLICÁVEIS À ANTÁRTICA

Após a primeira fase de pré-montagem na China, desenvolvida ao longo de 2016, o navio contratado pela empresa CEIEC, responsável pela reconstrução da EACF, iniciou os trabalhos de montagem do canteiro de obras, fundações e pré-montagem do prédio principal da Estação.

É importante salientar que as fases de pré-montagem na China e na Antártica estão sendo acompanhadas por fiscais da Marinha, com o reforço de três fiscais do Ministério do Meio Ambiente, para acompanhar as atividades realizadas na Antártica.

AVALIAÇÃO DO OBJETIVO 0564

O Objetivo vem sendo cumprido eficazmente pelos órgãos responsáveis, pois todas as metas se encontram com andamento adequado.

No âmbito do Ministério da Defesa, destaque-se os avanços na Reconstrução do Estação Antártica Comandante Ferraz e na manutenção do apoio logístico de demanda à pesquisa, a despeito das dificuldades operacionais enfrentadas no exercício.

OBJETIVO 0991 - PESQUISAR O POTENCIAL MINERAL E BIOLÓGICO BEM COMO AS VARIÁVEIS OCEANOGRÁFICAS EM ÁREAS INTERNACIONAIS E NA PLATAFORMA CONTINENTAL JURÍDICA BRASILEIRA.

Pesquisar o potencial mineral e biológico bem como as variáveis oceanográficas em áreas internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira é outra vertente importante do programa 2046. Ressalta-se, por exemplo, o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial – Proarea, por meio do qual, em 2016, foram realizadas reuniões para definição das prioridades de pesquisa e planejamento para a 1ª comissão do NPqHO Vital de Oliveira, na Elevação do Rio Grande (ERG), prevista para janeiro/fevereiro de 2017.

Em relação à Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira – Remplac, foi realizado o reprocessamento de dados referentes aos projetos granulados marinhos na costa nordeste, diamantes na foz do Rio Jequitinhonha e fosforita nas Bacias de Santos e Pelotas, com o propósito de quantificar estes recursos minerais.

No contexto do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) e do Plano de Mineração 2030, de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia (MME), foi firmado contrato entre a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e um Acordo de Cooperação com a Empresa Vale S.A. para entrada da CPRM no Comitê Gestor e para a utilização do Navio Hidroceanográfico Vital de Oliveira e do Navio Oceanográfico Atlântico Sul, com vistas a viabilizar a realização dos levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos em 2017.

METAS DO OBJETIVO 0991

046V - CUMPRIR 80% DA 1ª ETAPA DO PLANO DE TRABALHO DE EXPLORAÇÃO DE CROSTAS COBALTÍFERAS NA ELEVAÇÃO DO RIO GRANDE

Em 2016, o Ministério de Minas e Energia cumpriu o percentual de 10% do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande. Para que seja alcançado o patamar previsto de 80%, durante a vigência do PPA 2016-2019, será necessária a compatibilização entre a programação orçamentária e financeira com as atividades programadas para a efetivação da meta. Além disso, deverão ser adotadas medidas com vistas à compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

046U - REALIZAR 6 LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS, GEOFÍSICOS, BIOLÓGICOS E OCEANOGRÁFICOS

Em razão das dificuldades de ordem orçamentária e financeira não houve avanços da meta em 2016, impondo-se medidas de gestão com vistas à adequação dos recursos ao dimensionamento da meta ou alteração de seus atributos.

AVALIAÇÃO DO OBJETIVO 0991

Embora tenha havido avanços relativamente à pesquisa do potencial mineral e biológico e na condução do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), as metas específicas do objetivo não foram cumpridas principalmente em decorrência dos contingenciamentos orçamentários.

INDICADORES DO PROGRAMA 2046

Para a avaliação dos resultados do Programa 2046, no período de 2016-2019, foram estabelecidos quatro indicadores, os quais mensuram a evolução da Política do Mar, Zona Costeira e Antártica em seus diversos aspectos.

Tabela 8 Evolução dos indicadores do Programa 2046 em 2016

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			VALOR APURADO 2016		VARIÇÃO % EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
		DATA	ÍNDICE	FONTE DE INFORMAÇÃO	DATA	ÍNDICE	
Área abrangida por instrumento de Planejamento Espacial Marinho	Percentual alcançado	30/06/2015	0	Ministério da Defesa - SECIRM	31/12/2016	0	-
Cumprimento do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande	Percentual	31/12/2015	0	Ministério de Minas e Energia	31/12/2016	10	10%
Levantamento do potencial mineral e biológico, bem como das variáveis oceanográficas da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e dos Fundos Marinhos Internacionais	Número índice	30/06/2015	0	CPRM, MME e MMA	31/12/2016	0	-
Taxa de atendimento logístico da demanda de pesquisa em oceanos e na Antártica	Percentual	31/12/2014	87	Ministério da Defesa - SECIRM	31/12/2016	84,81	- 2,52%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

ÁREA ABRANGIDA POR INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO

O Grupo de Trabalho sobre Uso Compartilhado do Ambiente Marinho (GT-UCAM) ainda não dispõe de relatório técnico que subsidiará as decisões futuras e possibilitará a implementação de Planejamento Espacial Marinho em nível nacional. Dessa forma, não houve evolução do Indicador no exercício de 2016.

CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHO DE EXPLORAÇÃO DE CROSTAS COBALTÍFERAS NA ELEVAÇÃO DO RIO GRANDE

No exercício de 2016 foi cumprido 10% do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande.

LEVANTAMENTO DO POTENCIAL MINERAL E BIOLÓGICO, BEM COMO DAS VARIÁVEIS OCEANOGRÁFICAS DA PLATAFORMA CONTINENTAL JURÍDICA BRASILEIRA E DOS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS

No exercício de 2016 esse indicador manteve-se inalterado em relação ao seu número índice de referência.

TAXA DE ATENDIMENTO LOGÍSTICO DA DEMANDA DE PESQUISA EM OCEANOS E NA ANTÁRTICA

A taxa de atendimento logístico a pesquisas em oceanos e na Antártica atendeu às expectativas para o exercício de 2016. O atendimento às pesquisas no oceano alcançou 100% e na região Antártica 69,63%, tendo em vista que esta foi mais impactada pelas dificuldades financeiras do exercício. Na média, a taxa total de atendimento foi de 84,81%, menor em 2,52%, em relação ao índice de referência.

AVALIAÇÃO GERAL DO PROGRAMA 2046

No exercício de 2016 foram adotadas as providências requeridas para o avanço dos objetivos e das metas propostas para o período. As dificuldades advindas dos limites de movimentação e empenho e de pagamento foram contornadas com a reprogramação das prioridades de execução da programação orçamentária e financeira das metas físicas intermediárias, sem prejuízo do andamento das ações operacionais e logísticas.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA EM OUTROS PROGRAMAS

O Ministério da Defesa participa dos programas 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres; 2050 - Mudança do Clima; e 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência, contudo, para efeito deste relatório abordaremos apenas os resultados do Programa Mudança do Clima, em razão de o MD ser responsável por uma meta desse Programa.

O MD participa do Programa 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres, por meio da Iniciativa “ 05F5 - Aprimoramento do sistema de previsão de impacto e alerta de eventos climáticos extremos na Amazônia Legal; e do Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência, com a Iniciativa “ 05EE - Capacitação e treinamento das tropas de paz sobre os direitos das mulheres e das crianças, e sobre medidas de proteção eficazes contra a violência sexual”. Embora essas Iniciativas não sejam individualizadas, e por essa razão não constam registros sobre o andamento no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), o Ministério da Defesa implementou, no decorrer de 2016, as ações necessárias ao cumprimento desses compromissos.

PROGRAMA 2050 - MUDANÇA DO CLIMA

No Programa Mudança do Clima, o Ministério da Defesa é responsável pela Meta 047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², 3 vezes ao ano, para 750 mil km², 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens”.

O Orçamento Geral da União para o exercício de 2016 não destinou recursos para o Projeto de Cartografia da Amazônia, com vistas à realização das atividades de monitoramento do desmatamento da Região Amazônica, entretanto, em razão dos arranjos de gestão implementados pelo Centro-Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e o Estado do Amapá, foi imageada uma área 152 mil Km² daquele Estado.

2.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da SG

A execução orçamentária do Programa Defesa Nacional no primeiro ano de vigência do Plano Plurianual está representada nas tabelas abaixo, com a evidenciação dos valores realizados no próprio exercício e dos relativos a restos a pagar de exercícios anteriores.

Tabela 9 Execução Orçamentária Programa 2058 - Defesa Nacional 2016 (R\$ 1,00)

Execução orçamentária - OFSS – Lei orçamentária de 2016							
Valor PPA 2016 (*)	Dotação OFSS (LOA + Créditos)	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar Inscritos - Processados	Restos a Pagar Inscritos - Não Processados	Orçamento de Investimento
							Despesa realizada
12.140.602.861,37	11.733.589.683,00	11.225.542.014,22	8.089.885.732,14	7.955.049.105,69	134.836.626,45	3.135.656.282,08	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores							
Tipo		Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar	
Não Processados		5.379.365.855,31	3.913.179.520,64	3.810.414.289,41	193.477.566,49	1.026.505.371,31	
Processados		2.328.252.162,42	0,00	2.140.200.494,86	3.969.756,00	128.515.076,89	
Execução Orçamentária Total							
Despesa Empenhada Total	Despesa Liquidada Total	Despesa Paga Total	RAP Total inscrito em 2016	RAP total a pagar de exercícios anteriores	RAP Total cancelados de exercícios anteriores		
11.225.542.014,22	12.003.065.252,78	13.905.663.889,96	3.270.492.908,53	1.155.020.448,20	197.447.322,49		
Valores do Programa alocados ao Ministério da Defesa em 2016 (52000)							
Dotação OFSS		11.733.589.683,00	Dotação OI	0,00	Recursos Extraorçamentários	407.013.178,37	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), consulta em março de 2017.

(*) Inclui R\$ 407.013.178,00 de recursos extraorçamentários do exercício de 2016

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2058

No exercício de 2016, o total de despesas empenhadas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o Programa 2058 somou R\$ 11.225.542.014,22 e representou 95,7% da dotação orçamentária (LOA + créditos) do ano. O total de recursos empenhados ficou muito próximo do valor da Dotação da Lei Orçamentária Anual (LOA/2016). Entretanto, a liberação de parte dos limites de movimentação de empenho não ocorreu tempestivamente, o que gerou a inscrição em Restos a Pagar Processados de R\$ 134.836.626,45 e em Restos a Pagar Não Processados de R\$ 3.135.656.282,08. A despesa liquidada total em 2016 monta em R\$ 12.003.065.252,78, sendo R\$ 8.089.885.732,14 do próprio exercício e R\$ 3.913.179.520,64 de Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, ou seja, do valor liquidado total, o percentual de 67,40% referiu-se à liquidação de despesas de 2016 e 32,60% relativos a Restos a Pagar não Processados.

No que concerne ao impacto da despesa inscrita em restos a pagar nos resultados do Programa Defesa Nacional, no exercício de 2016, registramos que a postergação do pagamento de valores inscritos em restos a pagar – processados ou não – podem onerar os custos dos contratos, principalmente àqueles firmados em moeda estrangeira no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.

No exercício de 2016 foram efetuados pagamentos que totalizam R\$ 13.905.663.889,96, sendo R\$ 7.955.049.105,69 do próprio ano; R\$ 3.810.414.289,41 relativos a Restos a Pagar Não processados; e R\$ 2.140.200.494,86 referentes a Restos a Pagar Processados. Dessa forma, o valor total pago de despesas oriundas de exercícios anteriores alcançou R\$ 5.950.614.784,27, o que representa 42,79% do montante pago no ano. Do exposto, considerando-se os níveis de empenho, liquidação e de pagamento da despesa, constata-se que a execução orçamentária do Programa 2058 teve desempenho satisfatório em 2016.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES DO PROGRAMA 2058

O Programa 2058 é composto por 89 ações, das quais 28 são executadas pelas unidades da Administração Central do Ministério da Defesa (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, Secretaria de Produtos de Defesa, Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, Programa Calha Norte e Centro-Gestor e Operacional do Sistema de proteção da Amazônia), cabendo à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, na qualidade de Unidade Prestadora de Contas, apresentar o desempenho físico e financeiro das ações executadas integralmente

por suas unidades administrativas, quais sejam: 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR); 2B28 - Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Defesa; 20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional; 8425 - Apoio ao Projeto Rondon; 20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte; 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte; 2452 - Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte; 2055 - Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra; e 151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese).

As demais ações do Programa 2058 deverão ser objeto dos Relatórios de Gestão dos Comandos Militares, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

As tabelas a seguir demonstram a execução física e financeira das ações do Programa 2058, de responsabilidade da Secretária-Geral do Ministério da Defesa, no exercício de 2016, elaborados a partir de informações extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e do Relatório de Informações de Apoio à Prestação de Contas ao TCU.

As informações refletem os resultados das consultas ao sítio Tesouro Gerencial, com utilização dos seguintes parâmetros: execução de despesas do exercício de 2016, inclusive, Restos a Pagar; montante de despesas de exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2016, relativas a Restos a Pagar de exercícios anteriores e; despesas de exercícios anteriores liquidadas e canceladas em 2016. Destaque-se que os fatores intervenientes no desempenho orçamentário estão abordados nos comentários sobre a execução de cada ação governamental.

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 123J

Tabela 10 Ação 123J

Identificação da Ação						
Ação:	123J					
Título:	Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)					
Iniciativa:	Desenvolvimento e aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral - Projeto HX_BR.					
Objetivo:	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional					
Programa:	2058 - Defesa Nacional					
Unidade Orçamentária:	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária:	(X)Sim ()Não		Caso Positivo: (X)PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
447.748.925	447.748.925	443.543.758	313.131.877	313.131.877	0	130.411.881
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Helicóptero adquirido		Unidade		1	1	4
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/16	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
266.594.342	263.463.446	0	Helicóptero adquirido	Unidade	1	

Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial, em 4 de maio de 2016.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA AÇÃO

A Ação destinada à aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral para as Forças Armadas, os quais serão empregados na sustentação ao combate, nas missões de interdição e em ações cívico-sociais, de integração nacional, misericórdia e humanitária. O Projeto prevê a aquisição de 50 helicópteros para atender as demandas das Forças Armadas e da Presidência da República. Para o exercício de 2016 estava previsto o recebimento de uma aeronave, mas foram recebidas quatro, sendo uma para o Exército Brasileiro e três para a Força Aérea Brasileira. Com as entregas de 2016, somam-se 26 aeronaves recebidas.

A despesa empenhada no exercício (R\$ 443.543.758,00) corresponde a 99,06% da dotação final. Os empenhos liquidados e pagos no exercício totalizaram R\$ 313.121.877,00, representando 70,6% da despesa empenhada. Foram

inscritos em Restos a Pagar não Processados o valor de R\$ 130.411.881, em função de Termo Aditivo firmado com a contratada no final do exercício de 2016.

Ainda em 2016 foram liquidados R\$ 263.463.446,00 referentes a Restos a Pagar Não processados, do valor inscrito de R\$ 266.594.342,00, equivalente a 98,82%. Da análise das informações, conclui-se que a Ação 123J teve bom desempenho orçamentário no exercício de 2016, o que contribuiu para o alcance do Objetivo 1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 2B28

Tabela 11 Ação 2B28

Identificação da Ação						
Ação:	2B28					
Título:	Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Defesa					
Iniciativa:	Não se aplica.					
Objetivo:	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional					
Programa:	2058 - Defesa Nacional					
Unidade Orçamentária:	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
900.000	900.000	854.322	253.917	249.374	4.542	600.406
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado		unidade		1	1	1
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/16	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
457.671	385.403	1.026	Projeto apoiado	unidade	0	

Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial, em 4 de maio de 2016.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA AÇÃO

A Ação Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Defesa tem como propósito o apoio à capacitação científica, tecnológica e inovadora para o desenvolvimento de produtos de defesa e à aquisição de lotes pilotos de interesse da Defesa Nacional. A insuficiente dotação para a Ação 2B28 nos últimos anos tem prejudicado o fomento aos projetos de interesse da Defesa. Por esse motivo, em 2016, foram priorizadas as atividades de coordenação de segmento da Ciência Tecnologia e Inovação (CT&I) na área de Defesa e de manutenção de um rol restrito de publicações técnicas para os setores técnico-científicos das Forças Armadas.

Dessa forma, considerando o valor destinado ao apoio de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação na área de Defesa foi planejado e realizado o apoio a um projeto, no exercício de 2016. No exercício de 2016, a dotação final da Ação 2B28 totalizou R\$ 900.000,00. Desse montante, R\$ 854.322,00, foram empenhados, R\$ 253.917,00 liquidados e R\$ 249.374,00 pagos. Embora o volume de despesas empenhadas tenha correspondido a 95% da dotação final de 2016, a liquidação representou 29,72% das despesas empenhadas, enquanto os pagamentos corresponderam a 29,19%, indicando nível insatisfatório de execução orçamentária.

A inscrição em Restos a Pagar não Processados no valor de R\$ 600.406,00 decorreu da falta de tempo hábil para a liquidação e pagamento das despesas relativas aos termos aditivos de contrato de fornecimento de Normas Técnicas Internacionais, formalizados em 30 de dezembro de 2016. Vale destacar que a liquidação dessa despesa ocorreu em janeiro de 2017. Do valor de R\$ 457.671,00 referentes a Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores, foram liquidados R\$ 385.403,00, corresponde a 84,21% do total.

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 201G

Tabela 12 Ação 201G

Identificação da Ação						
<i>Ação:</i>	201G					
<i>Título:</i>	Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional					
<i>Iniciativa:</i>	Não se aplica					
<i>Objetivo:</i>	1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.					
<i>Programa:</i>	2058 - Defesa Nacional					
<i>Unidade Orçamentária:</i>	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
<i>Ação Prioritária:</i>	() Sim (X) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não processado</i>
4.929.054	4.657.490	3.257.710	2.256.370	1.518.887	737.483	1.001.341
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>	
Pessoa beneficiada		unidade	10.101	10.101	7.163	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
<i>Valor em 01/01/16</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
414.094	374.162	7.721	Pessoa beneficiada	unidade	0	

Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial, em 4 de maio de 2016.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA AÇÃO

A Ação Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional contempla duas vertentes: a elaboração de políticas e o apoio a atletas militares de alto rendimento, para participação em competições; e o apoio de crianças e adolescente atendidos pelo projeto "Forças no Esporte". Divide-se em dois Planos Orçamentários (PO): O PO 0001 destina-se ao apoio a atletas militares de alto rendimento e o PO 0002 ao apoio de crianças e adolescente atendidos pelo projeto "Forças no Esporte".

Paro o PO 0001 foi previsto o orçamento de R\$ 2.000.000,00, com vistas ao apoio de 1.610 atletas militares. Embora tenha havido dificuldade, a meta anual de treinamento de atletas foi cumprida. No PO 002 o orçamento destinado foi de R\$ 2.929.054,00, com previsão de atendimento a 8.491 crianças. Entretanto, em virtude do contingenciamento, os recursos foram insuficientes para o cumprimento da meta física prevista, razão pela qual foram assistidas 5.553 crianças do Projeto Forças no Esporte.

Com o acréscimo de recursos de R\$ 8.921.296,30, originários da Ação 201G do Ministério do Esporte, e de R\$ 6.410.880,00, oriundos da Ação 8929, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o número de crianças atendidas pelo Projeto Força no Esporte, no exercício de 2016, foi elevado para 21.000. Da dotação específica da Ação 201G, foi empenhado, no exercício de 2016, R\$ 3.257.710,00; liquidado R\$ 2.256.370,00; e pago R\$ 1.518.887,00. O limite de pagamento afetou negativamente tanto o percentual de despesas liquidadas quanto as pagas.

As despesas não liquidadas em 2016, em virtude de insuficiência de limite de pagamento, geraram Restos a Pagar não Processados no valor de R\$ 1.001.341,00, ocasionando redução da quantidade de beneficiários da Ação no exercício. As despesas provenientes de Restos a Pagar não Processados de exercícios anteriores totalizaram R\$ 414.094,00. Desse montante foram liquidados R\$ 374.162,00; sendo que R\$ 7.721,00 foram cancelados, em virtude da impossibilidade de conclusão do processo de aplicação.

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 8425

Tabela 13 Ação 8425

Identificação da Ação						
Ação:	8425					
Título:	Apoio ao Projeto Rondon					
Iniciativa:	Não se aplica					
Objetivo:	1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.					
Programa:	2058 - Defesa Nacional					
Unidade Orçamentária:	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
3.234.721	2.963.157	2.851.714	2.196.374	2.035.740	160.634	655.340
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Universitário capacitado		unidade		914	914	573
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/16	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
404.011	376.035	5.833	Universitário capacitado	Unidade	0	

Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial, em 4 de maio de 2016.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA AÇÃO

A Ação tem por finalidade o planejamento, coordenação e execução das operações do Projeto Rondon, que visa a participação de estudantes universitários no processo de desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, com ênfase na busca de soluções para problemas sociais, além de fortalecer a consciência cidadã do participante, de forma a contribuir, no âmbito federal, estadual e municipal, para a formulação de políticas públicas, participativas e emancipadoras.

A Meta física inicial previa a capacitação de 914 universitários no âmbito do Projeto Rondon com a dotação de R\$ 2.963.157,00. A dotação foi complementada com R\$ 800.000,00, oriundo de emenda parlamentar e R\$ 558.000,00 proveniente da utilização de créditos da Ação 2000 (Administração da Unidade). Ao final do exercício foram capacitados 573 universitários. A dotação final da Ação para 2016 atingiu R\$ 2.963.157,00. Contudo, em decorrência das regras de limites de movimentação de empenho, o valor das despesas empenhadas alcançou R\$ 2.851.714,00.

O limite de pagamento afetou a execução orçamentária da Ação. Dessa forma, a despesa liquidada totalizou R\$ 2.196.374,00 equivalente a 77% das despesas empenhadas. A despesa paga foi de R\$ 2.035.740,00, o que gerou a inscrição de Restos a pagar processados, no valor de R\$ 160.634,00 e Não processados, de R\$ 655.340,00. O montante de Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores foi de R\$ 404.011,00, tendo sido liquidados R\$ 376.035,00 e cancelados R\$ 5.833,00, em decorrência da impossibilidade de conclusão do processo de execução da despesa no exercício.

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 20X6

Tabela 14 Ação 20X6

Identificação da Ação						
Ação:	20X6					
Título:	Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte					
Iniciativa:	Não se aplica					
Objetivo:	1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.					
Programa:	2058 - Defesa Nacional					
Unidade Orçamentária:	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
36.838.862	32.737.805	32.520.657	16.599.576	13.444.602	3.154.974	15.921.081
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Iniciativa apoiada		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				62	62	28
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/16	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
23.483.650	23.641.775	1.606.390	Iniciativa apoiada	unidade	11	

Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial, em 4 de maio de 2016.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA AÇÃO

A Ação 20X6 tem por finalidade a adequação e manutenção de unidades militares da região do Programa Calha Norte, contribuindo para a manutenção da soberania nacional e a integridade territorial da região abrangida pelo Programa. A dotação final da Ação foi de R\$ 32.737.805,00. Desse montante foram empenhados R\$ 32.520.657,00 e liquidados R\$ 16.599.576,00, correspondente a 51% do das despesas empenhadas. As despesas pagas totalizaram R\$ 13.444.602,00.

As despesas não liquidadas em 2016, em função da insuficiência de limite de pagamento, geraram Restos a Pagar não Processados no valor de R\$ 15.921.081,00, o que impactou na redução da quantidade de iniciativas apoiadas no exercício. As despesas liquidadas e não pagas, no valor de R\$ 3.154.974,00, foram inscritas em Restos a Pagar Processados.

O total de R\$ 23.641.775,00 liquidado à conta de Restos a Pagar não Processados inscritos em exercícios anteriores decorre de restrições estabelecidas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 67, de 1º de março de 2016; dos baixos limites para movimentação e empenho, estabelecidos entre janeiro/fevereiro e depois até março; dos Decretos nº 8.676, 8.700 e 8.784, que ampliaram gradativamente os créditos, inclusive em dezembro de 2016, o que culminou com o processamento do crédito próximo ao final do exercício financeiro, gerando dificuldades para a entrega e transporte dos materiais adquiridos; além das inúmeras mudanças, que se fizeram necessárias, solicitadas pelos Comandos Militares (Marinha, Exército e Aeronáutica), nas trocas de elementos de despesa e das finalidades, bem como de planos orçamentários e de grupos de despesas, visando à realização intervenções, no conjunto das metas propostas.

O valor cancelado de R\$ 1.606.390,00 origina-se em problemas com empresas prestadoras de serviços, que deixaram de cumprir parcial ou totalmente suas obrigações contratuais; ocorrência de embargos de obras por agências municipais, ambientais; desequilíbrios financeiros em contratos celebrados com empresas locais, ocasionados pela elevação de preços de insumos; e dificuldades logísticas existentes na Região Amazônica, que é atendida, no interior, basicamente, por via aérea e fluvial, o que se constitui em obstáculos para que o contratado execute ou refaça a obra ou serviço, forneça ou troque do material ou refazer o serviço, ocasionando, dessa forma, o cancelamento de empenhos. Diante dessas dificuldades, das 62 iniciativas previstas na meta física foram apoiadas 28 referentes a LOA de 2016 e 11 de exercícios anteriores, cujas despesas foram inscritas em restos a pagar.

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 1211

Tabela 15 Ação 1211

Identificação da Ação						
Ação:	1211					
Título:	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte					
Iniciativa:	Não se aplica					
Objetivo:	1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.					
Programa:	2058 - Defesa Nacional					
Unidade Orçamentária:	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária:	(X)Sim ()Não		Caso Positivo: (X)PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
512.780.290	540.344.237	493.932.613	0	0	0	493.932.613
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto concluído		unidade	846	846	467	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/16	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
304.885.129	123.222.564	76.788.843	Projeto concluído	unidade	217	

Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial, em 4 de maio de 2016.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA AÇÃO

A Ação Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte, tem por finalidade realizar obras de infraestrutura básica, principalmente para os setores de comunicações, defesa, educação, energia, saneamento básico, saúde e transporte. Ela é financiada com recursos provenientes de emendas parlamentares e executada por meio de convênios celebrados com prefeituras municipais, com observância dos requisitos exigidos pelo Programa Calha Norte. Um dos fatores que dificultam a execução desses convênios é a demora dos municípios em cumprir as exigências legais do Programa, por isso, a maior parte de recursos é executada à conta de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

No que diz respeito à realização da meta física, em 2016 foram celebrados 467 convênios com entes municipais. Com recursos de exercícios anteriores foram concluídos 217 projetos. A dotação inicial dessa Ação de R\$ 512.780.290,00, foi acrescida de R\$ 27.750.000,00, devido a abertura de crédito extraordinário. Assim, a dotação final para o exercício de 2016 totalizou R\$ 540.344.237,00. Desse valor, foram empenhados e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$ 493.932.613,00.

Com relação aos Restos a Pagar de exercícios anteriores, do montante inscrito de R\$ 304.885.129,00 foram liquidados R\$ 123.222.564,00. Também houve um cancelamento de R\$ 76.788.843,00, em virtude de redução dos limites de movimentação e empenho; pelo inadimplemento de cláusula pactuada (suspensiva); e do não cumprimento pelo conveniente das condições para a celebração de convênios.

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 2452

Tabela 16 Ação 2452

Identificação da Ação						
Ação:	2452					
Título:	Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte					
Iniciativa:	Não se aplica					
Objetivo:	1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.					
Programa:	2058 - Defesa Nacional					
Unidade Orçamentária:	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
8.691.512	7.715.993	7.712.161	2.787.909	2.426.071	361.838	4.924.253
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Pelotão adequado	Unidade	7	7	3		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/16	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
6.444.320	4.971.804	2.094.962	Pelotão adequado	unidade	6	

Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial, em 4 de maio de 2016.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA AÇÃO

A Ação Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte destina-se à manutenção da infraestrutura de unidades militares na Região do Calha Norte; adequação de embarcações para Controle, segurança da navegação fluvial; logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte; manutenção de aeródromos e apoio às Comunidades Carentes na Região. A dotação final da Ação, em 2016, foi de R\$ 7.715.993,00, da qual foi empenhada R\$ 7.712.161,00. Contudo, a execução orçamentária restou prejudicada, pois foi liquidado R\$ 2.787.909,00 e pago R\$ 2.426.071,00. O valor liquidado representa 36,14% do empenhado.

No final do exercício de 2016, foi inscrito R\$ 361.838,00 à conta de Restos a Pagar Processados e R\$ 4.924.253,00 em Restos a Pagar não Processados. A inscrição de Restos a Pagar não Processados decorre dos baixos limites para Movimentação e Empenho (LME), vigentes até março de 2016; e do efeito dos Decretos nº 8.676, 8.700 e 8.784, que ampliaram gradativamente o LME até dezembro, culminando com o processamento do crédito próximo ao final do exercício financeiro, sem tempo hábil para liquidação e/ou pagamento. É importante mencionar, que a maior parte das atividades planejadas para 2016, com os recursos recebidos da LOA, serão efetivadas no ano de 2017, principalmente em razão da intempetividade na liberação dos limites de movimentação e empenho e de pagamento,

Do total de R\$ 6.444.320,00 provenientes de Restos a Pagar não Processados de exercícios anteriores, R\$ 4.971.804,00 foram liquidados em 2016. O valor cancelado de R\$ 2.094.96,00 decorreu, dentre outros fatores, do descumprimento de obrigações contratuais por alguns prestadores de serviços e/ou fornecedores e também por dificuldades logísticas na Região Amazônica, que se constituem em obstáculos para a execução de serviços e o fornecimento de bens.

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 2055

Tabela 17 Ação 2055

Identificação da Ação						
Ação:	2055					
Título:	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra					
Iniciativa:	Não se aplica					
Objetivo:	1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.					
Programa:	2058 - Defesa Nacional					
Unidade Orçamentária:	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
7.710.533	6.787.554	6.711.916	4.964.809	4.706.061	258.749	1.747.106
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Aluno capacitado		unidade		560	535	600
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/16	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
1.240.519	1.232.836	10.280	Aluno capacitado	unidade	0	

Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial, em 4 de maio de 2016.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA AÇÃO

Ação destinada à realização de cursos, pela Escola Superior de Guerra – ESG, voltados ao desenvolvimento e consolidação dos conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, incluindo-se os aspectos fundamentais da segurança e do desenvolvimento; e manutenção da infraestrutura básica necessária ao funcionamento das atividades realizadas no âmbito da Escola. Ao longo do ano letivo de 2016, a Escola Superior de Guerra (ESG) ministrou cursos nas áreas de Política, Estratégia, Logística, Mobilização, Defesa, Inteligência, Defesa Sul-Americana e Direito Internacional Humanitário, todos relacionados com a Defesa, Segurança e Desenvolvimento, contribuindo para a formação continuada de 600 civis e militares, do Brasil e de Nações Amigas.

A meta física prevista inicialmente era capacitar 560 servidores civis e militares. Ela foi reprogramada para 535 em função do cancelamento do Curso de Diplomata da Defesa, que seria realizado no campus Brasília; do quantitativo de estagiários já matriculado nos cursos iniciados; e da quantidade de vaga estimada para os cursos do segundo semestre. De uma dotação final de R\$ 6.787.554,00 foram empenhadas despesas no valor de R\$ 6.711.916,00; liquidados R\$ 4.964.809,00 e pagos R\$ 4.706.061,00. Foram inscritos em Restos a Pagar Processados o valor de R\$ 258.749,00 e Não Processados o valor de R\$ 1.747.106,00. O total liquidado correspondeu a 73,97% do valor empenhado em 2016 e o valor pago a 70,12% desse mesmo montante.

O montante não liquidado no exercício deveu-se à liberação tardia, em função do limite de movimentação e empenho imposto, dos recursos necessários para fazer frente às demandas dos cursos durante o ano de 2016, não sendo possível a realização de algumas atividades de acordo com cronograma da grade curricular dos cursos. Quanto aos Restos a pagar não Processados, de exercícios anteriores, em 1º de janeiro de 2016 havia o montante inscrito de R\$ 1.240.519,00, sendo que desses foram liquidados R\$ 1.232.836,00 e cancelados R\$ 10.280,00.

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 151S

Tabela 18 Ação 151S

Identificação da Ação			
Ação:	151S		
Título:	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais		
Iniciativa:	Não se aplica.		
Objetivo:	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional		
Unidade Orçamentária:	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta		
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não	Caso Positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2016

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.924.075	1.539.260	1.057.930	176.104	171.704	4.340	881.825
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Programa implantado		percentual		Previsto	Reprogramado	Realizado
				1	1	1
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/16	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
121.969	121.969	0	Programa implantado	percentual	1	

Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial, em 4 de maio de 2016.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA AÇÃO

A finalidade da Ação 151S é a implantação de um sistema de monitoramento, incluindo veículos lançadores, satélites não-geoestacionários e infraestrutura terrestre associada, para prover serviços de observação terrestre, telecomunicações, mapeamento de informações, posicionamento, monitoramento do espaço e operação de sistemas espaciais. A Ação contou com dotação final de R\$ 1.539.260,00. Dessa, foram empenhadas despesas no valor de R\$ 1.057.930,00; liquidadas R\$ 176.104,00 e pagas R\$ 171.704,00. O índice de liquidação de despesa foi de 16,7%.

Cabe mencionar, que todos os empenhos na Ação 151S foram emitidos a partir de 19/10/2016, não havendo, dessa forma, tempo hábil para o recebimento do material, conferência e conseqüentemente, para efetuar a liquidação e o pagamento das despesas empenhadas. Em decorrência das restrições orçamentárias, as atividades do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), no exercício, se limitaram à concepção de sistemas (identificação de necessidades operacionais e definição de requisitos operacionais), ao treinamento de pessoal e à busca de informações para o planejamento da implantação dos sistemas espaciais previstos. Essa atividade representou 1% da meta física prevista e realizada no exercício.

No exercício de 2016 foram inscritos em Restos a Pagar processados R\$ 4.340,00 e em Restos a Pagar não Processados o valor de R\$ 881.82,00. A liquidação de despesas provenientes de Restos a Pagar de exercícios anteriores foi de R\$ 121.969,00. O valor inscrito é originário do exercício de 2014 e refere-se às despesas com apoio técnico à coordenação do uso de frequências e posição orbital do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e com a implantação da infraestrutura crítica do segmento solo do satélite, dentre outros.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2046 – OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

A execução orçamentária do Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica no primeiro ano de vigência do Plano Plurianual está representada nas tabelas abaixo, com a evidenciação dos valores realizados no próprio exercício e dos relativos a restos a pagar de exercícios anteriores.

Tabela 19 Programa 2046

Execução orçamentária - OFSS – Lei orçamentária de 2016							
Valor PPA 2016	Dotação OFSS (LOA + Créditos)	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar Inscritos - Processados	Restos a Pagar Inscritos - Não Processados	Orçamento de Investimento Despesa realizada
497.033.513,00	148.973.855,00	122.723.158,04	18.672.556,21	18.388.231,39	284.324,82	104.050.601,83	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores							
Tipo		Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar	
Não Processados		30.359.526,89	1.341.527,61	1.341.527,55	163.821,75	24.054.475,69	
Processados		3.032.229,06	0,00	2.900.324,32	3,26	0,00	
Execução Orçamentária Total							
Despesa Empenhada Total	Despesa Liquidada Total	Despesa Paga Total	RAP Total inscrito em 2016	RAP total a pagar de exercícios anteriores	RAP Total cancelados de exercícios anteriores		
122.723.158,04	20.014.083,82	22.630.083,26	104.334.926,65	24.054.475,69	163.825,01		
Valores do Programa alocados ao Ministério da Defesa em 2016 (52000)							
Dotação OFSS		126.433.416,00	Dotação OI	0,00	Recursos Extraorçamentários		0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), consulta em março de 2017.

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2046

O valor global destinado ao Programa 2046, para o PPA 2016-2019, após aprovação do Plano Plurianual foi de R\$ 497.033.513,00. Para o exercício de 2016 a dotação final do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social foi de R\$ 148.973.855,00. Desse total foram liquidados R\$ 18.672.556,21 e pagos R\$ 18.388.231,39. A despesa empenhada de R\$ 122.723.158,04, atingiu o percentual de 82,37 da dotação final do exercício. Contudo, a despesa liquidada representou 15,21% do montante empenhado. Essa situação é explicada pela liberação de 101,33 mil para custear despesas da Ação 14ML nos dois últimos dias do exercício.

As despesas inscritas em restos a pagar não processados equivalem a 70% do orçamento do Programa para o exercício de 2016. Desse valor, R\$ 46.247.808,00 foram executados pelo Ministério da Defesa, sendo que R\$ 40.813.847,00 se refere à reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Nesse sentido, o valor inscrito em restos a pagar não processados i adiamento da conclusão das obras da EACF.

No que concerne aos Restos a Pagar de Exercícios anteriores (RAP), foram liquidados, em 2016 R\$ 1.341.527,61 e pagos R\$ 1.341.527,55 de RAP não Processados e R\$ 2.900.324,32 de RAP Processados. Em decorrência da alta probabilidade de restrições no limite de pagamento para o ano de 2016, foi determinado pelo Estado-Maior da Marinha, o levantamento dos Restos a Pagar que pudessem ser cancelados, sem prejuízo para a administração das organizações militares e, por consequência, foram cancelados R\$ 163.825,01.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES DO PROGRAMA 2046

Não há ações orçamentárias desse Programa sob a responsabilidade da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa.

2.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A demonstração da consolidação da execução da despesa que compõem o contexto da unidade prestadora da conta SG, tanto pela perspectiva da modalidade de licitação ou contratação, quanto por grupo e elemento de despesa, contou da análise sucinta e gerencial feita ao longo do item 2.2.2.

2.2.4 Informações sobre a execução das despesas

Tabela 20 Despesas por Modalidade de Contratação

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPEZA EXECUTADA				DESPEZA PAGA			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	41.639.506,23	8,89	59.198.760,11	9,09	28.411.918,32	6,32	35.579.675,11	5,69
a) Convite	0,00		0,00		0,00		0,00	
b) Tomada de Preços	0,00		0,00		0,00		0,00	
c) Concorrência	3.837.108,71	0,82	3.674.776,97	0,56	2.098.701,69	0,47	1.938.512,49	0,31
d) Pregão	37.802.397,58	8,07	55.523.983,14	8,52	26.313.216,63	5,85	33.641.162,62	5,38
e) Concurso	0,00		0,00		0,00		0,00	
f) Consulta	0,00		0,00		0,00		0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00		0,00		0,00		0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	147.724.298,60	31,55	323.068.701,34	49,59	145.153.530,74	32,27	320.777.407,08	51,31
h) Dispensa	124.545.727,40	26,60	301.640.685,86	46,30	124.545.727,40	27,69	301.640.685,86	48,25
i) Inexigibilidade	23.178.571,22	4,95	21.428.015,48	3,29	20.607.803,34	4,58	19.136.721,22	3,06
3. Regime de Execução Especial	343.902,73	0,07	548.190,91	0,08	343.902,73	0,08	548.190,91	0,09
j) Suprimento de Fundos	343.902,73	0,07	548.190,91	0,08	343.902,73	0,08	548.190,91	0,09
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	250.205.393,49	53,44	248.030.640,37	38,07	249.808.226,81	55,54	247.130.640,37	39,53
k) Pagamento em Folha	243.341.969,96	51,97	234.228.831,79	35,96	242.944.803,28	54,02	234.228.831,79	37,47
l) Diárias	6.863.423,53	1,47	13.801.808,58	2,12	6.863.423,53	1,53	13.801.808,58	2,21
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	439.913.101,05	93,96	627.661.837,34	96,35	423.717.578,60	94,21	603.487.722,56	96,54
6. Total das Despesas da UPC	468.205.237,73	100	651.449.296,32	100	449.758.159,00	100	625.147.773,38	100

Tabela 21 Despesas por Grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
01 - Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	32.198.919,09	30.584.623,57	32.138.754,34	30.584.623,57	0,00	0,00	32.138.754,34	30.584.623,57
03 - Pensões do RPPS e do Militar	8.090.408,69	7.484.487,97	8.090.408,69	7.484.487,97	0,00	0,00	8.090.408,69	7.484.487,97
04 - Contratação por tempo determinado - Pes.civil	54.197,70	201.940,94	54.197,70	201.940,94	0,00	0,00	54.197,70	201.940,94
07 - contribuição a entidade fechada previdência	91.671,30	96.106,13	91.671,30	96.106,13	0,00	0,00	91.671,30	96.106,13
11 - vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	157.230.574,70	152.325.221,99	157.220.574,50	152.325.221,99	0,00	0,00	157.220.574,50	152.325.221,99
12 - Vencimentos e vantagens fixas - Pes. militar	10.205.187,94	9.507.711,11	10.205.187,94	9.507.711,11	0,00	0,00	10.205.183,64	9.507.711,11
13 - obrigações patronais	33.172.365,33	32.254.368,41	33.167.451,11	32.254.368,41	0,00	0,00	33.167.451,11	32.254.368,41
16 - outras despesas variáveis - pessoal civil	514.659,25	387.273,57	514.659,25	387.273,57	0,00	0,00	514.659,25	387.273,57
91 - sentenças judiciais	185.356,48	163.191,22	184.223,48	163.191,22	0,00	0,00	184.223,48	163.191,22
92 - despesas de exercícios anteriores	328.530,35	105.850,11	328.530,35	105.850,11	0,00	0,00	328.530,35	105.850,11
94 - indenizações e restituições trabalhistas	185.608,20		185.608,20		0,00	0,00	185.608,20	
96 - Ressarcimento despesas pessoal requisitado	1.084.490,93	1.118.056,77	763.540,72	1.118.056,77	0,00	0,00	763.540,72	1.118.056,77
	243.341.969,96	234.228.831,79	242.944.803,28	234.228.831,79	0,00	0,00	242.944.803,28	234.228.831,79

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
04 - Contratação por tempo determinado - pes. civil		7.401,87		7.401,87				7.401,87
08 - Outros benef. assist. do servidor e do militar	1.924.528,38	482.765,52	1.917.965,56	482.765,52			1.917.965,56	
14 - diárias - pessoal civil	809.142,43	1.099.064,10	809.142,43	1.099.064,05	0,05		809.142,43	18.490,65
15 - diárias - pessoal militar	6.054.281,10	12.702.744,48	6.054.281,10	12.702.744,34	0,14		6.054.281,10	1.853.964,11
30 - material de consumo	3.156.763,56	3.967.972,40	2.227.098,66	2.577.740,25	1.390.232,15		2.227.095,66	197.434,00
31 - premiações culturais, artísticas, científicas	180.019,89	71.980,00	43.740,00	71.980,00			43.740,00	16.040,00
32 - material, bem ou serviço para dist. gratuita	301.723,24	15.975,30	43.558,57	15.975,30			43.558,57	1.077.805,12
33 - passagens e despesas com locomoção	7.512.315,86	12.139.134,51	6.690.935,94	11.544.633,64	594.500,87		6.690.935,94	1.753.421,78
35 - serviços de consultoria	4.200.590,26	3.940.046,83	2.433.598,24	2.161.293,96	1.778.752,87		2.433.598,24	560,50
36 - outros serviços de terceiros - p. física	1.476.766,82	1.475.699,59	1.463.329,26	1.475.699,59			1.463.329,26	7.617,00
37 - locação de mão-de-obra	15.659.672,08	14.007.932,81	11.857.927,28	12.823.682,23	1.184.250,58		11.857.927,28	16.122.203,30
39 - outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	40.141.764,42	45.217.673,66	30.130.513,46	31.350.695,27	13.866.978,39		30.130.513,46	18.490,65
46 - auxílio-alimentação	8.916.805,52	6.135.410,32	8.913.487,44	6.135.410,32			8.913.487,44	1.853.964,11
47 - obrigações tributárias e contributivas	29.853,57	27.996,13	18.550,17	27.584,47	411,66		18.550,17	
48 - outros auxílios financeiros a pessoas físicas	3.213.008,59	3.033.797,77	3.213.008,59	3.033.797,77			3.213.008,59	9.652,57
49 - auxílio-transporte	2.110.742,05	1.616.841,94	2.110.742,05	1.616.841,94			2.110.742,05	
92 - despesas de exercícios anteriores	392.920,98	35.571,00	319.236,33	34.683,39	887,61		319.236,33	
93 - indenizações e restituições	9.576.073,53	7.014.115,36	9.552.673,99	7.014.080,01	35,35		9.552.673,99	
	105.656.972,28	112.992.123,59	87.799.789,07	94.176.073,92	18.816.049,67		87.799.789,07	21.057.189,03

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	3.000,00	2.120.920,00	0,00		2.120.920,00	0,00	0,00	
51 - obras e instalações	0,00					0,00		1.951.752,40
52 - Equipamentos e material permanente	1.357.640,49	5.753.198,24	1.167.914,65	338.644,97	5.414.553,27	0,00	1.167.914,65	338.644,97
92 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	3.682,70	0,00	3.682,70	0,00	0,00		3.682,70
	1.360.640,49	7.877.800,94	1.167.914,65	342.327,67	7.535.473,27	8.466.773,38	1.167.914,65	342.327,67
5. Inversões Financeiras								
64 - Aquisição tit.repres.de cap. já integralizado	117.845.655,00	296.400.540,00	117.845.655,00	296.400.540,00		0,00	117.845.655,00	296.400.540,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

Da análise das informações, dos quadros apresentados, referentes a execução da despesa conclui-se o seguinte:

- Alterações significativas ocorridas no exercício: Não houve.
- Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: Não houve.
- Contingenciamento no exercício: Sem reflexos negativos.
- Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

NEGATIVOS

- Deficiência dos meios de informática em datas e horários de muito processamento de dados;
- Deficiência de pessoal especializado, principalmente de um contador, na execução da rotina de Gestão Orçamentária e Financeira.
- Pouco tempo disponível para a necessária atualização e capacitação dos executores;

POSITIVOS

- Implantação de um sistema de dupla checagem (double check) com a finalidade de evitar erros ou equívocos nos diversos processos;
- Melhoria das instalações permitindo maior conforto e silêncio no ambiente de trabalho;
- Espírito de união e de comprometimento da equipe.

2.3 DESEMPENHO OPERACIONAL

No exercício de 2016, ainda não foi possível demonstrar os resultados obtidos na condução dos objetivos definidos pelo Planejamento Estratégico da SG para o período de 2017 a 2019, dado que a sua aprovação somente ocorreu no último quadrimestre do ano. Além disso, a construção de indicadores, metas e iniciativas estratégicas ainda está em curso, em face da opção por realizar o trabalho sem custo orçamentário, sem contratação de empresas de consultoria e sem acréscimo de força de trabalho dedicada para tal fim. Assim sendo, somente a partir do desempenho do exercício de 2017, será possível iniciar o processo de análise crítica de seu desempenho.

2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

2.4.1 Indicadores de Desempenho da SG

Conforme abordado no item 2.3, a construção dos indicadores de desempenho ainda está em andamento, não sendo possível efetuar a análise crítica dos resultados obtidos. Ao fim do trabalho, com previsão para maio de 2017, o conjunto de indicadores aprovado será inserido juntamente com as metas e iniciativas estabelecidas, como parte do Plano de Diretrizes da Secretaria Geral, desdobramento do Planejamento Estratégico da SG 16/19 e base para o Plano de Ação Anual da SG.

2.4.2 Indicadores de Desempenho da ESG

INDICADOR DE EFICÁCIA

A eficácia refere-se aos resultados obtidos pela organização. Traduz a percepção de fazer os produtos ou serviços corretamente, medindo a qualidade pela satisfação dos clientes.

Objetivo: Medir o desempenho da gestão, em relação à obtenção do produto final da ESG, que é o aluno capacitado. Trata-se de indicador sobre a medição da formação de egressos frente às horas-aulas previstas e realizadas em relação à quantidade de estagiários previstos e capacitados.

Fórmula: Indicador de eficácia = (Somatório dos índices de cada curso / Total da carga horária) x 100

Meta para o ano: acima de 75%

Considerando que:

Eficácia = estagiários formados/previsão de estagiários

Índice = eficácia x carga horária (peso)

Sendo que a eficácia, então, é medida dividindo-se o somatório dos índices de cada curso pelo somatório dos respectivos pesos (o peso atribuído corresponde à carga-horária prevista para cada curso). O índice de cada curso é determinado pelo produto da eficácia desse curso pelo peso.

Critérios de avaliação: Excelente: 95% a 100%; Muito bom: 80% a 94,9%; Bom: 60% a 79,9%; Regular: 50% a 59,9%; e Insuficiente: 0 a 49,9%.

Periodicidade: anual.

Tabela 22 Dados dos cursos da ESG em 2016

CURSO	PESO (CARGA HORÁRIA)	ESTAGIÁRIOS MATRICULADOS	ESTAGIÁRIOS FORMADOS	EFICÁCIA	ÍNDICE
CAEPE	1.032	82	75	0,91	939
CSIE	687	28	30	1,07	735
CADSUL	296	18	19	1,05	310,8
CEMC	490	21	15	0,71	347
CGERD	138	31	29	0,93	128
CLMN	514	30	30	1	514
CDICA	102	25	20	0,80	81
CSUPE	175	46	44	0,95	166,2
CSD	246	165	178	1,07	263
PAM	26	165	160	0,96	24,96
TOTAL	3.706	611	600	0,98	3.606,4
INDICADOR DE EFICÁCIA DA ESG					97%

INDICADOR DE EFICIÊNCIA

A eficiência preocupa-se com o melhor aproveitamento dos recursos, para a obtenção dos resultados planejados pela organização. Corresponde a fazer mais e melhor, com os mesmos recursos, ou menos. No que tange à aferição da eficiência, além do parâmetro “estagiário formado”, deve-se determinar o gasto para a capacitação de um aluno. Como parâmetro de referência utilizar-se-á a Hora-Aula-Aluno (HAA), que corresponde a 1 (uma) hora de aula/atividade por estagiário. Ou seja, quanto se gastou, para haver um estagiário em sala de aula ou em atividade externa por hora. Para medir a eficiência, considera-se o seguinte:

Objetivo: medir a forma em que os recursos são investidos para capacitar os estagiários da ESG.

Fórmula do Indicador de Eficiência dos Gastos Financeiros:

Indicador de eficiência = (Valor Estimado / Valor Realizado) x 100

Meta para o ano: acima de 75%

Considerando que:

Valor Estimado = Crédito previsto com custeio/HAA prevista

Valor Realizado = Crédito recebido com custeio/HAA realizada

Sendo:

Orçamento de custeio = Crédito de custeio previsto para o ano.

Total de HAA previstas = \sum Nº de alunos previstos x Carga horária prevista do curso.

Total de HAA realizada = \sum Nº de alunos realizados x Carga horária realizada do curso.

Crítérios de avaliação: Excelente: 95% a 100%; Muito bom: 80% a 94,9%; Bom: 60% a 79,9%; Regular: 50% a 59,9%; e Insuficiente: 0 a 49,9%.

Periodicidade: anual.

Para medir a eficiência da Escola nessa missão, foi desenvolvida a tabela a seguir. O valor referência é o valor estimado, calculado pela divisão do orçamento de custeio da ESG previsto para 2016, pelo total de horas /aulas / alunos previstos:

Tabela 23 Dados dos cursos da ESG

CURSO	PESO CARGA HORÁRIA	PESO (CARGA HORÁRIA) EXECUTADA	ESTAGIÁRIOS MATRICULADOS	ESTAGIÁRIOS FORMADOS	HAA* Prevista	HAA* Realizada (CARGA EXECUTADA x ESTAGIÁRIO FORMADO)
CAEPE	1.032	1.032	82	75	84.624	77.400
CSIE	687	687	28	30	19.236	20.610
CADSUL	296	296	18	19	5.328	5.624
CEMC	490	490	21	15	10.290	7.350
CGERD	138	138	31	29	4.278	4.002
CLMN	514	514	30	30	15.420	15.420
CDICA	102	102	25	20	2.550	2.040
CSUPE	175	175	46	44	8.050	7.700
CSD	246	246	165	178	40.590	43.788
PAM	26	26	165	160	4.290	4.160
TOTAL	3.706	3.706	611	600	2.264.366	2.223.600
INDICADOR DE EFICIÊNCIA DA ESG						111%

*HAA= HORA AULA ALUNO = (Horas de aula x Número de alunos)

Usa-se o termo “aula” para designar qualquer atividade curricular interna ou externa.

Memória de cálculo:

Valor Estimado = Crédito previsto com custeio/HAA prevista

Valor Realizado = Crédito recebido com custeio/HAA realizado

Valor estimado = Crédito de Custeio previsto para 2016

Total de HAA previstas para 2016

Valor estimado = R\$ 7.710.533,00 (LOA)

\sum Nº de alunos x Carga horária do curso

Valor Estimado = R\$ 3,40

Valor Realizado = R\$ 6.787.554,00

\sum Nº de alunos x Carga horária do curso

Valor Realizado = R\$ 3,05

Índice de Eficiência = 111%

ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS OBSERVADOS

Eficácia: conclui-se com o resultado apresentado pelo indicador de eficácia de 97%, revela elevado desempenho das atividades realizadas pela ESG, que atuou em consonância com o planejamento previsto para o exercício de 2016.

Eficiência: conclui-se que, considerando os custos e os desembolsos envolvidos na capacitação dos estagiários, que o indicador de eficiência, 111% revela um bom desempenho da ESG, levando-se em consideração o corte sofrido no orçamento. No entanto, releva mencionar que houve um aporte de recursos em outra ação orçamentária, o que acabou por contribuir para o desempenho apurado.

Tabela 24 Histórico dos Indicadores

Indicador	2012	2013	2014	2015	2016
Eficácia	101%	94%	97%	98%	97%
Eficiência	115%	69%	94%	99%	111%

2.5 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E SUBPROJETOS PRIORITÁRIOS DOS COMANDOS MILITARES E DO MD

2.5.1 Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários do Comando da Marinha

2.5.1.1 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL (SISGAAZ)

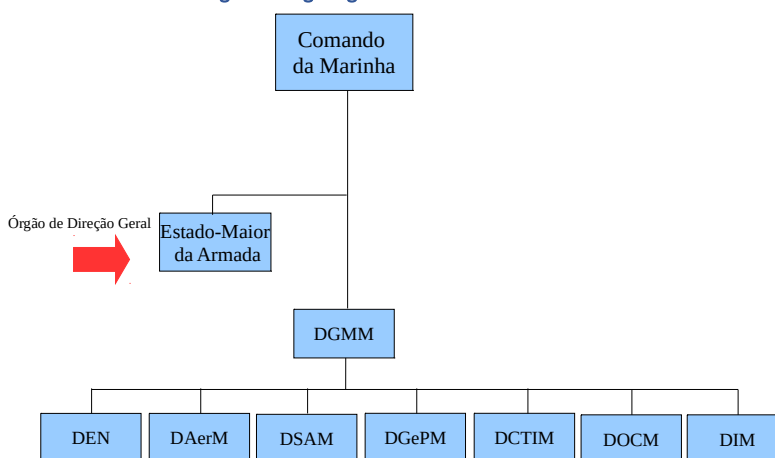
DESCRIÇÃO

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) tem por missão monitorar e controlar, de forma integrada, as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento (SAR – Search and Rescue), a fim de contribuir para a mobilidade estratégica, representada pela capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça, emergência, agressão ou ilegalidade.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada à Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão do projeto, em coordenação com as seguintes Diretorias Especializadas: Diretoria de Engenharia Naval (DEN), Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM), Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM), Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIM), Diretoria de Obras Civas da Marinha (DOCM), Diretoria Industrial da Marinha (DIM).

Figura 3 Organograma funcional do SisGAAz



GRUPOS DE INTERESSE

Ministério da Defesa (MD), Marinha do Brasil (MB), Comando do Controle do Tráfego Marítimo, Comando em Chefe da Esquadra, Distritos Navais, Salvar Brasil, Salvarar Sudeste, Salvarar Leste, Salvarar Nordeste, Salvarar Norte, Salvarar Sul, Salvarar Oeste e Salvarar Noroeste.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

R\$ 4.000.000.000,00

O projeto foi interrompido em 2015, ainda na fase de concepção, que envolve estudos preliminares sobre as funcionalidades do projeto. Dessa forma, não houve variação do valor estimado.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 25 Valores do SisGAaz

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 8.296.236,62	R\$ 515.468,76
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 8.296.236,62	R\$ 515.468,76
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 4.667.647,29	R\$ 208.139,98

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

O projeto foi interrompido em outubro de 2015 em virtude de restrições orçamentárias. O Estado-Maior da Armada (EMA) solicitou à DGMM estudos para a retomada do projeto em 2017.

2.5.1.2 HELICÓPTEROS MULTIEMPREGO (HME S)

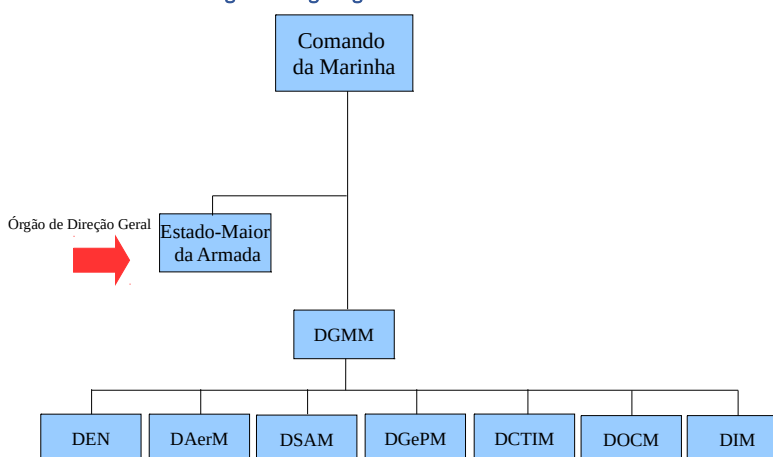
DESCRIÇÃO

Obtenção de 6 Aeronaves (ANV) S-70B Seahawk e 1 simulador de missão via FMS CASE BR-P-SDE, junto à empresa Sikorsky. As ANV estão sediadas no 1º Esquadrão de Helicópteros Antissubmarinos e tem a missão antissubmarina e antissuperfície.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM), subordinada à Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), é a Diretoria Especializada e Coordenadora do Programa de Obtenção dos HME S.

Figura 4 Organograma funcional do HME-S



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando em Chefe da Esquadra, Diretoria de Sistema de Armas da Marinha, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria Aeronáutica voltada para simulação de voo e manutenção de equipamentos aeronáuticos.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

Início do projeto (2008): R\$ 723.101.022,00;

Atual: R\$ 1.388.117.024,00

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 26 Valores do Projeto Helicópteros Multiemprego (HME-S)

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 20.233.158,70	R\$ 31.160.925,76	R\$ 14.378.343,02
LIQUIDADADO	R\$ 20.233.158,70	R\$ 31.160.925,76	R\$ 14.378.343,02
PAGO	R\$ 18.710.041,65	R\$ 10.221.202,11	R\$ 13.718.600,20

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Não há acordo de compensação, devido à obtenção via Foreign Military Sales (FMS).

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Varição dos custos: a variação dos custos ocorreu em função da alteração no número de ANV contratadas, de 04 para 06 ANV; aquisição de óculos de visão noturna; e inclusão do simulador tático de missão. Cumprimento dos prazos: os prazos estão sendo cumpridos de acordo com o contrato. Atendimento do escopo: o escopo das ANV foi atendido, estando o simulador com previsão de entrega no segundo semestre de 2020.

2.5.1.3 PROTÓTIPO DO REATOR NUCLEAR

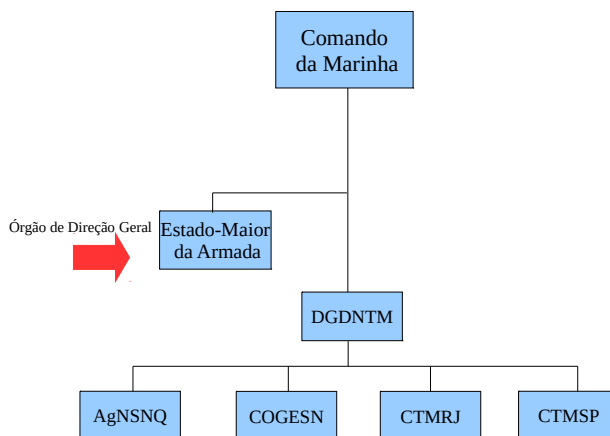
DESCRIÇÃO

Realizar e manter pesquisas em tecnologia e a implementação de processos tecnológicos para a produção de elementos combustíveis de reatores nucleares, a construção de reatores nucleares de teste para a propulsão naval e geração de energia, bem como a construção, adequação, manutenção, operação, descomissionamento e apoio logístico necessários a esse desenvolvimento. Viabilizar parte da cadeia logística do Submarino com Propulsão Nuclear (SN-BR).

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), subordinado à Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão do projeto.

Figura 5 Organograma funcional do Protótipo do Reator Nuclear



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares e Indústrias Nucleares do Brasil.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

R\$ 6.834.730.000,00

Dentro das atividades de controle e revisão de ações planejadas, o CTMSP apresentou uma atualização das necessidades de investimentos para a prontificação do Programa Nuclear da Marinha (PNM) no horizonte do ano de 2030, inicialmente previsto para 2021. Foram necessários ajustes no planejamento orçamentário dos anos de 2016 a 2030. Ainda em 2016, observaram-se restrições financeiras que culminaram com o contingenciamento de recursos e o estabelecimento de um Limite de Pagamentos (LP) para o PNM no valor de R\$ 250 milhões, considerando o montante inscrito em restos a pagar de anos anteriores e o valor de empenhos autorizados para 2016.

Esta situação provocou impactos na implantação do PNM, em especial quanto ao andamento dos contratos assinados, à possibilidade de novas contratações e à execução dos orçamentos originalmente planejados. Adicionalmente, observou-se uma significativa variação cambial no dólar americano e em outras moedas empregadas em contratos de fornecimento no exterior, com o dólar variando de R\$ 3,00, em abril de 2015, passando a R\$ 4,00, em abril de 2016. Esse fator elevou substancialmente os valores (em Real) dos contratos assinados no exterior, demandando uma revisão de valores a serem investidos no PNM.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 27 Valores do Protótipo do Reator Nuclear

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 155.929.119,43	R\$ 254.013.314,06	R\$ 160.369.766,16
LIQUIDADADO	R\$ 488.627.383,76	R\$ 128.648.470,01	R\$ 142.135.721,96
PAGO	R\$ 294.207.360,73	R\$ 205.217.137,44	R\$ 348.755.462,83

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Não aplicável

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

O PNM, criado em 1979, está sendo executado pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) e tem como objetivo desenvolver e construir um protótipo de reator nuclear para a propulsão naval, assim como a obtenção de seus insumos. O PNM é composto pelo Projeto do Ciclo do Combustível, pelo Projeto do Laboratório de Geração Nucleo-Elétrica (LABGENE) e pelo Projeto de Infraestrutura.

O Projeto do Ciclo do Combustível visa ao domínio do ciclo do combustível nuclear nas fases necessárias para atender ao abastecimento do LABGENE e dos futuros submarinos com propulsão nuclear. A fase de maior complexidade tecnológica está no enriquecimento do urânio, já conquistada em 1982. Contudo, para atender às necessidades de abastecimento do LABGENE, há que se ampliar a atual estrutura de enriquecimento de urânio, bem como prontificar a Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (USEXA), cujo início dos testes de comissionamento a frio (sem urânio) ocorreu em julho de 2010.

Embora tenham sido reforçados orçamento e recursos humanos para conclusão da montagem da USEXA no menor prazo possível, com elevado volume de contratações, e conseqüente faturamento, o reflexo das dificuldades financeiras vivenciadas teve como conseqüência o adiamento da conclusão da mesma. Atualmente, em face das incertezas de fluxo de caixa, há um esforço na renegociação dos contratos, na tentativa de não afetar significativamente o cronograma de prontificação da USEXA, que está em fase final de montagem, com os sistemas sendo testados para entrega à operação.

Já o Projeto do LABGENE visa a capacitar a MB para projetar, implantar, comissionar, operar e manter, em terra, um protótipo de reator nuclear, com a respectiva instalação de propulsão, capaz de dotar os futuros submarinos

com propulsão nuclear da MB. Este Projeto tem sido afetado, mais acentuadamente, na conclusão do Sistema de Controle e Proteção do reator, em decorrência da variação cambial. Tal situação levou à necessidade de se buscar o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e à diminuição do ritmo dos trabalhos do LABGENE, adiando sua implantação para 2021, inicialmente prevista para 2018.

No que tange ao Projeto de Infraestrutura, que visa a prover as facilidades para o desenvolvimento dos projetos citados anteriormente, a sua conclusão, inicialmente prevista para 2018, também será postergada para 2021.

2.5.1.4 NAVIOS PATRULHA 500TON.

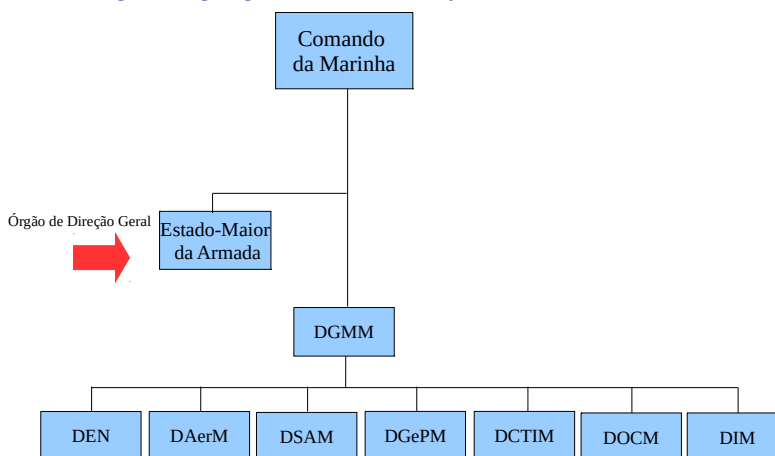
DESCRIÇÃO

O projeto prevê a construção, em estaleiro nacional, de cinco Navios-Patrolha de quinhentas toneladas (NP500) a serem empregados nas mais variadas missões, com destaque para operações de defesa das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar; patrulha naval e fiscalização nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB); apoio às atividades de salvaguarda da vida humana no mar, na área de responsabilidade do Brasil; e apoio às ações de Defesa Civil.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Engenharia Naval (DEN), subordinada à Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão do projeto.

Figura 6 Organograma funcional do Projeto Navios Patrulha 500ton



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais (CON), Comandos dos Distritos Navais, Diretoria Geral de Navegação (DGN), Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM), Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIM), Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM) e Diretoria de Portos e Costas (DPC).

VALOR GLOBAL ESTIMADO

R\$ 462.304.016,00

Devido às restrições orçamentárias enfrentadas pela Marinha nos últimos anos, houve a necessidade de repactuação dos valores contratuais afetos a esse projeto. Como consequência, o projeto vem tendo o seu cronograma físico-financeiro reajustado anualmente. Além disso, o contingenciamento de recursos também tem obrigado à reprogramação das metas anuais. Em virtude de todos os fatos acima citados, o projeto teve um acréscimo de cerca de R\$ 100 milhões no seu valor inicialmente planejado. Ressalta-se que esse valor poderá sofrer reajustes, caso venham a serem observadas restrições orçamentárias nos próximos anos.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 28 Valores dos Navios Patrulha 500ton

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 16.078.839,09	R\$ 5.092.935,61	R\$ 250.396,00
LIQUIDADADO	R\$ 16.078.839,09	R\$ 5.092.935,61	R\$ 250.396,00
PAGO	R\$ 3.997.514,08	\$ 1.293.139,01	R\$ 243.015,63

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

1) Entre a DEN e a empresa Constructions Mécaniques de Normandie (CMN): cumprido integralmente durante o período acordado, conforme o contido no contrato nº 45000/2008-004/00, cujo objeto era a cessão de uso do projeto (royalties); e

2) Entre a DEN e a empresa MTU Friedrichhafen (MTU-F): cumprido integralmente durante o período acordado conforme o contido no contrato nº 45000/2011-004/00, cujo objeto era o fornecimento das Unidades Propulsoras (Ups).

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Engenharia Naval (DEN).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Dificuldades de ordem financeira, técnica e gerenciais enfrentadas pelo Estaleiro ILHA S/A (EISA), contratado para a construção dos meios, impactaram negativamente o cumprimento do cronograma físico-financeiro contratado, o que impossibilitou a prontificação e entrega de dois navios previstos. Tais dificuldades geraram inadimplências contratuais pelo EISA, tendo, inclusive, motivado a aplicação de penalidades administrativas ao estaleiro. Em decorrência dessas dificuldades, foi instaurado, em 25 de setembro 2015, Processo Administrativo de Rescisão Contratual, o qual resultou, em 03 de fevereiro de 2016, na rescisão unilateral pela MB, após esgotamento da fase recursal pelo estaleiro.

Em decorrência, foi instaurado, em 03 de março de 2016, o Processo Administrativo de Execução da Rescisão Contratual, visando realizar a avaliação prévia, tomada de posse e retirada do material da MB existente nas instalações do EISA, incluindo-se a realização de perícia técnica e contábil, necessária à apuração de haveres e deveres relativos ao contrato rescindido. A continuidade da meta depende do encerramento do processo supramencionado, bem como da disponibilização de recursos orçamentários, ora contingenciados.

2.5.1.5 PROSUB - IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE SUBMARINOS CONVENCIONAIS E NUCLEARES

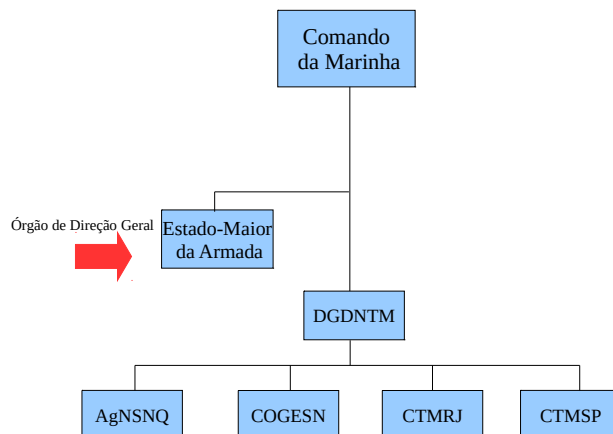
DESCRIÇÃO

Implantação de infraestrutura, consistindo da construção de uma unidade de fabricação de estruturas metálicas, um estaleiro de construção, um estaleiro de manutenção dotado de ilha nuclear e uma base de apoio que abrigará a estrutura de comando e controle dos referidos meios, além de organização de manutenção e adestramento das tripulações dos submarinos; e aquisição de tecnologia de infraestrutura para construção, manutenção a apoio de submarinos convencionais e nucleares.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), subordinada à Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão do projeto.

Figura 7 Organograma funcional do Prosub - Implementação de Infraestrutura para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares



GRUPOS DE INTERESSE

Ministério da Defesa (MD), Marinha do Brasil (MB), Direction des Constructions Navales et Services (DCNS), e Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO).

VALOR GLOBAL ESTIMADO

Valor global estimado: R\$ 4.998.000.000,00

Valor atualizado até o final do exercício de 2016: R\$ 12.390.262.266,00 (Última revisão: 12/2015)

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro: R\$ 12.226.063.616,00

Op. Crédito: R\$ 164.198.650,00

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 29 Valores do PROSUB - Implementação de Infraestrutura para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 1.251.901.136,47	R\$ 684.692.574,13	R\$ 340.685.870,46
LIQUIDADADO	R\$ 1.251.901.136,47	R\$ 684.692.574,13	R\$ 340.685.870,46
PAGO	R\$ 1.129.861.219,14	R\$ 209.375.425,82	R\$ 219.777.358,48

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Contrato de Offset (n° 40000/2009-012/00)

Total Previsto: 4.345,17 Milhões de EUROS (Valor de Compensação)

Total Realizado: 714,91 Milhões de EUROS.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Contrato de Construção do Estaleiro e Base Naval - Em função das restrições orçamentárias e financeiras vivenciadas nos Exercícios Financeiros de 2015 e 2016, as obras do Estaleiro de Construção tiveram o seu ritmo reduzido e as demais foram praticamente paralisadas, as quais foram parcialmente retomadas a partir de MAI2016. Ante esse fato, estima-se um atraso de pelo menos 2 anos no cronograma de construção do Estaleiro e Base Naval (EBN), atraso esse que poderá se agravar caso se confirme o cenário atual de recursos orçamentários e financeiros previstos para o ano de 2017 e exercícios subsequentes. Metas de Construção da UFEM, do Estaleiro e da Base Naval: Estaleiro de

Construção - conclusão das obras civis e da instalação eletromecânica da plataforma do elevador de navios. Os demais prédios industriais e administrativos estão em fase final da construção civil. Estaleiro de Manutenção: avanço das obras da Oficina de Ativação de Baterias, da Oficina de Suporte Leve e do Prédio da Tripulação de Submarinos. Base Naval Área Norte - conclusão das obras civis do Centro Integrado de Controle e da Subestação de Entrada Principal, estando essas instalações em fase final da montagem eletromecânica. Na Central de Utilidades, foram realizadas as obras da casa de bombas. Base Naval Área Sul - avanço das obras do Prédio dos Simuladores, do Centro Integrado de Controle e do Castelo D'Água. Durante o ano de 2016 a execução física das obras do Estaleiro e da Base Naval (EBN) foi bastante reduzida, tendo em vista o contingenciamento de recursos efetuado pelo Governo Federal. Em função disso, os esforços foram concentrados nas obras prioritárias para atender ao cronograma de construção do SBR-1, com ênfase no Estaleiro de Construção e nas instalações do Estaleiro de Manutenção e da Base Naval que são essenciais para a construção e recebimento desse submarino. O contrato mantém o teto previsto de R\$ 12,4 bilhões de Reais. Utilizando o método de GUT foi avaliado que o avanço físico real do Empreendimento EBN em dezembro de 2016 foi de 57,19%.

Contrato de Transferência de Tecnologia de Estaleiro (parte 3) - Na Transferência de Tecnologia para Construção do Estaleiro e Base Naval, o marco 6.15 (FEV2017) foi o último a ser certificado, atendendo a dinâmica do contrato. Foram firmados os Termos Aditivos nº 5, 8 e 12 que estenderam a parte 3 do contrato 6 até FEV/2023. O percentual de execução do contrato até o 1º trimestre de 2017 é de 82,7%.

Despesas Operacionais do Projeto - em função das restrições orçamentárias dos últimos anos e do corrente exercício tais despesas tiveram sua execução prejudicada, especialmente: aquisição de Próprios Nacionais Residenciais destinados a abrigar os militares e seus familiares que serão transferidos para a localidade de Itaguaí; desapropriação de imóveis na área de Declaração de Utilidade Pública (DUP); início da obtenção de embarcações de apoio; e treinamento e qualificação do pessoal envolvido do gerenciamento e na fiscalização da construção do EBN. As despesas realizadas estão aquém dos valores planejados.

2.5.1.6 PROSUB - DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO DE SUBMARINOS NUCLEARES (SN-BR)

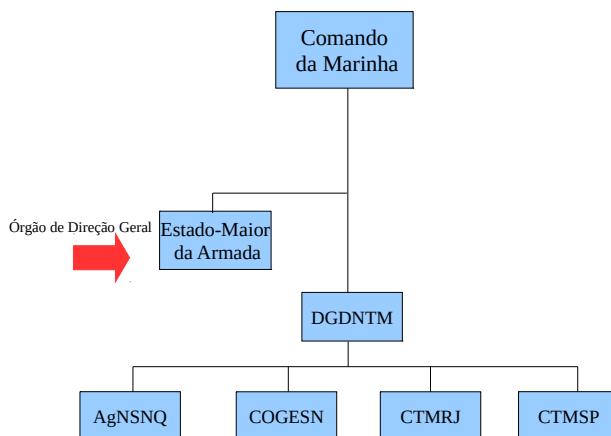
DESCRIÇÃO

Aquisição de tecnologia de projeto de submarino com propulsão nuclear; aquisição de pacote de material para um submarino de propulsão nuclear e respectivo sistema logístico, exceto a planta de propulsão nuclear; gerenciamento do projeto e construção do submarino no Brasil e demais despesas que contribuem diretamente para o desenvolvimento e execução do projeto.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), subordinada à Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão do projeto.

Figura 8 Organograma funcional do Prosub - Desenvolvimento e Construção de Submarinos Nucleares (SN-BR)



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, DCNS, Itaguaí Construções Navais (ICN), Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (NUCLEP) e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

Valor global estimado: R\$ 5.409.600.000,00

Valor atualizado até o final do exercício de 2016: R\$ 8.913.028.235,00 (Última revisão: 12/2015)

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro: R\$ 5.030.536.228,60

Op. Crédito: R\$ 3.882.492.006,40

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 30 Valores do PROSUB - Desenvolvimento e Construção de Submarinos Nucleares (SN-BR)

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 458.650.923,31	R\$ 128.896.714,07	R\$ 242.298.172,79
LIQUIDADADO	R\$ 458.650.923,31	R\$ 128.896.714,07	R\$ 242.298.172,79
PAGO	R\$ 153.440.076,28	R\$ 33.229.996,48	R\$ 173.552.674,21

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Contrato de Offset (n° 40000/2009-012/00)

Total Previsto: 4.345,17 Milhões de EUROS (Valor de Compensação)

Total Realizado: 714,91 Milhões de EUROS.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

No que se refere ao SN-BR, o Corpo Técnico de Projeto (CTP), com a assessoria prestada pela Direction des Constructions Navales et Services (DCNS), prosseguiu suas atividades ao longo de 2016 e obteve sucesso nas metas previstas. Em JAN2017 a Fase B de Projeto (Projeto Preliminar do SN-BR) será cumprida, o que representa um significativo avanço e um marco na história de projetar meios na MB.

As restrições orçamentárias enfrentadas nos últimos exercícios, em especial em 2016, dificultaram o pagamento das prestações cumpridas pela DCNS no Contrato de ToT, os recursos alocados não seriam suficientes para os marcos contratuais com a DCNS, entretanto foi realizado um esforço para redefinição dos marcos contratuais de modo a permitir a continuidade do Programa. Está em fase de tramitação um Termo Aditivo aos contratos, a fim de equacionar os pagamentos com as disponibilidades orçamentárias previstas, o que permitirá honrar os compromissos financeiros e dar continuidade ao Programa.

As restrições orçamentárias e sobretudo financeiras, impostas ao projeto, geraram a necessidade de efetuar várias renegociações de marcos contratuais no desenvolvimento da Propulsão Nuclear, ocasionando atraso na assinatura de novos contratos e perda de oportunidades nas contratações no exterior. Essas restrições na planta nuclear também podem impactar diretamente na conclusão da construção do SN-BR.

Em relação à Propulsão Nuclear, até o presente momento, 70% da matéria prima está contratada; 50% dos serviços contratados com a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (NUCLEP), para a confecção dos elementos/componentes principais de mecânica pesada; e 30% contratado com firmas estrangeiras especializadas para a confecção dos elementos internos de alta precisão.

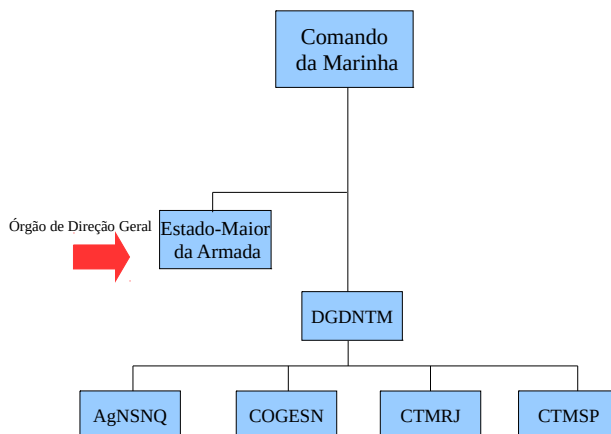
2.5.1.7 PROSUB - DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO DE SUBMARINOS CONVENCIONAIS (S-BR)**DESCRIÇÃO**

Aquisição de pacotes de materiais para quatro submarinos convencionais (S-BR), respectivos sistemas e tecnologia de construção; aquisição de torpedos, despistadores de torpedos e respectivos sistemas logísticos; gerenciamento da construção dos quatro S-BR no Brasil e demais despesas que contribuem diretamente para o desenvolvimento e execução do projeto.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), subordinada à Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão do projeto.

Figura 9 Organograma funcional do Prosub - Desenvolvimento e Construção de Submarinos Convencionais (S-BR)



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, DCNS, Itaguaí Construções Navais (ICN), Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (NUCLEP) e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

Valor global estimado: R\$ 8.327.200.000,00

Valor atualizado até o final do exercício de 2016: R\$ 10.543.832.439,00 (Última revisão: 12/2015)

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro: R\$ 1.816.127.708,54

Op. Crédito: R\$ 8.727.704.730,46

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 31 Valores do PROSUB - Desenvolvimento e Construção de Submarinos Convencionais (S-BR)

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 343.499.912,59	R\$ 264.590.334,48	R\$ 486.440.895,97
LIQUIDADADO	R\$ 343.499.912,59	R\$ 264.590.334,48	R\$ 486.440.895,97
PAGO	R\$ 216.496.884,07	R\$ 128.562.662,26	R\$ 447.287.650,38

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Contrato de Offset (n° 40000/2009-012/00)

Total Previsto: 4.345,17 Milhões de EUROS (Valor de Compensação)

Total Realizado: 714,91 Milhões de EUROS.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Progresso da Construção dos S-BR: S. RIACHUELO (S-BR 1): Lançamento em 31/07/2018, Avanço Físico: 53.6%. S. HUMAITÁ (S-BR 2): Lançamento em 30/09/2020, Avanço Físico: 32.42%. S. TONELERO (S-BR 3): Lançamento em 30/09/2021, Avanço Físico: 18.38%. S. ANGOSTURA (S-BR 4): Lançamento em 31/12/2022, Avanço Físico: 9.22%.

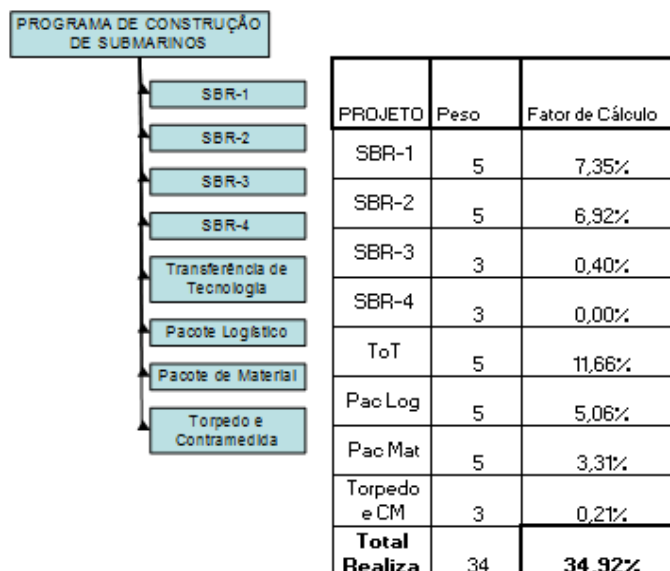
Meta física prevista x realizada:

Previsto: 72,04%, que será alterado com os novos Termos Aditivos.

Realizado: 34,92%

Realizado / Previsto: 48,47%

Figura 10 Meta realizada



Fornecimento de diversos pacotes de materiais, entre eles, itens para a estrutura do casco e estruturas internas e equipamentos, a fim de permitir a continuidade da fabricação e construção dos SBR1, SBR2 e SBR3, além de iniciar a construção do SBR4;

Início da fase de outfitting (equipagem) das seções de vante do SBR1;

Instalação dos tanques internos das seções de ré do SBR1;

Instalação do escotilhão (fêmea) do SBR1;

Conclusão da fabricação das seções do Casco Resistente do SBR2;

Início da união de subseções do SBR3;

Início da montagem de subseções do SBR4;

Realização de Assistência Técnica (consumidos 8.918 Homens X Dias de um total de 37.670 previstos), com o objetivo de suportar as atividades de construção dos SBR.

2.5.1.8 PROSUPER: OBTENÇÃO DA CORVETA CLASSE "TAMANDARÉ"

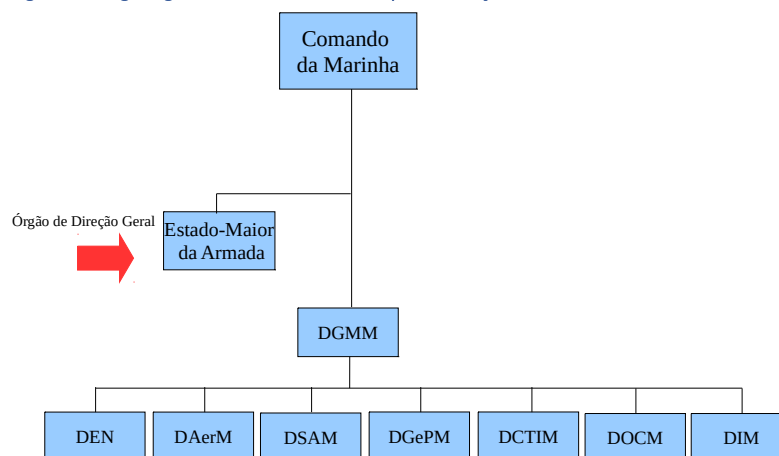
DESCRIÇÃO

O Projeto prevê a obtenção, por construção, de quatro unidades da Corveta Classe "Tamandaré". A construção se dará em estaleiro nacional, obedecendo a projeto elaborado e aprovado pela MB, com deslocamento aproximado de 2.700 toneladas, dotado de convôo, hangar para helicóptero, radares e demais sensores e armamentos. O projeto é de fundamental importância para a patrulha naval e defesa e garantia dos interesses nacionais nas AJB.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 11 Organograma funcional do Prosuper Obtenção da Corveta Classe "Tamandaré"



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

R\$ 3.348.000.000,00

O projeto ainda está em sua fase inicial de confecção das especificações para aquisição dos navios. Dessa forma não houve variação no seu valor global estimado, o que ocorrerá somente após a definição do escopo final do projeto.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 32 Valores do PROSUPER: Obtenção da Corveta Classe "Tamandaré"

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 4.550.231,21	R\$ 1.395.348,87	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 4.550.231,21	R\$ 1.395.348,87	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 4.550.231,21	R\$ 1.395.348,87	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Confecção da Especificação de Aquisição. Busca de Fontes de Financiamento. Em 30 de março de 2017 foi publicado no DOU – Chamamento Público – Processo de Obtenção da Corveta Classe Tamandaré.

2.5.1.9 PROSUPER: PROJETO DE OBTENÇÃO DE FRAGATAS

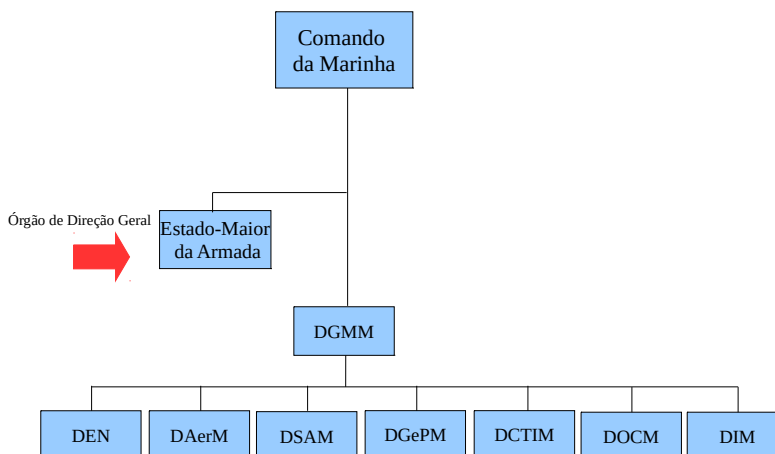
DESCRIÇÃO

O Projeto prevê a obtenção, por construção, de cinco fragatas de emprego múltiplo. A construção das fragatas coaduna-se com a responsabilidade precípua da MB perante a Constituição no que se refere à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, bem como com as atividades subsidiárias da Autoridade Marítima, dentre as quais cabe mencionar a proteção e a fiscalização das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar, que respondem por mais de 80% da produção nacional, e no apoio às atividades de inspeção naval.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 12 Organograma funcional do Prosuper Projeto de Obtenção de Fragatas



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

5.000.000.000,00 € (valor acumulado para PROSUPER: Projeto de Obtenção de Fragatas, PROSUPER: Projeto de Obtenção dos Navios-Patrolha Oceânicos Brasileiros e PROSUPER: Obtenção de Navio de Apoio Logístico)

Valor estimado em Reais para a construção das cinco Fragatas: R\$ 8.500.000.000,00.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 33 Valores do PROSUPER: Projeto de Obtenção de Fragatas

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

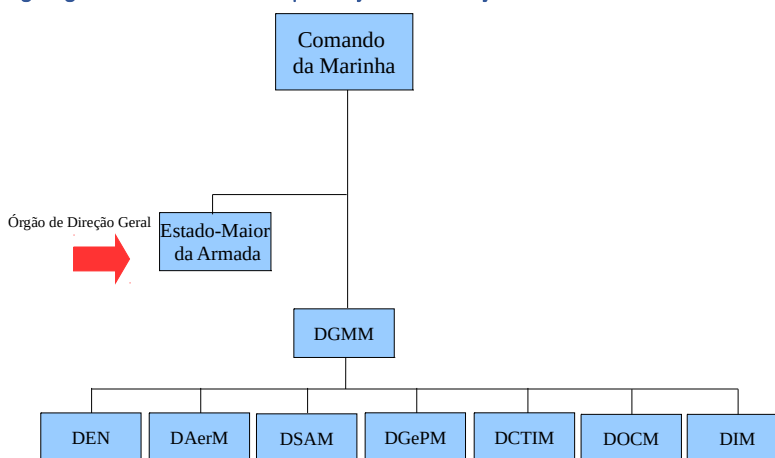
DESCRIÇÃO

O projeto prevê a obtenção, por construção no País, de cinco unidades dos Navios-Patrolha Oceânicos Brasileiros (NPaOc-BR), com deslocamento aproximado de 2.000 toneladas, comprimento aproximado de 100 metros, obedecendo projeto elaborado e aprovado pela MB, incluindo o desenvolvimento de sistemas diversos, destacando-se os de máquinas, armas, controle, monitoramento e elétrico. O propósito é de conferir à MB maior capacidade de produzir e manter meios navais, além de promover o desenvolvimento da indústria nacional, contribuindo para o aprimoramento da capacitação industrial autônoma, fator de suma importância para a soberania do Brasil.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 13 Organograma funcional do Prosuper Projeto de Obtenção dos Navios-Patrolha Oceânicos Brasileiros



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

5.000.000.000,00 € (valor acumulado para PROSUPER: Projeto de Obtenção de Fragatas, PROSUPER: Projeto de Obtenção dos Navios-Patrolha Oceânicos Brasileiros e PROSUPER: Obtenção de Navio de Apoio Logístico).

Valor estimado em Reais para a construção dos cinco Navios-Patrolha Oceânicos Brasileiros: R\$ 4.800.000.000,00.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 34 Valores do PROSUPER: Projeto de Obtenção dos Navios-Patrolha Oceânicos Brasileiros

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

2.5.1.11 PROSUPER: OBTENÇÃO DE NAVIO DE APOIO LOGÍSTICO

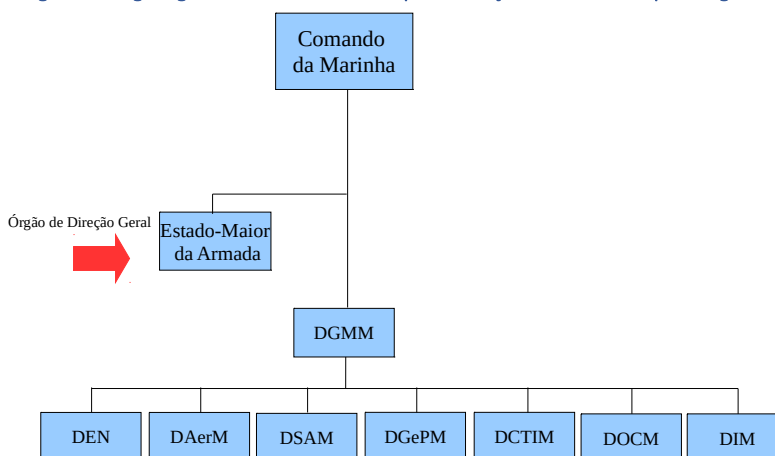
DESCRIÇÃO

O Projeto prevê a obtenção, por construção, de uma unidade de Navio de Apoio Logístico (NApLog), capaz de fornecer, no mar, aos demais navios da Força Naval, combustíveis (inclusive de aviação), lubrificantes, aguada, munição, gêneros e sobressalentes, para a Marinha se fazer presente na Amazônia Azul, a grandes distâncias de suas bases e de seu apoio logístico fixo, a fim de cumprir o preconizado pela Estratégia Nacional de Defesa (END), exercendo duas de suas principais características intrínsecas, quais sejam: a Mobilidade e a Permanência.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 14 Organograma funcional do Prosuper Obtenção de Navio de Apoio Logístico



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

5.000.000.000,00 € (valor acumulado para PROSUPER: Projeto de Obtenção de Fragatas, PROSUPER: Projeto de Obtenção dos Navios-Patrolha Oceânicos Brasileiros e PROSUPER: Obtenção de Navio de Apoio Logístico).

Valor estimado em Reais para a obtenção de Navio de Apoio Logístico: R\$ 1.200.000.000,00.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 35 Valores do PROSUPER: Obtenção de Navio de Apoio Logístico

VALOR	2014	2015	2016
-------	------	------	------

EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

2.5.1.12 PROSUPER: OBTENÇÃO DO NAVIO ANFÍBIO (PRONANF)

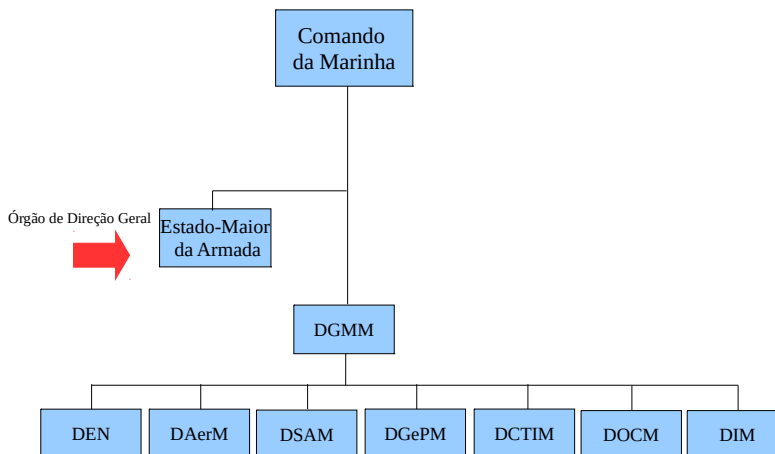
DESCRIÇÃO

O projeto prevê a obtenção, por construção, de dois Navios Anfíbios (NAnf) para o emprego em Operações Anfíbias e em apoio às Forças Terrestres, possuindo grande capacidade para o transporte de helicópteros, tropa e material.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 15 Organograma funcional do Prosuper Obtenção do Navio Anfíbio (PRONANF)



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

A ser determinado

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 36 Valores do PROSUPER: Obtenção do Navio Anfíbio (PRONANF)

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

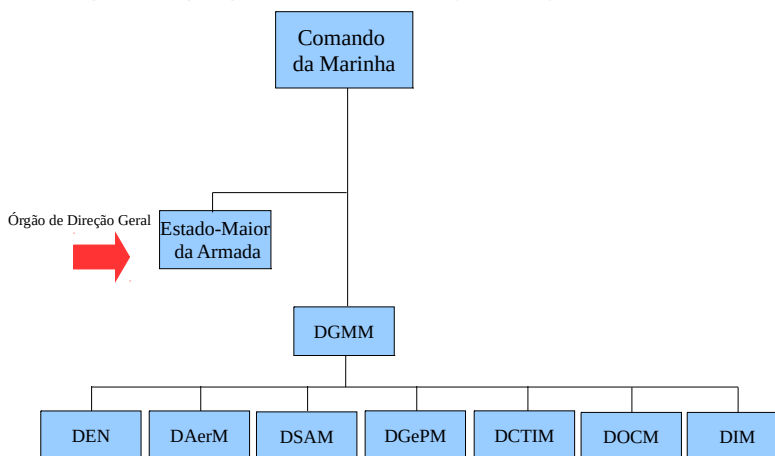
2.5.1.13 PROSUPER: OBTENÇÃO DE REBOCADORES

DESCRIÇÃO

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 16 Organograma funcional do Prosuper Obtenção de ReboCADORES



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

A ser determinado

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 37 Valores do PROSUPER: Obtenção de Rebocadores

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

2.5.1.14 PROSUPER: OBTENÇÃO DE CAÇA MINAS

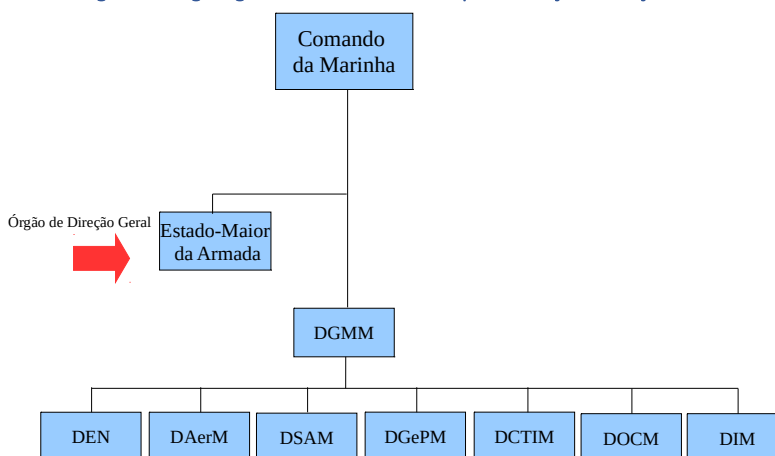
DESCRIÇÃO

O projeto prevê a obtenção de quatro caça minas, que são meios capazes de realizar Operações de Contramedidas de Minagem do tipo Varredura, em situação de paz, de crise ou de conflito armado, para permitir que portos e terminais brasileiros sejam mantidos abertos à navegação, mesmo havendo a interferência, ou tentativa, de serem quebradas as extensas Linhas de Comunicações Marítimas do País, por onde fluem 95% de todo comércio exterior nacional.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 17 Organograma funcional do Prosuper Obtenção de Caça Minas



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

A ser determinado

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 38 Valores do PROSUPER: Obtenção de Caça Minas

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

2.5.1.15 PROSUPER: OBTENÇÃO DOS NAVIOS-TRANSPORTE FLUVIAL

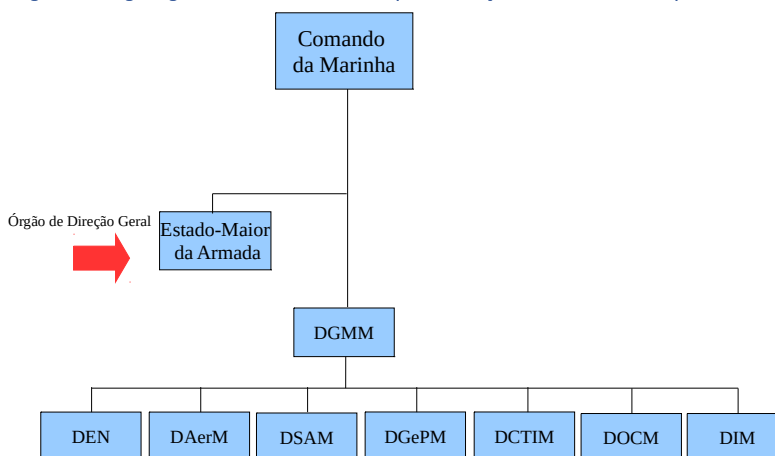
DESCRIÇÃO

O projeto prevê a obtenção, por construção, de oito Navios-Transporte Fluvial (NtrFlu) capazes de operar helicóptero de pequeno porte, para o transporte de tropas de Fuzileiros Navais, do Exército Brasileiro (EB) e de material. Esses meios são indispensáveis para a realização de Operações Ribeirinhas e de Operações Conjuntas. Além disso, o seu emprego garantirá a presença do Estado brasileiro às porções mais distantes das bacias Amazônica e Paraguai-Paraná, colaborando com os órgãos governamentais nas ações de defesa civil, assistências médico-odontológicas e cívico-sociais às populações ribeirinhas e de preservação do meio ambiente.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 18 Organograma funcional do Prosuper Obtenção dos Navios-Transporte Fluvial



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

A ser determinado

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 39 Valores do PROSUPER: Obtenção dos Navios-Transporte Fluvial

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

2.5.1.16 PROSUPER: OBTENÇÃO DE NAVIOS DE APOIO LOGÍSTICO FLUVIAL

DESCRIÇÃO

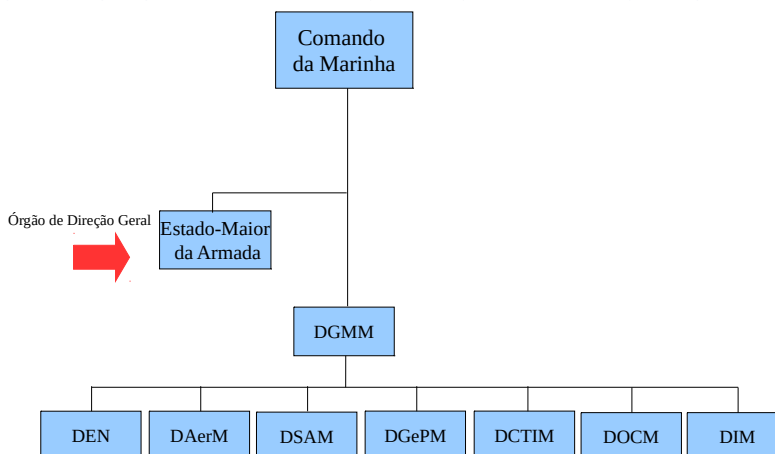
O projeto prevê a obtenção, por construção, de três unidades de Navios de Apoio Logístico Fluvial (NAPLogFlu). Os NAPLogFlu serão os meios responsáveis pelo apoio logístico móvel aos meios navais e de Fuzileiros Navais, fornecendo combustíveis, lubrificantes, aguada, munição, gêneros e sobressalentes, ampliando a permanência nas Operações Ribeirinhas e demais ações da MB nas hidrovias navegáveis das bacias do rio Amazonas e dos rios Paraguai e Paraná. Também podem prestar apoio ao EB, abastecendo as OM localizadas nas calhas dos rios e, em caso de

necessidade, abastecer as localidades ribeirinhas em situação de emergência ou calamidade. Deverão, ainda, ser equipados com armamento de autodefesa e ter capacidade de operar e apoiar um helicóptero de pequeno porte.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 19 Organograma funcional do Prosuper Obtenção de Navios de Apoio Logístico Fluvial



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

A ser determinado

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 40 Valores do PROSUPER: Obtenção de Navios de Apoio Logístico Fluvial

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

2.5.1.17 PROSUPER: OBTENÇÃO DE REBOCADORES FLUVIAIS

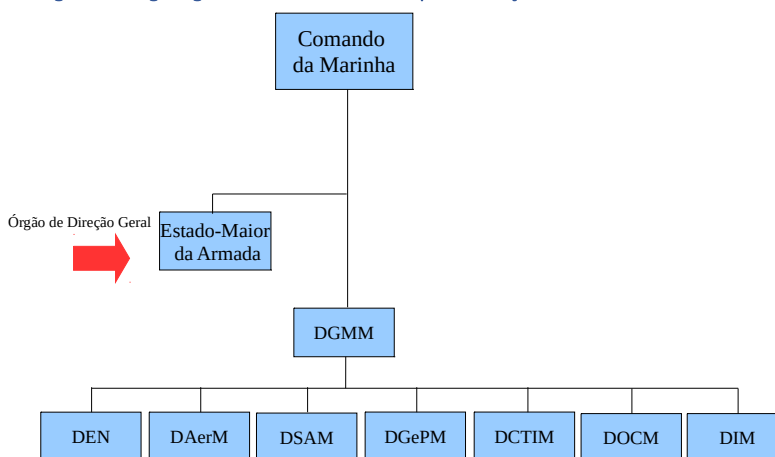
DESCRIÇÃO

O projeto prevê a obtenção, por construção, de três Rebocadores Fluviais (RbFlu). Os RbFlu fazem parte dos meios que contribuem para o provimento da segurança da navegação aquaviária, sendo navios destinados ao reboque e desenganche, em operações de salvatagem, e capazes de prestar o apoio logístico móvel a outros navios, reabastecendo-os de combustível e água potável e, ainda, com capacidade modular de combate a incidentes ambientais nas vias fluviais. Tendo em vista a intensificação do tráfego comercial nas bacias do rio Amazonas e dos rios Paraguai e Paraná, com o conseqüente aumento de encalhes e acidentes que requerem ação da Autoridade Marítima, a MB visualiza a necessidade de dispor de meios de reboque nessas duas Bacias.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 20 Organograma funcional do Prosuper Obtenção de Rebocadores Fluviais



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

A ser determinado

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 41 Valores do PROSUPER: Obtenção de Rebocadores Fluviais

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

2.5.1.18 PROSUPER: OBTENÇÃO DE NAVIOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

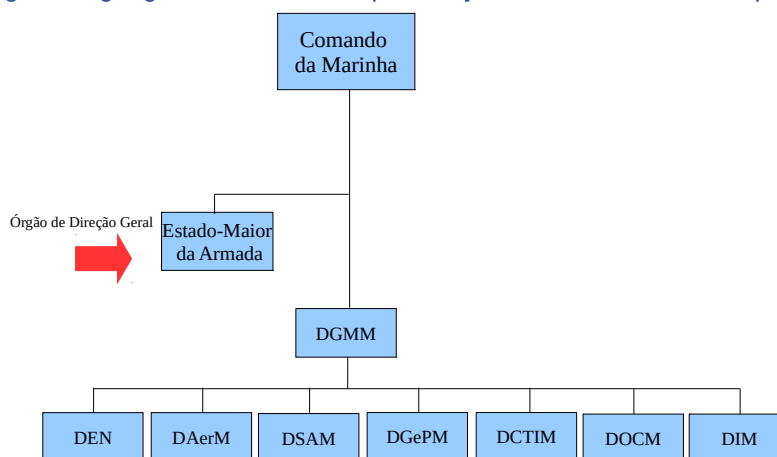
DESCRIÇÃO

O projeto contempla a obtenção, por construção, de quatro Navios de Assistência Hospitalar (NasH), com capacidade de transportar e operar um helicóptero de pequeno porte, dispondo de capacidades hospitalares para realizar atendimentos médicos e odontológicos às tropas da MB, EB e às populações ribeirinhas. Esses meios contribuem para a presença do Estado brasileiro em regiões mais afastadas dos centros urbanos, traduzindo-se em um instrumento possível de aplicação de ações de saúde e cívico-sociais para as populações da região Norte e Centro-Oeste, nas bacias do rio Amazonas e dos rios Paraguai e Paraná. Por essas iniciativas, os NasH são conhecidos como os “navios da esperança”.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 21 Organograma funcional do Prosuper Obtenção de Navios de Assistência Hospitalar



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

A ser determinado

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 42 Valores do PROSUPER: Obtenção de Navios de Assistência Hospitalar

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

2.5.1.19 PROSUPER: OBTENÇÃO DE NAVIOS DE PROPÓSITOS MÚLTIPLOS

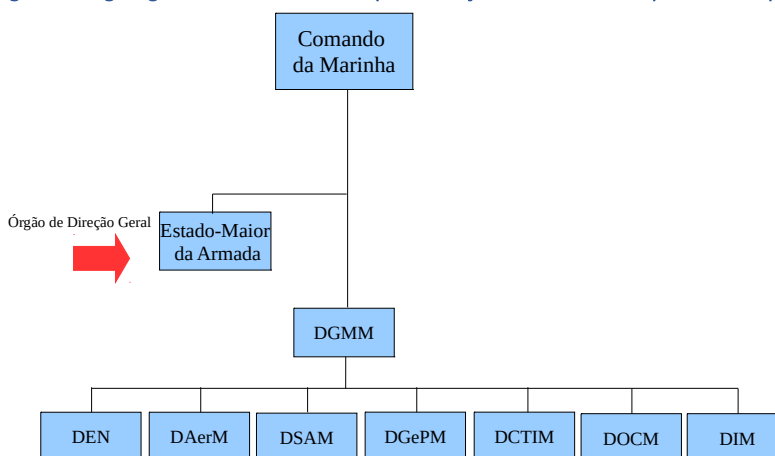
DESCRIÇÃO

O projeto prevê a obtenção, por construção, de quatro unidades de Navios de Propósitos Múltiplos (NPM), com a capacidade de realizar diversas tarefas, dentre elas: as Operações Anfíbias, levando considerável parcela de homens e material; o transporte de tropas e de Força Expedicionária; o transporte de material, inclusive o considerado estratégico; contribuir para o controle de área marítima, acompanhado de outros meios navais; e operações aéreas, com capacidade de operação de grande quantidade de helicópteros.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão dos programas estratégicos da Marinha definidos pela Alta Administração Naval, em coordenação com as Diretorias Especializadas e demais OM envolvidas, servindo de repositório do conhecimento institucional adquirido nessa gestão.

Figura 22 Organograma funcional do Prosuper Obtenção de Navios de Propósitos Múltiplos



GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

A ser determinado

FONTES DE FINANCIAMENTO

A ser determinado

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 43 Valores do PROSUPER: Obtenção de Navios de Propósitos Múltiplos

VALOR	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

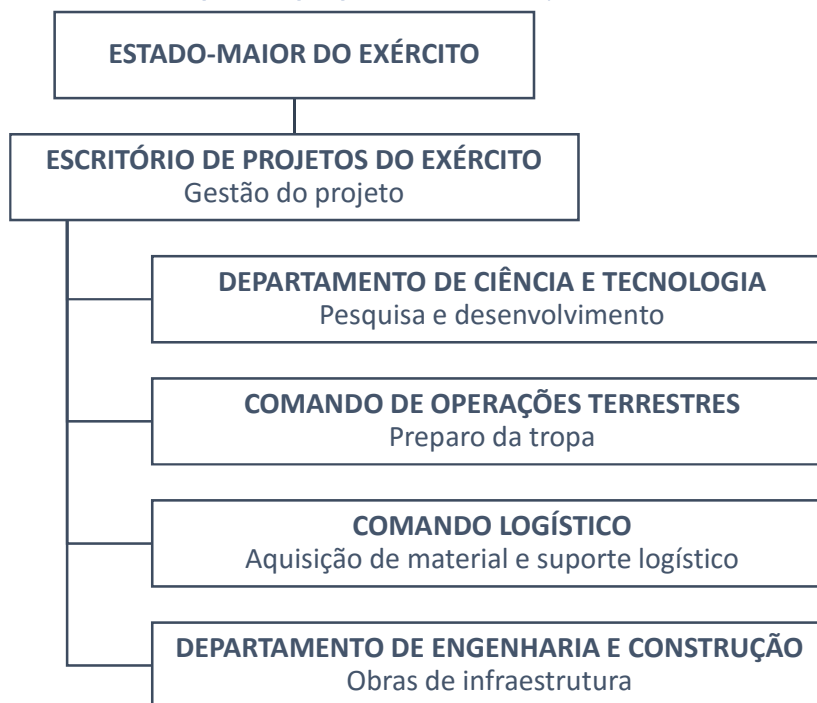
Devido à atual conjuntura econômica do Brasil, o cronograma de eventos afeto ao desenvolvimento do projeto foi postergado, tendo em vista a prioridade estabelecida pela Alta Administração Naval para conclusão dos projetos estratégicos em andamento. Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e gestão do projeto não foram até o momento iniciados.

2.5.2 Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários do Comando do Exército**2.5.2.1 PROJETO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO GUARANI****DESCRIÇÃO**

O Escopo do Projeto consiste na mecanização da Infantaria Motorizada e na modernização da Cavalaria Mecanizada. A justificativa baseia-se no fato de que os principais exércitos do mundo utilizam meios blindados e mecanizados nas suas tropas de Infantaria. Por outro lado, os blindados CASCAVEL e URUTU, em uso na Cavalaria Mecanizada, são projetos da década de 70 e se encontram obsoletos. O Projeto desenvolverá a Nova Família de Blindados de Rodas, nas versões 4X4, 6X6 e 8X8. O primeiro veículo na versão 6X6, a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal foi desenvolvida pelo EB em conjunto com a firma IVECO (Grupo Fiat), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O preço da versão básica do carro é de, aproximadamente, R\$ 3.644.076,18 por unidade. As 3 versões serão compostas por viaturas com diferentes configurações (transporte de pessoal, reconhecimento, comando e controle, socorro, ambulância, radar, lança mísseis, morteiro, etc). Os novos blindados apresentam tecnologia de ponta sendo 92% dos materiais de conteúdo nacional. O projeto foi incluído no PAC em 2014.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 23 Organograma Funcional do Projeto Guarani



GRUPOS DE INTERESSE

- Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
- Ministério das Relações Exteriores
- Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
- Ministério da Integração Nacional

Dentre as empresas envolvidas com o projeto destacam-se as seguintes:

Tabela 44 Grupos de interesse do Projeto Guarani

EMPRESA	OBJETO	LOCAL
ZF	Caixa de marcha e caixa de direção	Sorocaba – SP
HUTCHINSON	Rodas completas	Monte Alto – SP
EUROAR	Ar condicionado	Sete Lagoas – MG
EUROELÉTRICA	Chicotes elétricos	Sete Lagoas – MG
CEMAÇO	Corte de aço balístico e componentes em aço	Belo Horizonte – MG
ARES	Estação de armas com metralhadora remotamente controlada	Duque de Caxias – RJ
OMINISYSTEEN	Componentes do sistema de comando e controle	São Paulo – SP
ALLTEC	Blindagem adicional	São José dos Campos – SP
IMBRA	Spall liner	Mauá – SP
CBC	Desenvolvimento e fabricação da munição 30 mm	Ribeirão Pires - SP
ENGEPON	Desenvolvimento e fabricação da munição 150 mm	Rio de Janeiro – RJ
GEOCONTROL	Computador tático militar	Vitória - ES
AEL Sistemas	Simuladores virtuais e computador tático militar	Porto Alegre-RS

VALOR GLOBAL ESTIMADO

- O valor global inicial estimado era de R\$ 18,9 bilhões, com previsão de término para 2031.
- Atualmente o valor estimado é de 20,8 bilhões com previsão de término para 2040.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Tabela 45 Fontes de Financiamento do Projeto Guarani

ANO	VALOR	OBJETO
2007 a 2010	R\$ 10.130.000,00	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal 6X6
2012 a 2018	R\$ 19.891.480,00	Viatura Blindada de Reconhecimento 8X8

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 46 Valores do Projeto Guarani

ANO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS LOA + RP	VALORES PAGOS LOA + RP
2014	95.764.570,49	322.759.691,08	310.478.588,61
2015	218.375.491,22	157.091.792,99	86.885.149,91
2016	207.410.833,68	259.030.632,02	306.574.529,29

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

No contrato Nº 13/2012 do DCT com a ELBIT, empresa israelense, para a aquisição de 10 (dez) sistemas de armas automatizados com canhão 30mm existe cláusulas de compensação prevendo a capacitação de recursos humanos para a operação e manutenção dos sistemas, bem como, o fornecimento do canhão “stand alone” para o desenvolvimento da munição pela Companhia Brasileira de Cartuchos.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Estado-Maior do Exército, por meio do Escritório de Projetos do Exército.

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

O Projeto vem tendo o seu cronograma reajustado anualmente em razão da carência de recursos. Além disso, o contingenciamento de recursos também tem obrigado à reprogramação das metas anuais.

O Projeto tem seu cronograma baseado no Programa de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED) no horizonte de 2012 a 2035. Entretanto, caso se mantenha o aporte atual de recursos, a projeção de término do projeto seria postergada em aproximadamente 80 (oitenta anos).

O Projeto, em 2017, passará por um processo de transformação constituído-se em um Programa, a fim de adequar-se a uma nova metodologia de gerenciamento, conforme as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro (EB 10-N-01.004, 1ª Edição – Aprovada pela Portaria do Comandante do Exército nº 054, de 30 de janeiro de 2017).

Tendo em vista as restrições orçamentárias decorrentes da crise financeira do país e a consequente aprovação da PEC 241(PEC do teto dos gastos públicos), o Programa sofrerá mudança no seu escopo. Os planejamentos envolvem a extensão de mais 4 (quatro) anos para a conclusão do Programa; a elaboração da racionalização de recursos, com a supressão de projetos; o retardo e adequação de outros; e a inclusão de modernização de parte da antiga frota de viaturas ENGESA (CASCAVEL e URUTU), a fim de que ganhem uma sobrevida e o Exército não perca totalmente a sua capacidade operacional para fazer frente às necessidades de defesa e segurança da sociedade.

Indicador de Desempenho: Percentual de viaturas adquiridas da Nova Família de Blindados de Rodas

Tabela 47 Indicador de Desempenho do Projeto Guarani

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE OBSERVADO	PERIODICIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO
Percentual de viaturas adquiridas da Nova Família de Blindados de Rodas	-	21,5	7,2	semestral	(Nr de Vtr adquiridas) / (Nr de previstas a serem adquiridas) x 100

Descrição do Indicador: Mede o percentual de viaturas adquiridas da Nova Família de Blindados de Rodas no período previsto de execução do projeto de 2012 a 2040.

Interpretações Possíveis: o índice observado de 7,2% ficou muito abaixo da meta prevista de 21,5% em razão do volume de recursos previstos na LOA desde o início do projeto. Tal aspecto indica a tendência de o objetivo do projeto somente ser atingido no ano 2105, quando o previsto é 2040.

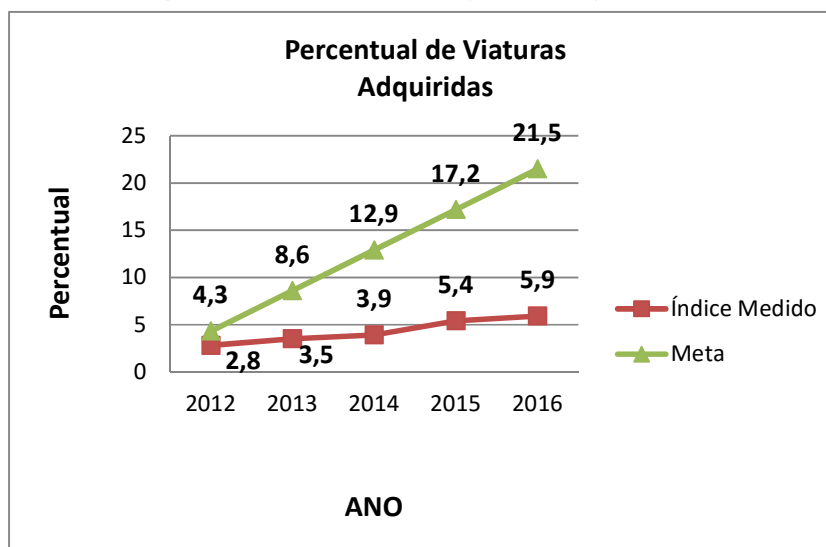
Tabela 48 Faixas de Aceitação do Indicador de Desempenho do Projeto Guarani

FAIXA DE ACEITAÇÃO (VALORES DESEJÁVEIS ALCANÇADOS E VINCULADOS ÀS METAS PROPOSTAS):					
ANO	PERCENTUAL	ANO	PERCENTUAL	ANO	PERCENTUAL
2012	4,3	2022	41,8	2032	73,9
2013	8,6	2023	45	2033	77,2
2014	12,9	2024	48,2	2034	80,5
2015	17,2	2025	51,4	2035	83,7
2016	21,5	2026	54,6	2036	86,9
2017	25,8	2027	57,8	2037	90,1
2018	29	2028	61	2038	93,3
2019	32,2	2029	64,2	2039	96,5
2020	35,4	2030	67,4	2040	100
2021	38,6	2031	70,6		

Tabela 49 Quantidade de viaturas adquiridas no Projeto Guarani

ANO	QUANTIDADE VTR ADQUIRIDAS	ÍNDICE MEDIDO	META	OBSERVAÇÃO
2007	16	-	-	Contrato 01/2007 DCT
2012	86	2,8	4,3	Contrato 15/2012 DCT
2013	26	3,5	8,6	Contrato 15/2013 DCT
2014	14	3,9	12,9	Contrato 20/2014 DCT
2015	56	5,4	17,2	Contrato 20/2015 DCT
2016	35	5,9	21,5	Contratos 20/2015 DCT e 120/2016 COLOG

Figura 24 Percentual de viaturas adquiridas no Projeto Guarani



2.5.2.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO ASTROS 2020

DESCRIÇÃO

O Programa Estratégico do Exército ASTROS 2020 (PgrEE ASTROS 2020) irá possibilitar à Força Terrestre contribuir para que o Brasil venha a possuir CAPACIDADE DISSUASÓRIA. Isso ocorrerá pelo completo desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro com alcance de 300 Km e do Foguete Guiado SS 40 G; da implantação, construção e conclusão das instalações do Forte Santa Bárbara, na cidade de Formosa-GO; da aquisição de viaturas ASTROS, no padrão MK-6; da modernização das viaturas ASTROS II; e do desenvolvimento e implantação do Sistema de Simulação Integrado; o PgrEE ASTROS 2020 também contribui para a organização da Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército Brasileiro.

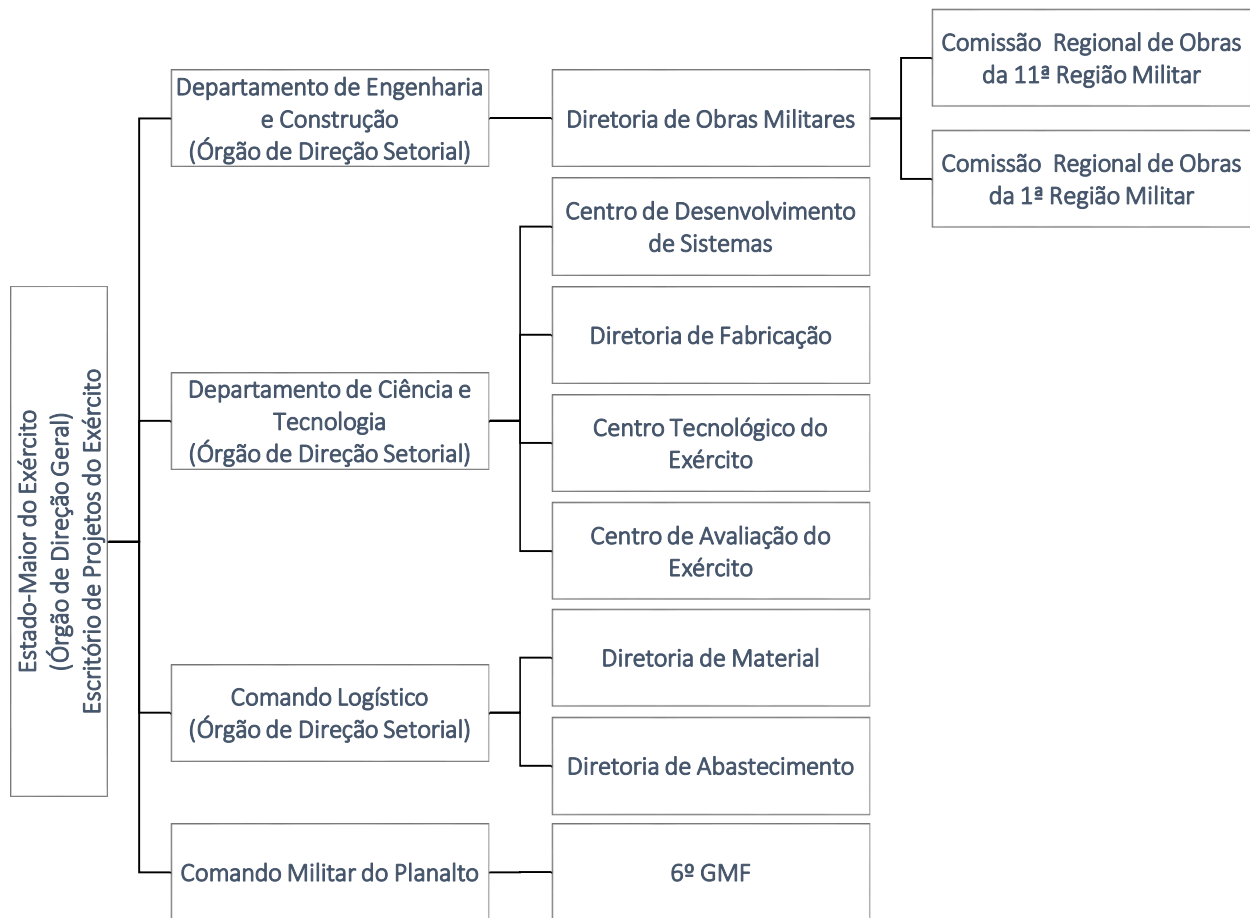
FINALIDADE, CARACTERÍSTICAS E PRODUTOS

- desenvolvimento de Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) solo-solo com alcance de até 300 km;
- contribuição para o desenvolvimento de uma doutrina de emprego de MTC;

- desenvolvimento de foguete-guiado SS-40G de maior precisão baseado no atual foguete de saturação de área SS-40;
- aquisição de novas viaturas do Sistema ASTROS, no padrão MK6, utilizando a indústria de Defesa Nacional;
- modernização do atual sistema de artilharia de foguetes ASTROS II em uso no 6º GMF;
- construção e implantação do Forte Santa Bárbara (FSB) composto pelas seguintes Organizações Militares (OM): Comando de Artilharia do Exército, o atual 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, o 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, o Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes (C Instr Msl Fgt), o Centro de Logística de Mísseis e Foguetes (C Log Msl Fgt), a Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército, a Bateria de Busca de Alvos e a Base de Administração e Apoio do Forte Santa Bárbara, incluindo os paíóis. Além disso, uma infraestrutura composta de instalações de segurança, desportivas e de Próprios Nacionais Residenciais complementar o FSB;
- aquisição de um Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP) associado ao Sistema ASTROS e incorporado à Bateria de Busca de Alvos para proporcionar o seguro e eficaz emprego de munições de longo alcance por meio de eficiente busca de alvos, de comando e controle oportunos e eficaz controle de danos;
- fomentar a Indústria Nacional de Defesa, em especial as empresas de caráter estratégico, agregando novas tecnologias a serem desenvolvidas para atender ao PEE;
- desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS);
- estímulo e contribuição para a criação de novos cursos nas áreas de tecnologias voltadas para a química pesada, propulsão, tecnologia voltada para o guiamento e georeferenciamento, entre outras; e
- desenvolvimento de ferramentas de Comando e Controle (C2), Simulação e Modelagem para a adequada e oportuna inserção da Artilharia de Mísseis e Foguetes na estrutura da Força Terrestre.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 25 Organograma Funcional do Projeto Astros 2020



- Estado-Maior do Exército (EME) /Escritório de Projetos do Exército (EPEX): gerenciamento, orientação e fiscalização, e coordenação de todas as atividades do Projeto.
- Departamento de Engenharia e Construção (DEC): responsável pelas obras a serem realizadas em Formosa-GO para a implantação das OM do Forte Santa Bárbara.
- Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT): desenvolvimento do míssil tático de cruzeiro, do foguete guiado e do Sistema de Simulação ASTROS (Universidade Federal de Santa Maria).
- Comando Logístico (COLOG): aquisição de munição e de Produto de Defesa (PRODE), modernização do material do 6º GMF e contratação do Suporte Logístico Integrado.

GRUPOS DE INTERESSE

- Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX) – atua na revisão dos cursos e estágios do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes;
- Departamento Geral do Pessoal (DGP) – atua na classificação e movimentação de pessoal para as novas Organizações Militares do Forte Santa Bárbara;
- Comando Militar do Planalto (CMP) - por meio do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes (GMF), atua no assessoramento técnico sobre o material ASTROS;
- AVIBRAS Aeroespacial S.A. - Indústria de Defesa Nacional, fabricante do material ASTROS e de toda a família de munições. Empresa integradora que agrega mais de uma centena de outras empresas no PEE ASTROS 2020.
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Inserção da Universidade nos assuntos de Defesa, por meio do desenvolvimento do Sistema de Simulação Integrado.
- Base Industrial de Defesa (BID) - Demais indústrias de defesa nacionais, responsáveis pela fabricação de insumos para o Sistema ASTROS 2020.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

Em 2011 foi recebido através de crédito suplementar o valor de R\$ 45,0 milhões, adicionados ao montante de R\$ 1.246,0 milhões da AO 14LW estimados inicialmente com previsão de término para 2019. Em 2012, foram contingenciados R\$ 100,86 milhões. No mesmo ano, o PAC Equipamentos (Ação Orçamentária 14N4) destinou R\$ 120,0 milhões ao Projeto, o que ampara os recursos empenhados maiores que os previstos inicialmente na LOA/2012.

Para 2013, a demanda inicial do projeto foi de R\$ 263,94 milhões. A LOA contemplou apenas R\$ 105,0 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R\$ 99,03 milhões. O déficit em 2013 foi de R\$ 164,91 milhões. Em 2014, a demanda inicial do projeto foi de R\$ 339,72 milhões. A LOA contemplou R\$ 311,0 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R\$ 222,54 milhões. O déficit em 2014 foi de R\$ 117,18 milhões.

Para 2015, a demanda inicial do projeto foi de R\$ 115,6 milhões. A LOA contemplou R\$ 115,6 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R\$ 55,34 milhões. O déficit em 2015 foi de R\$ 60,26 milhões. O déficit orçamentário acumulado entre 2013 e 2016 é de R\$ 342,25 milhões.

LOA 2017 e necessidades orçamentária do Programa ASTROS 2020:

Tabela 50 LOA 2017 e necessidades orçamentária do Programa ASTROS 2020

ANO	2017
Necessidade de recursos programadas inicialmente	262,0
LOA (R\$)	124,1
LOA (com corte orçamentário) R\$ *	123,7
Necessidades de recursos para conclusão do projeto no prazo previsto (R\$ *)	124,1

* valores em milhões de reais

Atualmente o valor estimado para o Projeto é de R\$ 2.435.000.000,00 com término previsto para 2023.

FONTES DE FINANCIAMENTO

O Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 tem seus valores aportados pela Ação Orçamentária 14LW – Implantação do Projeto de Defesa Estratégico ASTROS 2020.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 51 Valores referentes ao PrgEE ASTROS 2020

ANO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS (LOA + RP)	VALORES PAGOS (LOA + RP)
2014	R\$ 222.547.289,75	R\$ 129.846.061,68	R\$ 123.771.487,00
2015	R\$ 55.345.498,32	R\$ 132.927.731,17	R\$ 91.979.240,34
2016	R\$ 117.927.759,43	R\$ 104.226.600,48	R\$ 151.214.378,09

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Não aplicável

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Estado-Maior do Exército/ Escritório de Projetos de Exército/ Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020.

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

1) VARIAÇÃO DE CUSTOS

Tabela 52 Variação de custos no PrgEE ASTROS 2020

DESCRIÇÃO/OBJETO	VALOR INICIAL (R\$)	VALOR COM REAJUSTE (R\$)
1 - Desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro (Contrato nº 004/2012)	195.784.000,00	237.787.758,56
2 - Desenvolvimento do Foguete Guiado (Contrato nº 002/2012)	40.000.000,00	45.115.517,88
3 - Modernização do Sistema ASTROS (Contrato nº 249/2013)	111.000.000,00	117.870.396,51

2) ATENDIMENTO DO ESCOPO

a. principais realizações no ano de 2016:

- Continuação dos trabalhos de aquisição de Viaturas ASTROS, versão MK-6.
- Continuação dos trabalhos de modernização das Viaturas do Sistema ASTROS, versão MK3-M.
- Continuação do desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro.
- Continuação do desenvolvimento do Foguete Guiado.
- Continuação do desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS).
- Continuação das obras do Forte Santa Bárbara em Formosa-GO e do Paiol de Mísseis e Foguetes, em Paracambi-RJ.

b. resultados definitivos ou intermediários das entregas à sociedade de acordo com o escopo do Programa ASTROS 2020, referentes ao ano de 2016:

- Entrega de 12 viaturas, na versão MK6, do Contrato nº 289/2014, Serviços Especializados de Aquisição de chassis, cabines, equipamentos eletro-mecânicos, equipamentos eletrônicos e componentes para 20 (vinte) viaturas do sistema ASTROS 2020.
- Entrega de 9 viaturas modernizadas do Contrato nº 249/2013, que trata de serviços especializados de manutenção e modernização do Sistema ASTROS.
- Entrega de 1 etapa de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro, de acordo com o Contrato nº 04/2012/DCT-DF.
- Entrega de 1 etapa de desenvolvimento do Foguete Guiado, de acordo com o Contrato nº 02/2012/DCT-DF.
- Continuação do desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS), de acordo com o Termo de Execução Descentralizado entre o Exército Brasileiro (EB), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), e a Universidade Federal de Santa Maria.
- Continuação das seguintes obras:
 - a) Obra de construção de infraestrutura civil e elétrica do complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. Contrato nº 35/20 - DEC-CRO/11.
 - b) Obra de construção do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. Contrato nº 30/2013 - DEC-CRO/11.
 - c) Obra de construção do Paiol de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. Contrato nº 22/2013 - DEC-CRO/11.
 - d) Obra de construção do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. Contrato nº 02/2014 - DEC-CRO/11.

- e) Obra de construção do Paiol de Mísseis e Foguetes do Depósito Central de Munições, em Paracambi-RJ. Contrato nº 03/2015 - DEC-CRO/1.
- f) Obra de construção do 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, em Formosa-GO. Contrato nº 08/2016 - DEC-CRO/11.
- g) Asfaltamento das vias do Forte Santa Bárbara pelo 2º Batalhão Ferroviário, coordenado pelo Departamento de Obras de Cooperação do Departamento de Engenharia e Construção.

2.5.2.3 PROJETO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO (PEE) SISFRON

DESCRIÇÃO

O Projeto Estratégico do Exército (PEE) SISFRON é um Projeto com a finalidade de fortalecer a presença e a ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, incrementando a capacidade do Exército de monitorar as áreas de interesse, garantir o fluxo de dados, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como responder prontamente contra ameaças externas ou delitos transfronteiriços, em operações isoladas, conjuntas ou interagências. Compreende o emprego de recursos financeiros de três Planos Orçamentários (PO), no período entre 2012 e 2035, com as seguintes características:

- **PO 01** - Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD): desenvolvimento, aquisição de meios, contratação de serviços para implantação de sistemas de sensoriamento instalados em plataformas de superfície, aéreas e orbitais; de sistemas de comunicações; de sistemas de tecnologia da informação aplicados à decisão; bem como das infraestruturas necessárias de: logística; obras; segurança da informação e comunicações e defesa cibernética; capacitação, simulação e treinamento; desenvolvimento e aquisição de aeróstatos e de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas e sua infraestrutura de apoio. Aquisição de aeronaves de asa fixa e sua infraestrutura de apoio; aquisição e desenvolvimento de meios de comando e controle e de sistemas de defesa para uso no ambiente operacional do SISFRON; aquisição de meios e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implantação do projeto tais como: maquinários e ferramentais, combustível para avaliações, capacitação e treinamento do pessoal, adequação à legislação e obtenção de licença ambiental, despesas judiciais, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, publicação de manuais e cadernos de instrução, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório; e contratação de serviços de logística integrada, visando à manutenção da operacionalidade dos equipamentos especializados.

- **PO 02** - Apoio à Atuação (Ap At): desenvolvimento e aquisição de meios de autoproteção, emprego individual e coletivo, mobilidade tática e estratégica necessários ao cumprimento das missões de vigilância e reconhecimento e às atividades de apoio logístico, exigidas para sua disponibilidade e pronto emprego em todos os escalões envolvidos (Pelotões Especiais de Fronteira, Destacamentos de Fronteira, Subunidades, Batalhões, Regimentos, Grupos, Centros, Brigadas, Divisões, Comandos Militares de Área, Comando de Operações Terrestres e Comando do Exército); aquisição de produtos de defesa para uso no ambiente operacional do SISFRON; aquisição de meios e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implantação do projeto tais como: maquinários e ferramentais, capacitação e treinamento do pessoal, adequação à legislação e obtenção de licença ambiental, despesas judiciais, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, publicação de manuais e cadernos de instrução, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.

- **PO 03** - Obras de Engenharia (Obras Eng): adequação, adaptação, recuperação, reparação e construção de instalações e organizações militares participantes do SISFRON e suas estruturas de apoio ao pessoal (instalações de saúde, residências etc.); aquisição de materiais e contratação de serviços para atendimento às demais obras de infraestrutura: redes de abastecimento de água e esgoto, elétrica, lógica, telefônica, subestação de energia elétrica, urbanização, pavimentação, drenagem, cercamento, estacionamento, proteção ambiental, construção e manutenção de poços artesianos, equipamentos fixos, divisórias e mobiliário complementar; aquisição de materiais e meios e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: maquinários e ferramentais, treinamento do pessoal, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório; contratação de pessoal por tempo determinado nas condições e prazos previstos na Lei nº 8.745/93 para atender as atividades especiais referentes a encargos temporários de obras e serviços de engenharia.

No ano de 2016, foi dada continuidade à implantação do Projeto Piloto do Sistema, na área do Comando Militar do Oeste (CMO), que engloba os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com foco principal na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec), cujo comando situa-se em Dourados/MS, melhorando a capacidade operacional de suas unidades subordinadas, desdobradas ao longo da faixa de fronteira.

As principais entregas/produtos de 2016 foram as seguintes:

PO 01 - Sensoriamento e Apoio à Decisão:

- Optrônicos e Sistema de Vigilância, Monitoramento e Reconhecimento (SVMR): entregues o SVMR fixo de Coronel Cancelo; o SVMR móvel do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado (R C Mec); e os SVMR transportáveis do 10º, 11º e 17º R C Mec, além do 20º Regimento de Cavalaria Blindado (RCB); entregues ainda 277 optrônicos (óculos de visão noturna - OVN).
- Conclusão do desenvolvimento e implantação da versão de entrega do software de comando e controle em combate v.6 em todas as organizações militares (OM) contempladas no Projeto Piloto do SISFRON, com exceção da integração das Medidas de Apoio à Guerra Eletrônica (MAGE) e do Binóculo Termal Multifuncional (previstas para 2017).
- Comunicações Táticas: entrega de módulos de comunicações rádio veiculares, para ligações nível grupo, pelotão, subunidade e unidade.
- Comunicações por Satélite: foram conduzidas diversas atividades de definição da nova arquitetura preconizada pelo Ministério da Defesa (MD) e realizados testes de viabilidade técnica.
- Comunicações Estratégicas: foram executadas as rotas da Infovia correspondentes ao trecho de Guaira - PR a Campo Grande - MS, interligando o CMO a grande parte das Unidades componentes da 4ª Bda C Mec.
- Centros de Comando e Controle (CC2): entregues os CC2 fixos do 9º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) e do 10º RCMec, completando o portfólio de entregas previstas para esse subsistema. Permanece pendente apenas um CC2 móvel destinado a testes de apreciação, que já foi fabricado e está aguardando a definição do escopo dos ensaios a cargo do Centro de Avaliações do Exército (CAEx).
- Infraestrutura: construção e entrega de 15 sítios da Infovia; execução de um remanejamento de geradores (adequação de capacidades), o que propiciou uma economia de R\$ 400.000,00 para o contrato.
- Suporte Logístico Integrado (SLI): execução do suporte logístico continuado (treinamento e capacitação, assistência técnica e reparos em garantia), tendo como principais atividades a substituição de antenas dos receptores de (MAGE) atingidas por raios, a substituição das antenas veiculares dos rádios “Harris” que estavam indisponíveis e o reparo de geradores veiculares que apresentaram defeito.
- Ambiental: foram retificadas duas licenças de instalação de sítios da Infovia; foi emitida uma licença de operação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); e foi realizado o acompanhamento in loco e emissão dos relatórios respectivos de 12 sítios de Infovia; entrega de dois relatórios de gestão ambiental e um relatório anual de acompanhamento das obras.
- Gerenciamento do projeto: foi realizado o acompanhamento gerencial e financeiro-orçamentário do Subprojeto SAD (monitoramento e controle); foi solucionado na via negocial o contencioso relativo ao gerenciamento de offset do SISFRON; foi recebida a documentação de engenharia de sistemas circunstanciada em face do contencioso anteriormente citado, totalizando cerca de R\$ 13 milhões; A finalização do projeto de implantação do Sharepoint, com as seguintes funcionalidades; módulo de gestão financeira, acompanhamento de indicadores, processos de viagens, geração de relatórios gerenciais e ferramentas de comunicação do Projeto.
- Simulador do SISFRON: finalizado o projeto do software do simulador, com as seguintes funcionalidades: módulo de simulação de enlaces rádio e simulação de emprego de radar de vigilância e dispositivos de imageamento; módulo de capacitação; módulo de decisão multicritério; módulo de engenharia de requisitos.
- Apoiadora (INGEPRO): realização financeira conforme planejado; entregues 545 relatórios (pareceres, acompanhamento e outros artefatos de apoio à fiscalização).
- Finalização da obra do Pavilhão do Centro de Monitoramento de Fronteiras (CMFron) em Brasília -DF, com entrega prevista para meados de 2017.
- Aplicação de recursos para exercícios de avaliação técnica e operacional, com o objetivo de validar ou não as soluções adotadas.

PO 02 – Apoio à Atuação: aquisição de materiais de saúde, cadeira odontológica e padiolas articuladas para posto de atendimento avançado; meios para montagem de postos de bloqueio e controle de estrada, material de áudio e vídeo; estações de tratamento de água para PEF/DEF amazônicos; equipamentos de engenharia, geradores e torres

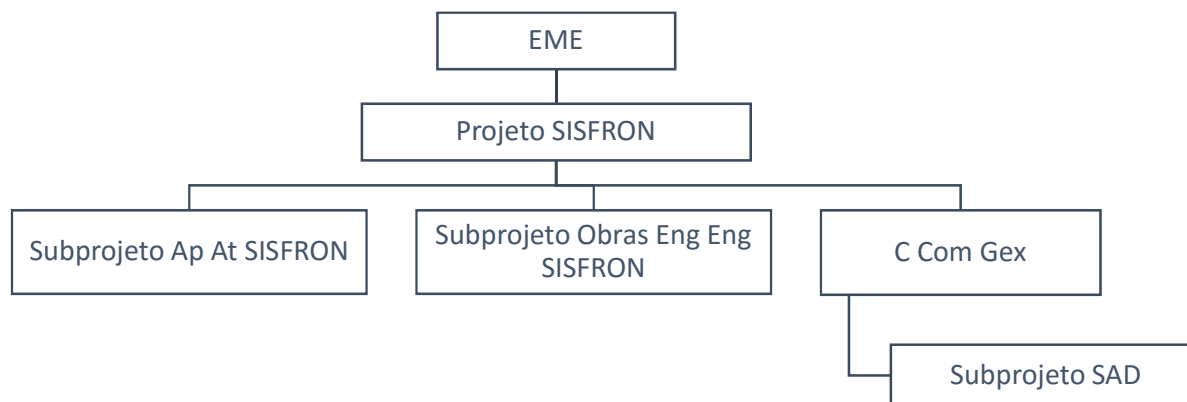
de iluminação; viaturas operacionais especializadas e de apoio, Vans, viaturas escoltas, pranchas para veículos pesados, ambulâncias, picape; e ampliação da capacidade de dique flutuante.

PO 03 – Obras de Engenharia:

- Foram iniciadas (licitadas e empenhadas) as seguintes obras: infraestrutura civil da 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada, construção do Centro de Operações da 5ª Divisão de Exército, construção do Centro de Comando e Controle Fixo do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, adequação do Pelotão Especial de Fronteira de Corixá-MT e do Pelotão Especial de Fronteira de Palmarito-MT; e
- Foram entregues as seguintes edificações: pavilhão garagem e oficina do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica (Campo Grande – MS), pavilhão do centro de operações do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizada (Bela Vista – MS), pavilhão do centro de operações do 9º Grupo de Artilharia de Campanha (Nioaque – MS), pavilhão de administração de um Esquadrão de Cavalaria Mecanizada (Iguatemi – MS) e pavilhão de administração de um Pelotão de Cavalaria Mecanizada (Mundo Novo – MS).

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 26 Organograma Funcional do Projeto Estratégico do Exército (PEE) SISFRON



A unidade gestora do PEE SISFRON é o Estado-Maior do Exército, por meio do seu Escritório de Projetos Estratégicos (EPEX). O subprojeto de sensoriamento e apoio à decisão é gerenciado pelo Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGex). Os subprojetos Apoio a Atuação e Obras de Engenharia são gerenciados pelo EPEX.

GRUPOS DE INTERESSE

Além do Exército Brasileiro, são grupos de interesse as empresas “Consórcio TEPRO”, (contratada para executar a integração dos subsistemas do SAD) e INGEPRO (contratada pelo CCom GEx para o acompanhamento gerencial das entregas do SAD), os Ministérios envolvidos com os temas da segurança e do meio ambiente, as organizações e agências governamentais voltadas para a segurança e o combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais na Faixa de Fronteira Terrestre, as instituições de pesquisa sobre segurança na fronteira terrestre e sobre as tecnologias aplicadas ao SISFRON, e finalmente a Base Industrial de Defesa.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor global estimado para o PEE SISFRON é de 11.992 milhões de reais, a serem aplicados entre os anos de 2012 e 2035, período estimado para a implantação do projeto.

FONTES DE FINANCIAMENTO

O financiamento do PEE SISFRON é o orçamento federal, na ação orçamentária 14T5.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 53 Valores do Projeto Estratégico do Exército (PEE) SISFRON

Ano	Valores empenhados	Valores liquidados LOA + RP	Valores pagos LOA + RP
2014	256.059.115,35	239.867.933,00	207.684.782,86
2015	56.624.900,89	84.244.894,43	78.448.455,44
2016	55.345.030,97	132.927.731,17	91.979.240,34

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Tabela 54 Acordos de Compensação do Projeto Estratégico do Exército (PEE) SISFRON

ACORDO	SUBSISTEMA	CONTRATADA	VALOR EXTERNADO	CRÉDITOS DE OFFSET GERADOS
001	Optrônicos	ELBIT SYSTEMS ELECTRO-OPTICS – ELOP	US\$ 9.656.784,00	US\$ 40.000.000,00
002	Comunicações por Satélite	ADVANTECH WIRELESS INC	US\$ 4.400.000,00	US\$ 4.400.000,00
003	Sensores de Sinais Eletromagnéticos	SAAB MEDAV TECHNOLOGIES GMBH	€19.000.000,00	€ 51.055.369,00
004	Comunicações Táticas	HARRIS CORPORATION	US\$ 31.000.000,00	US\$ 1.000.000,00

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Estado-Maior do Exército/Escritório de Projetos de Exército/Projeto Sisfron

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

O PEE SISFRON vem sendo executado com um ritmo consideravelmente menor do que o previsto devido aos seguintes fatores, entre outros: restrições orçamentárias, particularmente no ano de 2015; capacidade de mobilização e realização da Integradora inferior ao ritmo de entregas previsto no CFF; ineditismo do projeto; e óbices internos ao Exército e à Administração (capacitação de pessoal das OM, questões patrimoniais, contenciosos e outros).

Tais eventos acarretaram reajustes anuais do cronograma físico-financeiro do Projeto Piloto, cuja conclusão das etapas de implantação, inicialmente prevista para 2016, deverá alongar-se no tempo para 2018, caso sejam mantidos os níveis de execução atuais. Desse modo, esses aspectos retardam a entrega dos resultados do Projeto para a sociedade, eventualmente frustrando as expectativas dos segmentos a serem beneficiados com esses resultados.

Adicionalmente, os contenciosos promoveram atrasos na execução do projeto, com consequência para a execução financeira. Foram tomadas providências necessárias para resolução, o resultou em entendimento entre as Partes na via negocial, no caso do gerenciamento dos acordos de compensação a cargo da Integradora. Outros contenciosos em aberto – manutenção da INFOVIA e reequilíbrio financeiro do Termo de Contrato nº 027/2012 –, além de discussões sobre a implantação da infraestrutura, estão em discussão entre as Partes.

2.5.2.4 PROJETO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO (PEE) DEFESA ANTIAÉREA

DESCRIÇÃO

1) Descrição, finalidade e principais características do Projeto

O Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PEE DA Ae) destina-se à atualização do Sistema de Defesa Antiaérea (DA Ae) do Exército Brasileiro, com o objetivo de atender às exigências da Estratégia Nacional de Defesa (END), do Livro Branco de Defesa Nacional e da legislação que estabelece o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), do qual a Artilharia Antiaérea (AAE) da Força Terrestre é parte integrante, como elo permanente.

A intenção deste Projeto Estratégico do Exército é reequipar as unidades de artilharia antiaérea do Exército Brasileiro por meio da aquisição de materiais, modernização dos meios existentes, desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à Indústria Nacional de Defesa, capacitação de pessoal e a implantação de um sistema logístico integrado para oferecer suporte aos demais sistemas durante o seu ciclo de vida.

A atualização do Sistema de Defesa Antiaérea proporcionará níveis adequados de proteção das Estruturas Estratégicas do País e de outros locais, que temporariamente necessitarem de proteção antiaérea, em situações de guerra, crise ou mesmo em situações de paz nas operações doutrinariamente definidas como de “não guerra”, como, por exemplo, segurança de grandes eventos (esportivos, políticos e culturais), visitas de dignitários, reuniões de cúpula e missões de paz.

O Sistema de Defesa Antiaérea deverá ter condições de se contrapor a ameaças aéreas tradicionais (aeronaves de asa fixa e rotativa, mísseis balísticos e de cruzeiro, foguetes de variados alcances, aeronaves remotamente pilotadas, entre outras) e assimétricas (aeronaves civis abduzidas e transformadas em vetores de ação terrorista), aeronaves remotamente pilotadas de baixo custo e de fácil montagem que transportem carga explosiva, morteiros, ultraleves, balões dirigíveis ou qualquer outro tipo de ameaça que desenvolva perfis de voo em direção aos locais defendidos.

O Projeto foi estruturado para viabilizar a participação da indústria nacional de defesa, atribuindo grande importância para a transferência de tecnologia daqueles produtos de defesa ainda não acessíveis no país, com a assimilação de novas capacidades, contribuindo para o incremento no número dos postos de trabalho de alta qualificação no Brasil. Neste contexto, cabe destacar que a utilização de sensores radar e de centros de operações antiaéreas (COAAe) de fabricação nacional, combinada à integração dos demais sistemas complexos componentes, posicionará a indústria brasileira no restrito grupo que dispõe de capacidade científico-tecnológica para estruturar sistemas de defesa antiaérea.

O PEE DA Ae é constituído por 11 subprojetos descritos na tabela a seguir. Vale destacar que os subprojetos listados levam em consideração o Projeto Defesa Antiaérea do Ministério da Defesa a fim de que não haja sobreposição de recursos.

Tabela 55 Subprojetos componentes do PEE DA Ae

SUBPROJETOS	OBJETIVO	OBS
Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Baixa Altura (Bx Altu) – Fase 1	Obtenção das Seções de Artilharia Antiaérea (AAE) constituídas por mísseis AAe tipo seguidor de fecho, Centro de Operações Antiaéreas Eletrônico (COAAe Elt) de Seção e Bateria, Radar de Busca (SABER M60), Sistemas de Comunicações e integração.	Aquisição do Sistema de Armas, Controle e Alerta e Logístico com recursos do PEE DA Ae, por intermédio do Comando Logístico do Exército (COLOG). Aquisição do Sistema Comunicações com recursos do PEE DA Ae, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército.
Desenvolvimento de tecnologias de Defesa Antiaérea	Desenvolver as tecnologias necessárias para o Sist Op DA Ae (Radar de Vigilância, Míssil Média Altura, COAAe Elt de Brigada, Grupo, Bateria e Portátil)	Com recursos do PEE DA Ae e de outras fontes de financiamento de fomento ao desenvolvimento tecnológico do Centro Tecnológico do Exército, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército.
Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Baixa Altura – Fase 2	Complementar os sistemas AAe necessários para dotar as Organizações Militares (OM) AAAe não contempladas na Fase 1, acrescentando-se os Sistema de Armas Míssil de Baixa Altura Portátil Leve (“Fire and Forget”) e o Sistema de Armas Canhão Antiaéreo.	Fase a ser detalhada em 2016, em função dos créditos a serem disponibilizados na LOA de 2017 em diante.
Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Média Altura	Obter os sistemas de Baterias de AAAe de Média Altura	Embora previsto no escopo do PEE DA Ae, o projeto está a cargo do Ministério da Defesa (MD), mas há implicações de integração e desenvolvimento a serem consideradas no PEE DA Ae, inclusive com recursos a serem repassados pelo MD.
Avaliação do Sist Op DA Ae	Avaliar os sistemas de AAAe que serão adotados	Referente a avaliação técnica e operacional do sistema. Os recursos referentes a munição e demais itens operacionais não estão incluídos.
Obtenção da Infraestrutura Logística	Obter a infraestrutura logística capaz de suportar o Sist Op DA Ae	Refere-se a pagamento de taxas, aquisição de materiais necessários à manutenção dos PRODE e estimativa para as fases seguintes.
Obtenção da infraestrutura Educação	Capacitação de Instrução de Operação e Manutenção dos equipamentos, Guarnições e simuladores.	Refere-se a cursos e a aquisição de diversos simuladores e implantação de um Centro de Simulação de AAAe na EsACosAAe
Obtenção da infraestrutura de Obras Militares da DA Ae	Construir e adequar as instalações	Referem-se a adequação da EsACosAAe ao Sistema GEPARD e Centro de Simulação
Documentação do Sist Op DA Ae	Elaboração dos Manuais de Campanha, manuais técnicos, Programas Padrão de Instrução e atualizar Quadros Organizacionais (QC/QCP/QDM/QDMP) das OM	Realização do Simpósio de Adequação dos QC e QDM das OM AAAe em 2013 e confecção de manuais dos novos PRODE
Gerenciamento do PEE DA Ae	Gerenciar o Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PEE DA Ae)	Inclui a contratação de empresa integradora (gerenciamento), diárias, passagens e demais atividades para o gerenciamento do projeto.
Aquisição do Sistema de Armas Bx Altu das	Dotar as OM AAAe orgânicas das Bda Bld (6ª Bia AAAe e 11ª Bia AAAe, além da EsACosAAe,	Contrato em execução a cargo do COLOG, com recursos do PEE DA Ae

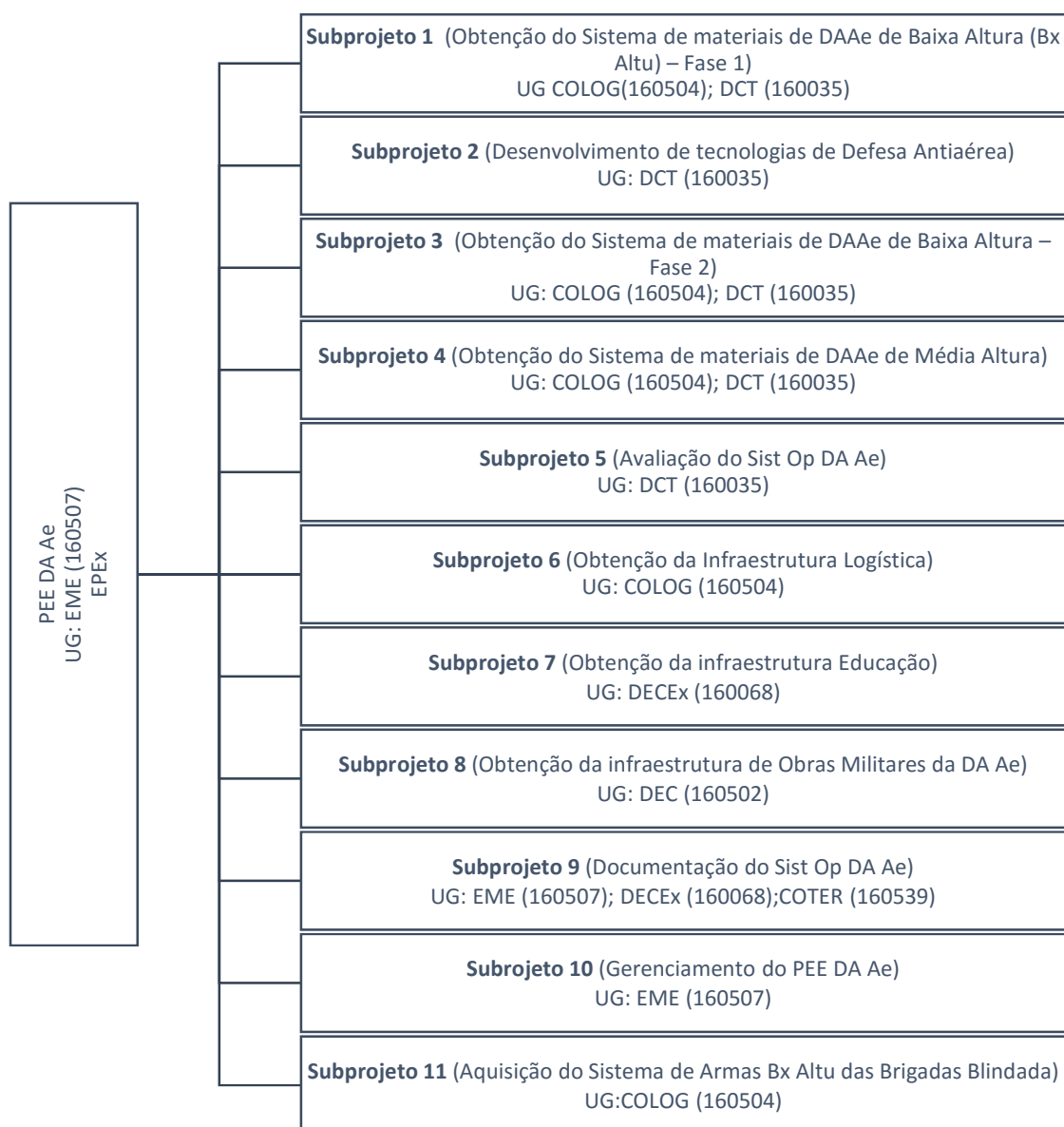
SUBPROJETOS	OBJETIVO	OBS
Brigadas Blindadas (Bda Bld)	do Sistema de Armas Canhão Antiaéreo Autopropulsado GEPARD	

2) Produtos do PEE DA Ae:

- (a) Centro de Operações de Artilharia Antiaérea Eletrônico (COAAe Elt) Bda
- (b) COAAe Elt Grupo (Gp)
- (c) COAAe Elt Bateria (Bia)
- (d) COAAe Elt Seção Míssil Portátil
- (e) COAAe Elt Seção Míssil
- (f) COAAe Elt Seção Blindada
- (g) Radar de Vigilância AAAe
- (h) Sistema Sensor Posto de Vigilância GAAAe e Bia AAAe
- (i) Sistema de Comunicações da Bda AAAe
- (j) Sistema de Comunicações de GAAAe
- (k) Sistema de Comunicações de Bia AAAe
- (l) Sistema de Comunicações de Seção AAAe
- (m) Radar de Busca Seção Míssil AAe
- (n) Sistema de Armas Míssil de Baixa Altura Portátil (Telecomandado)
- (o) Sistema de Armas Míssil de Baixa Altura Portátil Leve ("Fire and Forget")
- (p) Sistema de Armas Canhão Antiaéreo
- (q) Sistema de Material de AAAe de Média Altura
- (r) Integração do Sistema de Materiais de Defesa Antiaérea de Baixa Altura
- (s) Integração do Sistema de Materiais de Defesa Antiaérea de Média Altura
- (t) Proposta de Infraestrutura de Logística para o Sistema Operacional Defesa Antiaérea
- (u) Proposta de infraestrutura de Educação para o Sistema Operacional Defesa Antiaérea
- (v) Infraestrutura de Obras Militares para o Sistema Operacional Defesa Antiaérea na EsACosAAe
- (w) Simuladores do Sistema Operacional Defesa Antiaérea
- (x) Sistemas de Alvos Aéreos
- (y) Sistema de Armas Canhão Antiaéreo Autopropulsado

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 27 Organograma Funcional do Projeto Estratégico do Exército (PEE) Defesa Antiaérea



GRUPOS DE INTERESSE

O PEE DA Ae destina-se a reequipar as Unidades de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro. Estas Unidades localizam-se em diversos estados do Brasil, conforme mostra o quadro a seguir:

Tabela 56 Grupos de interesse do PEE DA Ae

Organização	Localidade	Comando Militar	Subordinação
1ª Bda AAAe	Guarujá - SP	Sudeste	CMSE
EsACosAAe	Rio de Janeiro - RJ	Leste	DEE / DECEX
1º GAAAe	Rio de Janeiro - RJ		
2º GAAAe	Praia Grande - SP	Sudeste	1ª Bda AAAe
3º GAAAe	Caxias do Sul - RS	Sul	
4º GAAAe	Sete Lagoas - MG	Leste	
11º GAAAe	Brasília - DF	Planalto	
12º GAAAe SI	Manaus - AM	Amazônia	CMA
2ª Bia AAAe	Santana do Livramento - RS	Sul	3ª Bda Cav Mec
3ª Bia AAAe	Três Lagoas - MS	Planalto	2ª Bda Cav Mec
5ª Bia AAAe L	Osasco - SP	Sudeste	12ª Bda Inf L
6ª Bia AAAe AP	Santa Maria - RS	Sul	6ª Bda Inf Bld
9ª Bia AAAe	Macaé - RJ	Leste	9ª Bda Inf Mtz
11ª Bia AAAe AP	Rio Negro - PR	Sudeste	5ª Bda Cav Bld
21ª Bia AAAe Pqdt	Rio de Janeiro - RJ	Leste	Bda Inf Pqdt

Ressalta-se que o Plano Estratégico do Exército, publicado no Boletim do Exército de 22 de dezembro de 2014, cria mais Unidades de Artilharia Antiaérea, por transformação de Organizações Militares existentes.

Além das Unidades listadas, que se configuram nas usuárias finais das entregas do PEE DA Ae, registra-se uma significativa participação do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, com desenvolvimentos de sistemas e produtos, em estreita ligação com o PEE DA Ae. Enquadra-se neste cenário, o desenvolvimento de radares da família SABER (M60, M200 Vigilante e M200 Multimissão), centros de comando e controle, softwares e simulação.

As iniciativas listadas acima fomentam a Base Industrial de Defesa Nacional, gerando empregos de alto nível. O exemplo mais significativo é o que ocorre com o Radar SABER M60, cuja propriedade intelectual é do Exército, mas a empresa BRADAR, do grupo EMBRAER, produz o referido produto, gerando, segundo a empresa, mais de 500 empregos diretos e indiretos. O sensor em questão já é adquirido pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea, o que demonstra a efetividade do produto para o fim a que se destina.

Os sensores do PEE DA Ae são integráveis ao Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA). Neste sentido, o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro passa a ter elementos com maior capacidade de controlar e defender o espaço aéreo nacional, com elementos tecnologicamente mais aptos a cumprirem sua missão.

Destaca-se também o interesse na estruturação do Projeto, como ocorreu com o Project Management Institute, capítulo Distrito Federal (PMI-DF), que avaliou e premiou o PEE DA Ae como um dos projetos destaque no ano de 2014.

Como solicita o questionamento, podem ser citadas as seguintes empresas que demonstram interesse no PEE DA Ae, dentre outras: grupo EMBRAER, em particular as empresas BRADAR, ATECH, SAVIS; AGRALE; AVIBRÁS, Mercedes do Brasil; Volkswagen; SAAB; KMW; DIEHL; MBDA; RAFAEL; IAI; ELBIT; e RHEINMETALL.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

De acordo com a Declaração de Escopo, atualizada e aprovada em 25 de março de 2014 pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, o PEE DA Ae deverá ser encerrado até 31 DEZ 2030, com tolerância de 6 meses para mais ou para menos.

O limite orçamentário do Projeto é de R\$ 4.130.148.934,42, com tolerância de R\$ 500.000.000,00 para mais ou para menos.

Observa-se, porém, que os recursos recebidos pelo PEE DA Ae em 2014, 2015 e 2016 foram aquém do previsto no planejamento aprovado, o que indica um possível atraso na finalização do Projeto. Devido a isso, fez-se uma atualização no Sistema Integrado de Orçamento Público (SIOP), na fase qualitativa da ação orçamentária do projeto (13DB), atualizando a conclusão para 2033.

FONTES DE FINANCIAMENTO

As fontes de financiamento do PEE DA Ae são do tesouro nacional, por intermédio da Ação Orçamentária 13DB. Os valores a serem aportados dependem da liberação dos recursos previstos na LOA de 2017, que foi aprovada com R\$ 85.924.720,00.

Nos produtos a serem desenvolvidos em coordenação com o Projeto de Artilharia Antiaérea do Ministério da Defesa, existe a possibilidade de recebimento de recursos oriundos da Ação Orçamentária daquele projeto.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 57 Valores do PEE DA Ae

ANO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADADO LOA+RAP	PAGO LOA+RAP
2014	13DB	91.737.604,99	55.864.618,78	55.269.900,19
2015		56.624.900,89	84.244.894,43	78.448.455,44
2016		40.855.135,89	44.219.815,33	48.518.276,30

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

As aquisições no exterior do Sistema de Armas Míssil Baixa Altura Telecomandado do Subprojeto 1 (Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Baixa Altura (Bx Altu) – Fase 1) e do Sistema GEPARD do Subprojeto 11 (Aquisição do Sistema de Armas Bx Altu das Brigadas Blindadas) previram acordos de compensação na Modalidade Direta, que foram executados, conforme as tabelas a seguir:

Tabela 58 Plano de Compensação do Sistema de Armas Míssil Baixa Altura Telecomandado (RBS 70)

TÍTULO DA TRANSAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (SEK)	FATOR MULTIPLICADOR	TOTAL (SEK)
Quatro Simuladores de Treinamento do Sistema Míssil	2.683.000,00	3	32.200.000,00
Assistência Técnica/Suporte Inicial	1.675.000,00	3	5.000.000,00
Curso de Manutenção do Sistema	11.070.000,00	3	33.200.000,00
Seis Aparelhos de Pontaria Noturna COND com baterias	1.000.000,00	3	18.000.000,00
Total			88.400.000,00

Tabela 59 Plano de Compensação do Sistema Gepard

TÍTULO DA TRANSAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (€)	FATOR MULTIPLICADOR	TOTAL (€)
Treinamento de operação para a tripulação	1.800.000,00	4	7.200.000,00
Treinamento para a Manutenção dos simuladores	700.000,00	4	2.800.000,00
Treinamentos para manutenção da viatura GEPARD (02 equipes)	990.000,00	4	3.960.000,00
Treinamentos para manutenção corretiva da viatura GEPARD (KMW do Brasil)	1.100.000,00	5	5.500.000,00
Total			19.460.000,00

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Escritório de Projetos do Exército, do Estado-Maior do Exército.

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Em 2011, quando do planejamento inicial de todo o PEE DA Ae, chegou-se a uma necessidade de recursos de, no mínimo, R\$ 90.000.000,00 por ano a partir de 2012, com aumento de aporte a partir de 2017. Porém, os recursos disponibilizados no primeiro ano de execução do PEE DA Ae, 2012, foram muito aquém desta demanda: R\$ 3.842.000,00. Já em 2013, a LOA contemplou o Projeto com o valor de R\$ 90.000.000,00, no entanto, em 2014, o valor ficou aquém: R\$ 87.000.000,00. Em 2015, o valor da LOA foi muito aquém do esperado, no valor de R\$ 29.900.000,00. Em 2016, permaneceu aquém do esperado, sendo a LOA no valor de R\$ 42.699.942,00. Para 2017, observa-se a mesma tendência de não obtenção dos recursos previstos no início do planejamento do Projeto, com a LOA aprovada, sem levar em consideração os contingenciamentos, no valor de R\$ 85.924.720,00. Destaca-se que os sucessivos recebimentos de recursos em valores inferiores ao anteriormente planejado exigiram que a equipe do Projeto realizasse adequação de metas e prazos.

O PEE DA Ae executou, durante o ano de 2016, o seu planejamento, com as adaptações necessárias em função das interveniências ocorridas e já apresentadas. Ressalta-se, porém, que a avaliação é positiva no que se refere à execução financeira e às aquisições realizadas. A partir desta visão geral do PEE DA Ae, para o horizonte temporal de até 2033, verificam-se os indicadores e acompanhamento das metas, conforme se segue:

(a) Monitoramento das Entregas (Tipo Eficácia)

Definição do indicador (i): necessidade de equipamentos adquiridos ou desenvolvidos (N), previstos no escopo do projeto, no horizonte temporal de execução de todo o projeto, em relação ao efetivamente executado (E): $i = (100 \times E) / N$.

Tabela 60 Monitoramento das Entregas (Tipo Eficácia) do PEE DA Ae

ITEM (GRANDES CONJUNTOS)	NECESSIDADE (N)	EXECUTADO (E)	% ATINGIDO (I)
Centro de Operações Antiaéreas (COAAe) Seção Míssil Telecomandado	31	20	64,52%
COAAe Seção Míssil “Fire and Forget”	7	0	0,00%
COAAe Seção Blindada GEPARD	8	0	0,00%
COAAe Bateria de Artilharia Antiaérea	19	0	0,00%
COAAe Grupo de Artilharia Antiaérea	5	0	0,00%
COAAe Brigada de Artilharia Antiaérea	1	0	0,00%
Radar (Rdr) de Busca SABER M60	38	22	57,89%
Radar de Vigilância “M200 Vigilante”	29	0	0,00%
Simulador de COAAe (integrado em cada escalão)	81	0	0,00%
Simulador do Rdr SABER M60 (integrado em cada radar)	38	0	0,00%
Simulador do Rdr M200 Vigilante (integrado em cada radar)	29	0	0,00%
Simulador do Sistema Operacional Defesa Antiaérea	1	0	0,00%
Mock Up Rdr SABER M60	15	0	0,00%
Atuador da Seção Míssil Telecomandado	92	25	26,04%
Atuador da Seção Míssil “Fire and Forget”	30	3	10,00%
Atuador da Seção Canhão Antiaéreo Autopropulsado (GEPARD)	34	34	100,00%
Atuador Can AAe (Conj Equipamento Direção Tiro e Canhão)	16	0	0,00%
Bateria de Artilharia Antiaérea de Média Altura	5	0	0,00%
COAAe Bateria de Artilharia Antiaérea Média Altura	5	0	0,00%
Rdr M200 Multimissão para Bateria de Artilharia Antiaérea de Média Altura	5	0	0,00%
Conjunto de alvo aéreo	15	0	0,00%
Conjunto de comunicações (Com) para Seção Míssil Telecomandado	31	19	61,29%
Conjunto de Com para Seção Míssil “Fire and Forget”	7	0	0,00%
Conjunto de Com para Seção Blindada GEPARD	34	34	100,00%
Conjunto de Com para Bateria de Artilharia Antiaérea	19	0	0,00%
Conjunto de Com para Grupo de Artilharia Antiaérea	5	0	0,00%
Conjunto de Com para Brigada de Artilharia Antiaérea	1	0	0,00%
Posto de Vigilância	29	0	0,00%
Viatura ¾ Ton	159	95	59,75%
Viatura 5 Ton	38	35	92,11%
Contratação de empresa integradora	1	0	0,00%

Os indicadores permitem acompanhar as principais metas do PEE DA Ae e definir marcos no planejamento do gerenciamento do Projeto, que são acompanhados segundo os seguintes parâmetros:

Tabela 61 Monitoramento das Entregas (Tipo Eficácia) do PEE DA Ae

FAIXA DE AVALIAÇÃO	INTERPRETAÇÃO QUANTO À EVOLUÇÃO	AÇÃO
0%- 50%	Crítico	Analisar e identificar causas.
51%- 70%	Satisfatório	Acompanhar, identificando possibilidades de melhoria.
71%- 80%	Bom	Acompanhar.
81%- 99%	Muito Bom	Monitorar.
100%	Finalizado	A entrega deixa de ser encargo do PEE. Os ODS têm maior ingerência. Produto entregue.

Na avaliação da equipe de gerenciamento do PEE DA Ae, a análise desses indicadores até o ano de 2016 permite concluir que os índices planejados foram alcançados de forma satisfatória. Sob o ponto de vista gerencial, considerando os recursos recebidos, o PEE DA Ae tem podido cumprir com os compromissos assumidos e celebrar novos contratos para atender ao que prevê o escopo do projeto.

Os índices abaixo de 50% estão coerentes com o ciclo de vida do PEE DA Ae, pois as entregas estão previstas para fases nos anos subsequentes, considerando o montante de recursos disponibilizados.

(b) Execução Orçamentária – Aquisição PRODE (Tipo Eficiência)

O acompanhamento das metas físico-financeiras mensura os valores utilizados para a obtenção de materiais adquiridos (Radar SABER M60, sistema GEPARD e sistema do Míssil Baixa Altura Telecomandado) em relação ao total necessário para a aquisição proposta de um módulo mínimo de defesa antiaérea para as estruturas estratégicas terrestres e da Força Terrestre, quando do seu emprego.

Por decisão gerencial, o PEE DA Ae optou por constituir módulos que permitam o emprego mínimo de frações operacionais (Unidades de Emprego). Nesse sentido, houve a prioridade para a constituição das Seções de Artilharia Antiaéreas de Mísseis e para a Bateria de Artilharia Antiaérea de Canhões, iniciando-se, neste caso, pelo material GEPARD. Em seguida, os demais escalões (Bateria de Mísseis, Grupo de Artilharia Antiaérea e Brigada de Artilharia Antiaérea) serão contemplados com as aquisições e desenvolvimentos pertinentes.

Assim, este indicador visa a verificar e monitorar a porcentagem de recursos alocados especificamente para a aquisição dos Produtos de Defesa (PRODE) que efetivamente vão mobilizar as Unidades de Emprego e os demais escalões operativos do Sistema Antiaéreo. O objetivo maior é que este indicador sinalize a propriedade de alocação de recursos na principal finalidade do projeto.

- Valor total recebido em 2016 e executado (incluindo o gerenciamento do Projeto): R\$ 42.699.942,00;

- Valor alocado e executado para as obtenções de PRODE do Projeto: R\$ 40.518.145,31;

=> Indicador de PRODE adquiridos em 2016: 94,89 %

Ainda neste aspecto, para fins de acompanhamento, obtenção de uma série histórica e aferição do planejamento, o PEE DA Ae julgou pertinente a comparação daquilo que foi planejado para execução e o que foi efetivamente realizado, depois das adaptações e reações a interveniências ocorridas no exercício financeiro:

- Valor planejado para obtenções no período de 2016: R\$ 41.935.482,78;

- Valor total recebido em 2016 e executado (incluindo o gerenciamento do Projeto): R\$ 42.699.942,00.

Cumprindo o planejamento, foram adquiridos materiais do sistema RBS 70, que fazem parte do rol de materiais padronizados e adotados pelo Exército Brasileiro, sendo meios fundamentais para a composição dos módulos de defesa antiaérea no nível da seção.

De forma complementar, cabe dizer que os atuadores das Seções de Míssil Telecomandado (RBS 70) foram adquiridos no exterior e são de uso consagrado nos países de origem, atendendo aos requisitos do PEE DA Ae e às necessidades operacionais do Exército.

(c) Entrega de capacidades (Tipo Efetividade)

O PEE DA Ae deve ter como meta maior entregar para o Exército uma capacidade de AAAe. Materializa-se esta capacidade com a entrega de um módulo que contemple os seguintes aspectos: Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI). O PEE DA Ae busca assegurar a efetividade com a composição dos módulos, pois são estes módulos que permitem o emprego real do sistema e que, portanto, configuram-se como resultado concreto.

O indicador (i) mensura o total de módulos previstos no projeto, onde o valor planejado (P) é comparado aos módulos (E) que foram efetivamente entregues. Permite avaliar a efetividade do planejamento do gerenciamento do projeto.

O menor módulo a ser considerado é a Sec AAAe Msl, com todos os componentes que a caracterizam como unidade de emprego. No caso de canhão, o módulo é a Bia AAAe. Os demais módulos são os GAAAe e a Bda AAAe.

Tabela 62 Entrega de Capacidades (Eficácia)

MÓDULOS	NECESSIDADE (N)	EXECUTADO (E)	% ATINGIDO (I)
Seção Artilharia Antiaérea de Míssil (Sec AAAe Msl)	38	08	21,05%
Bateria de Míssil (GAAAe)	05	0	0,00%
Bateria de Canhão (GAAAe)	05	0	0,00%
Bateria de Artilharia Antiaérea (Org Bda)	09	0	0,00%
Grupo de Artilharia Antiaérea	05	0	0,00%
Brigada de Artilharia Antiaérea	01	0	0,00%

A análise do indicador, combinada com o controle de entregas, permite visualizar, no que se refere ao módulo mais simples (Seção de Artilharia Antiaérea de Míssil), que o PEE DA Ae já começou a entregar as capacidades pretendidas pela Força e necessita efetuar novas aquisições de sistemas de mísseis RBS 70 e remanejamento dos sistemas de mísseis IGLA existentes a fim de elevar rapidamente o citado índice. Isso se deve ao fato de que várias seções já possuem todos os demais sistemas necessários para constituírem-se em módulos de emprego e gerarem a capacidade, com exceção apenas do atuador (sistema de mísseis).

Outra análise que pode ser inferida é a necessidade de verticalização dos módulos, ou seja, o atendimento aos módulos mais complexos do que a Seção de míssil, tais como Bateria, Grupo e Brigada. Para isso, está planejada a contratação de empresa integradora nacional, com o propósito de desenvolver e fornecer os sistemas necessários para esses módulos, o que elevará consideravelmente os indicadores de efetividade do PEE DA Ae.

2.5.2.5 PROJETO ESTRATEGICO DO EXÉRCITO OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA (OCOP)

DESCRIÇÃO

O Projeto, anteriormente denominado "RECOP", trata das necessidades de Material de Emprego Militar para atender a demanda de todas as Organizações Militares Operacionais com a finalidade de obter as capacidades necessárias para o adestramento e emprego da Força Terrestre, modernizando materiais e sistemas de armas e agregando inovações tecnológicas. É um Projeto que impacta o desenvolvimento da indústria nacional de defesa devido a diversidade de equipamentos envolvidos.

Sua meta básica é dotar as unidades operacionais com no mínimo de 80% de material de emprego militar moderno, previsto nos Quadros de Dotação de Material das referidas organizações, para atingir um nível mínimo de prontidão e operacionalidade. A implantação de novas tecnologias dos sistemas de armas e logísticos vai obter um forte impacto no campo de batalha e na geração de emprego e renda em toda a cadeia produtiva da base industrial de defesa (BID).

Seus principais produtos foram referentes a aquisições e modernização de viaturas operacionais, obtenção de munição, fabricação de fuzis e morteiros pela indústria bélica nacional, aquisição de mísseis IGLA, VANT, aquisições de aparelhos de visão e pontaria, melhoria da infraestrutura e dos meios de embarcações da Amazônia, modernização e revitalização dos blindados M-113, substituição de equipamentos rádio por meios mais modernos, manutenção de viaturas autopropulsadas de artilharia M 109 A5, manutenção de pontes de engenharia e aquisição de um posto de triagem de saúde de campanha, tudo no intuito de permitir à Força Terrestre aumentar sua capacidade dissuasória e operativa em regiões de interesse estratégico do Brasil.

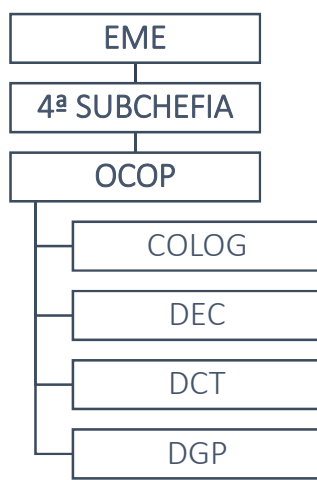
ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O Projeto OCOP encontra-se na 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), tendo como gerente o oficial general Chefe da 4ª Subchefia do EME. Possui atualmente 12 subprojetos, com seus gerentes distribuídos dentro do EME, Comando Logístico, Departamento de Engenharia e Construção, Departamento de Ciência e Tecnologia e Departamento-Geral do Pessoal.

As Unidades Gestoras na execução do projeto são o Comando Logístico (COLOG), Departamento de Engenharia e Construção (DEC), Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e Departamento-Geral do Pessoal (DGP). Os subprojetos integrantes são os seguintes:

- Modernização da frota
- Armamento e equipamento de visão e pontaria;
- Aquisição e modernização de embarcações;
- Modernização de Blindados;
- Material especializado para tropa leve e aeroterrestre;
- Material de comunicação e guerra eletrônica;
- Modernização da Artilharia de Campanha;
- Modernização da frota de aeronaves da Aviação do Exército;
- Material de engenharia de combate;
- Material de saúde operativa;
- Material de defesa química, bacteriológica, radiológica e nuclear DQBRN;
- Combatente Brasileiro – COBRA.

Figura 28 Organograma funcional do PEE OCOP



GRUPOS DE INTERESSE

A implantação de novas tecnologias aos sistemas de armas e logísticos do Exército Brasileiro vem impactando a geração de emprego e renda em toda a cadeia produtiva da base industrial de defesa (BID).

A aquisição de mais de 6.000 viaturas militares no mercado nacional impactou muito as indústrias automobilísticas, sendo que ainda há uma grande demanda de viaturas abaixo de 1,5 Ton da indústria nacional, tais como viaturas ambulâncias e outras. O desenvolvimento e a aquisição de um sistema VANT HORUS 100, já provocaram a exportação deste produto para outro país.

A expertise na modernização da viatura blindada URUTU e CASCAVEL está chamando a atenção de outros países que já mostraram interesse no projeto. A Universidade de Brasília está desenvolvendo um programa de controle de materiais de emprego militar em conjunto com a equipe do projeto.

As empresas CBC e TAURUS estão entregando novos armamentos para testes, no Centro de Avaliação do Exército, depois do projeto ter adquirido mais de 3.000 novas armas. Três empresas brasileiras estão entregando embarcações de combate, de pequeno porte, para avaliações no Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia, depois do projeto ter adquirido o lote inicial de 22 lanchas de combate Guardian 25 no exterior, pois na época da aquisição não havia fabricação de lanchas similares no Brasil.

É mantida a linha de produção de paraquedas no Brasil pelas aquisições feitas pelo projeto. A empresa também exporta para outros países da América do Sul. A indústria nacional produziu passadeiras de engenharia, pela primeira vez no Brasil.

O projeto de fabricação de morteiros calibre 120 mm, 81mm e 60 mm conduzido pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro EMPENHOU no mínimo 5 empresas para sua produção. O Subprojeto Material de Guerra Eletrônica e Comunicações já provocou a nacionalização e fabricação de uma nova linha de rádios no Brasil, por exemplo, o rádio TPP 1.400 da IMBEL.

As Federações de Indústria, principalmente a de São Paulo (FIESP), estão muito interessadas no projeto pelos investimentos feitos até o presente momento. A diversidade de equipamentos adquiridos causa interesse na Defesa Civil devido à grande dualidade do emprego dos materiais adquiridos.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O Projeto inicialmente começou com o PEE Recuperação da Capacidade Operacional (RECOP) para um período de 2012 a 2022, com um valor estimado de R\$ 11.403.000.000,00. No ano de 2015 o projeto transformou-se em PEE Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP), para o período de 2015 a 2035, com o valor estimado de R\$ 30.155.300.000,00.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Até a presente data as fontes de recursos foram R\$ 1.451.152.000,00 do PAC equipamentos 2012 referente à lei 12.729/12 e recursos da LOA Exército Brasileiro no valor de R\$ 731.583.580,00, de 2012 A 2016.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 63 Valores do PEE OCOP

Ano	Valores empenhados	Valores liquidados LOA + RP	Valores pagos LOA + RP
2014	182.471.355,59	197.188.314,48	188.110.949,38
2015	148.663.729,75	192.266.930,28	158.875.247,46
2016	98.200.990,25	115.511.771,65	158.142.610,06

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Não foram realizados, até a presente data, acordos de compensação.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

O projeto utiliza, inicialmente, a estrutura de gestão e controle orçamentário da 4ª Subchefia do EME e a estrutura de controle de entregas dos Órgãos de Direção Setorial (Comando Logístico, Departamento de Engenharia e Construção, Departamento de Ciência e Tecnologia e Departamento-Geral do Pessoal).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Considerando que a maior parte dos equipamentos são adquiridos no exterior, enquanto a Indústria Nacional de Defesa não desenvolve ou nacionaliza produtos com as mesmas características, o orçamento fica à mercê da variação cambial do dólar. Os cálculos iniciais levaram em conta a referida moeda valendo R\$ 2,90, outra adversidade encontrada, uma vez que o dólar em 2016 foi cotado por volta de R\$ 4,00.

Há previsão que os valores sejam recalculados a cada 2 anos. Os prazos das entregas dependem da velocidade da produção da indústria nacional o que, até a presente data, foram realizadas dentro do planejado.

Os equipamentos e sistemas adquiridos no exterior, cerca de 35 % das entregas, chegam fora do prazo previsto, devido as demandas dos conflitos internacionais, que tem prioridade em relação as aquisições brasileiras, mas não tem impactado negativamente no projeto. O escopo do projeto não tem sido cumprido, na quantidade de equipamentos e sistemas de armas a serem desenvolvidos na Indústria Nacional de Defesa e no montante das aquisições realizadas, considerando que os recursos alocados anualmente ficam em torno de 10% das necessidades do projeto.

Em 2015 foram realizadas entregas de 138 equipamentos Rádio, 03 SARP (Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas), 01 ECS (Estação de Controle de Solo para SARP), 02 VBTP E-11 URUTU (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal) modernizadas, 01 VBR E-9 CASCAVEL (Viatura Blindada de Reconhecimento) modernizada, 48 VBTP M113 BR (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal) modernizadas – 1º Lote, 168 Capacetes Balísticos, 1.902 Paraquedas, 03 Cozinhas de Campanha, 01 Cozinha de Campanha Contêiner, 888 Fuzis IA2, 40 Miras de Visada Rápida, 19 Designadores Laser, 27 Monóculo de Visão Noturna LORIS, 43 Equipamentos de Pontaria / Levantamento Alvos, 06 Morteiros 81 mm, 14 Mísseis IGLA, 14 Embarcações Guardian 25, 06 Embarcações Infláveis e 03 Portadas Táticas.

Em 2016 foram realizadas entregas de 96 Equipamentos Rádio, 03 Viaturas Operacionais, 17 Motos TRAIL, 01 Viatura Ambulância Simples Remoção, 258 Paraquedas, 50 VBTP M113 BR (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal)

modernizadas – 2º Lote, 01 VBR E-9 CASCAVEL (Viatura Blindada de Reconhecimento) modernizada, 56 Monóculos de Visão Noturna LORIS, 736 Fuzis IA2 e a Construção/Revitalização de 09 Postos de Abastecimento.

2.5.3 Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários do Comando da Aeronáutica

2.5.3.1 PROJETO F-X2 (PF-X2)

DESCRIÇÃO

Este projeto tem por finalidade a aquisição e implantação de 36 (trinta e seis) aeronaves de caça de múltiplo emprego novas, simuladores e logística para a implantação no acervo do COMAER, bem como toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A participação das Unidades no processo de execução de projetos, desde a sua concepção até a sua desativação, é estabelecida na Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 400 - 6 que trata do Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica. O fluxograma constante do anexo 6, sintetiza a sequência das atividades relacionadas como os órgãos incumbidos de executá-las.

GRUPOS DE INTERESSE

AEL Sistemas, MECTRON, ATECH, INBRA, EMBRAER e AKAER.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor estimado para o projeto F-X2, por contrato, é de SEK 38.952.812.850,23 (CT 003/DCTA-COPAC/14), SEK 548.465.036,26 (CT 004/DCTA-COPAC/14) e US\$ 245,325,000.00 (CT 001/DCTA-COPAC/15).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Resumo das condições contratuais da operação de crédito:

Operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e a agência governamental sueca *Swedish Export Credit Corporation* – AB SEK (*AB Svensk Export*), em duas moedas, no valor de SEK 39.882.335.471,65 e USD 245.325.00,00, cujos recursos destinam-se às aquisições de bens e serviços relacionados à execução do projeto F-X2.

Contrato de financiamento a prazo denominado em duas moedas (Dual Currency Term Loan Facility Agreement)

Data de assinatura: 25 AGO 2015;

Prazo de desembolso: O devedor tem o prazo de 2015 a 2026 para solicitar desembolsos para o credor;

Custos de alteração (AMENDMENT COSTS): reembolso pelo devedor, de custos e despesas comprovadas, por alteração, renúncia ou consentimento, no prazo máximo de 20 dias após a sua demanda sendo que para alterações pouco significativas, na opinião razoável do credor, esse reembolso é limitado a até USD 10.000,00.

Juros de mora: Em caso de mora será cobrado o maior valor entre as taxas libor e crrr acrescido de 1% a.a.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 64 Valores do Projeto F-X2 (Posição: 31/12/16)

VALOR (Ação 14T0)	2014	2015	2016
EMPENHADO	R\$ 0,00	1.297.060.288,95	1.447.968.417,94
LIQUIDADADO	R\$ 0,00	195.240.000,00	1.154.329.439,04
PAGO	R\$ 0,00	195.240.000,00	1.154.329.439,04

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

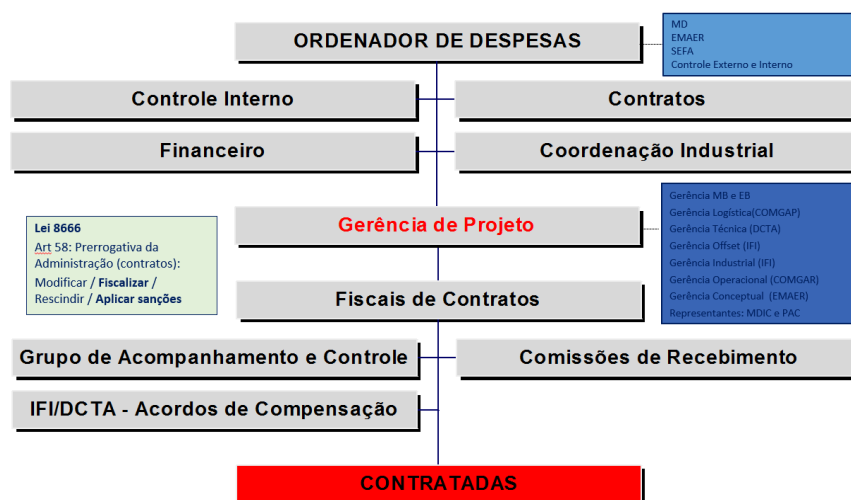
ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2014, firmado em 24 de outubro de 2014, com a empresa SAAB. Valor USD 9.118.170.000,00 ainda não reconhecidos. Com data de encerramento prevista para 24 de abril de 2025 como beneficiários o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA e as empresas Embraer, Atech, Akaer, Ael, Mectron, e Inbra Aerospace. Contrato comercial associado 001/DCTA-COPAC/2011.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Todos os projetos são supervisionados pelo EMAER, sendo que os projetos F-X2, H-XBR/EC-725, KC-X, KC-390, Modernização de Aeronaves em Andamento (A-1M e P-3BR) são gerenciados pela COPAC, que tem a seguinte estrutura:

Figura 29 Organograma do Projeto F-X2 (PF-X2)



DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Variação dos custos:

Tabela 65 Variação de Custos do Projeto F-X2 (Posição 31/12/16)

VALOR INICIAL POR CONTRATO		VALOR ATUAL POR CONTRATO	
003/DCTA-COPAC/14 =	SEK 39.333.870.435,39	003/DCTA-COPAC/14 =	SEK 38.952.812.850,23
004/DCTA-COPAC/14 =	SEK 548.465.036,26	004/DCTA-COPAC/14 =	SEK 548.465.036,26
001/DCTA-COPAC/15 =	US\$ 245,325,000.00	001/DCTA-COPAC/15 =	US\$ 245,325,000.00

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

Cumprimento dos prazos: Iniciado em 24/10/2014 tem como término previsto 31/12/2026. Os prazos acordados no cronograma físico-financeiro dos contratos têm sido cumpridos.

Atendimento do escopo: As entregas ocorreram em conformidade com os requisitos estabelecidos.

2.5.3.2 PROJETO H-XBR (PH-XBR)

DESCRIÇÃO

O projeto H-XBR tem por finalidade adquirir 50 Helicópteros EC-725 para as Forças Armadas, com apoio logístico para a operação nos cinco primeiros anos. Além de atender às necessidades operacionais das Forças Armadas, o projeto tem como propósito desenvolver a indústria de asas rotativas no Brasil.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A participação das Unidades no processo de execução de projetos, desde a sua concepção até a sua desativação, é estabelecida na Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 400 - 6 que trata do Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica. O fluxograma constante do anexo 6, sintetiza a sequência das atividades relacionadas como os órgãos incumbidos de executá-las.

GRUPOS DE INTERESSE

AEL Sistemas, MECTRON, RHODE SHWARTZ DO BRASIL, BRASCOPER, TURBOMECA DO BRASIL, INBRA, HELIBRAS, AERNNOVA e TOYOMATIC

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor estimado para o projeto H-XBR, por contrato, é de € 1.891.384.018,39 (CT 008/CTA-SDDP/2008), R\$ 136.311.825,14 (CT 012/DCTA-COPAC/2011) e R\$ 147.644.892,40 (CT 019/DCTA-COPAC/2011).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Resumo das condições contratuais da operação de crédito:

Operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e um consórcio formado pelos bancos Societé Générale, BNP Paribas S. A., Santander S. A. e Calyon S. A., cujos recursos destinam-se a financiar o Projeto H-X BR, composta por dois contratos:

Contrato de Empréstimo Comercial (Commercial Loan) – Já totalmente executado

Valor: € 193.769.784,55 (cento e noventa e três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e cinco centavos);

Prazo de desembolso: até 15.11.2010, sendo que as condições de primeiro desembolso deverão ser cumpridas em até 240 dias após a assinatura do contrato.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 66 Valores do Projeto H-XBR (Posição: 31/12/16)

VALOR (AÇÃO 123J)	2014	2015	2016
EMPENHADO	658.805.405,10	358.720.760,54	443.543.757,83
LIQUIDADADO	228.487.107,36	92.126.419,02	313.131.876,59
PAGO	225.830.200,00	92.126.419,02	313.131.876,59

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

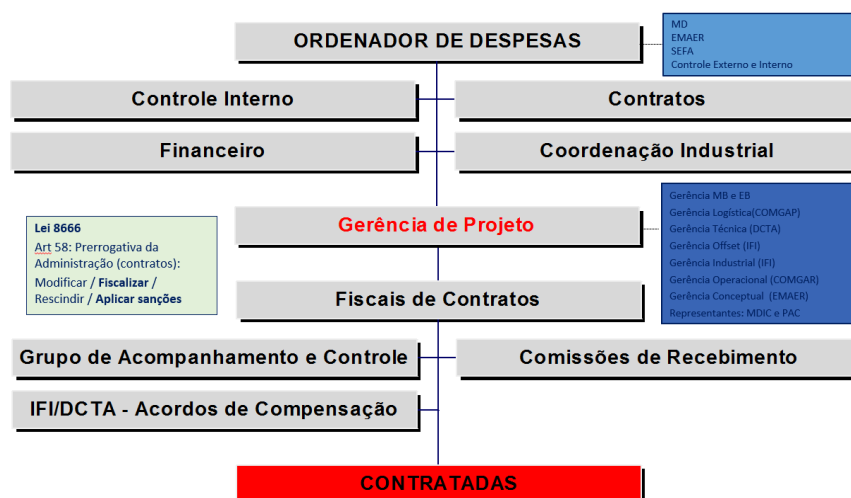
Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008, com a empresa Eurocopter. Valor EUR 1.897.830.500,00 dos quais foram reconhecidos EUR 459.608.779,10 de crédito. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2011, tem como beneficiários o Comando da Aeronáutica - COMAER, a Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e as empresas Helibras, Inbra, Aeronova, Toyomatic, Ael, Mectron, RS Brasil, Rockell Collins Brasil, UNIFEI, Avibras, Brascopter. Contrato comercial associado nº 01/DCTA-COPAC/2011.

Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 28 de setembro de 2011, com a empresa Turbomeca. Valor EUR 29.500.000,00 dos quais foram reconhecidos EUR 27.329.020,00 de crédito. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2017, tem como beneficiário o Exército Brasileiro e a empresa Turbomeca do Brasil. Contrato associado nº 012/DCTA-COPAC/2011.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Todos os projetos são supervisionados pelo EMAER, sendo que os projetos F-X2, H-XBR/EC-725, KC-X, KC-390, Modernização de Aeronaves em Andamento (A-1M e P-3BR) são gerenciados pela COPAC, que tem a seguinte estrutura:

Figura 30 Organograma do Projeto H-XBR (PH-XBR)



DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Tabela 67 Variação de Custos do Projeto H-XBR (Posição 31/12/16)

VALOR INICIAL POR CONTRATO		VALOR ATUAL POR CONTRATO	
008/CTA-SDDP/2008:	€ 1.847.354,117,00	008/CTA-SDDP/2008:	€ 1.891.384.018,39
012/DCTA-COPAC/2011:	R\$ 159.833.702,07	012/DCTA-COPAC/2011:	R\$ 136.311.825,14
019/DCTA-COPAC/2011:	R\$ 147.644.892,40	019/DCTA-COPAC/2011:	R\$ 147.644.892,40

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

Cumprimento dos prazos: Iniciado em 23/12/2008 tinha como término previsto 30/06/2017. Devido às restrições de recursos orçamentário e financeiro, o encerramento do projeto foi reprogramado para agosto de 2022.

Atendimento do escopo: As entregas ocorreram em conformidade com os requisitos estabelecidos.

2.5.3.3 PROJETO KC-X (PKC-X)

DESCRIÇÃO

O projeto KC-X tem por objetivo o desenvolvimento e aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves C/KC-130 da Força Aérea Brasileira na realização das missões de transporte aéreo logístico, SAR (Busca e Resgate) e reabastecimento em voo.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A participação das Unidades no processo de execução de projetos, desde a sua concepção até a sua desativação, é estabelecida na Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 400 - 6 que trata do Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica. O fluxograma constante do anexo 6, sintetiza a sequência das atividades relacionadas como os órgãos incumbidos de executá-las.

GRUPOS DE INTERESSE

EMBRAER, TAP-ME, ROCKWELL COLLINS DO BRASIL, AEL Sistemas, TAM MR e JABIL BRASIL.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor estimado para o projeto KC-X, por contrato, é de R\$ 3.166.969.050,59 (CT 002/CTA-SDDP/2009), US\$ 603.715.011,78 (CT 001/DCTA-COPAC/2011).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 68 Valores do Projeto KC-X (Posição: 31/12/16)

VALOR (AÇÃO 123B)	2014	2015	2016
EMPENHADO	965.111.419,91	863.776.833,78	418.540.570,56
LIQUIDADADO	965.111.419,91	863.776.833,75	418.540.570,56
PAGO	965.111.419,91	465.476.218,94	418.540.570,55

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2013, firmado em 31 de dezembro de 2019, com a empresa BAE. Valor USD 47.105.372,00 dos quais já foram reconhecidos USD 11.673.600,00 dos créditos. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2019 teve como beneficiários as empresas TAM MR e EMBRAER. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2013, firmado em 14 de novembro de 2013, com a empresa Rockwell Collins. Valor USD 67.965.430,40 dos quais já foram reconhecidos USD 2.120.000,00 dos créditos. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2036 teve como beneficiários as empresas Rockwell Collins do Brasil, Ael, Jabil Brasil. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

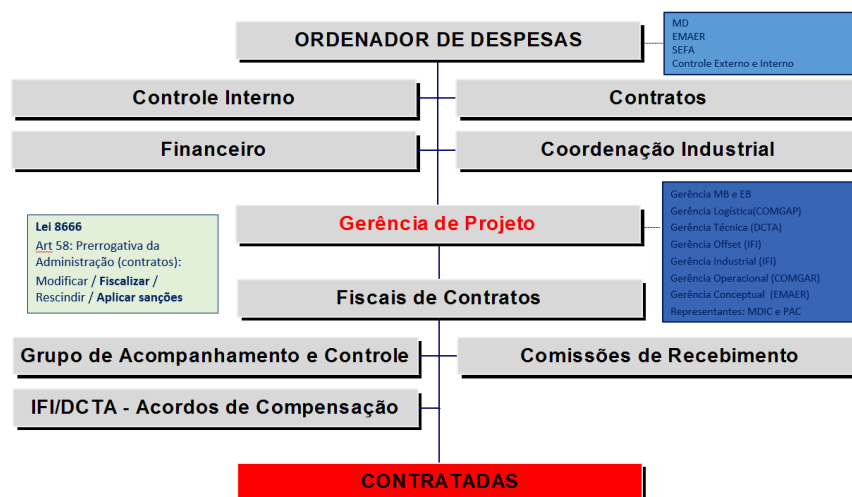
Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2014, firmado em 11 de dezembro de 2014, com a empresa Thales. Valor USD 28.350.860,00 dos quais já foram reconhecidos 100% dos créditos. Com data de encerramento prevista

para 31 de dezembro de 2017 teve como beneficiário a empresa TAP-ME. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Todos os projetos são supervisionados pelo EMAER, sendo que os projetos F-X2, H-XBR/EC-725, KC-X, KC-390, Modernização de Aeronaves em Andamento (A-1M e P-3BR) são gerenciados pela COPAC, que tem a seguinte estrutura:

Figura 31 Organograma do Projeto KC-X (PKC-X)



DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Tabela 69 Variação de Custos do Projeto KC-X (Posição 31/12/16)

VALOR INICIAL POR CONTRATO		VALOR ATUAL POR CONTRATO	
002/CTA-SDDP/2009:	R\$ 3.028.104.951,07	002/CTA-SDDP/2009:	R\$ 3.166.969.050,59
001/DCTA-COPAC/2011:	US\$ 631.702.459,35	001/DCTA-COPAC/2011:	US\$ 603.715.011,78

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

Cumprimento dos prazos: Iniciado em 14/04/2009 tinha como término previsto 14/10/2016. Devido às restrições de ordem orçamentária e financeira, o encerramento do projeto foi reprogramado para outubro de 2018.

Atendimento do escopo: As entregas ocorreram em conformidade com os requisitos estabelecidos.

2.5.3.4 PROJETO KC- 390 (PKC-390)

DESCRIÇÃO

O projeto KC-390 tem por objetivo a aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves de transporte de tropa e carga C/KC-130 da FAB.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A participação das Unidades no processo de execução de projetos, desde a sua concepção até a sua desativação, é estabelecida na Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 400 - 6 que trata do Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica. O fluxograma constante do anexo 6, sintetiza a sequência das atividades relacionadas como os órgãos incumbidos de executá-las.

GRUPOS DE INTERESSE

AEL Sistemas, TAP-ME, ROCKWELL COLLINS DO BRASIL, EMBRAER, TAM MR e JABIL BRASIL

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor estimado para o projeto KC-390, por contrato, é de R\$ 2.761.163.577,22 (CT 10/DCTA-COPAC/2014) e US\$ 1.925.704.094,68 (CT 002/DCTA-COPAC/2014).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 70 Valores do Projeto KC- 390 (Posição 31/12/16)

VALOR (AÇÃO 14XJ)	2014	2015	2016
EMPENHADO	20.510.115,12	150.575.757,00	153.928.087,69
LIQUIDADADO	20.510.115,12	145.149.908,13	153.928.087,69
PAGO	20.510.115,12	39.107.439,10	153.928.087,69

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

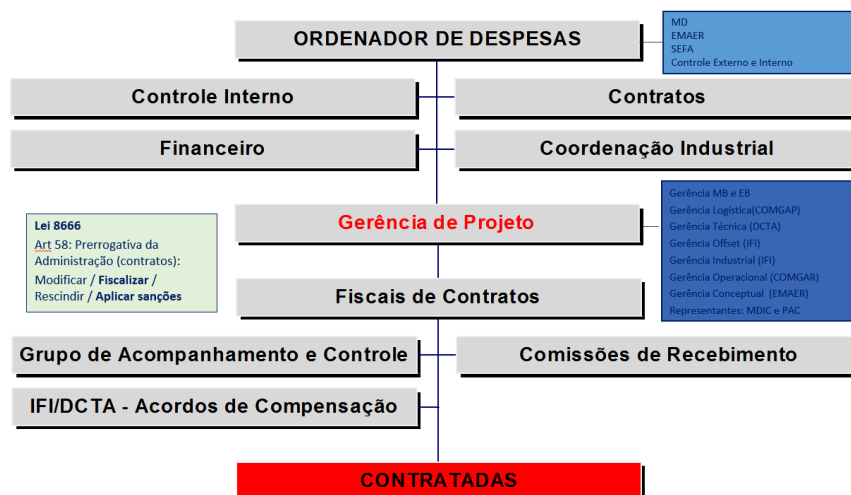
ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Não há acordo de compensação.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Todos os projetos são supervisionados pelo EMAER, sendo que os projetos F-X2, H-XBR/EC-725, KC-X, KC-390, Modernização de Aeronaves em Andamento (A-1M e P-3BR) são gerenciados pela COPAC, que tem a seguinte estrutura:

Figura 32 Organograma do Projeto KC- 390 (PKC-390)



DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Tabela 71 Variação de Custos do Projeto KC-390 (Posição 31/12/16)

VALOR INICIAL POR CONTRATO		VALOR ATUAL POR CONTRATO	
010/DCTA-COPAC/2014:	R\$ 7.255.869.086,00	010/DCTA-COPAC/2014:	R\$ 2.761.163.577,22
002/DCTA-COPAC/2014:	US\$ 1.925.704.094,68	002/DCTA-COPAC/2014:	US\$ 1.925.704.094,68

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

Cumprimento dos prazos: Iniciado em 01/12/2014 tinha como término previsto 20/09/2026. Devido às restrições de ordem orçamentária e financeira, o encerramento do projeto foi reprogramado para setembro 2026.

Atendimento do escopo: As entregas ocorreram em conformidade com os requisitos estabelecidos.

2.5.3.5 PROJETO AM-X (PAM-X) (A-1M)

DESCRIÇÃO

Projeto de modernização da aeronave de caça-bombardeio-reconhecedor ligeiro A-1M tem por objetivo atualizá-lo tecnologicamente visando a recuperação de sua capacidade original com vistas a manter sua operacionalidade no cumprimento de sua missão constitucional.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A participação das Unidades no processo de execução de projetos, desde a sua concepção até a sua desativação, é estabelecida na Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 400 - 6 que trata do Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica. O fluxograma constante do anexo 6, sintetiza a sequência das atividades relacionadas como os órgãos incumbidos de executá-las.

GRUPOS DE INTERESSE

EMBRAER e AEL Sistemas.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor estimado para o projeto AM-X, por contrato, é de US\$ 25.740.954,60 (CT 010/DEPED-SDDP/00), R\$ 79.386.033,75 (CT 035/DCTA-COPAC/2012), US\$ 204.784.385,62 (CT 001/DEPED-SDDP/04), € 1.876.483,86 (CT 003/DEPED-SDDP/04), € 9.964.002,29 (CT 007/CTA-SDDP/2008), US\$ 147.565.954,11 (CT 010/CTA-SDDP/2008), R\$ 261.740.587,58 (CT 006/DCTA-COPAC/2010), € 61.435.737,41(CT 007/DCTA-COPAC/2010), R\$ 741.636.580,21(CT 008/DEPED-SDDP/03), R\$ 10.372.797,96 (CT 011/DEPED-COPAC/00).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 72 Valores do Projeto AM-X (Posição: 31/12/16)

VALOR (AÇÃO 201H/7U72)	2014 (AÇÃO 201H)	2015 (AÇÃO 7U72)	2016 (AÇÃO 7U72)
EMPENHADO	96.282.941,46	54.223.471,00	18.460.026,91
LIQUIDADADO	50.283.564,12	44.584.780,33	10.965.164,19
PAGO	50.283.564,13	2.730.898,01	10.965.164,19

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

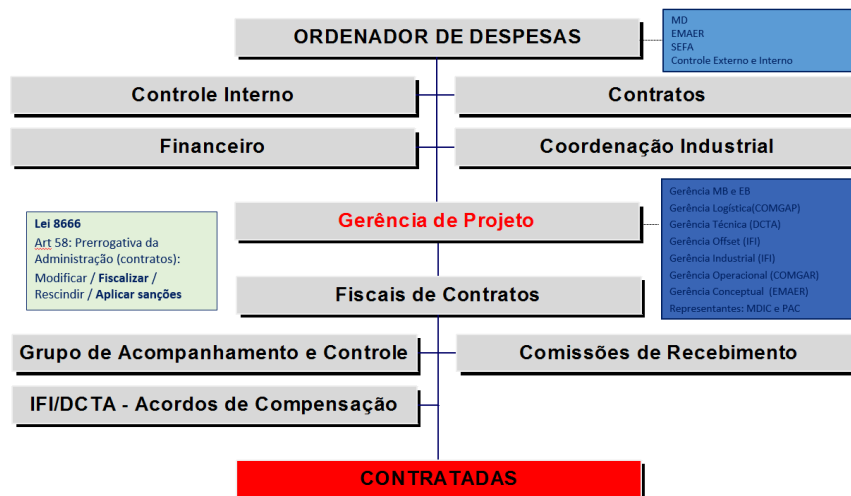
ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012, com a empresa ELBIT. Valor USD 147.565.954,11 dos quais já foram reconhecidos USD 89.803.028,00 dos créditos. Com data de encerramento prevista para 28 de dezembro de 2021 teve como beneficiários o DCTA e a empresa AEL Brasil. Contrato comercial vinculado nº 010/CTA-SDDP/2008.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Todos os projetos são supervisionados pelo EMAER, sendo que os projetos F-X2, H-XBR/EC-725, KC-X, KC-390, Modernização de Aeronaves em Andamento (A-1M e P-3BR) são gerenciados pela COPAC, que tem a seguinte estrutura:

Figura 33 Organograma do Projeto AM-X (PAM-X) (A-1M)



DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Tabela 73 Variação de Custos do Projeto AM-X (Posição 31/12/16)

VALOR INICIAL POR CONTRATO		VALOR ATUAL POR CONTRATO	
010/DEPED-SDDP/00 (RADAR):	US\$ 25.740.954,60	010/DEPED-SDDP/00 (RADAR):	US\$ 25.740.954,60
035/DCTA-COPAC/2012 (CLS):	R\$ 99.565.530,55	035/DCTA-COPAC/2012 (CLS):	R\$ 79.386.033,75
001/DEPED-SDDP/04 (MODERNIZAÇÃO):	US\$ 182.489.329,35	001/DEPED-SDDP/04 (MODERNIZAÇÃO):	US\$ 204.784.385,62
003/DEPED-SDDP/04 (PROJETO AM-X):	€ 2.009.761,04	003/DEPED-SDDP/04 (PROJETO AM-X):	€ 1.876.483,86
007/CTA-SDDP/2008 (RADAR):	€ 9.964.002,29	007/CTA-SDDP/2008 (RADAR):	€ 9.964.002,29
010/CTA-SDDP/2008(MODERNIZAÇÃO):	US\$ 147.565.954,11	010/CTA-SDDP/2008(MODERNIZAÇÃO):	US\$ 147.565.954,11
006/DCTA-COPAC/2010 (REVITALIZAÇÃO):	R\$ 264.089.775,39	006/DCTA-COPAC/2010 (REVITALIZAÇÃO):	R\$ 261.740.587,58
007/DCTA-COPAC/2010 (REVITALIZAÇÃO):	€ 55.372.860,54	007/DCTA-COPAC/2010 (REVITALIZAÇÃO):	€ 61.435.737,41
008/DEPED-SDDP/03 (MODERNIZAÇÃO):	R\$ 842.333.380,10	008/DEPED-SDDP/03 (MODERNIZAÇÃO):	R\$ 741.636.580,21
011/DEPED-COPAC/00 (RADAR):	R\$ 12.828.712,80	011/DEPED-COPAC/00 (RADAR):	R\$ 10.372.797,96

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

Cumprimento dos prazos: Iniciado em 29/12/2003 tinha como término previsto 31/07/2013. Devido às restrições de ordem orçamentária e financeira, o encerramento do projeto foi reprogramado para 2020.

Atendimento do escopo: As entregas ocorreram em conformidade com os requisitos estabelecidos.

2.5.3.6 PROJETO P-3BR (P-3BR)

DESCRIÇÃO

Projeto de modernização das aeronaves P-3A da Força Aérea Brasileira, destinadas a executar as missões de Anti-submarino, Patrulha Marítima, Reconhecimento Aéreo, Ataque, Controle Aéreo Avançado e Busca e Resgate e prover a logística associada.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A participação das Unidades no processo de execução de projetos, desde a sua concepção até a sua desativação, é estabelecida na Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 400 - 6 que trata do Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica. O fluxograma constante do anexo 6, sintetiza a sequência das atividades relacionadas como os órgãos incumbidos de executá-las.

GRUPOS DE INTERESSE

ATECH, FASTPORT, GRAÚNA, TAP-ME, EQUIPAER, ROLLS ROYCE DO BRASIL, SOBRAER, EQUATORIAL e IAS.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor estimado para o projeto P-3BR é de US\$ 505.420.599,70 (003/DEPED-SDDP/05).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 74 Valores do Projeto P-3BR (Posição: 31/12/2016)

VALOR (AÇÃO 201H)	2014	2015	2016
EMPENHADO	117.196.055,85	55.505.994,27	14.033.332,98
LIQUIDADADO	116.665.651,70	45.688.128,37	14.033.332,98
PAGO	116.665.651,70	45.688.128,37	14.033.332,98

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

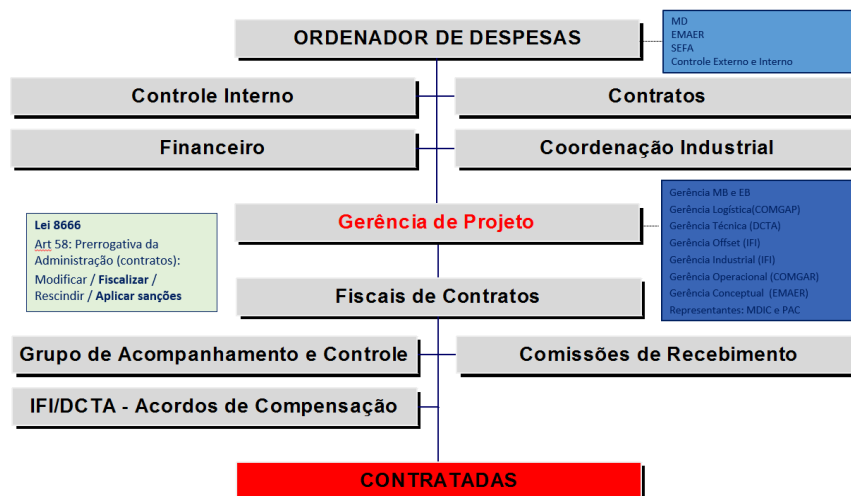
ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Acordo de Compensação nº 002/DEPED-SDDP/2005, firmado em 29 de abril de 2005, com a empresa EADS-CASA, está no 2º termo aditivo. Valor USD 505.552.050,00 dos quais já foram reconhecidos USD 289.480.612,97 de créditos. Com data de encerramento prevista para 30 de novembro de 2017 teve como beneficiários o DCTA e as empresas ATECH, VEM, Rolls Royce, VARIG e Equipaer. Contrato comercial associado nº 003/DEPED-SDDP/200.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Todos os projetos são supervisionados pelo EMAER, sendo que os projetos F-X2, H-XBR/EC-725, KC-X, KC-390, Modernização de Aeronaves em Andamento (A-1M e P-3BR) são gerenciados pela COPAC, que tem a seguinte estrutura:

Figura 34 Organograma do Projeto P-3BR (P-3BR)



DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Tabela 75 Variação de Custos do Projeto P-3BR (Posição 31/12/16)

VALOR INICIAL POR CONTRATO		VALOR ATUAL POR CONTRATO	
003/DEPED-SDDP/05:	US\$ 423.380.000,00	003/DEPED-SDDP/05:	US\$ 505.420.599,70

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

Cumprimento dos prazos: Iniciado em 29/04/2005 tinha como término previsto 31/07/2013. Devido às restrições de ordem técnica e orçamentária o encerramento do projeto foi reprogramado para dezembro de 2017.

Atendimento do escopo: As entregas ocorreram em conformidade com os requisitos estabelecidos.

2.5.3.7 PROJETO VLM-1

DESCRIÇÃO

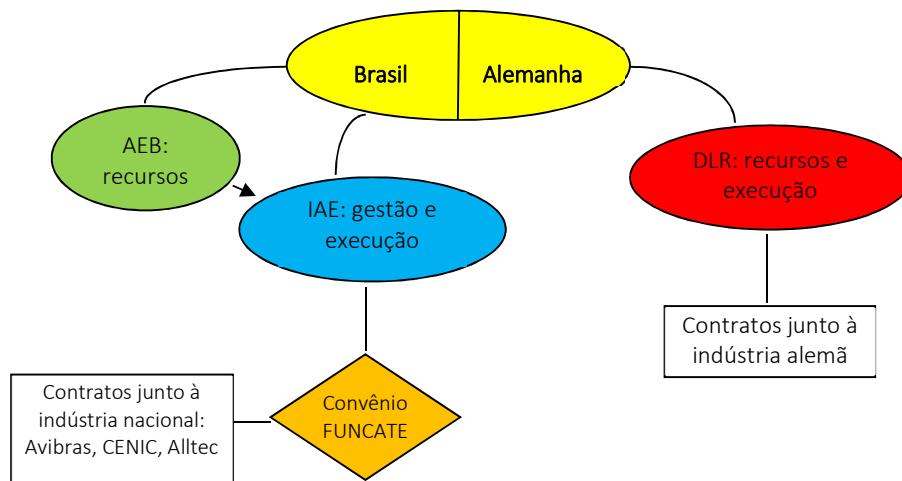
Desenvolver um foguete destinado ao lançamento de cargas úteis espaciais ou microssatélites (até 150 kg) em órbitas equatoriais e polares ou de reentrada, com três estágios a propelente sólido na sua configuração básica: dois estágios com o motor S50 de 12 toneladas de propelente e um estágio orbitalizador com o motor S44. A configuração básica do VLM-1 é composta por três estágios compostos de módulos/estruturas, subsistemas propulsivos, rede pirotécnica, hardware e software de guiamento, navegação e controle (GNC), e carga útil, para cumprir a missão de colocar microssatélites em órbita.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A participação das Unidades no processo de execução de projetos, desde a sua concepção até a sua desativação, é estabelecida na Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 400 - 6 que trata do Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica. O fluxograma constante do anexo 6, sintetiza a sequência das atividades relacionadas como os órgãos incumbidos de executá-las.

Em função da peculiaridade do projeto VLM-1, cabe ressaltar a seguinte estrutura funcional específica:

Figura 35 Estrutura Funcional Específica do Projeto VLM-1



Parte brasileira:

- AEB (recursos)
- IAE (gestão e execução)
- DLR (recursos e execução)
- FUNCATE (Convênio IAE nº 001/2014)
- Avibras (fornecimento de motores S50)
- CENIC (fornecimento de motores S44)
- Alltec (fornecimento de proteções térmicas)

GRUPOS DE INTERESSE

- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE: interessado em colocar cargas úteis (no caso, satélites) no VLM-1 para serem inseridas em órbita;
- Centro Espacial Alemão – DLR: interessado em desenvolver o VLM-1 em cooperação, com o objetivo de também utilizar esse veículo lançador ou subprodutos em seus programas;
- Airbus Safran Launchers – ASL: interessada em desenvolver cooperação em subsistemas do VLM-1 ou em novas gerações desse veículo lançador com o objetivo de explorar comercialmente esses sistemas;
- Centro Espacial Sueco – SSC: interessada em desenvolver cooperação em subsistemas do VLM-1 ou em novas gerações desse veículo lançador com o objetivo de explorar lançamentos comerciais desse sistema;
- CENIC Engenharia Indústria e Comércio: interessada em participar da fabricação de componentes ou subsistemas do VLM-1 com o objetivo de desenvolver novas tecnologias e aprimorar sua capacidade produtiva (contrato em execução para fornecimento de motores S44);
- Avibras: interessada em participar da fabricação de componentes ou subsistemas do VLM-1 com o objetivo de desenvolver novas tecnologias e aprimorar sua capacidade produtiva (contrato em execução para fornecimento de motores S50);
- FUNCATE: interessada em ser a fundação de apoio ao projeto (convênio assinado em 2014).

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor estimado para o projeto VLM-1 é de R\$135.825.637,04.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (SENDO O ÚLTIMO O REFERENTE AO DO RELATÓRIO DE GESTÃO)

Tabela 76 Valores do Projeto VLM-1 (Posição: 31/12/2016)

VALOR (AÇÃO 20VO)	2014	2015	2016
EMPENHADO	11.199.505,68	0,00	0,00
LIQUIDADADO	32.388.260,32	814.851,56	1.751.804,17
PAGO	3.820.739,00	814.851,56	1.751.804,17

Fonte: Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC)

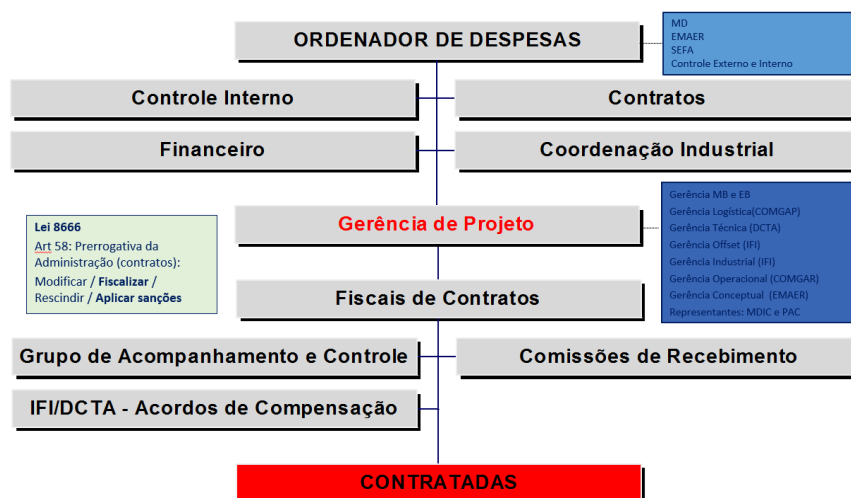
ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Não há.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Todos os projetos são supervisionados pelo EMAER, sendo que os projetos F-X2, H-XBR/EC-725, KC-X, KC-390, Modernização de Aeronaves em Andamento (A-1M e P-3BR) são gerenciados pela COPAC, que tem a seguinte estrutura:

Figura 36 Organograma do Projeto VLM-1



No caso específico do projeto VLM-1, atualmente a gestão é feita pelo IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço) com cooperação do DLR (Centro Espacial Alemão). Há uma alocação de tarefas definindo a responsabilidade de cada uma das partes. Está em processo de elaboração uma estrutura de trabalho conjunto para que a gestão e o controle sejam exercidos concomitantemente pelos dois países.

Na estrutura atual, o IAE há uma equipe de projeto associada a uma estrutura analítica de projeto, onde as funções e tarefas são bem definidas para cada membro. Além da gestão, o IAE tem responsabilidade sobre os propulsores, os pirotécnicos e sobre operações de ensaio em solo e em voo. Recentemente, foi assinado um contrato com a indústria nacional (empresa Avibras) para a fabricação do principal sistema propulsivo, o motor S50. O DLR participa com o desenvolvimento dos demais subsistemas do veículo, acompanhando também os trabalhos do IAE.

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

A execução do projeto encontrou uma dificuldade particular na contratação junto à indústria nacional para a fabricação de motores S50 carregados (a serem utilizados como primeiro e segundo estágio do VLM-1 na configuração original) devido à complexidade e ao pioneirismo desse sistema. Isso acarretou um atraso na execução do convênio e a uma mudança na forma de contratação prevista inicialmente, o que hoje fomenta uma proposta de alteração no Plano de Trabalho do convênio em fase de aprovação. Com isso, apesar de haver recursos empenhados e numerário, a execução financeira foi baixa nos últimos anos. Com a assinatura desse contrato junto à empresa Avibras em dezembro de 2016, espera-se uma maior execução dentro do convênio já neste ano de 2017. Contudo, apesar da execução financeira relativamente baixa, diversas aquisições de pequeno porte foram feitas de modo a permitir a continuidade e realização de diversas outras etapas do projeto.

No momento, segue-se um trabalho de definição final de uma configuração do VLM-1 para a missão satelitizadora com carga útil do INPE (uma vez que a missão inicial, para lançamento do experimento SHEFEX III do DLR, foi

cancelada por essa instituição). A MDR (*Mission Definition Review*) do VLM-1 está em fase de finalização e uma discussão junto ao DLR para realização da PDR (*Preliminary Design Review*) do projeto está em andamento.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

3.1.1 Estrutura de Governança da SG

Tomando por base o organograma da SG explicitado no item 1.2.1, no âmbito da SG, considerando todas as suas subunidades subordinadas (mesmo as que não são UPC), o sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem em prol da boa gestão. Envolve, portanto, as estruturas administrativas, os processos de trabalho, o fluxo de informações e o comportamento de servidores envolvidos direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

Embora vinculadas diretamente ao Ministro da Defesa, a Ouvidoria e a Secretaria de Controle Interno (CISSET), atuam como instâncias de apoio ao sistema de governança da SG, responsáveis, em suas respectivas áreas de atuação, pela fiscalização, pelo controle e pela detecção de disfunções identificadas, afora o importante papel de manter o relacionamento direto com as instâncias externas de governança.

No que se refere às instâncias internas de governança, a SG, como órgão de direção geral, atua como administração executiva, se pautando por três funções básicas, alinhadas às tarefas sugeridas pela ISO/IEC 38500:2008: a) avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros; b) direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e c) monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

Complementando a atuação da SG, contribuem para a boa governança da organização, a gestão tática, exercida pelos secretários e outros dirigentes de igual nível, responsáveis por coordenar a atuação operacional em áreas específicas e a gestão operacional, conduzida pelos diretores e gerentes, responsáveis pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio.

Ainda no nível operacional, os Comitês de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTINC) e o Comitê de Segurança da Informação (CSIC), aprovados, respectivamente, pelas Portarias nº 2.035/MD, de 14 de agosto de 2014 e nº 1.704/MD, de 28 de junho de 2012, têm por finalidade atuar na gestão estratégica da tecnologia da informação e comunicação, bem como aprovar, supervisionar e controlar a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

A fim de aperfeiçoar a governança da SG, no decorrer do exercício de referência, operou em caráter provisório e, posteriormente, foi criada, a Assessoria de Gestão Estratégica conforme o parágrafo único do art. 30 do Dec. nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, para assistir o Secretário-Geral no planejamento, na coordenação e no monitoramento da gestão estratégica do órgão e nos assuntos relacionados a governança, riscos e controles.

Por fim, no tocante à base normativa das instâncias internas de governança, a SG, formalmente, ainda não define e comunica papéis e responsabilidades para a governança corporativa, nem tão pouco, dispõe de um comitê de direção estratégica que auxilie nas decisões relativas às diretrizes, estratégias, políticas e no acompanhamento da gestão institucional, mas, no bojo das ações a serem implementadas em decorrência da Instrução Normativa Conjunta MPDG/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, está estruturando o Comitê de Governança, Riscos e Controles para servir como ambiente de controle e gestão de riscos que respeite os valores, interesses e expectativas da organização e dos agentes que a compõem.

3.1.2 Estrutura de Governança da ESG

A estrutura interna de Governança da ESG constitui-se dos seguintes elementos organizacionais:

a. Alta Administração (1ª Instância): É a instância interna de governança, responsável pela definição e avaliação da estratégia e políticas organizacionais, bem como por garantir que suas implementações atendam ao interesse público. É representada pelo Comandante, Subcomandante e os assistentes das Forças Singulares.

b. Unidades Consultivas (2ª Instância): Atuam como a instância interna de apoio à Governança e são responsáveis por realizar a comunicação entre as partes internas e externas à administração e também por informar à Alta Administração da ESG, as disfunções identificadas na gestão. São integradas pelos seguintes elementos organizacionais:

- Conselho de Ensino: assessora a Alta Administração em assuntos relativos à atividade fim da Escola (estudo, pesquisa e ensino);
- Comissão de Ética: assessora a Alta Administração em assuntos relativos à ética profissional dos servidores e gerenciamento de pessoas.
- Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos: Assessora a alta a Administração em assuntos afetos à avaliação e monitoramentos dos riscos, dos controles internos e demais temas relacionados diretamente com a gestão da Escola. Integram ainda o Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos, as seguintes unidades de assessoramento técnico:

1. Assessoria Jurídica: assessorar a Direção em assuntos internos e externos de natureza jurídica; e
2. Assessoria de Controle Interno: controlar, certificar, verificar, esclarecer e orientar, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de cunho administrativo e financeiro, constituindo-se no principal elo entre esta Unidade Jurisdicionada e a Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (CISSET/MD).
3. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão: apoia tecnicamente o Comando em matérias relacionadas à operacionalização do plano estratégico da Escola, por meio da supervisão da elaboração das propostas orçamentárias, planos de trabalhos anuais, e também quanto à execução orçamentária da unidade.
4. Assessoria de Comunicação Social: Contribui com a Governança por meio do registro e disseminação interna na ESG de requisições do público externo (solicitações de informação, reclamações, denúncias, etc.) recebidas por meio do SIC (Sistema de Informação ao Cidadão)

c. Unidades Setoriais (3ª Instância): Avaliam, monitoram e direcionam internamente as áreas estratégicas ESG, observando os Planos Diretores Setoriais, conforme previsto no PLANESG 2016-2019. Apoiam diretamente a Alta Administração na implementação da estratégia e políticas organizacionais estabelecidas:

- Departamento de Estudos;
- Departamento de Administração;
- Centro de Estudos Estratégicos;
- Centro de Conhecimento Científico e Cultural;
- Núcleo do Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas;
- Núcleo da ESG-Brasília;
- Centro de Atividades Externas e de Extensão; e
- Assessoria de Seleção e Avaliação.

d. Gestores e Chefes de Divisão/Seção (4ª instância): São responsáveis pela execução dos processos finalísticos e de apoio da ESG, observando as atividades previstas nos Planos Diretores Setoriais vigentes.

O desempenho das atividades relacionadas à governança da Escola sofre influência direta do nível de disponibilidade e eficiência dos recursos de tecnologia da informação, sobretudo no que diz respeito à comunicação dos elementos organizacionais envolvidos com tais atividades. O fluxo de informações relativas à governança é realizado por meio das seguintes ferramentas de TI, disponibilizadas pela Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação:

- SIGDEM: Sistema de controle e gestão de expedientes administrativos internos e externos;
- LOTUS NOTES: sistema que possibilita aos usuários da ESG o uso de e-mail corporativo, com integração de algumas funcionalidades com o SIGDEM; e
- Intranet: Na intranet da Escola é disponibilizada aos usuários toda a legislação afeta à governança, bem como dada a publicidade de decisões e orientações do Comando.

3.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

3.2.1 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos na Administração Central do MD

No âmbito da administração central do MD, três órgãos possuem competência para exercer as atividades de correição e apuração de ilícitos: O Departamento de Administração Interna (DEADI), o Departamento do Programa Calha Norte e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), este, não abrangido neste relatório.

O Departamento do Programa Calha Norte exerce a apuração de ilícitos específicos no Programa que conduz. Já o DEADI desempenha as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares limitando-se às ocorrências da administração central do Ministério da Defesa (conforme dispõe o inciso

IV, art. 35 Anexo I do Decreto no 8.978 de 1º de fevereiro de 2017 e inciso VII, art. 34, Anexo VIII, do Regimento Interno da Secretaria de Organização Institucional, aprovado por meio da Portaria Normativa no 564/MD, de 12/03/2014), excetuada a competência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

A ação disciplinar ou corretiva é adotada em resposta a violações disciplinares e padrões éticos que estejam previstas nas respectivas legislações disciplinares que regem respectiva categoria funcional do agente público envolvido, observado a competência para a apuração, o contraditório e a ampla defesa.

O Ministério da Defesa possui uma força de trabalho híbrida, composta por servidores, que são regidos pelos preceitos da Lei nº 8.112/1990, e militares das três Forças Armadas, sujeitos a regulamento próprio (Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880/1980), com regras específicas quanto à apuração e responsabilização disciplinar (legislações internas). Caso a violação seja cometida por Militar, o fato é comunicado a autoridade militar constante do inciso II do art. 1º da Portaria Normativa MD nº 3.604, de 22 de novembro de 2011, que possui competência para apuração e aplicação de sanção disciplinar a luz do Regulamento Disciplinar da respectiva Força singular.

Em razão dessa peculiaridade, o Departamento de Administração Interna, além dos processos disciplinares comuns a todos os demais órgãos, lida com processos de natureza exclusivamente militar, os quais, por suas características, não são objeto de análise do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, conseqüentemente, não são inseridos no sistema CGU-PAD. Assim, com exceção dos processos disciplinares que tratem de matérias exclusivamente militares, os processos instaurados no âmbito desta administração central atendem ao que estabelece a Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da então Controladoria-Geral da União, e da Portaria Normativa nº 899/MD, de 9 de junho de 2008, notadamente no que se refere ao cumprimento do prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam, para o devido registro no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD). Os dados de apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade de Departamento de Administração Interna e do Departamento do Programa Calha Norte estão relacionados no item 7.3.1 deste relatório.

3.2.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos na ESG

As atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos são atribuições regimentais do Comandante da ESG. Para tanto, conta com uma assessoria jurídica que orienta os trabalhos dos sindicantes e comissões designadas, bem como auxilia o Comando na tomada de decisões. No caso de servidores militares, os processos disciplinares são desenvolvidos no âmbito da ESG, porém, a aplicação de penalidades é subdelegada aos Assistentes Militares colocados à disposição da Administração da ESG. Assim, a sistemática de apuração de ilícitos cometidos por servidores da unidade, bem como a condução dos processos administrativos disciplinares obedecem aos ditames da Lei 8.112/90.

Ressalta-se ainda que a ESG não instaurou, em 2016, Processos Administrativos Disciplinares relativos a seus servidores civis e que também observa os preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, notadamente no que se refere ao prazo de 30 dias para a inserção de processos instaurados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam.

Em 2016, não houve apuração de ilícitos administrativos no âmbito da Escola Superior de Guerra, relacionados a macroprocessos finalísticos da Unidade e capazes de afetar o seu desempenho. Somente houve instauração e/ou conclusão dos processos de apuração decorrentes de “atividades meio”, a saber:

a) Conclusão do Processo Administrativo instaurado por intermédio da Portaria nº 173/SCMDO/ESG, de 17 de setembro de 2015, com a finalidade de apurar responsabilidades relacionadas às infrações de trânsito referentes a viaturas da Escola Superior de Guerra, conforme descritas no Memorando nº 82 – CH/DA/ESG, de 13 de agosto de 2015 e seus anexos. Situação: A Solução exarada em 25 de janeiro de 2016, determinou a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) por intermédio da Portaria nº 22/DP/ESG, de 11 FEV 16. Conclusos, os autos foram encaminhados à Justiça Militar da União (1ª Circunscrição Judiciária Militar – 1ª CJM), distribuídos à 1ª Auditoria sob o nº 104-04.2016.7.01.0101, e arquivados por determinação daquele juízo em 30 de junho de 2016.

b) Conclusão do Processo Administrativo instaurado por intermédio da Portaria nº 193/ESG, de 16 de dezembro de 2015, com a finalidade de apurar as discrepâncias entre os relatórios apresentados pela Comissão instituída pela Portaria nº 31/ESG, de 10 de fevereiro de 2015 e a Comissão instaurada pela Portaria nº 137/ESG, de 23 de julho de 2015, em especial em relação ao Ato de Destinação de Mercadorias (ADM) nº 054/2014, relativo aos processos de destinação de mercadorias da 7ª Região Fiscal 10715.724680/2014-61e 10715.725644/2014-15. Situação: O Comandante da ESG, em solução exarada em 3 de fevereiro de 2016, determinou a instauração de Inquérito Policial

Militar (IPM) por intermédio da Portaria nº 24/DP/ESG, de 24 FEV 16. Conclusos, os autos foram encaminhados à Justiça Militar da União (1ª Circunscrição Judiciária Militar – 1ª CJM) e distribuídos à 1ª Auditoria sob o nº 93-72.2016.7.01.0101. Os autos retornaram a esta Escola para a realização de Diligências Complementares requisitadas por aquele juízo e posteriormente restituídos à 1ª Auditoria onde estão sendo analisados.

c) Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado por intermédio da Portaria nº 30/CMDO/ESG, de 3 de março de 2016, a fim de apurar os fatos do procedimento de Investigação Criminal nº 0000130-25.2015.1106, da Procuradoria da Justiça Militar/RJ/6º Ofício (irregularidades e improbidades denunciadas nos Pregões 012/2014 e 025/2014). Situação: Conclusos, os autos foram encaminhados à Justiça Militar da União (1ª Circunscrição Judiciária Militar – 1ª CJM) e distribuídos à 3ª Auditoria sob o nº 146-35.2016.7.01.0301. Em 25/11/2016 os autos retornaram a esta Escola para a realização de Diligências Complementares requisitadas por aquele juízo.

d) Instauração de Processo Administrativo, por intermédio da Portaria nº 164/AJUR/ESG, de 5 de dezembro de 2016, a fim de apurar os fatos constantes dos autos do processo nº 60110.000893/2016-43, versando sobre reclamação de funcionários de empresa prestadora de serviço no Ministério da Defesa, ocorrida no âmbito do núcleo da ESG-BR. Situação: Apuração em 28/03/2017 foi exarada a solução deste processo, sendo os autos encaminhados para o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa para providências cabíveis.

3.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.3.1 Gestão de Riscos e Controles Internos da SG

A gestão de riscos é um elemento essencial para a boa governança corporativa, mas a demora, já explicitada no item 2.3 (Gestão Operacional), na emissão do Planejamento Estratégico da SG para o período de 2017 a 2019, que determina os Objetivos Estratégicos da SG, teve como uma de suas sérias consequências provocar o adiamento para o corrente ano, do início do processo de implementação de diversas práticas de governança, sobretudo as relacionadas aos mecanismos de controle (gestão de riscos e controle interno).

O fato motivador está na dependência de se ter que estabelecer a estratégia da organização (missão, visão, valores, objetivos estratégicos e metas) para se constituir as práticas relacionadas a gestão de riscos e controle interno. Assim, optou-se por retardar a implementação das práticas de gestão de riscos para este ano, após a emissão do citado Planejamento, com base em modelos de referência, em especial o COSO ERM e a ISO 31000.

Assim, no tocante à base normativa da gestão de riscos, está sendo conduzida pela SG a emissão da Política de Gestão de Riscos da Administração Central do MD, no bojo das ações a serem implementadas em decorrência da Instrução Normativa Conjunta MPDG/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, que considera, além disso, a criação de um Comitê de Governança, Riscos e Controles para servir como ambiente de controle e gestão de riscos que respeite os valores, interesses e expectativas da organização e dos agentes que a compõem.

3.3.2 Gestão de Riscos e Controles Internos da ESG

A fim de atender o disposto no artigo 23 da Instrução Normativa Conjunta nº 1 de 11 de maio de 2016 do Ministério da Fiscalização, Transparência e Controle Interno Setorial e Ministério do Planejamento e Desenvolvimento da Gestão, foi instituído por meio da Portaria nº 165/2016 do Comandante da ESG e regulado pela Orientação Normativa nº 90/ACI/ESG/2016, o Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos com as seguintes composição e competências:

a) Composição:

- I – Comandante;
- II – Subcomandante;
- III – Assistentes Militares do Comando;
- IV – Chefe da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V – Ordenador de Despesas;
- VI – Chefe do Departamento de Administração;
- VII – Assessor de Controle Interno; e
- VIII – Assessor Jurídico.

b) Competências:

- I – promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;
- II – institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;
- III – promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;

- IV – garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- V – promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;
- VI – promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;
- VII – aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
- VIII – supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;
- IX – liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
- X – estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;
- XI – aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;
- XII – emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos;
- XIII – monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê;
- XIV – Assessorar o comando na administração econômico-financeira, gerencial e no desenvolvimento organizacional, mediante planejamento, programação, controle e fiscalização da aplicação dos recursos orçamentários, financeiros, patrimoniais colocados à disposição da ESG;
- XV – Aprovar o Programa de Trabalho Anual da Unidade Gestora e efetuar o seu acompanhamento e autorizar respectivas alterações, em face da dotação orçamentária do exercício corrente;
- XVI – Examinar os resumos das prestações de contas dos setores elencados no artigo 3º da Orientação Normativa nº 78/ACI/ESG de 28 de dezembro de 2015;
- XVII – Efetuar o acompanhamento do atendimento das recomendações/determinações da Ciset/MD e do TCU;
- XVIII – Analisar os indicadores de desempenho oriundos dos planos diretores setoriais que deverão constar nos subsídios à elaboração do Relatório de Gestão Anual Consolidado; e
- XIX – Aprovar a versão final dos subsídios da ESG ao Relatório de Gestão Consolidado da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa.

Durante o exercício de 2016 foi iniciada a elaboração da Política de Gestão de Riscos da ESG a fim de atender o determinado no artigo 17 da Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 11 de maio de 2016 do Ministério da Fiscalização, Transparência e Controle Interno Setorial e Ministério do Planejamento e Desenvolvimento da Gestão. Após a fixação da Política de Gestão de Riscos, serão iniciados os trabalhos de identificação, tratamento e monitoração dos riscos organizacionais.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Na administração central do MD, a força de trabalho é composta por servidores ocupantes de cargo efetivo, requisitados de outros órgãos, cargos comissionados sem vínculo efetivo com a administração, terceirizados, estagiários e militares. A estrutura organizacional assumida na data da criação do Ministério da Defesa, recebendo as atribuições do extinto Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA resultou no aumento considerável de suas atividades, sem que houvesse a correspondente compensação de servidores em seu quadro de pessoal. A carência de pessoal foi minimizada com a aprovação do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que resultou em um aumento efetivo da força de trabalho, em aproximadamente 40%.

É essencial registrar que a Lei nº 9.632, de 1998 extinguiu vários cargos da Administração Pública Federal, além de outros que se encontra em processo de extinção, como é o caso dos cargos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Motorista Oficial, Agente de Portaria, dentre outros. Assim, a recomposição da força de trabalho para atividade acessória e/ou complementar passou a ser processada de forma indireta (terceirizada), por meio de processo licitatório para a prestação de serviço continuado, na forma prevista no Decreto nº 2.271, de 1997. Outro fator que merece destaque é a propositura de realização de concurso público para provimento de 26 cargos efetivos, atualmente vagos, sendo: 2 de Administrador, 3 de Arquivista, 1 de Bibliotecário, 18 de Agente Administrativo e 2 de Auxiliar de Enfermagem, tratado nos autos do Processo Administrativo SEI nº 60582.000007/2017-14.

Os registros anteriores demonstram que o gestor tem envidado os esforços para a recomposição da força de trabalho deste Ministério. A realização de concurso público, sendo autorizada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão propiciará além da recomposição da força de trabalho, a oxigenação de ideias e a consequente melhoria nos processos administrativos. Apenas a título ilustrativo do cenário da força de trabalho deste Ministério, identificado ao longo da criação, é que em 1999, o extinto Estado-Maior das Forças Armadas-EMFA contava com 200 servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo. Em 31 de dezembro de 2016 esse efetivo era de 96 servidores. Desses 96, 59 deles possuem Abono de Permanência, isto é, possuem todos os requisitos necessários à aposentação, podendo requerê-la a qualquer momento.

Atualmente os servidores com Abono de Permanência representam 62% dos cargos de provimentos efetivos. A cada período que se finda tal situação fica ainda mais crítica, uma vez que mais servidores cumprem os requisitos para aposentação e ficam aptos a se desligarem do efetivo desta administração central. Em levantamento realizado pela Gerência de Gestão de Pessoas, constatou-se que ao findar o ano de 2018, quase que a integralidade dos servidores efetivos teria todos os requisitos preenchidos para aposentadoria, exceto 8 deles.

Em relação aos Indicadores da área de Gestão de Pessoas do Ministério da Defesa, registra-se que foi utilizado no exercício de 2016, o de Capacitação de Recursos Humanos – ICRH, cuja previsão e resultados alcançados no final do exercício estão demonstrados na área específica, destinada aos indicadores de desempenho do órgão. Sobre a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, importa esclarecer que a verificação é feita no ato da realização do cadastro do servidor, momento em que é apresentada pelo servidor a Declaração de não acumulação de cargo público e no Termo de Posse assinado na ocasião da assunção do cargo.

Além disso, no momento em que é efetuada a inclusão desse servidor no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE há um cruzamento, realizado de forma automática, o qual está preparado para identificar e vedar a acumulação de cargos por servidores, ocupante de cargos cujos órgãos envolvidos processem suas folhas por esse Sistema. É importante destacar que essa verificação somente é efetuada no momento da assunção dos cargos, por entender que qualquer outro cargo a ser provido posteriormente, seja de responsabilidade do órgão admissor. Nesse particular, não foi detectada nenhuma acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, no exercício de 2016.

Postas as informações, demonstra-se a seguir as informações sobre a capacitação dos servidores e militares, a força de trabalho e suas variações, o efetivo por atividade fim e meio, o demonstrativo de despesas com a folha de pagamento dos exercícios de 2015 e 2016, bem como todas as informações atinentes à mão-de-obra de apoio permanente terceirizada, estagiários, dentre outros assuntos, referentes à área de Gestão de Pessoas.

4.1.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA SG

Na tabela 4.1 está relacionada quantitativamente a força de trabalho autorizada e a efetiva, ora existente em 31 de dezembro de 2016, na estrutura do Ministério da Defesa (administração central), bem como os registros de ingressos e egressos ocorridos ao longo do exercício de prestação de contas.

FORÇA DE TRABALHO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

Tabela 77 Força de trabalho da Administração Central do MD (Posição 31/12/16)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	307	246	31	26
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	1	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	306	245	30	25
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	157	96	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	65	65	16	11
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	84	84	14	14
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	257	257	42	77
4. Militares das Forças Armadas	872	854	288	248
4.1 Militares da ativa	809	791	276	237
4.2 Militares prestadores de tarefa por tempo certo	63	63	12	11
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	1463	1.357	361	351

Fonte: SIRHU/MD

DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Na tabela 4.2 está evidenciada a distribuição dos servidores de carreira, dos sem vínculo efetivo com a administração e dos militares, distribuídos nas áreas meio e fim. No demonstrativo foram computados como ÁREA FIM todo o efetivo de servidores e militares integrantes do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas-EMCFA e suas unidades subordinadas. Os demais servidores e militares integrantes da estrutura da Secretaria-Geral e do Gabinete e de suas unidades subordinadas foram computados como ÁREA MEIO.

Tabela 78 Distribuição da lotação efetiva (Posição 31/12/16)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	217	28
1.1 Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	217	28
1.1.2 Servidores de carreira vinculada ao órgão	78	18
1.1.3 Servidores de carreira em exercício descentralizado	64	1
1.1.4 Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	75	9
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	216	41
4. Militares das Forças Armadas	488	366
4.1 Militares da ativa	448	343
4.2 Militares prestadores de tarefa por tempo certo	40	23
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	921	435

Fonte: SIRHU/MD (Obs.: Importa registrar que não foi computado no demonstrativo da distribuição da Lotação Efetiva o Ministro de Estado da Defesa)

DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MD

O demonstrativo abaixo tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da administração central do MD no exercício de 2016, nos termos estabelecidos pelo Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, bem como apresentar a movimentação de servidores e militares ocorridas ao longo do exercício de referência.

Tabela 79 Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do MD (Posição: 31/12/16)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	483	419	80	104
1.1 Cargos Natureza Especial	2	2	0	0
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	481	417	80	104
1.2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	40	0	0
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	54	13	10
1.2.3 Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	47	14	13
1.2.4 Sem Vínculo	0	152	28	60
1.2.5 Aposentados/Reserva Remunerada	0	103	13	17
1.2.6 Militares da Ativa	0	21	12	4
2. Gratificação de Representação	179	75	0	1
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	42	0	0
2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	0	1
2.3 Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	30	0	0
3. Militares em exercício de Gratificação de Representação	809	709	241	213
4. Total de Servidores e militares em Cargo comissionado e Gratificação de Representação (1+2+3)	1471	1203	321	318

Fonte: SIRHU/MD (Obs.: Registra-se que inexistiu distribuição de Lotação Autorizada para os subitens elencados nos itens 1 e 2 do detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, motivo pelo qual o campo ficou sem preenchimento, tendo sido mencionado apenas a Lotação Autorizada para a administração central (DAS e GR), trazida pelo Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013)

FATORES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO NO MINISTÉRIO DA DEFESA

Os afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível do Ministério da Defesa estão descritos no quadro abaixo. Tais afastamentos decorrem de cessões para servir em outros órgãos da administração pública.

Tabela 80 Fatores de Redução da Força de trabalho no MD (Posição 31/12/16)

Afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação
Total de Servidores Cedidos	11

Fonte: SIRHU/MD

4.1.1.2 ESTRUTURA DE PESSOAL DA ESG

Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada:

Tabela 81 Força de Trabalho da UJ - Servidores Civis (Posição: 31/12/16)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	70	31	2	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	70	31	2	-
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	60	21	-	-
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	10	2	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	20	3	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	70	51	05	-

Fonte: SPC da ESG

Tabela 82 Distribuição da Lotação Efetiva (Posição: 31/12/16)

Tipologias dos Cargos		Lotação Efetiva	
		Área Meio	Área Fim
1.	Servidores de Carreira (1.1)	21	10
1.1	Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	21	10
1.1.2	Servidores de carreira vinculada ao órgão	21	-
1.1.3	Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4	Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5	Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	10
2.	Servidores com Contratos Temporários	-	-
3.	Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	20
4.	Total de Servidores (1+2+3)	21	30

Fonte: SPC da ESG

Tabela 83 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (Posição: 31/12/16)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	8	8		
1.1 Cargos Natureza Especial				
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	2		
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1		
1.2.3 Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-		
1.2.4 Sem Vínculo	2	2		
1.2.5 Aposentados	3	3		
2. Funções Gratificadas (FG)	23	16		
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	23	16		
2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3 Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Funções Comissionadas Técnicas (FCT) e	2	2		
3.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	2		
3.2 Servidores de Outros órgãos e Esferas				
4. Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturados da Administração Pública Federal (GSISTE)	3	2		
4.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	1		
4.2 Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1		
5. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3+4)	36	28		

Fonte: Seção de Pessoal Civil – ESG

Tabela 84 Força de Trabalho da UJ – Militares (Posição: 31/12/16)

Militares	Marinha do Brasil		Exército Brasileiro		Aeronáutica	
	Previsto	Existente	Previsto	Existente	Previsto	Existente
Oficiais (da Ativa)	18	23	42	33	15	21
Praças (da Ativa)	37	53	87	86	20	30
Soma Pessoal da Ativa	55	76	129	119	35	51
PTTC (da Inatividade)	-	22	-	37	-	19
Total	55	98	129	156	35	70

Fonte: Divisão de Pessoal - ESG

Tabela 85 Força de Trabalho da UJ – Militares e Servidores Cíveis (Posição: 31/12/16)

DESCRIÇÃO			PREVISTO	EXISTENTE
Militares	Pessoal da Ativa	Oficiais	75	77
		Praças	144	169
		Soma	219	246
	Pessoal da Inatividade	PTTC	-	78
Subtotal Militares			219	324
Servidores Cíveis			70	31
Voluntários			-	20
Total			289	375

Fonte: Divisão de Pessoal - ESG

ANÁLISE CRÍTICA

Em 2016, estavam em exercício 21 (vinte e um) servidores civis, sendo que a partir de 2016, cerca de 70% estarão com tempo para aposentadoria. A lotação dos servidores civis atende parcialmente às necessidades da Escola, haja vista o déficit de 30 (trinta) servidores, minimizada pela existência de 10 (dez) servidores cedidos de outros órgãos e 20 (vinte) voluntários. Há necessidade premente de preencher os cargos vagos, como também promover a reestruturação da força de trabalho à disposição da ESG.

O pessoal militar lotado na Escola constitui a maior parte da força de trabalho prevista, contribuindo ainda para diminuir o déficit de pessoal civil. O caráter transitório da permanência dos militares resulta na solução de continuidade de muitas das atividades com a perda de informações e conhecimentos adquiridos a cada ciclo de três ou quatro anos, quando ocorre a maioria das substituições desses militares. Atenua, em parte, esta situação a presença de pessoal inativo, contratado como Prestador de Tarefa por Tempo Certo.

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

A Gerência de Gestão de Pessoas programou estratégias de capacitação e treinamentos dos seus servidores, de acordo com a necessidade e perfis de cada órgão da administração central. Em 2016, foram realizadas 117 ações de capacitação, divididas em 36 gerenciais e 81 técnico-operacionais, totalizando 15.148 horas de capacitação. Foram 467 servidores capacitados, com uma média de 33 horas de capacitação por servidor. Cabe salientar que as metas físicas e orçamentária previstas para o exercício de 2016 foram alcançadas, conforme a tabela 4.10.

Tabela 86 Plano de Capacitação 2016 (Posição: 31/12/16)

META	PREVISÃO	UTILIZADO/ALCANÇADO
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 323.284,00	R\$ 298.143,00
META FÍSICA	374 servidores capacitados	467 servidores capacitados

Fonte: Arquivos/CODEP/GEPES/DEADI/SEORI

O valor de R\$ 298.143,00 (duzentos e noventa e oito mil e cento e quarenta e três reais) corresponde a 92% da execução orçamentária. A média de investimento em capacitação por servidor capacitado foi de R\$ 638,42 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos).

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA ESG

Os servidores civis e militares estão qualificados e capacitados para exercerem as atividades desenvolvidas na ESG. Observa-se que mais de 50% dos servidores do quadro permanente da ESG possuem nível de escolaridade acima da escolaridade exigida para o cargo efetivo, sendo que a maioria possui as competências necessárias ao desenvolvimento das atividades da Escola, como por exemplo, a utilização dos diversos Sistemas de Governo, que exigem constante processo de treinamento, disponibilizados por meio de manuais e aulas em vídeo.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

Na tabela 4.11 estão discriminadas as despesas realizadas com a força de trabalho deste Ministério no exercício de 2016 e no exercício imediatamente anterior. Vale registrar que não estão inseridas no demonstrativo as despesas com diárias, ajuda de custo e as obrigações patronais.

4.1.2.1 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL DA SG

Tabela 87 Despesas com Pessoal da Administração Central do MD (R\$ 1,00) (Posição: 31/12/16)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais Despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	370.185,23	-	25.554,37	65.622,28	51.833,68	-	-	-	-	513.195,56
	2016	370.185,24	-	30.934,70	30.247,27	237.681,64	-	-	-	-	669.048,85
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	5.809.411,95	1.427.215,13	594.878,26	248.889,26	270.624,53	635.425,93	30.137,52	-	12.757,44	9.029.304,01
	2016	5.747.812,42	1.399.034,88	622.836,88	251.862,82	471.418,62	667.394,60	39.594,53	36.853,25	14.120,44	9.214.075,19
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	-	4.655.840,18	446.654,68	260.918,02	8.542,57	66.833,37	76.901,74	-	-	5.515.690,56
	2016	-	4.604.156,93	433.853,99	237.635,52	20.521,19	67.167,61	87.903,03	-	-	5.451.238,27
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporário)											
Exercícios	2015	-	16.587.019,12	1.404.506,40	755.783,73	429.279,62	231.858,66	186.129,21	-	-	19.594.576,74
	2016	-	16.364.102,69	1.422.015,56	887.473,52	1.095.722,88	255.967,13	273.851,79	-	-	20.299.133,57
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	566.498,64	-	47.239,99	16.279,12	29.957,20	45.558,48	-	-	317,79	705.851,22
	2016	480.613,27	-	36.374,06	13.237,21	19.657,81	47.893,66	-	-	176,55	597.952,56
Militares ocupantes de Gratificação de Representação e Cargo de Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2015	-	8.695.161,83	725.304,35	391.022,16	6.188,35	-	3.450,27	-	-	9.821.126,96
	2016	-	9.344.939,70	802.378,80	345.129,96	43.683,07	-	17.587,50	-	-	10.553.719,03

Fonte: DW-SIAPE (informações extraídas da folha de pagamento – somente servidores ativos)

Obs.: Os valores das despesas indenizatórias constaram tão-somente aquelas executadas no SIAPE, tais como: auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, indenização de transporte, auxílio-alimentação pago em pecúnia para os servidores e auxílio-moradia pago em contracheque, ou seja, não estão computadas as despesas com aquisições de gêneros alimentícios e tão pouco o pagamento das diárias e ajuda de custo, posto que constam apenas do SIAFI.

4.1.2.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL DA ESG

Tabela 88 Custos do pessoal na ESG (Posição: 31/12/16)

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	446.847,43	94.942,69	745.541,55	218.041,66	81.422,09	68.563,96	0	0	0	1.655.359,38
	2015	464.173,61	85.078,13	739.486,09	238.420,17	75.964,69	62.362,90	0	0	0	1.665.485,59
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	0	0	66.507,89	7.621,33	0	0	0	0	0	74.129,22
	2015	0	0	60.705,56	9.568,73	0	0	0	0	0	70.274,29
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0	0	203.028,09	22.704,96	12.224,23	2.090,52	0	0	0	240.047,80
	2015	0	0	210.581,55	26.482,17	9.594,55	3.834,36	0	0	0	250.492,63
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	41.606,10	12.149,10	56.784,00	19.532,34	7.447,76	1.453,68	0	0	0	138.972,98
	2015	40.596,00	11.866,20	55.404,00	18.836,16	6.514,56	1.185,60	0	0	0	134.402,52
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	0	0	71.475,46	0	0	0	0	0	0	71.475,46
	2015	0	0	57.350,65	0	0	0	0	0	0	57.350,65

Fonte: GRCOFINDDP / SIAPE

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

4.1.3.1 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL DA SG

Acerca da gestão de riscos relacionados ao pessoal é importante relatar a alta rotatividade de pessoas, decorrentes de substituição de pessoal, especialmente de militares, os quais desempenham atividades no Ministério da Defesa por prazo determinado. O processo de substituição está fundamentado no preenchimento do perfil exigido para o exercício do cargo a ser ocupado. De modo a minimizar os riscos, em relação ao processo de substituição, o MD capacita-os, conforme necessidades apresentadas pelas diversas áreas.

É de se considerar ainda que o quadro de servidores permanente do MD, oriundo do extinto EMFA está cada dia menor, em decorrência das vacâncias, em maior proporção por motivo de aposentadoria, ressaltando que dos 96 (noventa e seis) cargos efetivos existentes no final do exercício de 2016, 59 possuem todos os requisitos necessários à aposentação. Ainda em relação aos servidores efetivos oriundos do extinto EMFA, é oportuno mencionar que no exercício de 2015 a lotação era de 103 (cento e três), e em 2016 caiu para 96 (noventa e seis) servidores, 6,8% menor que a do exercício anterior (2015).

4.1.3.2 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL DA ESG

ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Na ESG, há mecanismos de controles orgânicos que restringem ou mesmo impedem possíveis acumulações indevidas de cargos, funções e empregos públicos, no que se refere às medidas adotadas de coibição, mediante o uso do ponto eletrônico, destinado aos servidores civis da Escola e que permite a verificação do cumprimento do horário integral de expediente. As possíveis alterações são analisadas e, nos casos de afastamento e/ou faltas não justificadas ao expediente, são adotadas as providências cabíveis, constando tais fatos em publicações dos Boletins Internos da ESG.

Ao serem detectadas situações de possíveis acúmulos de cargos e funções públicas, caso haja a produção de provas ou identificadas evidências, são realizadas as diligências necessárias, de modo a possibilitar a apuração de atos e fatos relacionados à dúvida suscitada, que uma vez verificadas passam a sujeitar o responsável às medidas cabíveis.

Com relação às providências adotadas com o objetivo de identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, entende-se que há mecanismos de controle orgânicos que restringem ou mesmo impedem acumulações indevidas, de acordo com o Decreto nº 2.027, de 11 de outubro de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Aos militares, as medidas referem-se ao controle diário da presença sob a responsabilidade dos chefes de seções e/ou departamentos, que informam as possíveis alterações à Divisão de Pessoal para adoção de medidas administrativas julgadas necessárias, quando for o caso.

RISCOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DE PESSOAS

Com relação aos servidores civis: os riscos existentes na gestão de pessoas estão relacionados à proximidade da aposentadoria da maioria dos servidores civis lotados na ESG, o fator motivacional em função da ausência de perspectivas na carreira, combinado a questão salarial e grande dificuldade para recompletamento dos mesmos.

Outro risco identificado é a rotatividade de pessoal militar, por reversão à respectiva Força Singular de origem, a cada 3 anos, para oficiais e a cada 4 anos, para graduados, ocasionando a perda de grande parte do conhecimento técnico adquirido na ESG.

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Os indicadores de recursos humanos utilizados pela ESG são:

1) Avaliação de desempenho dos servidores: na avaliação de 2016, todos os 21(vinte e um) ativos permanentes obtiveram notas entre 90 e 100 pontos, caracterizando uma avaliação final de 20 pontos, a qual somada aos 80 pontos da avaliação institucional, totalizando 100 pontos. Portanto, o indicador de desempenho e produtividade dos servidores da ESG é de 100%.

2) Treinamento e desenvolvimento: esse indicador não é utilizado na ESG, pois eventualmente a UJ proporciona cursos junto à Escola de Administração Fazendária (ESAF), para os servidores envolvidos diretamente com os diversos Sistemas de Governo Federal. Tais servidores, posteriormente, desempenham a função de disseminadores para orientar os demais.

3) Recrutamento e seleção: a Escola não utiliza este indicador.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

4.1.3.1 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

As informações relativas à gestão dos contratos de pessoal de apoio terceirizado e de contratação de estagiários estão descritas abaixo:

Tabela 89 Contrato de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade (GEPES) (Posição: 31/12/16)

Unidade Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA DEFESA						
UG/Gestão: 110404/00001				CNPJ: 03.277.610/0001-25		
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares e de apoio administrativo para atender as necessidades do MD nas atividades não contempladas pelo Plano de Cargos e Carreira da APF.	PLANALTO 02.843.359/0001-56	26/12/14	25/12/16	Fundamental	P

Fonte: Arquivos GEPES

ANÁLISE CRÍTICA – CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO

Importa registrar que o serviço terceirizado demonstrado no quadro acima, contratado em 2014, mediante processo licitatório, para provimento dos postos de trabalho de Auxiliares Administrativos, Copeiros, Garçons, Motoristas, Cozinheiros, Auxiliares de Serviços Gerais e Auxiliares de Cozinha, necessários à recomposição da mão-de-obra, com a finalidade de reposição da força de trabalho para o desempenho das referidas atividades, motivadas em decorrência de aposentadoria, falecimento, redistribuição, dentre outras, cujos cargos efetivos estão extintos ou em fase de extinção, e não podem ser providos por concursados.

Em 25 de dezembro de 2015, em acordo das partes, o referido contrato foi prorrogado com cláusula rescisória, ou seja, vigoraria até que fosse realizado novo certame licitatório, que permitisse a contratação de nova empresa, que pudesse dar continuidade à prestação do referido serviço, absorvendo os 185 (cento e oitenta e cinco) postos de trabalho terceirizado. O processo de contratação de nova empresa restou prejudicado e em 25 de dezembro de 2016, findou-se um ciclo de 12 meses da prorrogação, e o contrato com a Empresa Planalto não foi renovado, tendo sido rescindido os contratos de trabalho com os terceirizados, implicando na perda temporária da referida mão-de-obra.

Em função da importância primária de algumas atividades foi realizado procedimento licitatório emergencial com a finalidade de recontração dos postos de Motorista, Garçons, Cozinheiros, Ajudantes de Cozinha e Auxiliares de Serviços Gerais, totalizando 65 (sessenta e cinco) postos, com vigência no período de 11 de janeiro a 10 julho de 2017. Os 117 postos de serviço de Auxiliares Administrativos não foram objeto de contratação emergencial, tendo requerido a abertura de procedimento licitatório, atualmente em fase de conclusão, com o fim de recomposição do restante da mão de obra terceirizada da área administrativa, também considerada de essencial importância e necessária ao bom andamento das atividades acessórias e/ou complementares dos diversos setores deste órgão. As contratações mencionadas acima fundamentam-se no Decreto nº 2.271, de 1997 e contemplam os postos de Auxiliares Administrativos, Copeiros, Garçons, Motoristas, Cozinheiros, Auxiliares de Serviços Gerais e Auxiliares de Cozinha.

Tabela 90 Contrato de prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios (GEPES) (Posição: 31/12/16)

Unidade Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA DEFESA						
UG/Gestão: 110404/00001				CNPJ: 03.277.610/0001-25		
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos estudantes	Sit.
			Início	Fim		
2015	CONTRATO 008-2015-MD Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios, em regime de serviço contínuo, para auxiliar na operacionalização do programa de estágio de estudantes de nível superior, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, vinculados à estrutura de ensino público e privado para preenchimento de oportunidade de estágio no Ministério da Defesa- Administração Central, mediante pagamento de taxa administrativa mensal, por estudante, que serão prestados na condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	IEGE INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ME (CNPJ 79.990.693/0001-67)	01/06/15	31/05/16	Nível Médio e Nível Superior	Foi prorrogado o prazo de vigência Contratual por 12 meses, contados de 19/06/2016 até 31/05/2017, conforme Termo Aditivo nº 011-COLIC/2016

Fonte: Arquivos/CODEP/GEPES/DEADI/SEORI

Trata-se de contratação de empresa que atuará como Agente de Integração de Estágios, em regime de serviço contínuo, para auxiliar na operacionalização do programa de estágio de estudantes de nível superior, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, vinculados à estrutura de ensino público e privado para preenchimento de oportunidade de estágio no Ministério da Defesa- Administração Central, mediante pagamento de taxa administrativa mensal, por estudante, que serão prestados nas condições, quantidades e exigências estabelecidas em processo licitatório.

Tabela 91 Contratação de Estagiários (Posição: 31/12/16)

Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes por mês/2016												Despesas no exercício (em R\$ 1,00)			
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Bolsa estágio	Auxílio transporte	Agente de Integração	Total
1. Nível superior	94	96	102	90	92	87	81	84	86	87	86	86	509.744,45	121.378,00	7.042,97	638.165,42
1.1 Área Fim	49	48	51	45	46	44	42	41	41	39	40	39	255.462,58	58.478,00	3.430,34	317.370,92
1.2 Área Meio	45	48	51	45	46	43	39	43	45	48	46	47	254.281,87	62.900,00	3.612,63	320.794,50
2. Nível Médio	49	55	59	54	49	49	41	40	36	34	35	28	117.211,90	57.234,00	3.455,30	177.901,20
2.1 Área Fim	10	11	15	14	12	12	11	10	9	8	9	6	26.570,05	14.322,00	835,97	41.728,02
2.2 Área Meio	39	44	44	40	37	37	30	30	27	26	26	22	90.641,55	42.912,00	2.619,33	136.172,88
3. Total (1+2)	143	151	161	144	141	136	122	124	122	121	121	114	626.956,35	178.612,00	10.498,27	816.066,62

Fonte: Arquivos/CODEP/GEPES/DEADI/SEORI

ANÁLISE CRÍTICA - ESTAGIÁRIOS

O preenchimento das vagas de estágio ocorre em consonância com a Lei Federal nº 11.788/08, e Orientação Normativa – ON/SRH/MP nº 4, de 4 de julho de 2014, que regulam as atividades de estágio, enquanto ato educativo supervisionado no ambiente de trabalho, de forma a não caracterizar vínculo empregatício e assegurar a compatibilidade das ações com o currículo de cada área de formação. Dessa forma, o número de estagiários efetivos é variável, conforme situação do respectivo Termo de Compromisso de Estágio, interesse e desempenho do

estudante, bem como de profissionais para seleção e supervisão dos alunos. A ocupação das vagas é um processo dinâmico que a todo o momento se altera.

O Programa de Estágio, em 2016, em razão de limitação orçamentária sofreu contingenciamento de aproximadamente 20% em relação ao executado no exercício de 2015, cuja dotação disponibilizada foi de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para pagamento de bolsa estágio, auxílio transporte e despesas com o Contrato do Agente de Integração.

Em função do contingenciamento foi necessário reduzir o efetivo de estagiários, que era de aproximadamente 170 (cento e setenta), no exercício de 2015, inicialmente para 160 (cento e sessenta), e progressivamente para 124 (cento e vinte e quatro) estagiários, objetivando adequar a despesa ao limite estabelecido pela administração.

Da análise da despesa com a folha de pagamento dos estagiários (bolsa estágio e auxílio-transporte) constatou-se que foram executados R\$ 805.568,05 (oitocentos e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinco centavos) e do recurso disponibilizado para o pagamento de taxa de agente de integração em 2016 foi utilizado R\$ 10.498,27 (dez mil e quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos). As despesas com a execução do Programa de Estágio, no período (jan a dez) chegaram a aproximadamente R\$ 816.066,32 (oitocentos e dezesseis mil, sessenta e seis reais e trinta e dois centavos), correspondente a uma taxa de execução de 95,72% da dotação orçamentária disponibilizada para o período.

4.1.3.2 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS NA ESG

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE

Tabela 92 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da ESG (Posição: 31/12/16)

Unidade Contratante						
Nome: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Manutenção Predial	28871366/0001-55	19/07/12	18/07/17	1º Grau	P
2012	Manutenção Cozinha Industrial	28871366/0001-55	19/07/12	18/07/17	1º Grau	P
2015	Manutenção Conservação e Limpeza	05703030/0001-88	03/08/15	02/08/20	1º Grau	P

Fonte: Seção de Contratos da Escola Superior de Guerra.

ANÁLISE CRÍTICA

No que se refere à contratação de serviços de limpeza e higiene e à locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do Órgão, os contratos estão em vigor e não há qualquer óbice quanto ao cumprimento das obrigações das contratadas. A Escola realiza continuamente o acompanhamento e a fiscalização da qualidade dos serviços realizados. A fiscalização exercida pelos fiscais de contratos da Escola tem sido eficaz e não há relatos de dificuldades, interrupções na prestação dos serviços e impropriedades quanto ao pagamento de verbas trabalhistas.

CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Não há norma interna específica (portaria ou orientação normativa) que regule as regras de contratação de estagiários na ESG. Entretanto a execução da contratação de estagiários é realizada através de um agente de integração (CIEE – Centro de Integração Empresa Escola) que operacionaliza o Programa de Estágio para a Escola Superior de Guerra para estudantes de nível superior, de acordo com as diretrizes do MEC – Ministério da Educação, por meio de contrato.

O quantitativo de estudantes do Programa de Estágio é calculado de acordo com as necessidades da Escola Superior de Guerra, obedecendo aos termos da Portaria MPOG nº 313/07, de 14 de setembro de 2007, alterado pela Portaria MPOG nº 467, de 31 de dezembro de 2007 e a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

As especialidades profissionais elencadas para serem admitidas no estágio são aqueles pertencentes às áreas de atuação relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos administrativos e educacionais

da competência regimental da ESG, e conforme edital são destinados a estudantes dos cursos de Arquivologia, Administração, Biblioteconomia, Direito, Informática, Nutrição e Dentista.

Tabela 93 Composição do Quadro de Estagiários (Posição: 31/12/16)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	10	8	10	10	71.475,46
1.1 Área Fim	0	0	0	0	-
1.2 Área Meio	10	8	10	10	71.475,46
2. Nível Médio	0	0	0	0	0,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
3. Total (1+2)	10	8	10	10	71.475,46

Fonte: Divisão de Pessoal - ESG

ANÁLISE CRÍTICA

Existem hoje 10 (dez) estagiários, sendo 04 (quatro) na Biblioteca, 05 (cinco) no Centro de Estudos Estratégicos e 01 (um) na Seção de Aprovisionamento.

INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A ESG não firmou contrato de prestação de serviços com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2001 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012 durante a vigência dos referidos dispositivos legais. Ressalta-se ainda que, tal informação foi objeto de verificação do Órgão de Controle Interno (Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa – Ciset/MD) durante a Auditoria de Acompanhamento de Gestão realizada na ESG no exercício em referência, e ratificada no item 2.9 do Relatório de Auditoria nº 093/2015/Geaud/Ciset-MD.

4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da SG

O controle dos imóveis sob responsabilidade do Ministério da Defesa é realizado pela Coordenação de Patrimônio e Almoarifado, orgânica da Gerência de Patrimônio, Obras e Serviços do Departamento de Administração Interna/SEORI/SG. Conta com o efetivo de 3 militares e 1 servidor e serve-se do SPIUNET, do SISPNR (programa elaborado pela DEPTI) e planilhas (Acesso a informações gerais sobre PNR: <http://www.defesa.gov.br/proprios-nacionais-residenciais-pnr>).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMÓVEIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MD

Tabela 94 Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ (Posição: 05/05/17)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ
BRASIL	UF 1	EXERCÍCIO 2016
		Distrito Federal - Próprios Nacionais Residenciais
	Distrito Federal - Imóveis de Uso Especial	4
	Distrito Federal - Imóveis de Uso Residencial	6
	Goiás - Fazenda	1
Total Brasil		373

Fonte: Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e controles internos da Coordenação de Patrimônio e Almoarifado do MD

Nota: (1) O MD atualmente possui 362 imóveis residenciais funcionais, dos quais 60 correspondem ao que consta da tabela 4.19 e 302 constantes do anexo 7 (Quadro de Imóveis Residenciais Funcionais II).

Tabela 95 Imóveis Residenciais Funcionais I (Posição: 05/05/17)

UG	RIP	VALOR DO IMÓVEL	DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO (R\$ 1,00)	
			COM REFORMA	COM MANUTENÇÃO
110404	970116451500-5	2.963.492,34	10.283,17	2.115,51
110404	970116453500-6	8.223.117,54	70.191,86	6.086,85
110404	970117255500-2	1.650.000,00	-	-
110404	970117256500-8	1.350.000,00	-	-
110404	970119013500-1	814.807,50	-	-
110404	970119018500-9	2.963.492,34	20.950,94	2.915,22
110404	970119032500-5	31.502.905,48	-	-
110404	944500013500-8	2.037.886,94	-	-
110404	970128591500-4	35.500.000,00	-	-
110404	970128593500-5	35.500.000,00	-	-
110404	970127275500-3	35.500.000,00	-	-
110404	970132846500-5	35.500.000,00	-	-
110404	970100576500-7	11.288.853,19	-	-
110404	970100490500-0	20.000.000,00	-	-
TOTAL GERAL		224.794.555,33	101.425,97	11.117,58

Fonte: Contrato de Manutenção de PNR nº 49-2014/MD

Nota: Embora as projeções estejam cadastradas no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), encontram-se em regularização junto a SPU-DF, para a troca da titularidade junto ao Cartório de Registro de Imóveis, tendo em vista serem de propriedade de Empresas Públicas extintas em 1990.

QUALIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES DOS IMÓVEIS NO SISTEMA DE REGISTRO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO SPIUNET

Quanto à qualidade: as informações contidas no SPIUnet referentes aos imóveis da União sob a responsabilidade do MD encontram organizadas e atualizadas.

Quanto a completude: todos os registros contidos no SPIUnet encontram-se incompletos, tendo em vista a existência de campos que não são preenchidos por orientação da Secretaria de Patrimônio da União, mas não interferem no correto controle.

QUALIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS

A qualidade dos registros contábeis segue ao padrão do registro no SPIUnet, única fonte alimentadora para o SIAFI, assim, após o correto lançamento de imóvel no SPIUnet, o Sistema gera a Nota de Lançamento (NL) no SIAFI, a qual é ratificada posteriormente.

EXISTÊNCIA DE BENS IMÓVEIS QUE ESTEJAM FORA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM DECORRÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE ALGUM IMPEDIMENTO PARA A REGULARIZAÇÃO

Existem imóveis pendentes de regularização, mas que já possuem os devidos registro nos Sistemas SPIUnet e SIAFI.

EXISTÊNCIA DE OCUPAÇÃO IRREGULAR DE IMÓVEIS FUNCIONAIS E SUA REPRESENTATIVIDADE FRENTE AO TODO

Existem, atualmente, 12 apartamentos com ações na Justiça, seja por perda do direto ou uso pelo permissionário, seja por pretensão pela aquisição do imóvel. Todos já possuem processos abertos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aguardando decisões judiciais.

NORMAS E REGULAMENTOS AFETOS À GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Decreto nº 980/SPU, de 11 de novembro de 1993 e Portaria Normativa nº 993/MD, de 30 de abril de 2015.

CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Tabela 96 Cessão de espaços físicos e imóveis I

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 001-DIPOS-COLIC/2014 - POUPEX			
CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17410.500-4
		Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco O
	Identificação do Cessionário	CNPJ	00.643.742/0001-35
		Nome ou Razão Social	FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE
		Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
	Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
		Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
		Prazo da Cessão	60 meses
		Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 169m ²
		Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 83.334,57
		Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aplicação na manutenção de PNR do MD
		Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Através de emissão de empenho
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Serão calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.	

ANÁLISE CRÍTICA

O Contrato nº 001/2014-MD foi celebrado, em 28 de fevereiro de 2014, com validade de 60 meses, trata-se de uma Concessão de Direito Real de uso para instalação de um posto de atendimento para financiamento, empréstimo, empreendimentos habitacionais, consórcio e atividades correlatas, voltadas à assistência de Militares e Civis, no Edifício Anexo do Bloco “O” do Ministério da Defesa em Brasília-DF, que proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares na utilização desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outras áreas, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

Tabela 97 Cessão de espaços físicos e imóveis II

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 006-DIPOS-COLIC/2014 - BB			
CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17410.500-4
		Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco O
	Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
		Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A
		Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
	Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
		Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
		Prazo da Cessão	60 meses
		Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 265m ²
		Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 184.978,20
		Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aplicação na manutenção de PNR do MD
		Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Depositado ao Fundo do MD, Por meio de GRU.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Serão calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.	

ANÁLISE CRÍTICA

O Contrato nº 006/2014-MD foi celebrado, em 28 de fevereiro de 2014, com validade de 60 meses, trata-se de Termo de concessão de Direito Real de uso para instalação de um posto de atendimento bancário voltadas à assistência de Militares e Civis, no Edifício Anexo do Bloco “O” do Ministério da Defesa em Brasília-DF, que proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares na utilização desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outras áreas, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

Tabela 98 Cessão de espaços físicos e imóveis III

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 001-COLIC/2015 - BARBEARIA				
CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.19032.500-5	
		Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco Q	
	Identificação do Cessionário	CNPJ	12.429.748/0001-93	
		Nome ou Razão Social	JORGE TOMÉ PINTO	
		Atividade ou Ramo de Atuação	Barbearia	
	Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo de Licitação	
		Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de serviços de Barbearia e congêneres	
		Prazo da Cessão	12 meses	
		Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 13,95m ²	
		Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.034,28	
		Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Depositado ao Fundo do MD, Por meio de GRU.	
		Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	O recurso é gerenciado pela GEOFI	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O Cessionário pagará pelo uso da área.		

ANÁLISE CRÍTICA

O Termo de CESSÃO DE USO Nº 001/2015, celebrado entre o Ministério da Defesa e a empresa JORGE TOMÉ PINTO, tem como objeto cessão de uso de espaço público para exploração de serviço de barbearia e congêneres. O funcionamento de uma barbearia nas instalações deste Ministério proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares que desejarem utilizar este serviço, tendo como resultado a satisfação do público usuário do MD. Os valores pagos em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

O parâmetro utilizado para composição do valor estimado a ser pago mensalmente pelo uso da área cedida para exploração de serviços de barbearia e congêneres, considerou-se as despesas realizadas com serviço de conservação e limpeza, manutenção de elevadores, serviço de manutenção de refrigeração, serviço de recepcionista, fornecimento de água mineral, serviço de dedetização, despesa mensal com água, serviço de manutenção predial, despesa mensal com energia elétrica, valores estes somados e divididos pela metragem (m²) total do prédio do Bloco-Q e multiplicado pela área efetivamente ocupada.

Tabela 99 Cessão de espaços físicos e imóveis IV

CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 007-2014 – MD		
	VIGÊNCIA 15/12/2014 A 14/12/2019		
	Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.19032.500-5
		Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco Q
	Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360305/0001-04
		Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
		Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
	Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
		Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
		Prazo da Cessão	60 meses
Caracterização do Espaço Cedido		Sala – 123m ²	
Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente		R\$ 74.638,20	
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios		Aplicação na manutenção de PNR do MD	
Forma de Utilização dos Recursos Recebidos		Depositado ao Fundo do MD, Por meio de GRU.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Serão calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.		

ANÁLISE CRÍTICA

O Contrato de concessão de direito real de uso, termo nº007-GEPOS-COLIC/2014, foi celebrado, em 15 de dezembro de 2014, com validade de 60 meses, trata-se de uma Concessão de Direito Real de uso de área pública, para exploração comercial de Posto Bancário, medindo 123m², no Edifício Central do Ministério da Defesa, Bloco “Q, em Brasília-DF, que proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares na utilização desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outras áreas, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos mensalmente no ano de 2015, em decorrência do uso do espaço público, são repassados ao Fundo deste Ministério por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

Tabela 100 Cessão de espaços físicos e imóveis V

CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 008-2014 – MD		
	VIGÊNCIA RENOVÁVEIS A CADA 12 MESES		
	Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.19032.500-5
		Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco Q
	Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000000/0001-91
		Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL SA
		Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
	Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
		Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
		Prazo da Cessão	60 meses
Caracterização do Espaço Cedido		Sala – 16,04m ²	
Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente		R\$ 11.921,16	
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios		Aplicação na manutenção de PNR do MD	
Forma de Utilização dos Recursos Recebidos		Depositado ao Fundo do MD, Por meio de GRU.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Serão calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.		

ANÁLISE CRÍTICA

O Contrato de concessão de direito real de uso nº 008-2014 – MD termo nº008-GEPOS-COLIC/2014, foi celebrado, em 10 de dezembro de 2014, com vigência até dezembro de 2015, renováveis a cada 12 meses até dezembro de 2019. Trata-se de uma Concessão de Direito Real de uso de área pública, para exploração comercial de Posto Bancário, medindo 16,04m², no Edifício Central do Ministério da Defesa, Bloco “Q, em Brasília-DF, que proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares na utilização desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outras áreas, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos mensalmente, no ano de 2015, em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS À GESTÃO DOS IMÓVEIS

Os imóveis da União administrados pelo Ministério da Defesa, assim como os demais imóveis da União, estão sujeitos aos seguintes riscos:

- Turbação: Todo fato injusto, ou todo ato abusivo, que venha ferir direitos alheios, impedindo ou procurando impedir o seu livre exercício";
- Esublho: É o ato pelo qual uma pessoa perde a posse de um bem que tem consigo (sendo proprietário ou possuidor) por ato de terceiro que a toma forçadamente; e
- Invasões: É a ação ou efeito de invadir. É interrupção, forçosamente, entrar ou ocupar um lugar de forma desigual. Para mitigar estes riscos, o MD, com o respaldo judicial e nas suas normas internas, bem como nos instrumentos de controle atua para evitar as situações acima descritas.

CONTROLES PARA MITIGAÇÃO

Os instrumentos de controle utilizados são:

- uso do SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União);
- uso do SISPNR (Sistema de Próprio Nacional Residencial);
- uso de visitas semestrais (inspeções in loco para verificações dos imóveis, com confecção de relatórios);
- contato periódicos com síndicos e presidentes de associações; e
- atuação conforme a Portaria Normativa nº 993/MD, de 30 de abril de 2015.

4.2.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União na ESG

Os conteúdos omitidos neste capítulo não foram apresentados por tratarem de situações não ocorridas no exercício, ou por não se aplicarem à realidade da ESG, conforme relacionado abaixo:

- Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ: a ESG não possui imóveis funcionais; e
- Bens Imóveis Locados de Terceiros: a ESG não possui bens imóveis locados de terceiros.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

A tabela a seguir, denominada Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2016 e 2015, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Tabela 101 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (ESG) (Posição: 31/12/16)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	UF: RJ	6	6
	Município: Rio de Janeiro	6	6
Subtotal Brasil		6	6
EXTERIOR	PAÍS: -	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	6

Fonte: ESG

DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DOS IMÓVEIS DA UNIÃO

A tabela a seguir está organizada de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão.

Tabela 102 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da ESG, exceto Imóvel Funcional (Posição: 31/12/16)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
110402	RJ-01-03-08	-	3 - Bom	15.311.734,00	31/12/12	7.153.010,00	0	298.842,82
Total							0	298.842,82

Fonte: CCFEx/ Prefeitura Militar do Rio de Janeiro – PMRJ/ESG.

PATRIMÔNIO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE USO DA ENTIDADE

O patrimônio imóvel sob a responsabilidade da ESG está situado no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O campus da ESG em Brasília está nas instalações do Ministério da Defesa, no Distrito Federal.

No Rio de Janeiro, a ESG não é a detentora direta da propriedade do patrimônio imóvel utilizado para o cumprimento de sua missão. A utilização do patrimônio sob sua responsabilidade está autorizada por meio do Termo de Cessão de Uso, tendo como cedente o Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx) e como cessionária a ESG, com vigência de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2019.

INFORMAÇÕES SOBRE A INFRAESTRUTURA FÍSICA

A estrutura de controle do patrimônio colocado à disposição da Escola Superior de Guerra é constituída pela Seção de Patrimônio e pela Divisão de Serviços por intermédio da Seção de Serviços Gerais. A gestão do patrimônio existente na UJ é realizada pelo Departamento de Administração da ESG.

O valor histórico foi registrado, conforme a informação do cedente e refere-se a todo o complexo de imóveis da CCFEx, que inclui os cedidos à ESG. O código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU foi observado, no entanto, não é o caso de classificação de código do regime de utilização do imóvel formalizado com a União, pois o imóvel cedido à ESG é do CCFEx.

Destaca-se que não existem bens imóveis que estejam fora do patrimônio da união em decorrência da existência de algum impedimento para regularização e em 2016, foram realizadas despesas com a manutenção das instalações da Escola.

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.3.1 Gestão da Tecnologia da Informação na SG

4.3.1.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES NA SG

A relação de principais sistemas de informação da UPC encontra-se detalhada no Anexo 8 - Relação dos Principais Sistemas de Informação em 2016.

4.3.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DO COMITÊ GESTOR DE TI

As atividades do Comitê Gestor de TI em 2016, encontram-se detalhadas no Anexo 9 – Relação de Atividades do Comitê Gestor de TI.

4.3.1.3 DESCRIÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI

A relação dos treinamentos realizados encontra-se detalhada no Anexo 10 – Capacitação dos Integrantes do DEPTI em 2016.

4.3.1.4 FORÇA DE TRABALHO DE TI

A relação dos quantitativos que compõem a força de trabalho do DEPTI encontra-se detalhada no Anexo 11 – Relação de Quantitativos do DEPTI em 2016.

4.3.1.5 PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS TI IMPLEMENTADOS

De acordo com o planejamento previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) em vigor, o Departamento responsável, após a reformulação de seu quadro técnico, prevê a adoção e a implantação de metodologias e de boas práticas para o gerenciamento de serviços de TI empregadas por outros órgãos da Administração Pública e por empresas privadas em geral. Atualmente, as demandas por serviços são atendidas com

o emprego da ferramenta CITSMART, para o registro das chamadas, sendo os relatórios de resultados armazenados mensalmente.

4.3.1.6 PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO

A descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o planejamento estratégico e o planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão, encontra-se detalhada no Anexo 12 – Relação de projetos de TI desenvolvidos em 2016.

4.3.1.7 MEDIDAS ADOTADAS PARA MITIGAR EVENTUAL DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS

As medidas tomadas estão relacionadas à forma de aquisição das soluções, assim como a sua respectiva gestão:

1. Garantir, por intermédio da Gerência de Governança, que o Art. 12, Inciso VII da IN nº 04/2014 seja sempre observado para a definição de uma estratégia de continuidade contratual, observando-se regras para:
 - 1.1. Transição Contratual;
 - 1.2. Transferência de Conhecimento;
 - 1.3. Estratégia de Continuidade Contratual;
 - 1.4. Estratégia de Independência.
2. Garantir, por ocasião das contratações de serviços, que seja incluída, nos editais, a exigência dos seguintes itens:
 - 2.1. Entrega da Documentação completa dos serviços;
 - 2.2. Entrega de códigos fontes, se aplicável;
 - 2.3. Documentação entregue atualizada e em língua portuguesa, preferencialmente;
 - 2.4. Observar a aplicação de direitos autorais e de propriedade intelectual;
 - 2.5. Fornecimento de repasse de conhecimentos para a equipe interna da TI, de modo a capacitar funcionários e reduzir a dependência.
3. Garantir que os bens e serviços adquiridos, sempre que possível, sejam baseados em padrões de mercado, de modo a existirem diversos fornecedores;
4. Garantir, sempre que possível, que em escolhas tecnológicas, haja a compatibilidade com tecnologias já existentes;
5. Munir-se de contratos e assessorias especializadas, para a correta escolha de tecnologias da informação e comunicações;
6. Investir em capacitação da equipe interna de TI, quer seja por intermédio de treinamentos presenciais, à distância, participação em conferências ou em simpósios técnicos;
7. Garantir o registro detalhado e formal de todas as tratativas entre a Contratante e a Contratada;
8. Garantir o acompanhamento e a validação de técnicos responsáveis por todas as atividades da Contratada referentes à instalação, configuração, implantação ou manutenção.

4.3.1.8 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, NA SG

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) da Administração Central do Ministério da Defesa tem por objetivo geral definir as ações operacionais para o emprego efetivo dos meios e dos serviços ofertados pelo seu Departamento de Tecnologia da Informação (DEPTI).

O PDTIC constitui-se em uma ferramenta de referência para a governança, a gestão e o monitoramento das demandas e aquisições de TIC, sendo, portanto, fundamental o seu alinhamento estratégico com os planejamentos da área do Governo Federal e, também, com aqueles internos, no âmbito do Ministério da Defesa.

A sua elaboração tomou como referência inicial o Plano Diretor anterior, cuja validade se encerrou ao final de 2015. Para tanto, foi feita uma revisão do PDTIC 2012/2015 que contou com a participação das áreas de negócio do Ministério da Defesa. Como resultados daquela revisão foram obtidas as ações não realizadas ou aquelas realizadas em parte, mas que ainda continuam demandando recursos do DEPTI, sendo, portanto, novamente inseridas no escopo do planejamento atual. As novas demandas foram levantadas e ratificadas pelas áreas administrativas do Ministério da Defesa, gerando ações consolidadas em projetos também incorporados a este Plano.

Esta ferramenta apoia o DEPTI na coordenação e no controle do atendimento às necessidades de tecnologia da informação do Ministério da Defesa no período de 2016 e 2019, sendo previstas atualizações e revisões periódicas,

considerando-se mudanças nas áreas de negócio, em suas necessidades e expectativas e em seus objetivos, todas em conformidade com as normas internas e externas em vigor.

Sua elaboração foi autorizada pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTINC) e abrange toda a estrutura organizacional do Ministério da Defesa, com as seguintes exceções:

- 1) Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica;
- 2) Hospital das Forças Armadas;
- 3) Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).

Na busca por uma Administração Pública que prime pela melhor gestão dos recursos e maior qualidade na prestação de serviços aos cidadãos, torna-se essencial a realização de um bom planejamento de TI que viabilize e potencialize a melhoria contínua da performance organizacional. Para alcançar esse resultado, é necessário que haja um alinhamento entre as estratégias e ações da TI e as estratégias organizacionais. Dessa maneira, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é o instrumento que permite nortear e acompanhar a atuação da área de TI, definindo estratégias e o plano de ação para implantá-las.

Por ser o Plano Diretor uma das ferramentas de controle para a Governança, buscou-se o alinhamento estratégico aos planos do governo federal e do Ministério da Defesa, particularmente o Plano Plurianual (PPA), a Estratégia de Governança Digital (EGD) e o Plano Estratégico da Secretaria Geral do Ministério da Defesa. Entretanto, por ter sido o Plano Estratégico da Secretaria Gera referente ao período de 2017 a 2019, publicado em outubro de 2016, o PDTIC alinhou-se ao mesmo somente após a sua 1ª revisão, a qual foi aprovada pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações em abril de 2017.

4.3.2 Gestão da Tecnologia da Informação na ESG

4.3.2.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES NA ESG

A ESG não tem contrato firmado com terceiros na área de desenvolvimento de sistemas de Tecnologia da Informação. A unidade tem buscado fazer uso de sistemas gratuitos e empregar sua equipe de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos da UJ, porém, há grande carência de recursos humanos qualificados para a realização desta atividade.

Visando mitigar riscos que afetem a continuidade e disponibilidade dos sistemas, o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) iniciou um trabalho de virtualização dos sistemas hospedados localmente em complemento à rotina de backup adotada até então.

A seguir estão identificados os sistemas de informação utilizados e suas funções, a necessidade de desenvolvimento de novos sistemas, além da relação de contratos que vigeram no exercício de 2016, com os demais dados pertinentes, conforme o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Escola.

Tabela 103 Principais sistemas computacionais em uso na ESG (Posição 31/12/16)

SISTEMA/DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	GESTOR	PLATAFORMA
Sistema MicroISIS	É um sistema genérico de armazenamento e recuperação de informação para automação de Bibliotecas.	Centro de Conhecimento Científico e Cultural (C4)	Cliente-Servidor
Sistema de Controle de Acesso – INNER	Tem por finalidade controlar o acesso às instalações físicas da DTIC da ESG, a partir de um dispositivo programado.	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)	Cliente-Servidor
Sistema PERGAMUM	Tem por finalidade automatizar os procedimentos inerentes a uma biblioteca.	Centro de Conhecimento Científico e Cultural (C4)	Cliente-Servidor
Sistema de Informações Consolidadas (SInCo)	Sistema que consolida as informações de pessoal da ESG em um único banco de dados (BD)	DP e Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)	Web
Sistema Integrado de Administração de Serviços–SIADS	Gestão de bens patrimoniais.	Gestão Pública	Web – Rede Serpro
ARGOS	Sistema de criptografia para assinatura digital de documentos	Comando da Marinha	Cliente-servidor
MBNET	Sistema de criptografia para trafegar mensagens e documentos entre Unidades da Marinha	Comando da Marinha	Cliente-servidor
Sistema de Pagamento de Pessoal - SIPPES	Sistema para implantar alterações na folha de pagamentos do pessoal do Exército	Comando do Exército	Ebnet
Sistema de Gestão da Aprendizagem MOODLE (<i>Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment</i>)	Prover plataformas de ensino-aprendizagem para apoiar as atividades acadêmicas à distância e presenciais	Divisão de Educação à Distância (NEAD)	Web
SIGDEM	Sistema de Gestão de Documentos	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)	Web

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – ESG

NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SISTEMAS:

Tabela 104 Necessidade de desenvolvimento de novos sistemas na ESG-Posição: 31/12/16)

NECESSIDADE	SITUAÇÃO
Biblioteca virtual. Objetivo: ampliar o ambiente de estudo e pesquisa apoiados por recursos de alta tecnologia	Aguardando pessoal qualificado para a realização da tarefa.
Sistema orgânico para gestão integrada acadêmica, de pessoal e administrativa. Objetivo: aumentar a confiabilidade e a funcionalidade das atividades de planejamento, execução e controle administrativos com uso mais intensivo dos serviços de TIC	Aguardando pessoal qualificado para a realização da tarefa.
Sistema de apoio à apresentação em auditório, com lousas inteligentes	Aguardando pessoal qualificado para a realização da tarefa.
Sistemas de simulação e Jogos Estratégicos	Aguardando pessoal qualificado para a realização da tarefa.

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - ESG

CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM 2016

Tabela 105 Contratos na Área de Tecnologia da Informação e Comunicação da ESG em 2016-(Posição: 31/12/2016)

Nº do contrato	Objeto	Vigência		Fornecedores		Custo do Contrato (R\$)	Valores Desembolsados 2016 (R\$)
		Início	Fim	CNPJ	Denominação		
07/2012	Prestação de serviço telefônico (vip phone) DDD	01/06/16	31/05/17	40.432.544/0001-47	Embratel	79.100,67	7.766,11
06/2012	Prestação de serviço telefônico (vip line) DDR	01/06/16	31/05/17	33.000118/0001-79	Telemar	355.254,30	71.846,66
06/2013	Prestação de serviço de telefonia DDI	01/07/16	30/06/17	40.432.544/0001-47	Embratel	6.009,70	156,84
12/2015	Compartilhamento de infraestrutura – Locação de postes para passagem de fibra ótica de interligação da ESG com o provedor Internet (RNP)	26/07/15	25/07/16	60.444.437/0001-46	Light	13.028,12	13.082,12
20/2016	Prestação de serviço de telefonia móvel	01/10/16	30/09/17	40.432.544/0001-47	Embratel	65.285,04	7.368,39
21/2016	Prestação de serviço internet móvel banda larga	01/10/16	30/09/17	02.558.157/0001-62	Telefônica Brasil	1.848,00	462,00

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - ESG

4.3.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, NA ESG

Com a conclusão da revisão do Plano Estratégico da ESG (PLANESG) 2016/2019, o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e Comunicação, criado por meio da Portaria nº 125/2014 (Anexo D), efetuou a revisão do Plano Estratégico de TIC (PETIC) 2016/2019, utilizando o PLANESG como balizador das necessidades de TIC da organização.

Desta forma, o PETIC, alinhado ao PLANESG, tem por finalidade garantir uma governança de TIC, direcionando melhor os investimentos nesta área de atividade, cujo detalhamento encontra lugar no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), que contém as orientações e as táticas a serem adotadas, não somente em termos do suporte à organização, mas no desempenho de seu papel estratégico para o cumprimento da missão organizacional.

O PDTIC 2015/2016 está em fase final de revisão de adequação ao PETIC2016/2019. Os princípios que orientam o PETIC da ESG correspondem àqueles considerados no PDTIC do Ministério da Defesa, uma vez que até o presente o MD ainda não publicou novo documento que separe o conteúdo do PETIC e PDTIC. Assim, com o propósito de alinhar o pensamento da Escola ao do MD, apoiado pela literatura referente à Gestão do Conhecimento, foram destacados os seguintes princípios: Eficiência. – Qualidade - Racionalidade. – Economicidade - Colaboração.

Relaciona-se, a seguir, o alinhamento dos objetivos estratégicos organizacionais da ESG com os objetivos estratégicos de TIC (OTIC) da ESG:

Tabela 106 Alinhamento dos objetivos estratégicos organizacionais com os objetivos estratégicos de TI da ESG (Posição: 31/12/16)

OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS	OBJETIVOS DE TIC (OTIC)
OE.01 - Implantar Campus Brasília	Participar das etapas do projeto de implantação do Campus Brasília inerentes à TIC, integrado ao campus Rio.
OE.02 - Reestruturação do Campus Rio de Janeiro	Ampliar e aperfeiçoar a disponibilidade e o emprego dos recursos de TIC para o suporte das atividades de meio e fim desenvolvidas no campus Rio.
OE.03 - Aprimorar a Capacidade Acadêmica	Prover plataformas de ensino-aprendizagem para apoiar as atividades acadêmicas presenciais e à distância.
	Prover meios para a implantação da gestão do conhecimento.
	Ampliar o ambiente de estudo e pesquisa apoiados por recursos de alta tecnologia.
OE.04 - Aprimorar a Gestão de Recursos Orçamentários	Otimizar os recursos orçamentários, mediante a ampla utilização da TIC.
	Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários de TIC, alinhados ao plano estratégico.
OE.05 - Modernizar a Gestão de Recursos Humanos	Aumentar o contingente de pessoal especializado em TIC.
	Prover atualização da qualificação técnica do pessoal especializado em TIC.
OE.06 - Aperfeiçoar a Capacidade Administrativa	Proporcionar à ESG maior sustentabilidade, mediante a utilização da TIC.
	Aumentar a confiabilidade e a funcionalidade das atividades de planejamento, execução e controle administrativos com uso mais intensivo dos serviços de TIC.
OE.07 - Fortalecer as Relações Institucionais	Utilizar as possibilidades da Internet e das novas mídias para divulgar a Escola e acentuar a relação com o meio acadêmico e outras instituições congêneres, nacionais e internacionais.
OE.08 - Otimizar a Divulgação Acadêmica	Prover ferramentas de TIC para divulgação e disseminação da produção acadêmica, visando aos públicos interno e externo.
OE.09 - Assegurar adequado suporte logístico às necessidades da ESG	Prover ferramentas de TIC para o apoio ao suporte logístico das necessidades da ESG.
OE.10 - Modernizar os recursos de TIC	Aumentar a confiabilidade, disponibilidade e a funcionalidade dos recursos materiais e de sistemas relativos às atividades de TIC
OE.11 - Desenvolver a cultura de inovação	Prover ferramentas de TIC para acompanhar a inovação cultural da ESG.
OE.12 - Fortalecer as relações internacionais na área de Defesa	Prover ferramentas de TIC para apoio ao fortalecimento das relações internacionais da ESG na área de Defesa.
OE.14 - Modernizar os métodos e as técnicas de ensino-aprendizado	Prover ferramentas de TIC para o apoio às técnicas de ensino-aprendizado.

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - ESG

4.3.2.3 RECURSOS HUMANOS

O CTIC tem uma demanda de trabalho diário que absorve por completo os esforços de todo o seu efetivo, conforme análise dos quadros 10 e 11.

Assim, todo novo projeto ou ação executiva permanece em espera, o que agrava a demanda reprimida de soluções de TIC, dada a insuficiência numérica de seus quadros para planejar e executar. Atualmente, o CTIC trabalha com o “urgente” deixando o que é “importante” para depois, por falta de disponibilidade de RH.

O ano de 2016 iniciou com o efetivo do CTIC reduzido, ocorrendo recompletamento parcial, não sendo possível alcançar o nível desejável quantitativa e qualitativamente, gerando grandes dificuldades para o cumprimento das tarefas diárias (rotina).

Tabela 107 Efetivo do CTIC/ESG (Posição: em 31/12/16)

2016		
SEÇÃO	MILITAR	FORÇA
Chefia	CMG Claudia	MB
Secretaria	SO RM 1 Carledes	MB
Sistemas	1º Ten Lúcio	EB
	SD Teófilo	EB
Redes	2º Ten Noventa	EB
	3S Denise	FAB
	SD Phillipe	EB
Suporte	SO RR Trindade	FAB
	SD V. Batista	EB
	SD Melo	FAB
	MN Davison	MB
	SD Adriano	EB
Telefonia	SO André	MB
	SD De França	FAB

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - ESG

4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras na SG

O Ministério da Defesa adota nas suas aquisições a prioridade para produtos reciclados e recicláveis para bens e serviços que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. Certifica-se que na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras cujo objeto exija a aplicação de critérios de sustentabilidade são aplicadas as seguintes normas:

- O art. 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 01/2010 e 01/2014;
- O Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Em conformidade com a determinação da Advocacia Geral da União (AGU) são incluídas as obrigações constantes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo - AGU - 3ª edição - março/2013; e
- as obrigações constantes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo - Advocacia Geral da União - 3ª edição - MARÇO/2013.

Não obstante fazer constar em todos os seus certames licitatórios a obrigatoriedade de as empresas vencedoras cumprirem rigorosamente as imposições legais no que diz respeito à sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, ainda não foi instituída Comissão específica no âmbito do Ministério da Defesa para fiscalizar o cumprimento de tais imposições. Por outro prisma, ações práticas têm sido tomadas visando mitigar possíveis impactos ambientais, tais como: coleta seletiva de resíduos sólidos; exigência à empresa de prestação de serviço de manutenção de elevadores para a configuração e Instalação do sistema de “Elevadores Inteligentes”, com o acionamento de chamada comandando o deslocamento do elevador mais próximo a fim de reduzir o consumo de energia elétrica; adoção de sensores eletrônicos ou dispositivo de fecho automático em pias e mictórios, objetivando reduzir o desperdício de água; adoção do uso de produtos de baixo consumo, tais como:

descargas com boias (em substituição às valvuladas), lâmpadas LED, e substituição dos aparelhos de ar condicionado por tecnologias de maior economia (tecnologia INVERTER); adoção do uso de copos permanentes para uso diário (uso racional de copos descartáveis).

É importante ressaltar que as ações acima elencadas têm demonstrado resultados positivos no que tange à sustentabilidade ambiental no âmbito do Ministério, porquanto, estimulando-se o descarte racional dos diversos materiais sólidos e reduzindo-se o desperdício de energia elétrica e água, contribui-se para o desenvolvimento de uma cultura organizacional que privilegia a sustentabilidade.

Os resultados alcançados por intermédio dessas ações podem ser constatados nos gráficos a seguir, que se referem ao consumo de água e energia elétrica comparados os períodos de janeiro a março de 2016 e 2017:

Figura 37 Consumo de água em m³ no MD

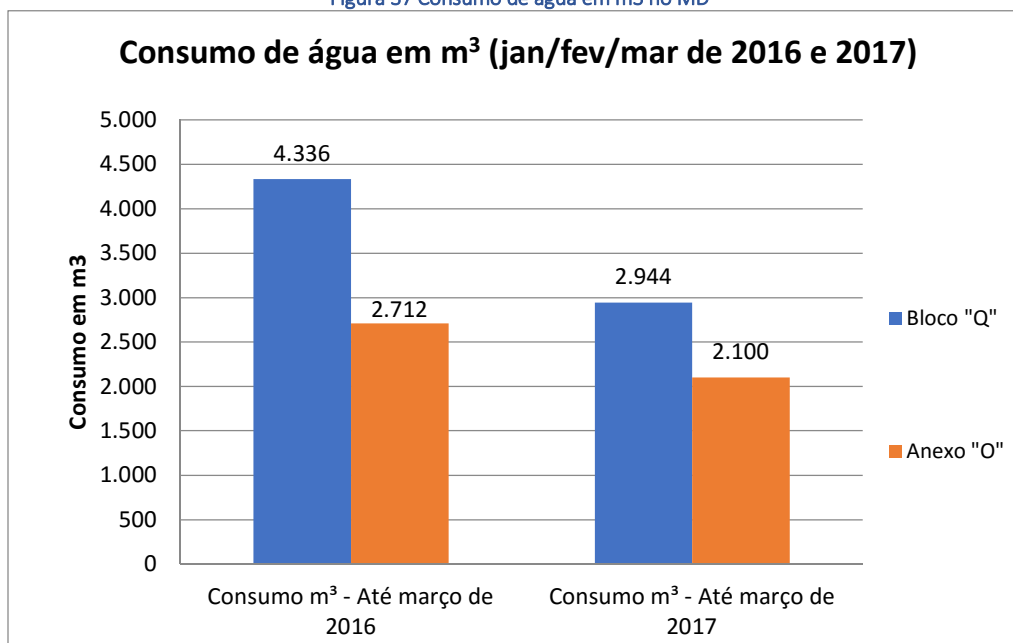
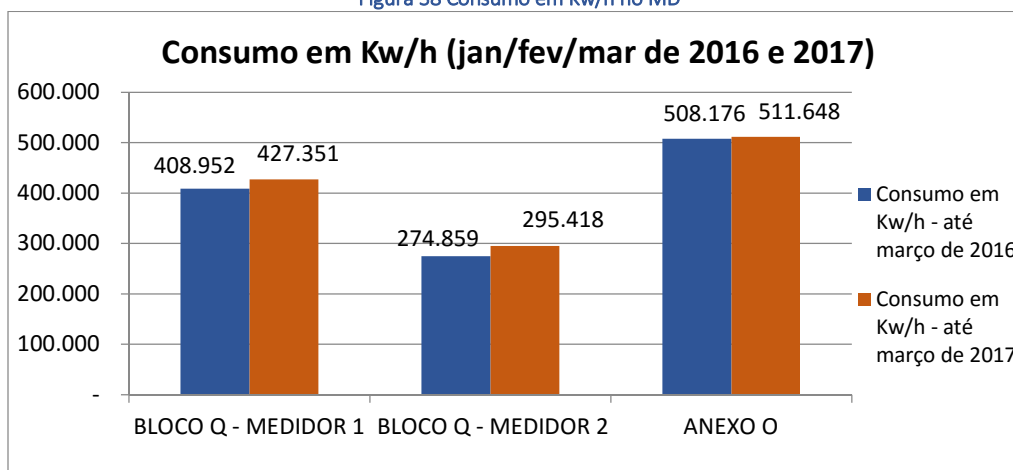


Figura 38 Consumo em Kw/h no MD



4.4.2 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras na ESG

4.4.2.1 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

A Escola Superior de Guerra não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), programa do Ministério do Meio Ambiente, cuja adesão é voluntária. No entanto, em atendimento à legislação vigente sobre sustentabilidade, a ESG criou comissões estabelecidas na Portaria nº 37/GAB/ESG, de 31 de março de 2014, que prevê atividades relacionadas ao plano de gestão de logística sustentável.

Os procedimentos previstos no art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012 foram parcialmente atendidos, em função de comissões previstas que já foram efetivadas, como por exemplo, a prevista no art. 11, itens 2 e 5, referentes a Energia Elétrica e ao Projeto Esplanada Sustentável.

Por meio da Portaria nº 102/DP/ESG de 14 de junho de 2016 foi criada a comissão do Projeto Esplanada Sustentável (CPES) com o objetivo de desenvolver ações voltadas à melhoria do gasto público pela eliminação do desperdício e melhoria contínua da gestão dos processos, ao incentivo à implementação de eficiência energética nas edificações, ao estímulo para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos, à garantia da gestão integrada de resíduos pós consumo e à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

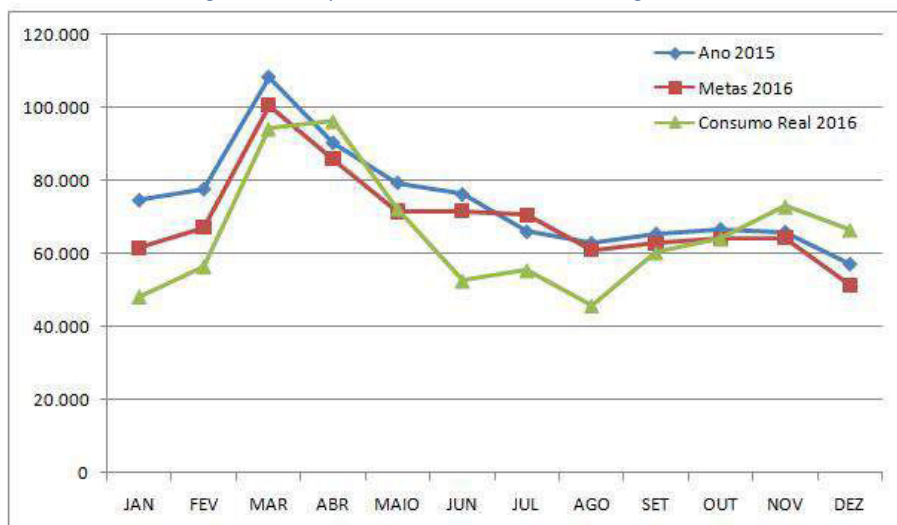
A ESG por meio da Comissão Interna de Conservação de Energia Elétrica e Água (CICEA) desenvolveu, em 2016, o Programa: “ESG SUSTENTÁVEL”, com o objetivo de adotar medidas educativas e estruturais no uso racional dos recursos hídricos e da energia elétrica. Os resultados são publicados na página da *intranet* da Escola. Os Objetivos propostos para o ano de 2016 foram:

- criar no público interno da ESG a mentalidade do consumo racional de energia;
- disponibilizar informações para tomada de decisão do comando da ESG;
- atingir as metas de redução proposta de CICEA/ 2015 para o ano de 2016; e
- Implementar ações progressivas de conscientização e controle de energia elétrica.

A CICEA/2016 conseguiu uma redução, em KW, de 11,78% do consumo de energia elétrica em relação ao ano de 2015. Contudo, essa meta só foi possível graças ao envolvimento do público interno no Projeto “ESG SUSTENTÁVEL”. A implementação do código de cores das páginas para divulgação dos relatórios mensais foi satisfatória e muito bem aceita pelos integrantes da ESG.

Em relação ao valor total pago em 2016 houve um acréscimo de 0,64%, em relação ao ano de 2015, tendo ocorrido por conta do aumento médio nas tarifas de energia elétrica, na ordem de 16,78%, a contar de 7 de novembro de 2015. Percebeu-se uma diminuição de 104.919KW no consumo, em relação ao ano anterior, apesar do aumento total na conta ocasionado pelo reajuste estabelecido pela ANEEL. Este fato é um impacto positivo da ação colaborativa do público interno que praticou um consumo racional de energia elétrica.

Figura 39 Acompanhamento do Consumo de Energia da ESG



O patamar do consumo de água na ESG se manteve constante no ano de 2016 em relação a 2015.

Tabela 108 Aspectos da Gestão Ambiental inerentes a CICEA

Aspectos sobre a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa do Projeto Esplanada Sustentável (Port N° 390, de 13 de fevereiro de 2013-MD e Port N° 37-ESG, de 31 de março de 2014)	X	
2	A Unidade possui um Plano de redução do consumo de energia elétrica e recursos hídricos	X	
3	A Unidade possui uma equipe de gestão no uso da energia elétrica e água	X	
4	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no plano são publicados mensalmente no sítio da unidade na <i>Intranet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores?	X	
Considerações Gerais			
A ESG, dentre outras ações realizadas, destacam-se a aprovação do Plano Básico de Gestão Ambiental (Portaria nº 114/2012) e a constituição do Comitê de Acompanhamento das Atividades do Projeto Esplanada Sustentável (Portaria 37/2014), os quais estão alinhados com os atos normativos supracitados, porém continuam sendo aprimorados, a fim de atender, em sua plenitude, à legislação vigente.			

A ESG realiza a separação dos resíduos em determinados setores, sendo utilizados contêineres coloridos, conforme a natureza do resíduo, os quais são recolhidos pelas empresas contratadas. Após tal fase, esta Escola não tem o controle se ocorre alguma destinação a associações cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006. No que tange às contratações, a ESG observa os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012, constando nos editais e termos de referência no item atinente à "sustentabilidade".

4.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

4.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da SG

4.5.1.1 IDENTIFICAÇÃO, NATUREZA, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

O Fundo do Ministério da Defesa – FMD, de natureza contábil, instituído pela Lei nº 7.448, de 20 de dezembro de 1985, com a denominação de Fundo do Estado-Maior da Forças Armadas (Fundo do EMFA), nomenclatura alterada pelo artigo 17-A da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, destina-se a complementar os recursos orçamentários e financeiros da administração central do Ministério da Defesa, com o objetivo de proporcionar meios para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de interesse militar. O Fundo do EMFA foi regulamentado pelo Decreto nº 92222, de 27 de dezembro de 1985, pela Portaria nº 564/MD, de 12 de abril de 2014.

4.5.1.2 OBJETIVOS E DESEMPENHO DO FUNDO

O FMD tem como objetivo prover a administração central do Ministério da Defesa e os Comandos Militares dos meios administrativos complementares para implementação de seus programas enquadrados nas suas atividades meios. Nos dados apurados no acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Fundo do Ministério da Defesa – FMD, posição em 31 de dezembro de 2016, realizados tendo como base consultas em Balancete extraído no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e em planilhas obtidas no Tesouro Gerencial, conclui-se que o Fundo do MD atingiu totalmente os objetivos programados para o exercício financeiro.

4.5.1.3 INFORMAÇÕES OU RELATÓRIOS CONTÁBEIS, FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DEMONSTRANDO A ORIGEM DOS INGRESSOS DOS RECURSOS, SUA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO E SALDOS ACUMULADOS

O planejamento operacional PAO, elaborado pela administração do FMD, tem como base os subsídios fornecidos pela Gerência de Patrimônio, Obras e Serviços (GEPOS), UG-110528 e pelo Fundo de Rações Operacionais (FRO-MD), subordinado à SUBILOG, UGR-110530, nos quais são solicitados os recursos a serem descentralizados para o DEADI, UG-110404, bem como para os Comandos Militares. A receita do FMD se constitui de recursos próprios gerados pela arrecadação das taxas recolhidas dos permissionários dos PNR, do aluguel de instalações cedidas mediante contrato de permissão de uso de área pública sob a administração central do Ministério da Defesa e dos rendimentos das aplicações financeiras mantidas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Os recursos do Fundo de Rações Operacionais FRO_MD constituem-se tão somente dos rendimentos da aplicação financeira nº 104-0875-006-00900.008-6, da Caixa Econômica Federal, Agência Ministério da Defesa.

4.5.1.4 RELACIONAMENTO DOS RECURSOS DO FUNDO COM A ATUAÇÃO DA UNIDADE NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES

Tabela 109 Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

CÓDIGO SIAFI	UNIDADES GESTORAS
O FUNDO DO MD CONCEDEU CRÉDITO PARA AS UNIDADES:	
110404	Departamento de Administração Interna - DEADI
160509	Secretaria de Economia e Finanças – SEF Gestor
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica/SEFA
772001	Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha - DGOM
CONCEDEU FINANCEIRO PARA AS UNIDADES:	
110404	Departamento de Administração Interna - DEADI
160075	Diretoria de Contabilidade – D Cont
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica/SEFA
773001	Diretoria de Finanças da Marinha
UNIDADES GESTORAS QUE RECOLHERAM FINANCEIRO REFERENTE A TAXA DE USO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS - PNR	
110404	Departamento de Administração Interna - DEADI
773200	Pagadoria de Pessoal da Marinha –PAPEM- PAÍS
160063	Centro de Pagamento do Exército-CPEX
120006	Grupamento de Apoio de Brasília-GAP
GESTÃO RELACIONADA AO FUNDO DO MD	
Código SIAFI	Nome
00001	Gestão Tesouro

4.5.1.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO

DO ORÇAMENTO

Com base na Lei nº 13.255, de 15 de janeiro de 2016, a unidade orçamentária do Fundo do Ministério da Defesa – FMD, (52901) contou com a dotação inicial de R\$ 3.600.132,00. Após as provisões e destaques concedidos restou em 31/12/2016 o crédito orçamentário não utilizado (crédito disponível) da ordem de R\$ 13.938,21, conforme demonstrado na tabela 4.34 abaixo.

Tabela 110 Orçamento Executado (Posição: 29/03/17)

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$
Dotação Inicial	3.600.132,00
(-) Alteração da Lei Orçamentária	720.026,00
(-) Crédito Bloqueado para Remanejamento	35.186,00
(=) Dotação Autorizada	2.844.920,00
(-) Provisão Concedida	-2.497.329,63
(-) Destaque Concedido	-333.652,16
(=) Saldo das Movimentações Orçamentárias	-2.830.981,79
(=) Crédito Disponível	13.938,21

Fonte: SIAFI

DAS RECEITAS

As receitas escrituradas na unidade gestora do FMD somaram R\$ 4.259.810,83, sendo que, dessas receitas a quantia de R\$ 55.375,84, refere-se à arrecadação da fonte 0100. Cabe ressaltar que a receita orçamentária arrecadada pela unidade vinculada à fonte 0100 – Tesouro Nacional, R\$ 55.375,84, não representa entrada efetiva de recurso no Fundo. As receitas oriundas de Fontes do Tesouro Nacional são escrituradas nas Unidades Gestoras que as arrecadam, no entanto, no mesmo momento, a regra de contabilização transfere os recursos financeiros à Secretaria do Tesouro Nacional, conforme detalhado na tabela 4.35, abaixo.

Tabela 111 Controle Contábil das Receitas (R\$ 1,00) (Posição: 29/03/17)

FONTE DE RECURSOS DETALHADA		NATUREZA DA RECEITA		REALIZADA	% RECEITA
250110101	FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	13100111	TAXA OCUP. PNR	1.034.891,58	24,29
		13100211	REC. CONCESS. DIR. USO ÁREA PÚBLICA	343.949,99	8,07
		19909911	STN - OUTRAS RECEITAS	55.375,84	1,30
SUB TOTAL - FONTE 0250110101				1.434.217,41	-
280110101	RECEITAS FINANCEIRAS PROPRIAS	13210011	REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.825.593,42	66,33
SUB TOTAL - FONTE 0250110101				2.825.593,42	-
TOTAL DAS RECEITAS				4.259.810,83	100,00

Fonte: SIAFI

Considerando-se apenas as receitas vinculadas às fontes próprias (50 e 80) da Unidade Orçamentária 52901 – FMD, a arrecadação totaliza R\$ 4.204.434,99. Quanto à natureza das receitas arrecadadas a oriunda de juros decorrentes de aplicações financeiras foi a mais representativa, correspondendo a 67,21 % de todo o recurso arrecadado no exercício, conforme demonstrado na tabela 4.36, a seguir.

Tabela 112 Receitas Realizadas (R\$ 1,00) (Posição: 29/03/17)

FONTE DE RECURSOS DETALHADA		NATUREZA DA RECEITA		REALIZADA	% RECEITA
250110101	FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	13100111	TAXA OCUP. PNR	1.034.891,58	24,61
		13100211	REC. CONCESS. DIR. USO ÁREA PÚBLICA	343.949,99	8,18
SUB TOTAL - FONTE 0250110101				1.378.841,57	-
280110101	RECEITAS FINANCEIRAS PROPRIAS	13210011	REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.825.593,42	67,21
SUB TOTAL - FONTE 0250110101				2.825.593,42	-
TOTAL DAS RECEITAS				4.204.434,99	100,00

Fonte: SIAFI

Durante o exercício financeiro o FMD não executa diretamente suas despesas. A execução é realizada através de descentralizações internas e externas, tanto de crédito quanto de recursos financeiros conforme demonstrado na tabela 4.37.

Tabela 113 Descentralizações Orçamentárias Concedidas (Posição: 29/03/17)

ÓRGÃO/UNIDADE BENEFICIADA			DESCENTRALIZ. INTERNA (PROVISÃO)	DESCENTRALIZ. EXTERNA (DESTAQUE)
MINISTÉRIO DA DEFESA	110404	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	2.497.329,63	
COMANDO DA AERONÁUTICA	120002	SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA		70.261,81
COMANDO DO EXERCITO	160087	ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO		193.784,35
COMANDO DA MARINHA	772001	DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA MARINHA		69.606,00
SUBTOTAL			2.497.329,63	333.652,16
TOTAL DE CRÉDITOS CONCEDIDOS				2.830.981,79

Fonte: SIAFI

DAS DESCENTRALIZAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As movimentações de crédito promovidas no âmbito do Fundo ocorreram no Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa (2108), Ação 2000 – Administração da Unidade nas Naturezas de Despesas listadas na tabela 4.38.

Tabela 114 Descentralizações Orçamentárias por Programa de Trabalho e Natureza da Despesa Detalhada (Posição: 29/03/17)

NATUREZA DA DESPESA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	PROVISÃO CONCEDIDA DEADI	DESTAQUE CONCEDIDO COMANDOS	CRÉDITO DISPONÍVEL
33901414	DIARIAS NO PAÍS	623,75	623,75		
33901514	DIARIAS NO PAÍS	14.386,85	14.386,85		
33901516	DIARIAS NO EXTERIOR	11.083,80	11.083,80		
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	278.910,37		248.920,57	29.989,80
33903025	MATERIAL MANUT. BENS MÓVEIS	375,80	375,80		
33903301	PASSAGENS PARA O PAÍS	10.121,26	10.121,26		
33903302	PASSAGENS PARA O EXTERIOR	3.606,29	3.606,29		
33903900	SERVIÇOS DE TERCEIROS	38.840,00		24.901,79	13.938,21
33903902	CONDOMINIOS	862.204,37	862.204,37		
33903916	MANUT. CONS. BENS IMOVEIS	1.452.610,14	1.452.610,14		
33903917	MANUT. CONSERV. MAQ. EQUIP.	1.200,00	1.200,00		
33903943	SERVICOS ENERGIA ELETRICA	8.200,00	8.200,00		
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	1.372,80	1.372,80		
33904710	TAXAS	21.593,57	21.593,57		
33909239	OUTROS SERV. TERCEIROS - PJ	101.860,66	101.860,66		
33909247	OBRIG. TRIBUTÁRIAS, CONTRIB.	704,95	704,95		
44905200	MATERIAL PERMANENTE	29.840,00			29.840,00
44905206	APARELHOS E EQUIP. COMUNIC.	5.400,00	5.400,00		
44905287	MAT. CONSUMO USO DURADOURO	1.985,39	1.985,39		
		2.844.920,00	2.497.329,63	273.822,36	73.768,01

Fonte: SIAFI

DESCENTRALIZAÇÕES FINANCEIRAS

As transferências financeiras concedidas (repases e sub-repases), oriundas da execução orçamentária, estão demonstradas na tabela 4.39, a seguir.

Tabela 115 Descentralizações Financeiras Orçamentárias (Posição: 29/03/17)

ÓRGÃO/UNIDADE BENEFICIADA			DESCENTRALIZ. EXTERNA (REPASSE) 35.112.0200	DESCENTRALIZ. INTERNA (SUB-REPASSE) 35.112.0300
MINISTÉRIO DA DEFESA	110404	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA		1.540.326,16
COMANDO DA AERONÁUTICA	120002	SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA	70.261,81	
COMANDO DO EXERCITO	160075	ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO	192.969,47	
COMANDO DA MARINHA	773001	DIRETORIA DE FINANÇAS DA MARINHA	69.606,00	
SUBTOTAL			332.837,28	1.540.326,16
TOTAL DE RECURSOS FINANCEIROS CONCEDIDOS - 35.112.0000				1.873.163,44

Fonte: SIAFI

Quanto à movimentação de recursos não vinculados ao orçamento de 2016, ou seja, referentes a restos a pagar e demais transferências concedidas o FMD transferiu os valores registrados na tabela 4.40, a seguir.

Tabela 116 Descentralizações Financeiras Extraorçamentárias (Posição: 29/03/17)

ÓRGÃO/UNIDADE BENEFICIADA			RESTOS A PAGAR 35.122.0100
FONTE - 0250110101	110404	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	395.113,42
FONTE - 0280110101	110404	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	230.538,87
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA RP			625.652,29

Fonte: SIAFI

DISPONIBILIDADES DE RECURSOS A UTILIZAR

Ainda tratando de informações pertinentes aos recursos financeiros na unidade, a partir de consultas aos registros do SIAFI, tabela 4.41, registra a apuração da adequabilidade do saldo escriturado na conta 821110000 – Disponibilidade de Recursos a Utilizar.

Tabela 117 Disponibilidades por Destinação de Recursos (DDR) (Posição: 29/03/17)

FONTE	RECURSOS FINANCEIROS (A)		DEPÓSITOS DE TERCEIROS (B)	DDR A UTILIZAR IDEAL (C) = (A+B)	DDR A UTILIZAR ESCRITURADA NA UG (D)	DIFERENÇA (E) = (C-D)
	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	LIMITE DE SAQUE				
0250110101	13.777.501,12	113.816,78	—	13.891.317,90	13.891.317,90	—
0280110101	8.635.556,57	63.677,30	—	8.699.233,87	8.699.233,87	—
TOTAL	22.413.057,69	177.494,08	—	22.590.551,77	22.590.551,77	—

Fonte: SIAFI

As informações contidas no quadro acima demonstram não haver divergências entre a DDR a utilizar ideal e a DDR a Utilizar escrituradas na Unidade.

SALDOS FINANCEIROS

Os saldos financeiros existentes em 31 de dezembro, compostos pelos saldos existentes em dezembro de 2015, acrescidos dos ingressos menos os dispêndios ocorridos no exercício de 2016, estão demonstrados na tabela 4.42.

Tabela 118 Fluxo Financeiro - 2016 (Posição: 29/03/17)

SALDOS FINANCEIROS 31-DEZ-2015		INGRESSOS		DISPÊNDIOS		SALDOS FINANCEIROS 31-DEZ-2016	
FUNDO APLICAÇÃO FINANCEIRA	20.451.922,27	RECEITAS	4.204.434,99	REPASSE CONCEDIDO	332.837,28	FUNDO APLICAÇÃO FINANCEIRA	22.503.067,69
LIMITE DE SAQUE (CTU)	442.447,19			SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.540.326,16	LIMITE DE SAQUE (CTU)	177.494,08
				TRANSF. FINANCEIRA PAGAMENTO RP	625.652,29		
TOTAL (A)	20.894.399,46	TOTAL (B)		TOTAL (C)	2.498.815,73	TOTAL (D=A+B-C)	22.680.561,77

Fonte: SIAFI

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

O Ministério da Defesa enviou à Casa Civil da Presidência da República, Exposição de Motivos nº 00166/2012 MD MF MP, de 28 de setembro de 2012, submetendo à superior deliberação da Presidência o projeto de lei que dispõe sobre atualização das regras do Fundo do Ministério da Defesa (FMD) e revogando a Lei nº 7448, de 20 de setembro de 1985. Por ocasião do novo mandato presidencial e alteração do titular do Ministério da Defesa, as exposições de motivos que tramitavam na Casa Civil da Presidência da República foram restituídas para apreciação e reapresentação das propostas pelo novo dirigente da Pasta, no caso de persistir o interesse em dar prosseguimento à matéria, conforme memorando nº 8/DEORG/SEORI/SG/MD, de 4 de fevereiro de 2015. Após a apreciação pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa a Exposição de Motivos será encaminhada novamente para a Casa Civil da Presidência da República.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

5.1.1 Canais de Acesso do Cidadão da Administração Central do MD

5.1.1.1 OUVIDORIA

Criada pelo Decreto nº 7.974/2013 e com suas competências aprovadas pelo Regimento Interno da Portaria Normativa nº 564/MD/2014, a Ouvidoria, vinculada ao Gabinete do Ministro, é o canal de comunicação direto entre o cidadão e o Ministério da Defesa, por meio do qual é possível registrar elogios, denúncias, reclamações, solicitações e sugestões. A ouvidoria recebe manifestações internas, dos que trabalham no órgão, e externas, da sociedade em geral. O tratamento das manifestações recebidas possibilita à instituição rever e melhorar os seus processos e serviços. A Ouvidoria segue as recomendações da Instrução Normativa 01/2014 da Ouvidoria-Geral da União para receber, dar tratamento e oferecer respostas às manifestações recebidas, bem como para o acompanhamento do andamento, definição dos prazos de resposta e outros aspectos importantes.

Canais disponibilizados para manifestação do cidadão:

Sistema: e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal)

E-mail: ouvidoria@defesa.gov.br

Telefone: (61) 2023-9400

Presencial: das 9h às 12h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados

Carta: endereçada ao Ministério da Defesa: Esplanada dos Ministérios – Bloco “Q” - Portaria “B” - 9º andar – Sala 952 – CEP. 70.049-900 Brasília – DF

No ano de 2016, a Ouvidoria registrou um total de 1.779 manifestações. O e-OUV foi a forma mais utilizada para registro das manifestações, com 1.059 registros (59,53%). Desse total, 255 foram denúncias encaminhadas para apuração e 126 sugestões remetidas para apreciação dos órgãos responsáveis. Quanto à origem das manifestações, verifica-se que 69% das demandas decorreram do público externo. É de se registrar que 78,30% das manifestações recebidas foram resolvidas no mesmo dia.

A Ouvidoria realiza pesquisa de satisfação junto aos solicitantes. Funciona assim: é encaminhado ao cidadão, juntamente com a resposta à sua manifestação, um questionário de pesquisa com o objetivo de aferir o seu nível de satisfação. Das 1779 demandas finalizadas, a Ouvidoria recebeu um retorno de 262 questionários de pesquisa respondidos, o que equivale a cerca de 15% do total. A Ouvidoria está atenta aos indicadores “Regular” e “Fraco” apontados e empenhada no contínuo aprimoramento da qualidade do serviço prestado ao cidadão.

Apresentamos a seguir quadros com informações detalhadas sobre as manifestações recebidas (quantidades por tipo de canal; origem; natureza; temática e tempo de resposta) e sobre os resultados da pesquisa de satisfação (atendimento prestado; e qualidade e prazo da resposta), referentes às demandas finalizadas no ano de 2016.

Figura 40 Registro de Manifestações Ouvidoria

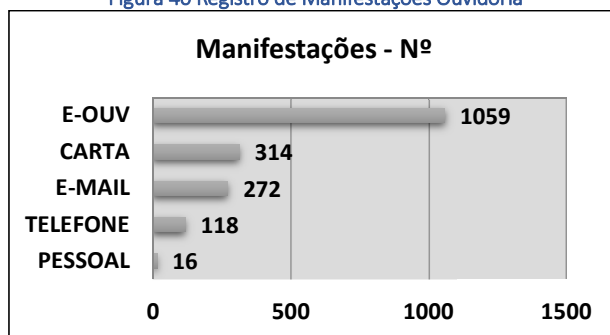


Figura 41 Origem das Manifestações Ouvidoria

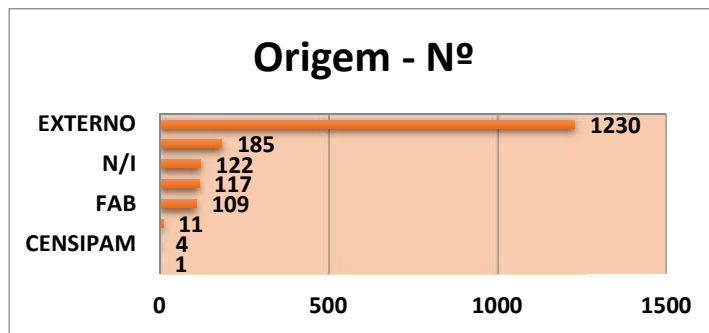


Figura 42 Natureza das Manifestações Ouvidoria

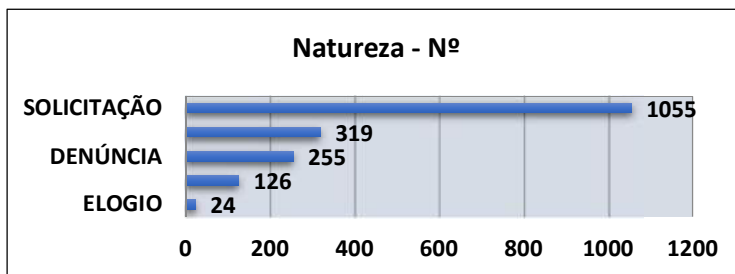


Figura 43 Temática das Manifestações Ouvidoria

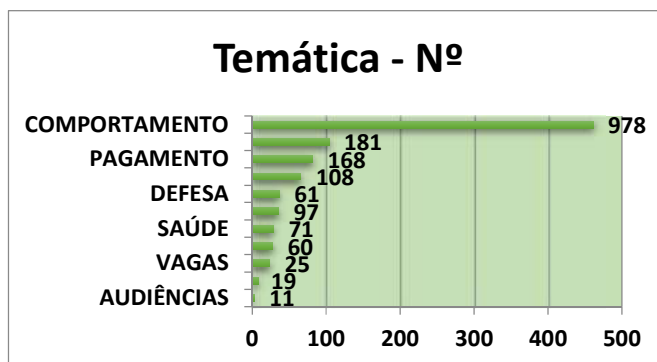


Figura 44 Tempo de Resposta Ouvidoria

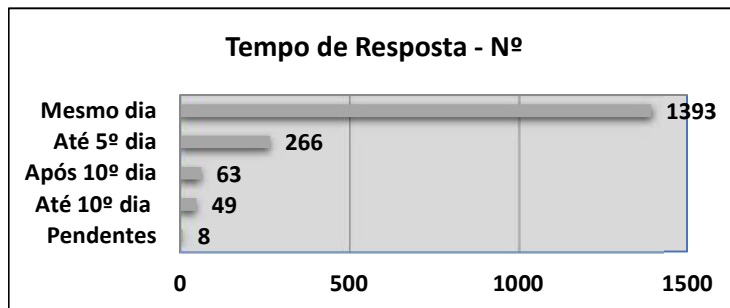
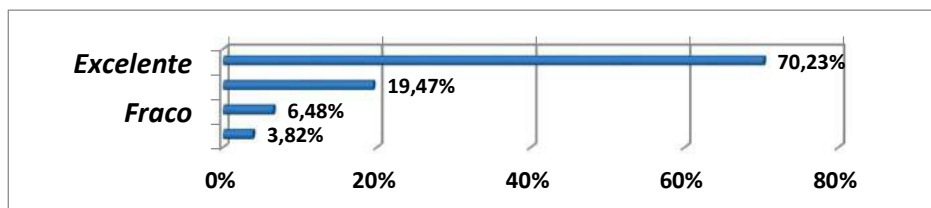
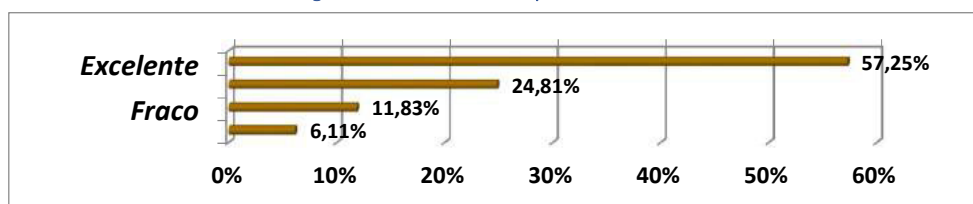


Figura 45 Atendimento prestado pela Ouvidoria



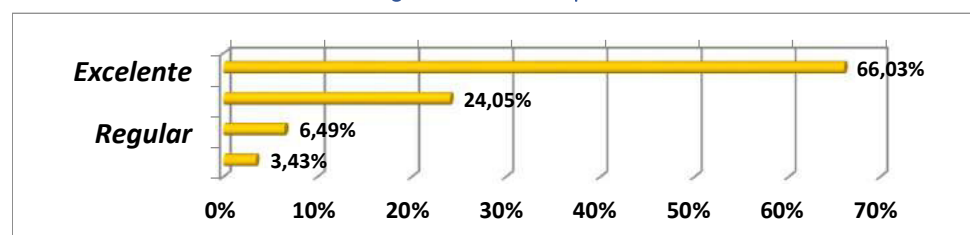
Verifica-se que os indicadores “Excelente” e “Bom” atingiram 89,7%.

Figura 46 Qualidade da resposta da Ouvidoria



82,06% dos respondentes consideraram “Excelente” e “Bom”

Figura 47 Prazo de resposta



90,08% dos respondentes consideraram “Excelente” e “Bom”

5.1.1.2 SIC

O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Defesa (SIC-MD) atende às demandas de acesso à informação nos termos da Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação) e pode ser acessado pelo sítio <http://www.defesa.gov.br/servico-de-informacoes-ao-cidadao>.

Seu funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 18h, na Esplanada dos Ministérios Bl. Q 1º andar – sala 151. O SIC atende às demandas dos cidadãos recebidas por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), bem como as solicitações feitas presencialmente e, em situações menos frequentes, a pedidos feitos por e-mail.

Em 2016, o SIC-MD recebeu 976 pedidos de acesso à informação, dos quais 633 foram reencaminhados a diversos órgãos da Administração Federal e aos Comandos Militares por não se tratarem de assuntos afetos à administração central do Ministério da Defesa. Assim, dos 343 pedidos, todos respondidos, 250 tiveram a solicitação de informação concedida, sendo que os demais 93 tiveram o seguinte tratamento:

- a) 28 o Órgão não tinha competência para atender ao pedido;
- b) 5 não se tratavam de solicitação de informação, nos termos da Lei nº 12.527/2011;
- c) 17 tiveram o acesso negado;
- d) 21 tiveram o acesso parcialmente concedido;
- e) 8 a informação era inexistente;
- f) 11 a pergunta foi considerada duplicada/repetida.
- g) 3 foram encaminhados para o Sistema e-Ouv.

Das solicitações respondidas, foram interpostos 7 recursos em grau de 3ª instância – Controladoria-Geral da União, sendo que apenas 1 seguiu para a 4ª instância – Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

Além disso, o SIC recebeu 35 solicitações de informação por meio do endereço eletrônico sic@defesa.gov.br e 2 demandas presenciais. As 35 correspondências eletrônicas foram respondidas e as demandas presenciais foram devidamente instruídas e atendidas.

Conforme já descrito no item “Desempenho operacional”, no exercício de 2016 o indicador de desempenho criado para o SIC-MD começou a ser mensurado com o objetivo de avaliar a eficácia do serviço prestado. Trata-se do Índice de nível de serviço – INS, que visa apurar a quantidade de pedidos atendidos em prazo ≤ 20 dias, em relação ao total de pedidos feitos no período. A meta estabelecida para o exercício de 2016 foi de 80%. A apuração do INS é mensal e utiliza os relatórios estatísticos do e-SIC da CGU como fonte de dados.

Cabe esclarecer que o INS resulta de uma modificação feita no indicador definido anteriormente, o Índice de Tempo Médio de Resposta – ITMR. Além da mudança no nome, o INS tem como resultado um percentual, enquanto que o ITMR apresentava o resultado em dias. Outra alteração foi o tempo de resposta considerado, que no INS foi alterado para atendimento em prazo ≤ 20 dias, e não mais em ≤ 19 dias que era o prazo considerado no ITMR. Esta alteração de prazo se deu para compatibilização com as informações já disponibilizadas nos relatórios estatísticos do Sistema

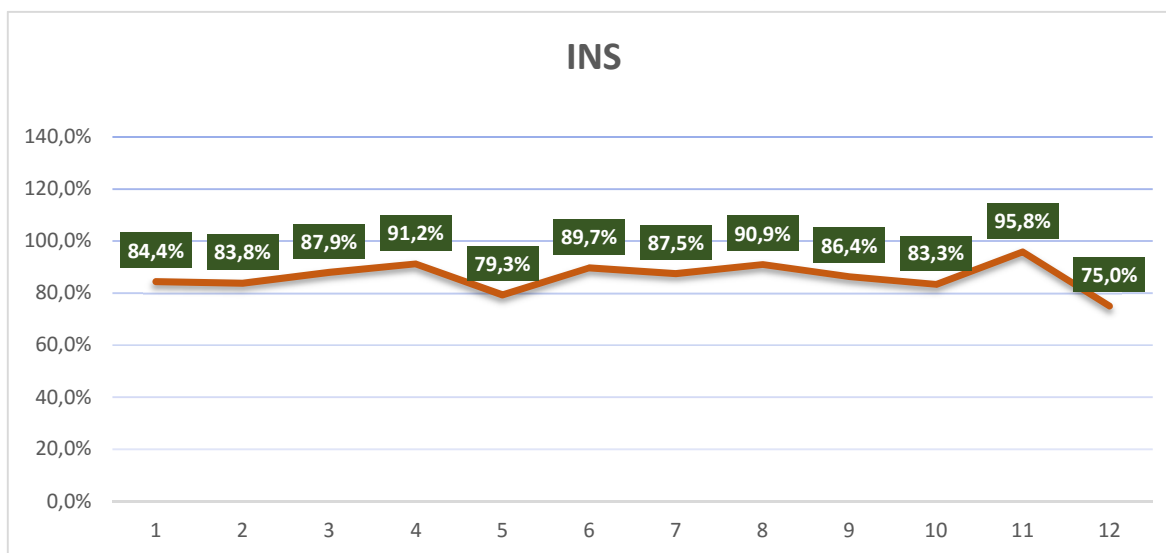
e-SIC da CGU, que tabula os dados considerando o prazo de resposta ≤ 20 dias. O critério utilizado anteriormente, prazo de resposta ≤ 19 dias, exigia contagem manual dos pedidos e não possibilitava comparação adequada com os demais órgãos, já que fora do padrão adotado pela CGU. Importante frisar que não houve discrepância significativa entre os resultados obtidos, o que ratificou a decisão de utilizar os dados oficiais disponibilizados pela CGU.

Abaixo os resultados obtidos:

Tabela 119 Aferição do nível de serviço do SIC-MD, por meio do Índice de Nível de Serviço

Objetivo:	mensurar o nível de serviço do SIC-MD
Meta estabelecida para o período:	atender, em até 20 dias (em prazo ≤ 20 dias), pelo menos 80% dos pedidos de acesso à informação, formulados ao SIC/MD, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI).
Ações envolvidas:	Obter mensalmente junto ao e-SIC/CGU, a quantidade de pedidos de informação atendidos em prazo ≤ 20 dias e a quantidade total de pedidos encaminhados ao MD no período, fazer a relação entre ambos e multiplicar o resultado por 100 (aplicar a fórmula do indicador).
Fórmula:	$INS = (\text{Total de atendimentos realizados } \leq 20 \text{ dias} / \text{Total de atendimentos realizados}) \times 100$
Metas alcançadas:	A média anual referente ao exercício de 2016 revelou que 86,3% dos pedidos formulados ao SIC-MD foram atendidos em prazo ≤ 20 dias.

Tabela 120 indicador INS (Índice de Nível de Serviço do SIC/MD)



Análise: A meta alcançada em 2016, de atendimento de 86,3% dos pedidos recebidos pelo SIC-MD em prazo ≤ 20 dias, demonstra a eficácia do atendimento do SIC-MD, uma vez que a meta estabelecida para 2016, de atendimento de pelo menos 80% dos pedidos em até 20 dias, foi superada.

5.1.1.3 AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

São desenvolvidas ações de Comunicação Social com o objetivo de aproximar o Ministério da Defesa da Sociedade por meio da divulgação de atividades e ações institucionais e de informação sobre temas relevantes. Essas ações são proativas e reativas em relação ao que é divulgado pela mídia, sugerindo e apoiando pautas, respondendo a questionamentos e demandas dos meios de comunicação e colaborando na intermediação entre meios de comunicação e fontes da área da Defesa em torno de assuntos específicos.

As ações de Comunicação Social estão divididas nas seguintes áreas principais: imprensa, comunicação interna, mídias sociais e promoção institucional.

As redes sociais são hoje um dos principais meios de comunicação e interação com a sociedade. Por intermédio das mídias sociais o MD busca interagir diretamente com o cidadão, publicando notícias do Ministério e das Forças Armadas, e divulgando fatos relacionados ao tema Defesa. Além da publicação de informações, também são respondidas dúvidas, questionamentos, críticas e sugestões. As perguntas cujas respostas já constem em banco de dados são retornadas em até uma hora, durante o horário comercial.

No caso de perguntas que necessitam de uma consulta técnica, primeiramente é enviada uma comunicação ao solicitante informando que será necessário um tempo adicional para a resposta. Uma vez obtida a informação necessária da área técnica pertinente é enviada uma resposta ao requisitante. Com isso se alcança uma parcela importante da população que deseja obter informações e se manter atualizada sobre ações relativas à Defesa.

Em 2016 foram atendidas em torno de 1.500 demandas de imprensa, produzidas e publicadas 550 matérias e cerca de 53 avisos de pauta (convocações para a imprensa) no portal do Ministério da Defesa (www.defesa.gov.br) e foram promovidos e/ou apoiados entrevistas e encontros do ministro da Defesa com jornalistas dos diversos veículos de comunicação.

Os veículos de comunicação do País registraram em 2016 aproximadamente 15.363 notícias citando o Ministério da Defesa, das quais 46% foram positivas, 37% neutras, 10% negativas e 7% reativas. Desse montante, 1.871 matérias foram publicadas nos jornais impressos, 10.044 nos portais de internet, 1.209 veiculadas em rádio e 2.239 em televisão. Dentre os principais temas tratados estão as Forças Armadas, Segurança Pública e Defesa Nacional, incluindo, como destaque, as ações realizadas nos Jogos Olímpicos Rio 2016 e nas eleições municipais.

5.1.2 Canais de Acesso do Cidadão da ESG

A ESG dispõe de site na internet: www.esg.br, onde podem ser consultadas diversas informações e podem ser feitos contatos telefônicos e por e-mails com diversos setores da Escola.

Nesse site, está disponível ao cidadão, o contato da Assessoria de Comunicação Social da ESG, setor responsável e canal de comunicação formal com a Escola, por intermédio do qual o interessado pode pedir informações, oferecer sugestões e reclamações, contribuindo com a Escola.

Em cumprimento à Lei nº 12.527/2011, a ESG implementou o Sistema de Informação ao Cidadão - SIC/ESG, em que o cidadão pode ter acesso às informações por meio do sistema eletrônico ou comparecendo diretamente às instalações da Escola.

Na Tabela 16, são apresentados os registros gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões recebidas através do SIC no ano de 2016.

As solicitações são respondidas mediante a coordenação da Seção de Comunicação Social. No entanto, algumas das solicitações recebidas tratam de assuntos que não são de competência da Escola, nesses casos a ESG orienta aos cidadãos que redirecionem a solicitação aos órgãos de competência para responder ao pedido.

As denúncias recebidas pela ESG são encaminhadas ao Comandante da Escola. As denúncias são avaliadas quanto à natureza do assunto e sempre que procedente é determinado a abertura de processo administrativo para averiguação dos fatos. No ano de 2016 não houve denúncia.

Nos últimos cinco anos, não foram encaminhadas à UJ reclamações e sugestões.

Tabela 121 Registro de Dados Gerenciais e Estatísticos

Descrição	Ano 2016
Solicitações	16
Reclamações	-
Denúncias	-
Sugestões	-

A ESG tem, ainda, a intranet como canal de comunicação, exclusivamente para uso de militares e civis, que servem, trabalham ou estudam na instituição. No site da intranet, estão as principais informações sobre a Instituição, bem como, demais itens específicos de interesse do público interno, que podem ser também consultados externamente, mediante o uso de identificação pessoal e senha de acesso.

5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

5.2.1 Carta de Serviços ao Cidadão da Administração Central do MD

Em atendimento às determinações do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, o MD instituiu e publicou sua Carta de Serviços ao Cidadão, por meio da Portaria Normativa nº 1.690/MD, de 5 de agosto de 2015, que consolida as informações sobre os serviços prestados pelos órgãos que o integram, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Visando propiciar maior transparência ao cidadão, a Carta de Serviços apresenta os requisitos para o acesso aos serviços, elenca as principais etapas para o seu processamento, o prazo máximo para a prestação, a forma de

prestação desses serviços e informa quais são os canais de comunicação com o solicitante e os locais e formas de obter esses serviços, conforme disponibilizado no endereço:

(http://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/defesa_carta_ao_cidadao.pdf)

Cabe destacar que em 2016 foi iniciado trabalho de revisão e atualização da Carta de Serviços do MD. A Carta de Serviços atualizada foi disponibilizada no site do Ministério da Defesa em março de 2017.

5.2.2 Carta de Serviços ao Cidadão da ESG

A ESG, criada pela Lei nº 785/49, é um instituto de altos estudos destinado a “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da segurança nacional” (art. 1º). Desta forma, verifica-se que a ESG é na verdade, um órgão de produção de conhecimento do Ministério da Defesa, que busca realizar a aproximação entre militares e sociedade civil que possuam atuação em matéria de defesa para a elaboração de um pensamento único para a defesa do país.

Para a participação em tais cursos, seus componentes são indicados – por suas Forças Armadas, por Órgãos Públicos com atribuições que tangenciam a defesa nacional e por empresas privadas, em geral da base industrial de defesa – passando por rigoroso processo seletivo, justamente para verificar a adequação do candidato aos objetivos da ESG.

Como o objetivo da carta ao cidadão é “informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços (...)” (art. 11, §1º), e considerando-se que o acesso à ESG não é facultado a qualquer pessoa, mas somente àqueles que podem contribuir de forma prática na elaboração do pensamento em matéria de defesa nacional, a ESG não se enquadra na exigência do art. 11 do Decreto nº 6.932/09.

5.3 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

5.3.1 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da SG

As informações referentes ao MD estão disponíveis para acesso público junto ao seu portal, no sítio <http://www.defesa.gov.br>, onde qualquer cidadão pode obter informações sobre a atuação do Órgão, seu organograma, as principais autoridades e suas respectivas agendas, conteúdos em geral e o SIC.

A disponibilização proativa de informações de interesse público (transparência ativa) é requisito fundamental para propiciar o controle social. A democratização das informações no portal da internet, além de facilitar o acesso das pessoas e de reduzir o custo com a prestação de informações, evita o acúmulo de pedidos de acesso sobre temas recorrentes.

Nesse sentido, e na forma disciplinada do art. 8º da LAI e do art. 7º, do Decreto no 7.724, de 2012, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem manter em seus respectivos sítios eletrônicos, na rede mundial de computadores, conteúdo mínimo previsto nos termos da Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006. Nesse contexto, o MD disponibiliza em seu site institucional informações concernentes a: ações e programas, acordo de cooperação em estabelecimento de ensino, agenda de autoridades, anistia, auditoria, Carta de Serviços ao Cidadão, convênios, despesas, Guia de Recolhimento da União (GRU), informações classificadas e desclassificadas, institucional, Lei de Acesso à Informação, licitações e contratos, Ministro da Defesa, Ordinário Militar do Brasil, perguntas frequentes, pronunciamentos, Próprios Nacionais Residenciais (PNR), Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, servidores, Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sobre a Lei de Acesso à Informação e sobre o Ministério da Defesa.

Como forma de assegurar maior transparência de sua gestão, o MD disponibiliza no link <http://www.defesa.gov.br/auditoria> informações sobre os trabalhos de auditoria e outras ações de controle realizados pela sua Secretaria de Controle Interno (Ciset-MD).

As redes sociais também são utilizadas para dar maior transparência às ações e aos posicionamentos do Ministério da Defesa. Neste sentido, são utilizadas diversas redes para levar informações para a sociedade. Além de prestar contas, o objetivo é manter a sociedade informada sobre atividades relacionadas ao tema da Defesa. Cada rede social tem o seu propósito. São utilizados formatos de publicações diferentes, customizadas para cada uma delas. Abaixo, um breve resumo do funcionamento de cada rede social no âmbito do Ministério da Defesa.

O Facebook concentra informações mais apuradas, com fotos e vídeos editados que muitas vezes remetem a links externos, como o portal do MD, páginas do Governo, das Forças Armadas ou publicações relevantes de portais com notícias ou artigos sobre o tema. No Instagram são compartilhadas imagens operacionais, que geralmente mostram alguma ação. São compartilhamentos de fotos e vídeos relacionados às operações e atividades do MD e das Forças

Armadas. O Twitter é uma rede utilizada para publicações de matérias do dia a dia, notícias do momento, como coletivas de imprensa, acompanhamento de visitas, reuniões, formaturas, cerimônias e eventos em geral. Também são publicadas notícias das Forças e do MD. O Youtube reúne as matérias feitas pela TV Defesa, pequenos vídeos do dia a dia, vídeos institucionais, entrevistas, depoimentos, mensagens do ministro e webséries.

A comunicação institucional tem por objetivo o estabelecimento de relações duradouras com o seu público. Isso é possível por meio de ações personalizadas e segmentadas, tomando como base as necessidades das áreas e programas da instituição. Neste contexto destacam-se as publicações organizacionais e os vídeos institucionais que são instrumentos da comunicação institucional utilizadas tanto para o público interno quanto para o externo.

As publicações organizacionais para o público externo combatem o desconhecimento a respeito do órgão e promovem a integração entre os públicos ligados a ele. Já internamente fortalecem o espírito de solidariedade, promovem certos ideais (estímulo, companheirismo, ensinamento, dedicação etc.), além de divulgar as ações e programas, muitas vezes pouco conhecidos, ou até mesmo desconhecidos, pelo público interno. Já os vídeos institucionais, atingem os mesmos objetivos, mas com linguagem diferente. A Promoção Institucional também confecciona materiais gráficos para eventos e programas, sempre com o intuito de dar conhecimento à sociedade e ao público interno a respeito das ações executadas.

Foram atividades de destaque realizadas pela Promoção Institucional em 2016:

- Projeto gráfico de publicações como VI Jogos Mundiais Militares; Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN); Política Nacional de Defesa (PND); Estratégia Nacional de Defesa (END) e Política e Estratégia Setorial de Defesa.
- Comunicação Visual (*banner*, cartazes, logo marca, *e-mail marketing*, *lettering* para mídias sociais, entre outros) para eventos como: seminários, palestras, campanhas do Governo Federal, datas comemorativas relacionadas a Defesa e às Forças Armadas, cursos e simpósios.

5.3.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da ESG

As informações relevantes sobre a atuação da ESG podem ser obtidas no *site* da *internet* “www.esg.br”, sobre cursos, pesquisas em desenvolvimento, processos seletivos e publicações em geral.

Com a finalidade de divulgar e facilitar o acesso à informação, ESG possui link destinado ao assunto na sua página na *internet*, sendo possível consultar a respeito da estrutura organizacional, das ações, dos programas, dos processos de contas, relatórios de gestão anuais, convênios, receitas, despesas, licitações, contratos, servidores, informação classificadas, códigos de ética e conduta, dentre outros.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Decreto nº 7.974, de 01/04/2013, aprovou a estrutura regimental do Ministério da Defesa, define em seu art. 2º, incisos I a VI os órgãos e unidades que o integram. As unidades gestoras que realizam a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério da Defesa são:

Tabela 122 Unidades Gestoras

UG	DESCRIÇÃO
110402	ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
110404	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA-MD
110406	REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA
110407	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
110511	CENTRO GESTOR OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMAZÔNIA
110572	CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO
110573	CENTRO REGIONAL DE MANAUS
110586	CENTRO REGIONAL DE BELÉM
110594	DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE
111415	FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA
112408	HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
113413	FUNDO DO SERVIÇO MILITAR

A Divisão de Contabilidade, na qualidade de órgão setorial contábil do Ministério da Defesa, coordenou, ao longo do exercício de 2016, as ações necessárias para adequação às normas contábeis e acompanhou a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras executoras. Dentre outros, destaca-se as seguintes ações da Divisão de Contabilidade adotadas ao longo de 2016:

- Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- Acompanhamento da metodologia de cálculo e da evolução da Depreciação, Amortização e Exaustão; e
- Análise das Demonstrações Contábeis.

6.1 – DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

6.1.1 Resultado Financeiro

Em decorrência da gestão financeira, as disponibilidades do Ministério da Defesa passaram de R\$ 67.946.458,76 (2015) para R\$ 600.422.081,12 (2016), verificando-se um acréscimo de R\$ 532.475.622,36.

Tabela 123 Disponibilidades Financeiras

DESCRIÇÃO	VALORES
Saldo do Exercício Anterior – 2015	67.946.458,76
Ordinárias	883.385.135,63
Vinculadas	2.067.940.261,37
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-32.144.438,94
Transferências Financeiras Recebidas	83.260.612.014,55
Recebimentos Extra-orçamentários	557.295.603,61
(-) Despesas Orçamentárias	-975.705.130,66
(-) Transferências Financeiras Concedidas	-82.138.996.005,44
(-) Despesas Extra-orçamentárias – Restos a Pagar	-170.479.755,23
(-) Despesas Extra-orçamentárias – Depósitos Restituíveis	-84.001,74
(-) Outros Pagamentos Extra-orçamentários	-2.919.348.060,79
Saldo em Espécie – Balanço Financeiro	600.422.081,12¹

Fonte: Siafi2016

¹ Somatório das UG's: 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. As UG's 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.

6.1.2 Resultado Patrimonial

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio no decorrer do exercício, e indica o resultado patrimonial do exercício. Sob o enfoque patrimonial, a receita é denominada de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), e a despesa é denominada Variação Patrimonial Diminutiva (VPD). Cabe ressaltar que a receita e a despesa, sob o enfoque patrimonial, não se confundem com a receita e a despesa orçamentária.

Como Variações Patrimoniais Aumentativas do Ministério, temos um valor expressivo de Transferências e Delegações Recebidas e Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos.

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas aparecem as Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos; as despesas com Pessoal e Encargos; bem como demais despesas que apresentam outros valores.

O resultado patrimonial acumulado em 31/12/2016 do órgão corresponde ao superávit de R\$ 1.367.781.922,89.

Tabela 124 Resultado Patrimonial Acumulado

DESCRIÇÃO	VALORES
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	85.002.279.441,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	3.358.733,55
Contribuição	8,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.379.849,61
Transferências e Delegações Recebidas	83.261.667.230,50
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.687.955.709,31
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11.778.989,38
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	36.138.921,64
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	83.634.497.519,10
Pessoal e Encargos	226.511.543,62
Benefícios Previdenciários	40.577.714,99
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	97.671.292,42
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	44.462,41
Transferências e Delegações Concedidas	82.248.643.815,03
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.016.003.688,12
Tributárias	34.316,56
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.010.685,95
RESULTADO PATRIMONIAL (VPA - VPD)	1.367.781.922,89¹

Fonte: Siafi2016

¹ Somatório das UG's: 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. A UG's 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.

O Patrimônio Líquido acumulado do MD até 31/12/2016 corresponde a R\$ 2.130.006.717,30, valor equivalente ao Saldo Patrimonial.

Tabela 125 Patrimônio Líquido Acumulado

DESCRIÇÃO	VALORES
Patrimônio Líquido em 31/12/2015	709.268.310,01
Resultado Patrimonial	1.367.781.922,88
Ajustes de Ex. Anteriores	52.956.484,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2016	2.130.006.717,30¹

Fonte: Siafi2016

¹ Somatório das UG's: 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. As UG's 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.

6.1.3 Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. O saldo patrimonial consolidado em 31/12/2016 do ministério corresponde a um ativo real líquido de R\$ 2.130.006.717,30. No quadro a seguir, é apresentada a composição consolidada do Ativo Circulante e Não Circulante; e Passivo Circulante e Não Circulante do órgão:

Tabela 126 Saldo Patrimonial

DESCRIÇÃO	VALORES
Caixa e Equivalentes de Caixa	600.422.081,12
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	719.345.276,60
Estoques	3.098.208,38
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	1.322.865.566,10
Ativo Realizável a Longo Prazo	16.284,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	16.284,00
Investimentos	0,01
Participações Permanentes	0,01
Imobilizado	366.634.297,20
Bens Móveis	68.801.716,10
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis	-29.331.781,07
Bens Imóveis	332.234.527,72
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-5.070.165,55
Intangível	516.563.070,91
Softwares	7.987.823,91
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	508.575.247,00
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	883.213.652,12
Obrigações Trabalhistas Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	9.282.144,87
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	329.060,27
Demais Obrigações a Curto Prazo	66.461.295,78
PASSIVO CIRCULANTE	76.072.500,92
SALDO PATRIMONIAL (ATIVO - PASSIVO)	2.130.006.717,30¹

Fonte: Siafi2016

¹ Somatório das UG's: 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. As UG's 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.

6.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

A edição de Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) Técnicas e Profissionais fazem parte do processo que busca assegurar a evolução das Ciências Contábeis. Assim, o Conselho Federal de Contabilidade editou as NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão; e NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público.

Em obediência aos dispositivos legais, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 10.180/2001, bem como em consonância com o estabelecido na Macrofunção nº 02.03.30 do Manual SIAFI e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T), o tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão, bem como a avaliação de ativos e passivos estão a seguir detalhadas:

a) NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado do ministério são:

- Método de Depreciação: Método das Quotas Constantes, conforme o item nº 7.2 da Macrofunção;
- Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6, do referido documento, a seguir detalhado:
- Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;
- Impacto no Patrimônio: A partir da depreciação, este sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.

O MD apresenta um valor de R\$ 5.070.165,55, referente a Depreciação de Imóveis da unidade gestora 110404 – DEADI. Os registros nessa rubrica foram feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que recebeu da Secretaria de Patrimônio da União as informações com os referidos valores.

A gestão administrativa dos bens patrimoniais do MD está concentrada nas seguintes unidades gestoras: 110402 – Escola Superior de Guerra - ESG; 110404 – Departamento de Administração Interna - DEADI; e 110406 – Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID. Tais unidades utilizam o Sistema de Administração de Serviços – SIADS. Criado em 1995 e com seu constante aprimoramento, o SIADS ainda não contempla o registro da Amortização, o que justifica a ausência do montante que deveria ser amortizado no grupo

Intangível do órgão. Dessa forma, o MD aguarda o desenvolvimento dessa ferramenta para a realização do registro contábil da Amortização.

A metodologia de cálculo, taxas e vida útil dos bens das unidades gestoras executoras que administram os bens móveis e imóveis do MD consta do Anexo 6 Metodologia de Cálculo da Depreciação.

b) NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público.

A avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais que se encontram registrados no MD estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – 6ª edição, que estabelece:

- Disponibilidades: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, as disponibilidades do MD estão mensuradas pelo valor original. O órgão possui apenas uma Unidade Gestora situada no exterior, a UG 110406 – RBJID, cujas disponibilidades também estão mensuradas pelo valor original e feita a conversão à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.
- Créditos e obrigações: Os direitos e as obrigações estão mensurados pelo valor original. No grupo de contas 11.300.00.00 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, destacamos as contas contábeis que possuem maior representatividade:
 - a) 11.311.04.00 – Adiantamentos de Transferências Voluntárias: no encerramento atingiu o montante de R\$ 567.814.610,37, resultante dos adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências voluntárias formalizadas por convênios, por meio da UG 110594 – Departamento do Programa Calha Norte.
 - b) 11.341.02.00 – Créditos por Dano ao Patrimônio Apurado em Tomada de Contas Especial: Corresponde a responsabilidades que já foram apuradas no âmbito administrativo do órgão e que teve como consequência a instauração de Tomada de Contas Especial. Em dezembro do corrente ano, a conta atingiu o montante de R\$ 154.302.605,66, valor este atualizado monetariamente conforme dispõe o item 2.3.9 da Macrofunção 02.11.38. A atualização dos valores é feita anualmente, no mês de dezembro, por meio do Sistema de Atualização de Débito, disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União.
- Estoques: estão mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo órgão é o Custo Médio Ponderado. O Ministério da Defesa realiza o controle dos seus estoques por meio do sistema SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços; O maior montante referente a Estoques na UJ está concentrado na conta contábil 11.561.01.00 – Materiais de Consumo, na Unidade Gestora 110404 – Departamento de Administração Interna, que no encerramento de 2016 registrava R\$ 2.675.710,77, referente a Material de Consumo, entre eles Gêneros de Alimentação; Processamento de Dados; Uniformes, Tecidos e Aviamentos, entre outros.
- Imobilizado: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e estão sujeitos à depreciação; e
- Intangível: seu registro é realizado com base no valor de aquisição. Neste grupo temos registrados os Softwares. As unidades que apresentam saldo nesse grupo de contas são as UG's 110404 – DEADI; e 110406 – RBJID.

Tabela 127 Disponibilidade - Intangível

EXERCÍCIO/UG	2016		2015			
	110402, 110404 e 110406		110402, 110404 e 110406			
INTANGÍVEL	516.563.070,91	-	516.563.070,91	398.717.391,08	-	398.717.391,08
SOFTWARES	7.987.823,91	-	7.987.823,91	7.987.799,08	-	7.987.799,08
SOFTWARES - CONSOLIDACAO	7.987.823,91	-	7.987.823,91	7.987.799,08	-	7.987.799,08
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	7.987.823,91	-	7.987.823,91	7.987.799,08	-	7.987.799,08
SOFTWARE	7.987.823,91	-	7.987.823,91	7.987.799,08	-	7.987.799,08
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS-CONS	508.575.247,00		508.575.247,00	390.729.592,00		390.729.592,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	508.575.247,00		508.575.247,00	390.729.592,00		390.729.592,00
CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E COMUNICAÇÃO	129.592,00		129.592,00	129.592,00		129.592,00
ADIANTAMENTOS PARA TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	508.445.655,00		508.445.655,00	390.600.000,00		390.600.000,00

Fonte: Siafi2016

Somatório das UG's: 110404, 110406. As UG's 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.

6.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

a) Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos:

A Setorial de Custos, no âmbito da administração central do MD, está vinculada à Secretaria de Organização Institucional (SEORI), no âmbito do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF), e foi instituída pela Portaria Normativa nº 564/2014, na forma do inciso XIII do art. 33 do Capítulo III.

b) Identificação das subunidades administrativas da UPC das quais os custos são apurados:

Os custos das atividades da administração central do MD são mensurados por unidades administrativas e unidades gestoras responsáveis (subunidades administrativas), conforme estrutura abaixo:

Tabela 128 Subunidades Administrativas da UPC

Unidade Administrativa	Unidade Gestora Responsável – Agregada (Subunidade administrativa)
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	110403 - Secretaria de Controle Interno/MD
	110404 - Departamento de Administração Interna-MD
	110558 - Gabinete - Departamento de Administração Interna
	110405 – Departamento de Administração Interna-MD/Exterior
	110407 Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
	110525 – Departamento de Organização e Legislação
	110527 - Divisão Orçamentária e Financeira - DIOFI
	110528 - Divisão de Patrimônio, Obras e Serviços
	110529 - Divisão de Recursos Humanos
	110999 - DEORF - Diferença Cambial
	110568 - Divisão de contabilidade - DEORF - SEORI/MD
	110549 - Departamento de Tecnologia da Informação
	115405 - Secretaria de Organização Institucional
	110560 - Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro
GABINETE MINISTRO	110541 - Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
	110542 - Assessoria Parlamentar - ASPAR
	110540 - Gerência de Atos e Procedimentos - GAP
	110539 - Gabinete Ministro
CONSULTORIA JURIDICA - CONJUR	110544 - Consultoria Jurídica - CONJUR
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	110547 Departamento do Programa Calha Norte
	110594 - Departamento do Programa Calha Norte
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS	115403 - Chefia de Logística
	110276 - Chefia de Logística
	115401 - Chefia de Operações Conjuntas
	115402 - Chefia de Assuntos Estratégicos
	110624 - Subchefia de Apoio ao Sistema de Cartografia Logística e Mobilização
	110532 - Subchefia de Política e Estratégia
	110551 - Subchefia de Mobilização - SMOB
	110635 - Assessoria Especial Para Grandes Eventos AEGE
	110536 - Subchefia de Operações - SC-3
	110557 - Subchefia de Logística Operacional
	110556 - Subchefia de Inteligência Operacional
	110535 - Subchefia de Comando e Controle - SC1
	110533 - Subchefia de Assuntos Internacionais
	110553 - Subchefia de Inteligência Estratégica
	110530 - Subchefia de Integração Logística
110582 - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas	
110406 - Representação do Brasil na Junta Interministerial de Defesa	
ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO	110588 - Assessoria Especial de Planejamento
SECRETARIA-GERAL	110622 - Secretaria-Geral do Ministério da Defesa
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	112408 - Hospital das Forças Armadas
	110408 - Hospital das Forças Armadas
	110587 - Seccional de Contabilidade do HFA
INSTITUTO PANDIÁ CALÓGERAS	110625 - Instituto Pandiá Calógeras
ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL	110543 - Ordinariado Militar do Brasil
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	113413 - Fundo do Serviço Militar
FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	111415 - Fundo do Ministério da Defesa

c) Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos:

O sistema utilizado no Ministério é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC. O SIC é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIOP, para a geração de informações.

A informação de custo surge a partir de ajustes efetuados na informação inicial obtida do SIAFI. A despesa liquidada é o ponto de partida da informação que deve alimentar o sistema de custos. Com o fim de se obter uma informação precisa de Custos, tal despesa deve ser ajustada, em dois momentos:

- Ajustes Orçamentários:
 - (-) Despesa Executada por inscrição em RP não-processados
 - (+) Restos a Pagar Liquidados no Exercício
 - (-) Despesas de Exercícios Anteriores
 - (-) Formação de Estoques
 - (-) Concessão de Adiantamentos
- Ajustes Patrimoniais:
 - (+) Consumo de Estoques
 - (+) Despesa Incorrida de Adiantamentos
 - (+) Depreciação / Exaustão / Amortização

d) Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos:

Para fins de definição dos objetos para alocação dos custos incorridos e apurados no SIAFI, foi definido quais os objetos de custos que seriam apurados no órgão, sendo eles: Programa, Ação (Projeto/Atividade). As informações de custos são extraídas do SIC e, quando necessário, complementadas com dados de outros sistemas ou outras fontes, para geração dos relatórios gerenciais utilizados pelas unidades.

Em 2016 a mensuração dos custos das atividades do MD foi realizada com base na estrutura programática empregada na Lei Orçamentária vigente, na forma de ações e programas. O custo total das Unidades Administrativas é apurado por:

- (+) Custos Finalísticos (execução orçamentária – com ajustes)
- (+) Custo de Pessoal
- (+) Custos Administrativos

Vale ressaltar que a execução da despesa no órgão, para fins de apuração de custos, é segregada por Unidade Gestora Responsável – UGR, o que permite um maior detalhamento de custo por cada unidade gestora do órgão.

e) Impactos observados na atuação, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos:

Os impactos decorrentes da utilização da sistemática de custos não foram mensurados, tendo em vista que o processo de implantação das atividades de custos ainda não alcançou todas as unidades do órgão, e ainda necessita de aprimoramento, como exemplo, a adoção de centros de custos no SIAFI.

Relatórios utilizados para análise de custos e tomada de decisão:

No exercício de 2016, foram apresentados os seguintes relatórios de Custos:

- Relatório de Custos por Ação, Objetivo e Programa;
- Relatório de Custos por Objetivo e Programa;
- Relatório de Custos por Unidade Administrativa; e
- Relatório de Custos por Unidade Gestora Responsável.

6.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320, DE 1964 E NOTAS EXPLICATIVAS

Nos anexos 14 (BGU-Balanço Financeiro), 15 (BGU-Balanço Orçamentário), 16 (BGU-Balanço Patrimonial), 17 (BGU-Demonstração dos Fluxos de Caixa) e 18 (BGU-Demonstração das Variações Patrimoniais), encontram-se as Demonstrações Contábeis consolidadas do órgão 52000, apresentando os dados de suas Unidades Gestoras, com exceção das UG's 112408 (Hospital das Forças Armadas); 110511, 110572, 110573 e 110586 (Censipam e seus Centros Regionais, respectivamente), que apresentam as contas separadamente. As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis estão descritas nos itens 6.1 e 6.2.

6.5 INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL

A Conformidade Contábil consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI. É o procedimento no qual a Setorial Contábil registra a ausência ou incidência de ocorrências durante o período em análise.

Essa certificação tem como base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de Registro de Gestão, o Manual SIAFI e outros instrumentos que subsidiam o levantamento das ocorrências contábeis. Os instrumentos utilizados para o levantamento das ocorrências contábeis constituem em verificações realizadas no SIAFI, por meio de transações específicas que auxiliam na identificação de inconsistências que porventura existam.

A Divisão de Contabilidade é a área de gestão interna do ministério que atua como órgão Setorial Contábil das unidades gestoras vinculadas ao órgão. Sua função é acompanhar e orientar as unidades gestoras na regularização das ocorrências contábeis para que essas sejam efetuadas dentro dos prazos estabelecidos de forma a evitar a reincidência das mesmas; assim como prevenir o aparecimento de outras inconsistências no encerramento de cada exercício financeiro, como saldos irrisórios ou residuais, informando ao Controle Interno as providências não adotadas para o saneamento das ocorrências ou inconsistências apontadas.

O registro da Conformidade Contábil ocorre mensalmente, nas datas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que é o Órgão Central de Contabilidade. Do registro da conformidade contábil depreendem-se as seguintes situações:

- a) Sem ocorrência = quando foram observadas as seguintes situações cumulativamente:
- ausência de inconsistências ou desequilíbrio nas Demonstrações Contábeis;
 - as atividades fins do Órgão estiveram espelhadas nas Demonstrações Contábeis;
 - ausência de ocorrências nas transações >CONCONTIR, > CONINCONS e >CONINDBAL, nos dados contábeis da UG, do órgão, do órgão vinculado ou do órgão superior;
 - inexistência de contas contábeis com saldo invertido na transação >BALANCETE, exceto aquelas contas em que é permitida a inversão de saldo, cuja situação não representa, propriamente uma inconsistência;
 - ausência de restrições nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis em que a UG tenha registrado a Conformidade de Registro de Gestão; e
 - ausência de inconsistências que comprometem a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações, os instrumentos de análise disponível no SIAFI.
- b) Com ocorrência = quando forem observadas as situações elencadas no item anterior, outros mecanismos que estejam à disposição do conformista e os esclarecimentos constantes do Manual SIAFI.

Ao longo do exercício, constatou-se que houve maior incidência em dois códigos de Alerta (302 e 315), sinalizando a existência de ocorrências que impediram a verificação da regularidade nos registros. Os códigos de Ressalva (640, 674 e 603) foram os que mais incidiram no exercício, sinalizando a existência de ocorrência contábil que não reflete adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis. A seguir, um resumo das principais ocorrências registradas em 2016:

Tabela 129 Conformidade contábil de UG - maiores ocorrências

CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS
302	Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB	7
315	Falta/restrição Conformidade Registros de Gestão	7
640	Saldo contábil bens móveis não confere com RMB	15
674	Saldo alongado/indevido contas transitórias - Passivo Circulante	5
603	Outros - despesas	4
TOTAL		38²

Fonte: Siafi2016

²Não contém dados da Conformidade Contábil das UG's 112408, 110511, 110572, 110573 e 110586. Estas apresentam as contas separadamente.

Tabela 130 Conformidade Contábil de Órgão - Maiores Incidências

CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS
302	Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB	7
315	Falta/restrição Conformidade Registros de Gestão	7
640	Saldo contábil bens móveis não confere com RMB	15
674	Saldo alongado/indevido contas transitórias - Passivo Circulante	5
TOTAL		34³

Fonte: Siafi2016

³ Não contém dados da Conformidade Contábil das UG's 112408, 110511, 110572, 110573 e 110586. Estas apresentam as contas separadamente.

Tabela 131 Conformidade Contábil de Órgão Superior - Maiores Incidências

CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS
302	Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB	6
315	Falta/restrição Conformidade Registros de Gestão	12
603	Saldo contábil do Almojarifado não confere com RMA	5
640	Saldo contábil bens móveis não confere com RMB	9
674	Saldo alongado/indevido contas transitórias - Passivo Circulante	4
TOTAL		36⁴

Fonte Siafi 2016

⁴ Contém dados contábeis de todas as Unidades Gestoras Executoras.

Em dezembro de 2016 as unidades gestoras abaixo relacionadas tiveram restrição contábil nos seguintes códigos:

Tabela 132 Restrição Contábil

UG	CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO
110402	640	Saldo contábil bens móveis não confere com RMB
110402	675	Outros – Passivo Circulante
110404	640	Saldo contábil bens móveis não confere com RMB
110594	674	Saldo alongado/indevido contas transitórias - Passivo Circulante

Fonte: Siafi2016

As demais restrições apontadas nos quadros acima foram sanadas ao longo do exercício de 2016.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

7.1.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU pela SG

As deliberações emanadas do TCU são tratadas pela Assessoria de Gestão da Secretaria-Geral, área específica do órgão para planejamento, coordenação e monitoramento da gestão estratégica e assuntos relacionados a governança, riscos e controles, utilizando uma estrutura de controle que envolve a tabulação em planilha própria, alimentada a partir das informações obtidas das bases de acesso público disponibilizadas pelo TCU e do Diário Oficial da União, cujo status é monitorado periodicamente pelo acompanhamento dos respectivos processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e em reuniões específicas.

As deliberações feitas pelo TCU, totalizaram onze determinações e recomendações recebidas, tendo sido atendidas cinco. Das não implementadas, seis permanecem em cumprimento.

São as seguintes as determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que persistem com pendência de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente) no momento da finalização deste relatório de gestão:

Tabela 133 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
014.846/2014-4	2712/2015-PL	9.2 9.3	Aviso nº 829-Seses-TCU-Plenário	11/11/2015
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Em que pese a decisão do Plenário tenha considerada a representação improcedente, ante as razões expostas pelo Relator, o Acórdão trouxe as seguintes determinação e recomendação ao MD: Item 9.2 - determinar ao Ministério da Defesa que, em conjunto com os Comandos Militares, no prazo de 360 dias contados da ciência da deliberação, apresente um plano de ação ao TCU com a descrição e a atualização de todos os procedimentos para a aquisição, pelas administrações militares, de materiais, produtos ou equipamentos controlados, no Brasil e no exterior, atentando, entre outras situações, para a necessidade de superação das inconsistências detectadas no procedimento de aquisição de capacetes de combate, constantes nos autos do processo; Item 9.3 - recomendar ao Ministério da Defesa, em conjunto com os Comandos Militares, que no plano a que se refere o item 9.2 do Acórdão, apresente, também, estudos que abordem a possibilidade de que esses materiais, produtos ou equipamentos sejam adquiridos mediante concorrência internacional, fundamentando, tão somente, se for o caso, a eventual impossibilidade da adoção desse tipo de concorrência, por razões de segurança nacional ou da Sociedade.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Cópia do Acórdão foi encaminhada à Secretaria-Geral, às Secretarias de Controle Interno e de Produtos de Defesa (SEPROD) e aos Comandos Militares, para que, em conjunto, buscassem o cumprimento das deliberações. Em 2016, foram iniciados estudos no MD para que se implemente uma Diretriz de Obtenção no âmbito do Ministério, para dispor da padronização da gestão das compras, das contratações e do desenvolvimento de Produtos e Sistemas de Defesa. A elaboração e aprovação da Diretriz de Obtenção vai ao encontro do cumprimento das deliberações do Acórdão 2.712/2015, devendo-se, no entanto, considerar que: – o MD tem como competência formular a política e as diretrizes referentes aos produtos de defesa empregados nas atividades operacionais, admitido delegações às Forças, cujos Comandantes, indicados pelo Ministro e nomeados pelo Presidente da República, exercerão a direção e a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários da respectiva Força (Artigos 4º, 11-A e 12, §3º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999);				

- cabe ao MD, sob a responsabilidade da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), admitida delegação na sua execução, a centralização da formulação e a execução da política de compras de produtos de defesa (Item 22 da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6.703/2008); e
 - cabe ao MD, de acordo com a Estrutura Regimental vigente a partir de 07/03/2017, por meio da SEPROD, **acompanhar** a determinação de necessidades e requisitos, em termos de aproveitamento comum, dos meios de defesa dimensionados pela análise estratégico-operacional; **acompanhar** os assuntos relacionados com a padronização dos Produtos de Defesa (PRODE) e de uso ou de interesse comum das Forças Armadas; e **propor a formulação e a atualização da política** de obtenção de PRODE e **acompanhar** a sua execução (art. 37 do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017).
- Em atenção às deliberações do Acórdão nº 2.712/2015, a Secretaria-Geral do MD encaminhou à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública do TCU Ofício nº 5113, datado de 20/03/2017, onde constam as medidas acima informadas.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
006.121/2016-0	1834/2016-PL	1.8	Ofício nº 656/2016-TCU-SecexDefesa	04/08/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
<p>O referido Acórdão, resultado de levantamento motivado por deliberação do Acórdão nº 2.712/2015-TCU-Plenário (Item 9.4), trouxe determinação ao MD para que incluía no plano de ação a ser encaminhado ao Tribunal, “em atenção ao comando do item 9.2 do Acórdão 2.712/2015-TCU-Plenário, proposta e/ou solução para superar, no que for possível, a inexistência de diretrizes, critérios e padronizações para a compra de capacetes e coletes balísticos pelos Comandos Militares, levando em consideração as semelhanças e as diferenças procedimentais de aquisição entre eles retratadas no item III da instrução de peça 35,” bem como manifestações específicas sobre as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> – estratégia de atuação do MD para exercer de forma efetiva o seu papel de formulador da política de aquisição de produtos de defesa, bem como de supervisor da sua implementação; e – autoprodução de coletes pelo Exército, contemplando nessa manifestação, entre outras questões, o estímulo às indústrias de defesa promovido com a edição da Lei 12.598/2012, a possibilidade de aquisição por meio das comissões militares no exterior, a não exclusividade dos Comandos Militares como mercado consumidor do equipamento, o eventual comprometimento da força de trabalho disponível para o exercício de atividades não relacionadas aos seus objetivos institucionais. 				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
<p>Em 2016, foram iniciados estudos no MD para que se implemente uma Diretriz de Obtenção no âmbito do Ministério, para dispor da padronização da gestão das compras, das contratações e do desenvolvimento de Produtos e Sistemas de Defesa.</p> <p>A elaboração e aprovação da Diretriz de Obtenção vai ao encontro do cumprimento das deliberações dos Acórdãos 2.712/2015 e 1834/2016, cujas medidas adotadas foram comunicadas à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública do TCU, por meio do Ofício nº 5113, datado de 20/03/2017, da Secretaria-Geral do MD.</p>				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
025.650/2014-9	543/2016- PL	9.1.3	Of. nº 0209/2016-TCU/SecexDefesa	06/04/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				

Trata-se de Auditoria Operacional realizada pela SecexDefesa no Comando do Exército, com vistas a conhecer a organização e a forma como está estruturado o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), cujo Acórdão trouxe as seguintes recomendações para que o MD:

- Subalínea 9.1.3.1: implemente procedimentos visando à elaboração de normativo estabelecendo modelo de Estudo de Viabilidade de Transferência de Tecnologia (EVTOT) a ser adotado pelos comandos militares, orientando, pelo menos, quanto aos seguintes aspectos: mapeamento da base industrial e tecnológica de defesa (BITD) relacionada às tecnologias que se desejam obter a partir do projeto de desenvolvimento ou de aquisição de equipamento ou sistema de emprego militar, cotejando tal informação com as tecnologias oferecidas ou a serem negociadas no contrato principal; e estimativa de acréscimo contratual em consequência dos acordos de compensação envolvendo transferência de tecnologia; e
- Subalínea 9.1.3.2: considerando ser da sua responsabilidade, conforme PPA 2016-2019, a implantação dos projetos estratégicos de defesa, avalie a possibilidade de compartilhar com os Comandos Militares os resultados do presente trabalho, bem como a Matriz de Avaliação de Riscos da Gestão do PEE Sisfron, observando-se o sigilo das informações, com vistas à disseminar as informações relativas a riscos e controles inerentes a projetos estratégicos de defesa e a induzir práticas de gestão com maior probabilidade de sucesso.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

Por meio da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), o MD está formulando a Diretriz Normativa de Obtenção de Produtos de Defesa e de Sistemas de Defesa do Ministério da Defesa, medidas que possibilitarão a implantação de uma sistemática padronizada, a fim de contribuir para a interoperabilidade entre as Forças Armadas, minimizar dispêndio de recursos, assegurar que as obtenções obedeçam às diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END) e garantir a primazia do compromisso com o desenvolvimento das capacidades, tecnológicas e industriais na fabricação de Produtos de Defesa (PRODE) nacionais.

Dos documentos componentes da Diretriz de Obtenção, está prevista a padronização dos procedimentos de obtenção, a adoção de um modelo de Estudo de Viabilidade de Transferência de Tecnologia (EVTOT), baseado nos níveis de maturidade tecnológica da Base Industrial de Defesa, e um modelo de Transferência de Tecnologia, os quais deverão ser empregados pelas Forças Armadas.

Em 2017, por meio do Ofício nº 854/SG-MD, foi encaminhado à SecexDefesa cópia do Programa de Trabalho da Diretriz de Obtenção do MD, em atenção ao subitem 9.1.3 do Acórdão 543/2016.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
015.529/2010-0	2059/2012-PL	9.3.2 9.5	Of. nº 0919/2016-TCU/SecexPrevidência	02/01/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de resultado de auditoria para examinar a consistência e legalidade das receitas e despesas que têm sido incluídas na apuração dos resultados dos regimes de previdência pública da União. As deliberações do Acórdão nº 2059/2012 foram objeto de monitoramento da SecexPrevidência em 2015, resultando no Acórdão 2314/2015-Plenário, que trouxe reiteração às seguintes determinações para a Seori:				
– Alínea 9.3.2 - incluir, nas avaliações atuariais dos compromissos financeiros da União com militares das Forças Armadas e seus dependentes, coluna específica de resultado atuarial que contemple também as despesas com aposentados militares, ou seja, que, além do resultado atuarial cotejando apenas contribuições e gastos com pensões militares, insira outra coluna que calcule a diferença entre contribuição para pensões e o total de gastos com inativos (militares da reserva remunerada e reformados) e pensionistas, tendo em vista o que estabelece o art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/2000; e				
– Subitem 9.5 - determinar à Seori/MD e à STN/MF que, no prazo de 360 dias, incluam a projeção atuarial dos compromissos financeiros da União com os militares das Forças Armadas e seus pensionistas nas publicações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), referentes ao último bimestre do ano, tendo em vista o que estabelece o art. 53, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				

Em outubro de 2015, o MD interpôs Recurso de Reconsideração em função das determinações contidas no Acórdão 2.314/2015-Plenário, o qual foi acolhido pela Egrégia Corte de Contas (Ofício nº 1178/2015-TCU/Secex Previdência), resultando na suspensão dos efeitos dos itens 9.6 e 9.7 da deliberação recorrida, conforme Certidão nº 105/2015-SERUR, de 17/12/2015, expedida pela Secretaria de Recursos do Tribunal, com reflexo na implementação das recomendações exaradas nos Acórdãos 2.059/2012-Plenário e 2.468/2013-Plenário, o que ampara o não reconhecimento e a evidenciação, nas contas relativas ao exercício de 2015, do passivo referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas.

Em 16/11/2016, o TCU deliberou sobre o Recurso de Reconsideração da Seori, por meio do Acórdão nº 2940/2016-Plenário, não reconhecendo do pedido de reexame e remetendo os autos à apreciação do Ministro Relator, o qual estabeleceu em despacho que a contagem dos prazos definidos nos subitens 9.5, 9.6 e 9.7 do Acórdão 2.314/2015 deva ter início a partir da notificação do Acórdão nº 2940/2016-Plenário, a qual foi formalizada pelo Ofício nº 0919/2016-TCU/SecexPrevidência.

Em atendimento ao subitem 9.7 do Acórdão nº 2.314/2015, a Secretaria-Geral do MD encaminhou para o TCU o Plano de Ação (Ofício nº 4814/2017), com vistas ao atendimento às deliberações 9.3.2 e 9.5 do Acórdão nº 2.059/2012-Plenário e 9.6 do Acórdão nº 2.314/2015-Plenário.

Em atendimento ao subitem 9.7 do Acórdão nº 2.314/2015, a Secretaria-Geral do MD encaminhou para o TCU o Plano de Ação (Ofício nº 4814/2017), com vistas ao atendimento às deliberações 9.3.2 e 9.5 do Acórdão nº 2.059/2012-Plenário e 9.6 do Acórdão nº 2.314/2015-Plenário.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
034.660/2014-3	2314/2015-PL	9.5 9.6 9.7	Of. nº 0919/2016-TCU/SecexPrevidência	02/01/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
<p>Trata-se de resultado de fiscalização para monitoramento das deliberações do Acórdão 2059/2012-Plenário, com as alterações introduzidas pelo Acórdão 2468/2013-Plenário, ambas decisões pertinentes à auditoria realizada nos sistemas públicos de previdência. O Acórdão 2314/2015 trouxe as seguintes reiteração e determinações à Seori:</p> <p>– Item 9.5 - reiterar as determinações proferidas nos itens 9.3.2 e 9.5 do Acórdão 2.059/2012-Plenário, fixando prazo de 180 dias para atendimento e alertando os gestores da Seori e da STN que o não cumprimento das medidas, sem motivo justificado, poderá ensejar sua responsabilização, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992, e do art. 268, incisos VII, VIII e § 3º, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>“9.3.2 incluía, nas avaliações atuariais dos compromissos financeiros da União com militares das Forças Armadas e seus dependentes, coluna específica de resultado atuarial que contemple também as despesas com aposentados militares, ou seja, que, além do resultado atuarial cotejando apenas contribuições e gastos com pensões militares, insira outra coluna que calcule a diferença entre contribuição para pensões e o total de gastos com inativos (militares da reserva remunerada e reformados) e pensionistas, tendo em vista o que estabelece o art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/2000;” (Acórdão 2.059/2012-Plenário)</p> <p>“9.5 determinar à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori/MD) e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, incluam a projeção atuarial dos compromissos financeiros da União com os militares das Forças Armadas e seus pensionistas nas publicações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), referentes ao último bimestre do ano, tendo em vista o que estabelece o art. 53, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;” (Acórdão 2.059/2012-Plenário)</p> <p>– Item 9.6 - determinar à Seori que, além das projeções atuariais relativas às pensões previstas na Lei das Pensões Militares que já são elaboradas, elabore, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em separado, avaliação atuarial com as projeções e resultado atuarial referentes aos benefícios decorrentes de pensões especiais oriundas de veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai, Lei das Sete Pragas, Montepio militar, ex-combatentes e outras</p>				

semelhantes, tendo em vista que tais pensões constituem despesas de caráter continuado a serem suportadas pelo Tesouro Nacional por longo prazo, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência; e

– Item 9.7 - determinar à Seori, à RFB, ao MPS, ao INSS, à Casa Civil e à STN que apresentem, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação com vistas ao atendimento às deliberações a eles dirigidas nos itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.3.2, 9.4.2, 9.5, 9.6, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1 e 9.10.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, bem como nas deliberações exaradas no presente processo, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II do relatório de monitoramento.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

Em outubro de 2015, o MD interpôs Recurso de Reconsideração em função das determinações contidas no Acórdão 2.314/2015-Plenário, o qual foi acolhido pela Egrégia Corte de Contas (Ofício nº 1178/2015-TCU/Secex Previdência), resultando na suspensão dos efeitos dos itens 9.6 e 9.7 da deliberação recorrida, conforme Certidão nº 105/2015-SERUR, de 17/12/2015, expedida pela Secretaria de Recursos do Tribunal, com reflexo na implementação das recomendações exaradas nos Acórdãos 2.059/2012-Plenário e 2.468/2013-Plenário, o que ampara o não reconhecimento e a evidenciação, nas contas relativas ao exercício de 2015, do passivo referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas.

Acrescente-se que a matéria tem sido objeto de providências e debates com órgãos do Governo, alcançados pelas deliberações emanadas pelo Tribunal, particularmente a STN/MF e a Casa Civil (CC-PR). Desse modo, não obstante a argumentação quanto à amplitude de alcance dos efeitos suspensivos, foi constituído Grupo de Trabalho Interministerial com atribuição de realizar, no prazo de 180 dias, “[...] estudo conjunto para avaliar as melhores práticas internacionais de prestação de contas dos encargos com militares inativos, observando os marcos normativos internacionais e nacionais, incluindo no escopo do estudo a necessidade de registros contábeis ou elaboração e divulgação de demonstrações específicas sobre a situação das despesas futuras com os militares, objetivando atendimento de recomendação do Tribunal de Contas da União exarada no Acórdão nº 2.461/2015-TCU Plenário”, conforme Portaria Conjunta MF/CC-PR/MD nº 1/2016 (DOU de 15/01/2016). Como conclusão, considerou-se a necessidade de aguardar a posição do TCU em face do Recurso de Reconsideração interposto na forma acima relatada, para a consecução de medidas relacionadas à matéria.

Em 16/11/2016, o TCU deliberou sobre o Recurso de Reconsideração da Seori, por meio do Acórdão nº 2940/2016-Plenário, não reconhecendo do pedido de reexame e remetendo os autos à apreciação do Ministro Relator, o qual estabeleceu em despacho que a contagem dos prazos definidos nos subitens 9.5, 9.6 e 9.7 do Acórdão 2.314/2015 deva ter início a partir da notificação do Acórdão nº 2940/2016-Plenário, a qual foi formalizada pelo Ofício nº 0919/2016-TCU/SecexPrevidência.

Em atendimento ao subitem 9.7 do Acórdão nº 2.314/2015, a Secretaria-Geral do MD encaminhou para o TCU o Plano de Ação (Ofício nº 4814/2017), com vistas ao atendimento às deliberações 9.3.2 e 9.5 do Acórdão nº 2.059/2012-Plenário e 9.6 do Acórdão nº 2.314/2015-Plenário.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
008.389/2016-0	2523/2016-PL	1.3.6 1.3.7	Ofício nº 0264/2016-TCU/Semag	09/11/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de aprovação do Parecer Prévio do TCU sobre as Contas da Presidente da República, referentes ao exercício de 2015, com as seguintes recomendações para o MD:				
– Subitem 1.3.6 - Ao Ministério da Defesa, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que tomem as providências necessárias para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação contábil do passivo referente às pensões militares previstas na Lei nº 3.765/1960; e				
– Subitem 1.3.7 - À Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Defesa que implementem as práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração das despesas futuras com militares inativos de forma a permitir a transparência necessária e evitar quaisquer distorções materiais no Balanço Geral da União.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				

Em 24/02/2017, por meio da Portaria Conjunta nº 55 da Secretaria-Executiva da Casa Civil, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Defesa, com o objetivo de realizar estudo conjunto para avaliar as melhores práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração contábil do passivo referente às despesas futuras com militares inativos e com pensões militares, observado marcos normativos pertinentes, objetivando ao atendimento de duas recomendações do Tribunal de Contas da União exarada no Acórdão nº 2.523/2016-TCU-Plenário.

O GTI submeterá à apreciação e deliberação dos Secretários, no prazo de 120 dias, contados da data de publicação da Portaria Interministerial (DOU 41, Seção 2, de 01/03/2017), relatório de trabalho que conterá a descrição das atividades desenvolvidas, a análise dos dados, informações verificadas e a proposição de encaminhamentos.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
044.070/2012-8	4119/2016-2C	1.7	Ofício nº 0156/2016-TCU/ SecexAdministração	06/04/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori/MD) Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod) Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd) Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) Departamento do Projeto Calha Norte (DPCN)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2011 da Seori/MD, agregando as informações sobre a gestão do EMCFA, da Seprod e da Sepesd, consideradas regulares e dando-lhes quitação plena, cujo Acórdão sobrestou o julgamento das contas dos Senhores Ari Matos Cardoso, Rubens Sakay, Inácio José Barreira Danziato e Fernando Bauer, até que se dê o deslinde da tomada de contas especial que apura irregularidades ocorridas no Almoarifado Central do Ministério da Defesa, conforme proposta da unidade técnica, ratificada pelo representante do Ministério Público junto ao TCU.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
No processo TC-000.774/2016-2, constam os autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Defesa (MD), referente a prejuízos ao erário decorrentes de irregularidades apuradas na movimentação do estoque do almoarifado do MD, por ocasião da realização de inventário físico eventual, promovida nos meses de julho e agosto de 2011, em razão de mudança do agente responsável pela gestão da Coordenação do Patrimônio e Almoarifado da Seori/MD. O relatório de TCE nº 001/2015 apresentou ocorrências motivadoras de prejuízos causados ao erário. O Ministro se manifestou pela irregularidade das contas de responsabilidade dos agentes indicados, determinando o encaminhamento da TCE para julgamento do TCU. O processo de TCE se encontra na fase de citação dos responsáveis, para que apresentem alegações de defesa e/ou recolham, aos cofres do Tesouro Nacional, as quantias apuradas, atualizadas monetariamente.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
023.458/2013-5	8465/2015-2C	1.8	Ofício nº 1452/2015-TCU/SecexDefesa	19/10/2015
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori/MD) Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod) Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd) Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) Departamento do Projeto Calha Norte (DPCN)				

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO
<p>Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2012 da Seori/MD, agregando as informações sobre a gestão do EMCFA, da Seprod e da Sepesd, consideradas regulares e dando-lhes quitação plena, cujo Acórdão trouxe as seguintes recomendações no subitem 1.8:</p> <ul style="list-style-type: none"> – à Secretaria de Coordenação e Organização Institucional, que: (i) aperfeiçoe seu planejamento estratégico para que contenha, bem delineados, objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro; (ii) aperfeiçoe os indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos e associados ou associáveis aos objetivos estratégicos da unidade, de forma a permitir monitoramento do desempenho da unidade; (iii) aprimore seu sistema de controles internos para suprimir deficiências observadas nos componentes ambiente de controle e avaliação de riscos, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização; (iv) observe os limites normativos de quantum máximo de pessoal na Unidade; – à Secretaria de Produtos de Defesa, que: (i) aperfeiçoe seu planejamento estratégico para que contenha, bem delineados, objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro; (ii) aperfeiçoe os indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos e associados ou associáveis aos objetivos estratégicos da unidade, de forma a permitir monitoramento do desempenho da unidade; – ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que aprimore seu planejamento estratégico para que contenha, bem delineados, objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro; e – à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd), que aprimore seu planejamento estratégico para que contenha, bem delineados, objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro.
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS
<p>Em outubro de 2016, foi aprovado o Planejamento Estratégico da SG/MD (2017-2019), por meio da Instrução Normativa nº 2/SG/MD. Tal instrumento de planejamento, conforme detalhado no item 2.1.1.3 deste relatório, abarcou as Unidades Gestoras Secretaria-Geral (SG), Secretaria de Organização Institucional (SEORI), Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e Departamento do Programa Calha Norte (DPCN). No âmbito da Seori:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) foram definidas metas anuais; b) os indicadores de desempenho foram aperfeiçoados, com estabelecimento de novos indicadores; c) foram instituídos controles administrativos por departamento; e d) estão sendo observados os limites normativos de quantum máximo de pessoal na Unidade.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
024.055/2014-0	11201/2016-2C	1.8 1.9	Ofício 0882/2016-TCU/SecexDefesa	08/11/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG/MD) Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod) Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori/MD) Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd) Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) Departamento do Projeto Calha Norte (DPCN)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
<p>Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2013 da Secretaria-Geral do MD, agregando as informações sobre a gestão da Seori, do EMCFA, da Seprod, da Sepesd e do DPCN, consideradas regulares com ressalvas e dando-lhes quitação, cujo Acórdão (com as retificações do Acórdão nº 3206/2016-TCU-Plenário) trouxe as seguintes recomendações no subitem 1.8:</p>				

- à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG/MD) – que aprimore seu planejamento estratégico para que os planos decorrentes contenham, bem delineados, os objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro, além de se basear em mapeamento de riscos, em atendimento aos princípios da eficiência e da publicidade, do interesse público e ao que prescreve o inciso IV do artigo 14 da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016;
- à Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod) - que aprimore seu: (i) planejamento estratégico para que os planos decorrentes contenham, bem delineados, os objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro, além de se basear em mapeamento de riscos, em atendimento aos princípios da eficiência e da publicidade, do interesse público e ao que prescreve o inciso IV do artigo 14 da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016; e (ii) seu sistema de controles internos, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, em prestígio aos princípios da eficiência, do interesse público e em atenção ao que prescrevem os artigos 3º ao 12 do Capítulo II da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016;
- à Secretaria de Organização Institucional (Seori) - que aprimore seu planejamento estratégico para que os planos decorrentes contenham, bem delineados, os objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro, além de se basear em mapeamento de riscos, em atendimento aos princípios da eficiência e da publicidade, do interesse público e ao que prescreve o inciso IV do artigo 14 da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016;
- à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd) - que aprimore seu: (i) planejamento estratégico para que os planos decorrentes contenham, bem delineados, os objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro, além de se basear em mapeamento de riscos, em atendimento aos princípios da eficiência e da publicidade, do interesse público e ao que prescreve o inciso IV do artigo 14 da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016; e (ii) sistema de controles internos, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, em prestígio aos princípios da eficiência, do interesse público e em atenção ao que prescrevem os artigos 3º ao 12 do Capítulo II da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016;
- ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) - que aprimore seu planejamento estratégico para que os planos decorrentes contenham, bem delineados, os objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhe permita alcançar sua visão de futuro, além de se basear em mapeamento de riscos, em atendimento aos princípios da eficiência e da publicidade, do interesse público e ao que prescreve o inciso IV do artigo 14 da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016; e
- ao Departamento do Projeto Calha Norte (DPCN) - que aprimore seu sistema de controles internos, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, em prestígio aos princípios da eficiência, do interesse público e em atenção ao que prescrevem os artigos 3º ao 12 do Capítulo II da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016.

O subitem 1.9 do Acórdão 11201/2016 científica a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa de que:

- a qualificação acadêmica de 32 servidores do quadro técnico da Secretaria, de primeiro grau incompleto e primeiro grau completo, lotados em cargos em comissão de direção e assessoramento superior, estão em aparente contradição com os requisitos para o cargo – atribuições de direção, chefia e assessoramento –, conforme estipulados no art. 37, II e V, da Constituição Federal;
- embora esteja a critério da autoridade que nomeia, a desproporção na concessão de comissão de direção e assessoramento superiores a militares da ativa e da reserva (ou reformados), respectivamente, 22 e 78%, pode gerar desincentivo aos primeiros;
- a presença de 280 servidores sem vínculo com a Administração, força de trabalho que corresponde a pouco mais de 1/5 do total de servidores da Secretaria-Geral (1244), e a natureza do provimento desses servidores, de livre nomeação e exoneração, potencializa o risco de perda de memória institucional pela facilidade com que esses profissionais podem ser substituídos ou dispensados; e
- embora haja 280 servidores sem vínculo com a Administração nos quadros da Secretaria-Geral, somente 169 estão alocados em cargos de livre provimento e exoneração, conforme relatório de gestão da unidade; havendo, portanto, 111 posições ocupadas sem amparo legal evidente.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS
<p>No âmbito da SG/MD:</p> <ul style="list-style-type: none"> – em outubro de 2016, foi aprovado o Planejamento Estratégico da SG/MD (2017-2019), por meio da Instrução Normativa nº 2/SG/MD. Tal instrumento de planejamento, conforme detalhado no item 2.1.1.3 deste relatório, abarcou as Unidades Gestoras Secretaria-Geral (SG), Secretaria de Organização Institucional (SEORI), Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e Departamento do Programa Calha Norte (DPCN); – apenas 6 servidores detentores de cargo em comissão possuem apenas o nível fundamental - três deles foram exonerados dos cargos comissionados e três tiveram suas permanências justificadas, uma vez que possuem a qualificação técnica exigida para o desempenho das atribuições a eles conferidas por seus superiores. Dos servidores que tiveram justificadas a sua permanência, um deles firmou compromisso de concluir disciplina faltante e conquistar o diploma de conclusão do Ensino Médio; – não há desincentivo dos militares da ativa, uma vez que esses tem um limitador temporal estabelecido para o exercício de cargo de natureza civil, estabelecido no artigo 142 da Constituição Federal (2 anos), além do fato de que são contemplados com Gratificação de Representação privativa de militar; e – dos 280 ocupantes de DAS sem vínculo com a Administração, 169 não possuem qualquer vínculo, 18 são aposentados e 93 são militares da reserva – ou seja, nenhum deles são detentores de cargos efetivos. <p>No âmbito da Sepesd, essa Secretaria aprovou, em julho de 2016, por meio da Instrução Normativa nº 2/SEPESD/MD, o processo de seu “Planejamento Orçamentário”, com orientações para padronizar os procedimentos de planejamento e gestão do orçamento anual. Esse documento vai ao encontro do “aprimoramento do sistema de controle interno, de forma a assegurar o alcance dos objetivos organizacionais”.</p> <p>No âmbito da Seori:</p> <ul style="list-style-type: none"> – adoção de procedimentos de controle nas áreas de licitações, compras e gestão de patrimônio; – criação de indicadores de desempenho, como “Índice de Disponibilidade de Veículos” e “Índice de Abastecimento de Materiais e Equipamentos”; – foi instituído Grupo de Trabalho constituído para realizar estudos para avaliar a eventual necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de gestão, o que resultou na publicação da Instrução Normativa nº 8/ 2015 com criação de um Comitê de Avaliação para acompanhamento dos mecanismos de gestão; – divulgação dos controles administrativos e indicadores de desempenho, por meio da Portaria nº 752/SEORI/MD, de 17 de junho de 2016; – inclusão de objetivos no Planejamento Estratégico da SG/MD (2017-2019); – homologação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) do MD, para o quadriênio 2016-2019, aprovado pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações, por meio da Portaria nº 965/2016/GM/MD; e – reestruturação da área de governança de Tecnologia da Informação, com a criação da Coordenação de Gestão Administrativa, cuja principal finalidade reside na ordenação, melhoria e organização dos processos de aquisição, contratações e acompanhamento dos contratos de Tecnologia, Informação e Comunicação celebrados.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
027.582/2015-9	3107/2016-PL	1.9 1.10	Ofício 1026/2016-TCU/SecexDefesa	16/12/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG/MD)				
Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod)				
Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori/MD)				
Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd)				
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)				
Departamento do Projeto Calha Norte (DPCN)				

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Trata-se de julgamento das contas do exercício de 2014 da Secretaria-Geral do MD, contemplando as contas apresentadas de forma individual sobre a gestão da Seori, do EMCFA, da Seprod, da Sepesd e do DPCN, consideradas regulares com ressalvas e dando-lhes quitação, cujo Acórdão trouxe as seguintes recomendações no subitem 1.9:

— à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, que: (i) elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégico e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; (ii) institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014—TCU—2ªCâmara; (iii) aprimore seus controles internos para suprimir lhes deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; com base no art. 9º da Lei Complementar 97/1999, e em homenagem aos princípios da eficiência e da supremacia do interesse público, que acompanhe tempestiva e regularmente os projetos e subprojetos prioritários sob a gestão dos três Comandos Militares, de modo que a decisão de continuar, expandir ou cancelar um empreendimento seja baseada em análise de riscos e reflita a relação custo-benefício mais favorável ao interesse público;

— ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que: (i) elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégico e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; (ii) institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014—TCU—2ªCâmara; (iii) aprimore seus controles internos para suprimir lhes deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público;

— à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desportos, que: (i) elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégico e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; (ii) institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014—TCU—2ªCâmara; (iii) aprimore seus controles internos para suprimir lhes deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público;

— à Secretaria de Produtos de Defesa, que: (i) elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégico e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; (ii)

institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014–TCU–2ªCâmara; (iii) aprimore seus controles internos para suprimir lhes deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público;

– à Secretaria de Coordenação e Organização Institucional, que: (i) elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégico e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; (ii) institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014–TCU–2ªCâmara; (iii) aprimore seus controles internos para suprimir lhes deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; e

– ao Departamento do Programa Calha Norte, que: (i) elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégico e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; (ii) institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014–TCU–2ªCâmara; (iii) aprimore seus controles internos para suprimir lhes deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência, da publicidade e do interesse público; com base no decreto 7.974/2013, art.26, que adote medidas no sentido de promover avaliação periódica da efetiva aplicação dos créditos descentralizados para os Comandos Militares e para os Municípios, com vistas a certificar-se da conformidade da aplicação dos recursos nos objetos para os quais foram destinados.

O subitem 1.10 do Acórdão 3107/2016 científica:

– a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, da necessidade de observar o disposto no art. 10 da IN TCU 63/2010, quando da elaboração do rol de responsáveis nas próximas prestações de contas, especialmente no que respeita aos registros de períodos de gestão dos responsáveis; a necessidade de observar o disposto no art. 1º, inciso II da IN TCU 63/2010, para a elaboração do relatório de gestão nas próximas contas, de modo que seja organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis pelas unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro; da necessidade de dar cumprimento ao acórdão 2952/2013–Plenário quanto ao acompanhamento tempestivo e regular da evolução das transações de compensação dos Comandos Militares, por exemplo, por meio de banco de créditos de compensação, identificando as empresas beneficiárias e os valores a elas associados, bem como os resultados alcançados pelos acordos de compensação;

– a Secretaria de Produtos de Defesa, da necessidade de observar o disposto no art. 10 da IN TCU 63/2010, quando da elaboração do rol de responsáveis nas próximas prestações de contas, especialmente no que respeita aos registros de períodos de gestão dos responsáveis; a necessidade de observar o disposto no art. 1º, inciso II da IN TCU 63/2010, para a elaboração do relatório de gestão nas próximas contas, de modo que seja organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis pelas unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro;

– a Secretaria de Coordenação e Organização Institucional, da necessidade de observar o disposto no art. 10 da IN TCU 63/2010, quando da elaboração do rol de responsáveis nas próximas prestações de contas, especialmente no que respeita aos registros de períodos de gestão dos responsáveis; a necessidade de observar o

disposto no art. 1º, inciso II da IN TCU 63/2010, para a elaboração do relatório de gestão nas próximas contas, de modo que seja organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis pelas unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro;

– o Departamento do Programa Calha Norte, da necessidade de observar o disposto no art. 10 da IN TCU 63/2010, quando da elaboração do rol de responsáveis nas próximas prestações de contas, especialmente no que respeita aos registros de períodos de gestão dos responsáveis; a necessidade de observar o disposto no art. 1º, inciso II da IN TCU 63/2010, para a elaboração do relatório de gestão nas próximas contas, de modo que seja organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis pelas unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro;

– o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a necessidade de observar o disposto no art. 1º, inciso II da IN TCU 63/2010, para a elaboração do relatório de gestão nas próximas contas, de modo que seja organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis pelas unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro; e

a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desportos, a necessidade de observar o disposto no art. 1º, inciso II da IN TCU 63/2010, para a elaboração do relatório de gestão nas próximas contas, de modo que seja organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis pelas unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

– Em outubro de 2016, foi aprovado o Planejamento Estratégico da SG/MD (2017-2019), por meio da Instrução Normativa nº 2/SG/MD. Tal instrumento de planejamento, conforme detalhado no item 2.1.1.3 deste relatório, abarcou as Unidades Gestoras Secretaria-Geral (SG), Secretaria de Organização Institucional (SEORI), Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPEDS), Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e Departamento do Programa Calha Norte (DPCN)

No âmbito da Seori:

– foi instituído Grupo de Trabalho constituído para realizar estudos para avaliar a eventual necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de gestão, o que resultou na publicação da Instrução Normativa nº 8/ 2015 com criação de um Comitê de Avaliação para acompanhamento dos mecanismos de gestão;

– divulgação dos controles administrativos e indicadores de desempenho, por meio da Portaria nº 752/SEORI/MD, de 17 de junho de 2016; e

– elaboração de um Manual de Procedimentos formulado a partir da metodologia utilizada para a elaboração do mapeamento de processo relativo ao controle administrativo “Pedido de acesso à informação”.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
020.053/2015-0	1995/2016-PL	9.1 9.2	Aviso nº 690/2016-Sese-TCU-Plenário	15/08/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de auditoria operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança do conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira, com o propósito de aprimorar a atuação governamental nessa região e melhorar o desempenho da Administração Pública, cujo Acórdão trouxe recomendação para que o Coordenador do Plano Estratégico de Fronteiras do Ministério da Defesa avalie a conveniência e oportunidade de, em conjunto com os órgãos e instituições integrantes dos colegiados sob suas coordenações, adotar as seguintes iniciativas:				
– Alínea 9.1.1 - formatação de um modelo de monitoramento e avaliação da política, constituído por processos, procedimentos e meios suficientes (recursos financeiros, pessoas, estrutura etc.), de maneira a se obterem dados confiáveis e relevantes capazes de darem suporte aos relatórios de desempenho da política e a aferição dos resultados esperados;				

- Alínea 9.1.2 - desenvolvimento de instrumentos supra organizacionais de gerenciamento de riscos da política que se implementa, suficientes para se garantir continuamente a identificação, a avaliação, a comunicação, o tratamento e o monitoramento dos riscos capazes de afetar o alcance dos objetivos programados; e
- Alínea 9.1.3 - instituição de processo sistemático, formal e concomitante de prestação de contas sobre as ações, operações, metas estabelecidas e resultados alcançados conjuntamente, que contemple mecanismos de responsabilização e instâncias de supervisão capazes de impor a adoção de medidas corretivas e que divulgue todas essas informações à sociedade, de forma clara, ampla e periódica.

O subitem 9.2 do Acórdão 1995/2016 determina ao Coordenador do Plano Estratégico de Fronteiras do MD que, no prazo de 180 dias, a contar do recebimento da comunicação, encaminhe ao Tribunal Plano de Ação, previamente discutido e acordado com os setores envolvidos, que contemple o cronograma de adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações sugeridas no item anterior, assim como os ajustes necessários ao cumprimento do Plano de Trabalho para o atendimento pleno às medidas inseridas no Acórdão 2.252/2015-TCU-Plenário.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

Em 30/08/2016, a Secretaria-Geral do MD tomou conhecimento do Acórdão 1995/2016, por meio do Ofício nº 0694/2016-TCU/SECEX-MS.

Em 01/09/2016, a Secretaria de Controle Interno do MD (CISSET/MD) informou do Acórdão 1995/2016 ao EMCFA, para que o Chefe de Operações Conjuntas tomasse as providências cabíveis. Em 21/09/2016, a CISSET/MD enviou ao Vice Chefe de Operações Conjuntas do EMCFA cópia do Ofício nº 0796/2016-TCU/SECEX-MS, que encaminha cópia dos Acórdãos 2252/2015 e 1995/2016-Plenário.

Em 16/11/2016, foi instituído, por meio do Decreto nº 8.903, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, cujo Comitê é coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e ficará encarregado da elaboração e proposição do plano de ação objetivando atender às recomendações do TCU.

A Casa Civil, por meio do Ofício-SEI nº 266/2017/SE/CC-PR, comunicou à Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso Sul (SECEX/MS-TCU), responsável pelo monitoramento das deliberações do Acórdão 1995/2016, as ações para atendimento às recomendações do TCU, bem como solicitou o restabelecimento do prazo com vistas à elaboração do plano de ação requerido no subitem 9.2 do Acórdão 1995/2016.

7.1.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU pela ESG

Em conformidade com a Portaria nº 18/Comdo/ESG, de 01 de fevereiro de 2016, que aprovou o Regimento Interno da Escola Superior de Guerra, destaca-se que não há no organograma, Unidade de Auditoria Interna subordinada, ou seja, não há atividade interna relacionada à avaliação da gestão, cabendo ao Órgão Setorial de Controle Interno (Ciset-MD) a responsabilidade em questão.

No exercício de financeiro de 2016, o Tribunal de Contas da União proferiu o Acórdão nº 1293/2016 - 2ª Câmara contendo determinações à Escola Superior de Guerra.

Determinação: determina à ESG o saneamento da TCE nº 029.623/2014-7 (decorrente do Processo Administrativo nº 60630.002622/2014-91, que teve a finalidade de apurar a ocorrência de irregularidades atinentes à prestação de serviços por empresa contratada, no tocante à hospedagem de atletas em estabelecimento localizado no município de Paty do Alferes-RJ, por ocasião dos V Jogos Mundiais Militares, ocorridos no período de 16 a 24 de julho de 2011), por meio da apresentação de documentação comprobatória complementar.

Situação: Determinação atendida por meio do Ofício nº 760/ACI/ESG/2016. O Tribunal de Contas da União reenumerou o referido processo para TCE nº 027.116/2016-6, após a juntada de novos elementos.

O acompanhamento das determinações do Tribunal de Contas da União no âmbito da Escola Superior de Guerra é realizado pela Assessoria de Controle Interno (ACI) e supervisionado pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos, que estão diretamente subordinados ao Comandante da Escola. Para efetuar o monitoramento das decisões do TCU relacionadas à ESG, a Assessoria de Controle Interno utiliza ferramentas disponíveis no sítio do TCU na internet, tais como “*push de processos*” e o “*e-TCU*”, além de consultas textuais de publicações no Diário Oficial da União, realizadas diretamente no sítio da Imprensa Nacional.

Não há deliberações do TCU pendentes de cumprimento pela ESG.

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

7.2.1 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno pela SG

De forma análoga às deliberações emanadas do TCU, as recomendações emanadas da Secretaria de Controle Interno do MD (CISSET/MD) são tratadas pela Assessoria de Gestão da Secretaria-Geral, utilizando-se também da mesma estrutura de controle.

As deliberações providas da CISSET/MD no exercício de referência, totalizaram 19 determinações e recomendações recebidas, tendo sido atendida apenas uma delas e nenhuma parcialmente cumprida. Das não implementadas, dezoito permanecem em cumprimento e nenhuma foi detectada como não aplicável.

Foram as seguintes as determinações e recomendações feitas pela CISSET/MD que provocaram maior impacto na gestão da SG e dos seus órgãos vinculados, sendo partes integrantes de um Plano de Providências Permanentes:

Tabela 134 Principais Deliberações da CISSET que permanecem pendentes de cumprimento

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DA CISSET/MD				
PROCESSO	RELATÓRIO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
60100.000053/2016-08	40/2016/Geaud/Ciset-MD, de 28/9/2016	2.6.1.7.3.	Memorando nº 416/CISSET-MD, de 07/11/2016	07/11/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Secretaria-Geral				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Recomendação: 2.6.1.7.3 i) Atentar para as cláusulas contratuais e normas editalícias que definem a metodologia de pagamento à empresa contratada, visando mitigar o descumprimento de cláusulas contratuais e suas consequências; ii) Estocar corretamente o material adquirido antecipadamente com vistas a resguardar suas propriedades construtivas e evitar dano ao erário devido a sua degradação; iii) Instaurar procedimento administrativo com vistas a apurar as circunstâncias do fornecimento antecipado de material e seu respectivo pagamento; iv) Comunicar a Advocacia-Geral da União dos fatos relacionados neste subitem que abrangem a atuação de Advogado da União que afrontam a Portaria AGU nº 1.399/2009, para conhecimento e providências. (Processo 60100.000053/2016-08).				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
<ul style="list-style-type: none"> – Em 08/11/2016, por intermédio do Memorando nº 300/SG-MD, o Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral orientou ao Chefe de Gabinete da SEORI que aquela Secretaria, em um prazo de até 25 dias, a contar do recebimento, encaminhasse o correspondente Plano de Providências Permanentes (PPP), elaborado nos termos da Portaria CGU nº 500, de 8/3/2016, no qual deveriam ser detalhadas as ações a serem adotadas pela administração a fim de atender às recomendações contidas nos subitens 2.6.1, 2.6.2 e 2.6.3 do relatório de auditoria supracitado. – Em 12/01/2017, por intermédio do Memorando nº 11/SEORI/SG-MD, o Chefe de Gabinete da SEORI encaminhou à SG o PPP requerido. – Em 17/01/2017, por intermédio do Memorando nº 13/SG-MD, o Chefe de Gabinete da SG encaminhou ao Secretário de Controle Interno do MD o referido PPP com o detalhamento das ações a serem adotadas pela administração para atender às recomendações contidas nos subitens 2.6.1, 2.6.2 e 2.6.3 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 40/2016/Geaud/Ciset-MD, de 28/9/2016. – As ações constantes do referido PPP estão em andamento, incluída a recomendação 2.6.1.7.3. 				
CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DA CISSET/MD				
PROCESSO	RELATÓRIO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
60100.000053/2016-08	40/2016/Geaud/Ciset-MD, de 28/9/2016	2.6.1.7.3	Memorando nº 416/CISSET-MD, de 07/11/2016	07/11/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Secretaria-Geral				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Recomendação 2.6.2.3: i) Apurar a responsabilidade dos agentes envolvidos na contratação da empresa DDPLUS - comprovadamente sem capacidade técnica para a execução dos serviços requeridos - pelo risco de prejuízo a que expuseram a Administração, e a fim de elucidar os motivos que levaram o pregoeiro a elaborar relatório paralelo, desprovido das considerações que embasaram a rejeição da empresa pela equipe técnica e sem as justificativas				

que fundamentaram sua conclusão pela habilitação técnica da DDPLUS, não obstante tenha visitado a empresa juntamente com o engenheiro e acatado, em fases anteriores do pregão, o posicionamento dos técnicos da Coema.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

- Em 08/11/2016, por intermédio do Memorando nº 300/SG-MD, o Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral orientou ao Chefe de Gabinete da SEORI que aquela Secretaria, em um prazo de até 25 dias, a contar do recebimento, encaminhasse o correspondente Plano de Providências Permanentes (PPP), elaborado nos termos da Portaria CGU nº 500, de 8/3/2016, no qual deveriam ser detalhadas as ações a serem adotadas pela administração a fim de atender às recomendações contidas nos subitens 2.6.1, 2.6.2 e 2.6.3 do relatório de auditoria supracitado.
- Em 12/01/2017, por intermédio do Memorando nº 11/SEORI/SG-MD, o Chefe de Gabinete da SEORI encaminhou à SG o PPP requerido.
- Em 17/01/2017, por intermédio do Memorando nº 13/SG-MD, o Chefe de Gabinete da SG encaminhou ao Secretário de Controle Interno do MD o referido PPP com o detalhamento das ações a serem adotadas pela administração para atender às recomendações contidas nos subitens 2.6.1, 2.6.2 e 2.6.3 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 40/2016/Geaud/Ciset-MD, de 28/9/2016.
- As ações constantes do referido PPP estão em andamento, incluída a recomendação 2.6.2.3.

7.2.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno pela ESG

No exercício financeiro de 2016, a Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (Ciset-MD) não realizou Auditoria de Acompanhamento de Gestão na ESG. As recomendações relevantes de auditoria da Ciset-MD que permanecem pendentes de cumprimento são as seguintes:

a) Recomendação: “Apurar prejuízo decorrente da contratação de serviços sem o devido projeto básico e executivo ou em embasamento técnicos, capazes de fundamentar os quantitativos dos serviços (item 2.1.4 do relatório de auditoria de gestão nº 85/2014)”.

Providência: Apuração inicial realizada pela ESG foi considerada insuficiente pela Ciset/MD, sendo mantida a recomendação de apurar eventual prejuízo em decorrência dos serviços realizados ao amparo da adesão à Ata de Registro de Preços nº 16/2014, oriunda do Pregão SRP nº 48/2013 da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica. Apuração se encontra em andamento.

b) Recomendação: “Recompor o quadro de servidores da área responsável pela tecnologia da informação, mediante a incorporação de técnicos com formação específica e conhecimentos relacionados à gestão de tecnologia da informação da ESG (item 2.8.3 do relatório nº 93/2015)”.

Providência: Encontra-se em andamento ações administrativas para recompor o quadro de servidores do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação da ESG.

O acompanhamento das recomendações da Ciset-MD no âmbito da Escola Superior de Guerra é realizado pela Assessoria de Controle Interno (ACI). O monitoramento do atendimento dessas recomendações é realizado tempestivamente pela ACI que, durante as reuniões mensais do Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos, apresenta a situação das medidas administrativas adotadas a fim de cumprir as referidas recomendações.

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

7.3.1 Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade do Departamento de Administração Interna

Em relação a qualquer ocorrência envolvendo o patrimônio da União com possível dano ao Erário no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, são tomadas as providências previstas tanto na Orientação Normativa nº 003/DEADI, DE 29 de setembro de 2004, como na Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 08 de abril de 1988, da extinta Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP/PR, com a abertura de processo administrativo (sindicância ou PAD) ou Termo Circunstanciado Administrativo - TCA (para o caso de extravio ou dano de material até o valor de R\$ 8.000,00, e sem indícios de dolo por parte do Servidor envolvido), visando à apuração da responsabilidade e do ressarcimento ao erário. Caso infrutífera a cobrança administrativa o agente público ou terceiro responsável é incluído no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), de acordo com a Portaria nº 685-STN, de 14 de setembro de 2006 e informada a CONJUR-MD para propor a cobrança judicial do débito.

Nos casos em que o débito decorrente de danos ao erário atualizado monetariamente for superior a R\$ 75.000,00 é instaurada Tomada de Contas Especial, de acordo com o previsto na IN TCU 71 de 28 de novembro de 2012, tendo competência para a instauração, em suas áreas de atuação, o Departamento de Administração Interna, o Departamento do Programa Calha Norte e o Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças, conforme preconizado no Regimento Interno do MD, aprovado por meio da Portaria Normativa nº 564/MD, de 12 de março de 2014.

Tabela 135 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário no DEADI

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
1 TCA	0	0	0	0	0	0	0	0
2 Sindicâncias								

O detalhamento dos casos de dano objeto de medidas administrativas encontram-se detalhados no Relatório de Instância ou Área de Correição, em anexo a este relatório.

7.3.2 Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade do Departamento do Programa Calha Norte

Tabela 136 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário no DPCN

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
0 TCA	0	0	0	0	0	0	5	8
0 Sindicâncias								

* Conforme Art. 11 da Instrução Normativa (IN) Nº 71/2012 - TCU, a TCE deve ser encaminhada ao TCU em até 180 dias a contar do término do exercício financeiro em que foi instaurada. A IN Nº76 de 23/11/2016, que alterou a IN anterior prevê em seu Art. 11 que as TCE devem ser encaminhadas ao TCU em até 180 dias após a sua instauração. No entanto, o Art. art. 19-A introduzido pela IN Nº 76/2016 prevê que os órgãos e entidades competentes têm até o 1º de dezembro de 2018 para encaminhar ao TCU as respectivas TCE, nos casos exigidos pela legislação, cujas datas de início de contagem, na forma dos artigos 4º, parágrafo 1º, 11 e 13, são anteriores à publicação desta Instrução Normativa, aplicando-se o disposto no art. 12 às hipóteses de descumprimento do citado prazo, inclusive no tocante às sanções a serem impostas aos responsáveis. Portanto, as TCE instauradas em 2016, no âmbito do DPCN, como foram instauradas em datas anteriores à publicação da IN Nº 76/2016 (23/11/2016) estão amparadas pelo art. 19-A da referida IN, exceto as já encaminhadas, conforme quadro acima e a TCE nº 013/16 (Manacapuru/AM) abaixo, cuja data de instauração é posterior a edição da IN Nº 76/2016 (Portaria nº 2.513/DIAF/MD, de 01DEZ2016)

No que se refere aos procedimentos de Tomadas de Contas Especiais havidas no ano de referência, foram processadas 13 TCE, sendo que 2 TCE foram instauradas em 2015 e processadas em 2016, 9 TCE foram instauradas e processadas em 2016, 1 TCE foi instaurada em 2016 e processada em 2017 e 1 TCE foi instaurada em 2016 e está em processamento, conforme a tabela a seguir:

Tabela 137 Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade do DPCN

TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 001/2016 (Processo: 60414.002902 / 2015-35)
Convênio:	Nº 449/PCN/2011 (SICONV 763404)
Conveniente:	Tefé/AM
Objeto do Convênio:	Construção de calçadas, meio fio, sarjetas e drenagem no Bairro do Abial – Tefé/AM
Instauração:	Portaria nº 2.404/DPCN/SG-MD, de 10 NOV 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 215, de 11 NOV 2015
Responsável pelo Dano:	ANTENOR MOREIRA PAZ – CPF 232.467.663-04 (Ex-Prefeito)
Motivo:	Inexecução parcial do objeto pactuado do Convênio nº 449/PCN/2011, conforme letra “a”, do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da IN 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 208.444,85
Valor do Dano atualizado:	R\$ 264.252,39
Status	Encaminhada pelo MD e recebida no TCU em 2016
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 002/2016 (Processo: 60414.002179/2015-94)
Convênio:	Nº 140/PCN/2011 (SICONV 760224)
Conveniente:	Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP
Objeto do Convênio:	Urbanização de vias públicas do Município
Instauração:	Portaria nº 1.792/DPCN/SG-MD, de 18AGO 2015, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 035 de 28 de agosto de 2015
Responsável pelo Dano:	EURICÉLIA MELO CARDOSO – CPF 466.697.012-68 (Ex-Prefeita); MANOEL JOSÉ ALVES – CPF 680.712.802-91 (Ex-Prefeito); e WALBER QUEIROGA DE SOUZA – CPF 226.311.272-34 (Prefeito)
Motivo:	Inexecução parcial do objeto pactuado do Convênio nº 140/PCN/2011, conforme letra “a”, do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da IN 507/2011 (referentes aos dois primeiros responsáveis); e não devolução de saldo de recursos federais, apurado na execução do objeto, conforme letra “g”, do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da IN 507/2011 (referente ao terceiro responsável)
Valor do Dano original:	R\$ 607.111,17
Valor do Dano atualizado:	R\$ 783.719,74
Status	Encaminhada pelo MD e recebida no TCU em 2016
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 003/2016 (Processo: 60414.000889/2016-61)
Convênio:	Nº 445/PCN/2010 (SICONV 735005)
Conveniente:	Município de Alvorada do Oeste/RO
Objeto do Convênio:	Construção de Portais nas entradas/saídas do Município de Alvorada do Oeste
Instauração:	Portaria nº 704/DPCN/SG-MD, 13/06/2016, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 24 de 17/06/2016
Responsável pelo Dano:	JOSÉ WALTER DA SILVA – CPF: 449.374.909-15 (Ex-Prefeito)
Motivo:	Inexecução total do objeto pactuado do Convênio nº 445/PCN/2010, conforme alínea “a”, inciso II, § 1º, do artigo 82 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 241.197,58
Valor do Dano atualizado:	R\$ 323.372,20
Status	Encaminhada pelo MD e recebida no TCU em 2016
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 004/2016 (Processo: 60414.000935 / 2016-21)
Convênio:	Nº 331/PCN/2012 (SICONV 774856)
Conveniente:	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Estado do Amapá / AP
Objeto do Convênio:	Construção do Laboratório de Biologia e Metalografia da Polícia Técnico Científica no município de Macapá/AP
Instauração:	Portaria nº 1.197/DIAF/MD, de 29 JUL 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 146, de 01 AGO 2016
Responsável pelo Dano:	NIXON KENNEDY MONTEIRO – CPF 771.907.341-04 (Ex-Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública do Estado do Amapá/AP)

Motivo:	Não restituição financeira da parcela glosada do Convênio nº 331/PCN/2012, conforme alínea "c", do inciso II, do § 1º, do artigo 82, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 NOV 2011
Valor do Dano original:	R\$ 179.073,98
Valor do Dano atualizado:	R\$ 238.320,07
Status	Encaminhada pelo MD e recebida no TCU em 2016 (Ainda não consta na base de dados do TCU)
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 005/2016 (Processo: 60414.000908/2016-59)
Convênio:	Nº 196/PCN/2012 (SICONV 769402)
Conveniente:	Prefeitura Municipal de Rorainópolis/RR
Objeto do Convênio:	Pavimentação e Drenagem Urbana Município
Instauração:	Portaria nº 1.196/DIAF/MD, 29/07/2016, publicada no DOU nº 146 de 01/08/2016
Responsável pelo Dano:	ADILSON SOARES DE ALMEIDA – CPF 388.234.381-87 (Prefeito)
Motivo:	Inexecução Parcial do objeto pactuado do Convênio nº 196/PCN/2012, conforme alínea "a", do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da Portaria interministerial nº 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 165.916,37
Valor do Dano atualizado:	R\$ 206.654,29
Status	Encaminhada pelo MD e recebida no TCU em 2016
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 006/2016 (Processo: 60414.000996 / 2016-99)
Convênio:	Nº 367/PCN/2011 (SICONV 757660)
Conveniente:	Prefeitura Municipal de Iracema / RR
Objeto do Convênio:	Reforma da biblioteca municipal e construção do muro da cidade de Iracema / RR
Instauração:	Portaria nº 1496/DIAF/MD, de 26 AGO 2016, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 035, de 02 SET 2016 e no D O U nº 172, de 06 SET 2016
Responsável pelo Dano:	RARYSON PEDROSA NAKAYAMA – CPF 595.003.952-15 (Ex-Prefeito)
Motivo:	Inexecução Parcial do objeto pactuado do Convênio nº 367/PCN/2011, conforme alínea "a", do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da Portaria interministerial nº 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 88.919,62
Valor do Dano atualizado:	R\$ 127.741,98
Status	Encaminhada pelo MD e recebida no TCU em 2016
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 007/2016 (Processo: 60414.001042/2016-01)
Convênio:	Nº 395/PCN/2011 (SICONV 759434)
Conveniente:	Prefeitura Municipal de Rorainópolis/RR
Objeto do Convênio:	Recuperação Asfáltica nas Ruas do Município
Instauração:	Portaria: nº 1495/DIAF/MD, 26/08/2016, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 035 de 02/09/2016 e D.O.U. nº 172, Seção 2, de 06/09/2016
Responsável pelo Dano:	CARLOS JAMES BARRO DA SILVA – CPF 398.083.943-53 (Prefeito)
Motivo:	Inexecução Parcial do objeto pactuado do Convênio nº 395/PCN/2011, conforme alínea "a", do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da Portaria interministerial nº 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 132.560,19
Valor do Dano atualizado:	R\$ 186.537,26
Status	Encaminhada pelo MD e recebida no TCU em 2016
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 008/2016 (Processo: 60414.001055 / 2016 - 72)
Convênio:	Nº 359/PCN/2010 (SICONV 736541)
Conveniente:	Prefeitura Municipal de Acrelândia / AC
Objeto do Convênio:	Pavimentação de ruas do Município
Instauração:	Portaria nº 1.751/DIAF/MD, de 19 SET 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 182, de 21 SET 2016
Responsável pelo Dano:	CLÓVIS VALDIR MORETTI – CPF 458.481.061-34 (Ex-Prefeito)

Motivo:	Parcial do objeto pactuado do Convênio nº 359/PCN/2010, conforme alínea "a", do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da Portaria interministerial nº 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 111.095,94
Valor do Dano atualizado:	R\$ 158.233,12
Status	Encaminhada pelo MD em 2016 e recebida no TCU em 2017
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 009/2016 (Processo: 60414.001285/2016-31)
Convênio:	Nº 413/PCN/2013 (SICONV 785509)
Convenente:	Prefeitura Municipal de Autazes / AM
Objeto do Convênio:	Construção de Ginásio na comunidade Novo Céu
Instauração:	Portaria nº 2.202/DIAF/MD, 01/11/2016, publicada no D.O.U. nº 211, Seção 2, de 03/11/2016
Responsável pelo Dano:	RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO (Ex-Prefeito) – CPF 134.048.062-04 e JOSÉ THOMÉ FILHO – CPF 031.612.692-68 (Prefeito)
Motivo:	Inexecução Parcial do objeto pactuado do Convênio nº 413/PCN/2013, conforme alínea "a", do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da Portaria interministerial nº 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 459.435,10
Valor do Dano atualizado:	R\$ 607.967,28
Status	Não encaminhada ao TCU (Aguardando Pronunciamento Ministerial)
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 010/2016 (Processo: 60414.001101/2016-33)
Convênio:	Nº 416/PCN/2013 (SICONV 785503)
Convenente:	Prefeitura Municipal de Autazes / AM
Objeto do Convênio:	Construção de calçada, meio-fio e sarjeta na sede do Município
Instauração:	Portaria nº 1.996/DIAF/MD, 10/10/2016, publicada no D.O.U. nº 196, Seção 2, de 11/10/2016
Responsável pelo Dano:	RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO (Ex-Prefeito) – CPF 134.048.062-04
Motivo:	Inexecução Parcial do objeto pactuado do Convênio nº 416/PCN/2013, conforme alínea "a", do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da Portaria interministerial nº 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 751.388,24
Valor do Dano atualizado:	R\$ 962.022,98
Status	Não encaminhada ao TCU (em fase de lançamento no SIAFI na Conta "Diversos Responsáveis em Apurados")
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 011/2016(Processo: 60414.001126/2016-37)
Convênio:	Nº 412/PCN/2013 (SICONV 785507)
Convenente:	Prefeitura Municipal de Autazes / AM
Objeto do Convênio:	Construção de Ginásio na comunidade Novo Mastro (Zona rural de Autazes/AM)
Instauração:	Portaria nº 2.201/DIAF/MD, 01/11/2016, publicada no D.O.U. nº 211, Seção 2, de 03/11/2016
Responsável pelo Dano:	RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO (Ex-Prefeito) – CPF 134.048.062-04 e JOSÉ THOMÉ FILHO – CPF 031.612.692-68 (Prefeito)
Motivo:	Inexecução Parcial do objeto pactuado do Convênio nº 412/PCN/2013, conforme alínea "a", do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da Portaria interministerial nº 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 492.352,79
Valor do Dano atualizado:	R\$ 651.527,04
Status	Não encaminhada ao TCU (Aguardando Pronunciamento Ministerial)
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 012/2016 (Processo: 60414.001737 / 2011-71)
Convênio:	Nº 412/PCN/2013 (SICONV 763390)
Convenente:	Prefeitura Municipal de Macapá / AP
Objeto do Convênio:	Sinalização de trânsito das ruas do município de Macapá/AP

Instauração:	Portaria nº 2.204/DIAF/MD, de 01 NOV 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 211, de 03 NOV 2016
Responsável pelo Dano:	ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA – CPF 264.042.222-72 (Ex-Prefeito)
Motivo:	Inexecução Parcial do objeto pactuado do Convênio nº 397/PCN/2011, conforme alínea "a", do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da Portaria interministerial nº 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 427.384,53
Valor do Dano atualizado:	R\$ 623.203,00
Status	Não encaminhada ao TCU (Aguardando Pronunciamento Ministerial)
TOMADA DE CONTAS	TCE Nº 013/2016 (Processo: 60414.001257 / 2016-14)
Convênio:	Nº 441/PCN/2014 (SICONV 801880)
Conveniente:	Prefeitura Municipal de Manacapuru/AM
Objeto do Convênio:	Construção de calçada, meio-fio e sarjeta em vias pavimentadas
Instauração:	Portaria nº 2.513/DIAF/MD, de 01 DEZ 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 232, de 05 DEZ 2016
Responsável pelo Dano:	JAZIEL NUNES DE ALENCAR – CPF 224.571.192-00 (Prefeito)
Motivo:	Inexecução Parcial do objeto pactuado do Convênio nº 397/PCN/2011, conforme alínea "a", do Inciso II, do parágrafo 1º, do Art. 82 da Portaria interministerial nº 507/2011
Valor do Dano original:	R\$ 427.113,72
Valor do Dano atualizado:	R\$ 492.402,08
Status	Não encaminhada ao TCU (Aguardando Pronunciamento Ministerial)
Total de Danos originais:	R\$ 4.291.994,08
Total de Danos atualizados:	R\$ 5.625.953,43

7.3.3 Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade da ESG

Em 2016 não houve instauração de Tomada de Contas Especial ou processos administrativos de apuração de dano ao Erário na ESG.

Destaca-se ainda que no exercício de 2016, não houve deliberação do TCU acerca do Processo de Tomada de Contas Especial nº 029.689/2014-7, decorrente do Processo Administrativo nº 60630.002622/2014-91, que teve a finalidade de apurar a ocorrência de irregularidades atinentes à prestação de serviços por empresa contratada, no tocante à hospedagem de atletas em estabelecimento localizado no município de Paty do Alferes-RJ, por ocasião dos V Jogos Mundiais Militares, ocorridos no período de 16 a 24 de julho de 2011.

Para realizar a apuração de ilícitos administrativos, a ESG cria comissões específicas compostas por seus próprios servidores, sendo verificado nos respectivos atos de designação o atendimento dos critérios de imparcialidade e autonomia necessários às apurações em curso. Em caso de necessidade de assessoria técnica especializada, a ESG requisita servidores de outros órgãos para compor as referidas comissões.

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 8.666, DE 1993

7.4.1 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993, da SG

Os pagamentos executados na UG 110404 cumprem o previsto no artigo 5º da Lei 8.666/93, quanto à estrita ordem cronológica das datas de sua exigibilidade, sendo rotineiro que os pagamentos sejam executados no mesmo dia que adentram a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (COFIN). Nesse sentido, do cotejo entre a data de atesto das notas fiscais, vinculadas aos processos das compras e contratações definidos na amostra, com a data das respectivas emissões das ordens bancárias, não são evidenciados pagamentos que não tenham obedecido a ordem cronológica dos atesto, atendendo, dessa forma, às exigências legais.

7.4.2 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993, da ESG

A Escola Superior de Guerra observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93, quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

Para assegurar o cumprimento do referido dispositivo legal, a ESG tem utilizado o sistema SIGDEM (sistema de gestão de expedientes administrativos), que possibilita o trâmite eletrônico de títulos de créditos diversos e, desta forma, evidencia para a Seção de Finanças a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, durante a operacionalização do pagamento.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

7.5.1 Informações da SG sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não há conteúdo a declarar, uma vez que o reexame feito por entidades representativas de setores abrangidos naquela decisão, acolhido em 2/3/2015, encontram-se suspensos, em caráter liminar, os subitens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão e, por consequência, a obrigatoriedade da revisão contratual dos preços contratados com a Administração Pública, não tendo sido adotadas medidas a respeito da revisão no decorrer do exercício de referência do relatório de gestão.

7.5.2 Informações da ESG sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A ESG não firmou contrato de prestação de serviços com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2001 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012 durante a vigência dos referidos dispositivos legais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/SG-MD, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

Aprova o Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral para o período 2017 a 2019.

O **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 do Anexo I do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, tendo em vista o disposto na Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 60311.000630/2016-78, resolve:

Art. 1º Aprovar o Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral (SG) para o período 2017 a 2019, na forma do anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 2º Todo e qualquer plano, projeto, atividade, indicador e meta, no âmbito da Secretaria-Geral, deverá estar alinhado à estratégia estabelecida nesta Instrução Normativa.

Art. 3º Ao Secretário-Geral, por intermédio de sua Assessoria de Gestão Estratégica, caberá:

I - coordenar as atividades de planejamento e gestão estratégica do órgão e as demais ações decorrentes desta Instrução Normativa; e

II - aprovar os ajustes, a exclusão ou a inclusão de indicadores de resultados, metas e iniciativas, mediante a devida análise de viabilidade orçamentária.

Art. 4º Os dirigentes da Secretaria de Organização Institucional, da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, da Secretaria de Produtos de Defesa, do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia e do Departamento do Programa Calha Norte viabilizarão as ações necessárias à consecução dos objetivos estratégicos no âmbito de cada órgão.

Art. 5º O suporte ao Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral, para o período 2017 a 2019, será realizado por meio da Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral.

Art. 6º Cada um dos Objetivos Estratégicos estabelecidos possuirá um responsável, denominado Gestor do Objetivo, a quem caberá atuar na coordenação setorial das ações e monitorar os indicadores associados.

Art. 7º No prazo de trinta dias, a contar da data de entrada em vigor desta Instrução Normativa, a Secretaria-Geral publicará em Boletim de Pessoal e Serviço do Ministério da Defesa a relação de Gestores dos Objetivos, o Mapa de Indicadores e o Plano de Ação da Secretaria-Geral para o período 2017 a 2019.

Art. 8º O Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral, para o período 2017 a 2019, as iniciativas dele decorrentes e os seus resultados serão monitorados, controlados e avaliados, visando identificar riscos e antecipar ações corretivas para alcançar as metas e os objetivos.

Art. 9º A Secretaria-Geral promoverá Reuniões de Análise Estratégica (RAE) quadrimestrais para alinhar percepções e avaliar o cumprimento e os resultados da estratégia definida para o período, envolvendo, além do Secretário-Geral, todos os dirigentes máximos dos órgãos subordinados e, a convite, o Secretário de Controle Interno.

Art. 10. A Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral promoverá Reuniões de Monitoramento Estratégico (RME) bimestrais, para controle dos resultados e monitoramento de cada objetivo, envolvendo o Gestor de cada objetivo estratégico.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

ANEXO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA-GERAL PARA O PERÍODO 2017 A 2019

I - INTRODUÇÃO

O Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral, para o período 2017 a 2019, é o processo que define os rumos da Secretaria-Geral e de seus órgãos subordinados até 2019, em estreito alinhamento com a Estratégia Setorial de Defesa, o Plano Plurianual do Governo Federal, de 2016 a 2019, e o planejamento e a execução do Orçamento Federal.

II - DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Os direcionadores estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral, macrodesafios para o período 2017 a 2019, foram selecionados conforme a vinculação às competências da Secretaria-Geral e de seus órgãos subordinados, dentre as Ações Setoriais de Defesa estabelecidas pela Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015.

AÇÃO SETORIAL DE DEFESA	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA
ASD 55 Promover medidas que contribuam para a valorização dos militares e civis do MD	OSD 15 Valorização dos militares e civis do MD
ASD 56 Desenvolver mecanismos de incentivo à atração e retenção dos profissionais das diversas especialidades das FA	
ASD 57 Desenvolver estudos sobre a composição e organização dos efetivos militares e civis do MD	OSD 16 Adequação dos efetivos militares e civis para o cumprimento da missão institucional do MD
ASD 58 Atualizar a estrutura das carreiras civis existentes no MD	
ASD 59 Propor a criação de uma carreira civil de Defesa Nacional para atuação no âmbito do MD	
ASD 60 Promover a adequada incorporação dos efetivos femininos no âmbito da Defesa	
ASD 61 Promover a interação entre cursos congêneres das FA e da Escola Superior de Guerra, com ênfase nos cursos de altos estudos	OSD 17 Capacitação sistemática e permanente do pessoal civil e militar das FA
ASD 62 Promover o intercâmbio entre instituições de ensino civis e militares	
ASD 64 Ampliar/consolidar o reconhecimento do tema Defesa Nacional como área de estudo científico pela sociedade, meio acadêmico e instituições em geral	OSD 18 Desenvolvimento de uma “mentalidade de defesa” e do conhecimento sobre o tema Defesa Nacional no âmbito da sociedade brasileira
ASD 65 Difundir assuntos de interesse da defesa nacional no âmbito da sociedade e, em particular, no meio acadêmico	
ASD 66 Aprimorar a gestão em saúde no âmbito do MD	OSD 20 Excelência na atuação das Áreas de Saúde do MD
ASD 67 Buscar a excelência na prestação de serviço integral de saúde aos usuários dos Sistemas de Saúde no âmbito do MD	
ASD 68 Aprimorar o eixo operacional da área de Saúde das FA	
ASD 69 Aprimorar o eixo pericial de saúde no MD	
ASD 70 Estabelecer mecanismos de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias na área de saúde	
ASD 71 Aprimorar a interoperabilidade entre os Sistemas de Saúde do MD	
ASD 72 Desenvolver o Sistema de Informações de Saúde	
ASD 73 Promover o intercâmbio com instituições de saúde, civis e militares, nacionais e internacionais	
ASD 74 Promover a interação entre os órgãos de Assistência Social das FA	OSD 21 Garantia do bem-estar e proteção social aos militares e

AÇÃO SETORIAL DE DEFESA

OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA

ASD 75	Incentivar a divulgação de boas práticas de Assistência Social das FA	servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas
ASD 76	Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades de Assistência Social no âmbito do MD	
ASD 77	Promover o desenvolvimento da estrutura de Assistência Social no âmbito das FA	
ASD 78	Promover a evolução dos conhecimentos sobre Assistência Social no âmbito do MD	
ASD 79	Estimular o desenvolvimento do desporto militar brasileiro	OSD 22 Desenvolvimento do desporto no âmbito do MD
ASD 80	Desenvolver a mentalidade desportiva no âmbito do MD	
ASD 81	Recrutar e capacitar recursos humanos para a área do desporto militar, incluindo atletas de alto rendimento	
ASD 82	Fomentar a participação de atletas militares em competições nacionais e internacionais	
ASD 83	Fomentar o intercâmbio com organizações nacionais e estrangeiras direcionadas ao desporto militar	
ASD 84	Incentivar atividades de pesquisa que atendam às necessidades do desporto militar	
ASD 91	Estimular a competitividade da BID	
ASD 92	Promover ações que contribuam para a redução da dependência externa de produtos estratégicos de defesa	
ASD 93	Buscar a redução da carga tributária incidente sobre a BID	
ASD 94	Viabilizar o planejamento consensual das compensações comerciais, industriais e tecnológicas em favor da BID	
ASD 95	Promover a interação com outras organizações de interesse da BID	
ASD 96	Promover a internacionalização das empresas da BID	
ASD 97	Promover ações de fomento à BID no âmbito nacional e internacional	
ASD 98	Promover a integração dos projetos das FA em termos de desenvolvimento tecnológico na área de Defesa	OSD 25 Domínio de tecnologias de interesse da Defesa
ASD 99	Promover a capacitação científica e tecnológica da BID e das instituições do MD	
ASD 100	Promover o desenvolvimento da capacidade de Tecnologia Industrial Básica, no âmbito do MD	
ASD 101	Promover o desenvolvimento de tecnologias consideradas estratégicas para a Defesa	
ASD 102	Fortalecer a estrutura de Ciência e Tecnologia (C&T) do MD	
ASD 103	Promover o incremento do conteúdo tecnológico dos produtos de defesa produzidos no País	
ASD 105	Promover o intercâmbio das atividades relacionadas com a aquisição, processamento e interpretação de imagens, no âmbito do MD	OSD 26 Pleno emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais
ASD 106	Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades relacionadas com a aquisição, processamento e interpretação de imagens no âmbito do MD	
ASD 108	Promover a modernização dos sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados ao Sensoriamento Remoto	

AÇÃO SETORIAL DE DEFESA**OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA**

empregados no âmbito MD	
ASD 109 Reduzir o grau de dependência externa com relação a sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados ao Sensoriamento Remoto, de interesse do MD	
ASD 113 Promover ações que contribuam para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (P, D & I) de tecnologias relevantes para a Cartografia Militar	OSD 27 Pleno emprego da Cartografia Militar pelas FA em prol da defesa e da segurança nacionais
ASD 114 Promover o intercâmbio de informações cartográficas com as comunidades nacional e internacional	
ASD 124 Contribuir para a inclusão social e para o fortalecimento da cidadania de segmentos vulneráveis da população brasileira	OSD 32 Apoio a Políticas Públicas
ASD 125 Contribuir para a construção e recuperação da infraestrutura nacional	
ASD 126 Contribuir para o desenvolvimento sustentável e a paz social	
ASD 127 Contribuir para a conscientização social do estudante universitário	
ASD 128 Prestar apoio à Defesa Civil para socorro às vítimas de calamidades, quando solicitado pelos órgãos competentes	
ASD 129 Contribuir para a proteção ambiental	
ASD 130 Promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal	
ASD 131 Contribuir para o desenvolvimento do desporto em âmbito nacional	

Referência: Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015

III - IDENTIDADE ESTRATÉGICA

A identidade estratégica em que se baseia o Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral é constituída pelos seguintes componentes:

MISSÃO

A missão representa a razão de ser da instituição, ou seja, o que o órgão faz hoje, por que faz, em benefício de quem e visando produzir qual impacto. A declaração de missão responde à questão: “por que ou para que o órgão existe?”. A missão da Secretaria-Geral, seu compromisso permanente, está vinculada diretamente aos seus objetivos estratégicos.

MISSÃO DA SECRETARIA-GERAL

"Prover, com oportunidade, os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões; e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura pela alma da Nação."

VISÃO

A visão de futuro é a expressão que traduz objetivamente a situação futura desejada para a SG e corresponde ao norte que se busca alcançar num prazo determinado. A visão impulsiona a organização, enquanto a missão indica o rumo a ser seguido. A visão de futuro da Secretaria-Geral serve como o direcionador dos esforços, transformando produtivamente um propósito em fato concreto.

VISÃO DA SECRETARIA-GERAL

"Consolidar-se como o órgão central do Ministério da Defesa que se articula eficaz e tempestivamente com a administração pública e a sociedade para viabilizar as missões do Ministério da Defesa e das Forças Armadas."

VALORES

Os valores organizacionais representam os atributos e princípios que norteiam as ações e a conduta dos integrantes da SG. Tais valores, portanto, consubstanciam-se em um conjunto de atributos que ajudam a organização a reagir rápida e decisivamente em diferentes situações no cumprimento de sua missão e no alcance de sua visão. São eles:

Cooperação: atuar pelo envolvimento e sinergia de toda a equipe da Secretaria-Geral na busca contínua da melhoria dos resultados.

Credibilidade: ter a confiança do Ministério da Defesa, das Forças Armadas e da sociedade, por meio da permanente aplicação dos valores fundamentais em sua atuação.

Criatividade: inovar para fazer mais com menos recursos e melhorar continuamente os processos de trabalho.

Ética: atuar sob os princípios da moralidade, ressaltando-se a honradez, a integridade, a dignidade e a probidade em todas as ações.

Flexibilidade: agir com permanente capacidade de adaptação em função dos desafios.

Transparência: atuar com visibilidade plena, na extensão permitida pela lei, de todas as decisões e atos de gestão.

PERSPECTIVAS

O Mapa Estratégico da Secretaria-Geral está estruturado em três perspectivas: compromisso com as partes interessadas; processos internos; e recursos. Essas dimensões definem o encadeamento lógico da estratégia de atuação da SG. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os desafios basilares a serem enfrentados pela Secretaria-Geral no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

Perspectiva compromisso com as partes interessadas: indica os resultados que a Secretaria-Geral deve alcançar para maximizar o cumprimento de sua missão institucional em prol de sua visão de futuro. Visa atender às expectativas e demandas dos órgãos parceiros da SG, sobretudo as Forças Armadas, clientes preponderantes.

Perspectiva processos internos: retrata os processos internos prioritários da Secretaria-Geral a fim de buscar excelência, concentrar esforços e expandir os resultados. Define o modo de operação para implementação da estratégia institucional, abordando o fortalecimento da instituição, a governança, o modelo de gestão e a transparência.

Perspectiva recursos: concilia os desafios que a Secretaria-Geral deve superar em questões relativas a recursos humanos, tecnologia e infraestrutura para o alcance da estratégia e sustentar o trabalho orientado à estratégia com foco em resultados. Apoia a busca pela excelência e modernização dos processos internos e o alcance dos resultados.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O objetivo estratégico constitui elo indissolúvel entre as diretrizes da Instituição e o seu referencial estratégico. Determinam o que deve ser feito para que a SG cumpra sua missão e alcance sua visão de futuro.

A partir da aglutinação dos direcionadores estratégicos vinculados por um tema comum, foram deduzidos os 14 Objetivos Estratégicos da Secretaria-Geral (OSG) que constituem o núcleo da estratégia definida e traduzem, consideradas as demandas e expectativas, os desafios a serem enfrentados no cumprimento do papel institucional reservado ao órgão:

OSG 1 Promover ações que fortaleçam a Base Industrial de Defesa e contribuam para o desenvolvimento de produtos e tecnologias de interesse da Defesa Nacional.

Descritor:

Visa assegurar que o Ministério da Defesa promova condições que permitam alavancar a Base

Industrial de Defesa (BID) brasileira, capacitando a indústria nacional do setor para que conquiste autonomia em tecnologias estratégicas para o País e possa contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do Brasil. Envolve um arranjo conjunto e harmônico do setor produtivo, concentrado essencialmente na iniciativa privada, com o setor de desenvolvimento, a cargo do Estado para que a BID possa se consolidar com sucesso.

Macrodesafios Associados:

- ASD 91 Estimular a competitividade da BID (OSD 24).
- ASD 92 Promover ações que contribuam para a redução da dependência externa de produtos estratégicos de defesa (OSD 24).
- ASD 93 Buscar a redução da carga tributária incidente sobre a BID (OSD 24).
- ASD 94 Viabilizar o planejamento consensual das compensações comerciais, industriais e tecnológicas em favor da BID (OSD 24).
- ASD 95 Promover a interação com outras organizações de interesse da BID (OSD 24).
- ASD 96 Promover a internacionalização das empresas da BID (OSD 24).
- ASD 97 Promover ações de fomento à BID no âmbito nacional e internacional (OSD 24).
- ASD 98 Promover a integração dos projetos das FA em termos de desenvolvimento tecnológico na área de Defesa (OSD 25).
- ASD 99 Promover a capacitação científica e tecnológica da BID e das instituições do MD (OSD 25).
- ASD 100 Promover o desenvolvimento da capacidade de Tecnologia Industrial Básica, no âmbito do MD (OSD 25).
- ASD 101 Promover o desenvolvimento de tecnologias consideradas estratégicas para a Defesa (OSD 25).
- ASD 102 Fortalecer a estrutura de Ciência e Tecnologia (C&T) do MD (OSD 25).
- ASD 103 Promover o incremento do conteúdo tecnológico dos produtos de defesa produzidos no País (OSD 25).

Órgão Responsável:

Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 2 Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade.

Descritor:

Busca reduzir a taxa de desconhecimento da sociedade brasileira com os assuntos de defesa e conscientizá-la da sua importância para o País e de que esta é um dever de todos os brasileiros. Envolve inculcar na sociedade que uma das atribuições do Estado é propiciar e garantir condições para que se possa considerar que o País não corra risco de uma agressão externa, nem esteja exposto a pressões políticas ou imposições econômicas insuportáveis, e seja capaz de, livremente, fazer suas escolhas.

Macrodesafios Associados:

- ASD 64 Buscar o reconhecimento do tema Defesa Nacional como área de estudo científico pela sociedade, meio acadêmico e instituições em geral (OSD 18).
- ASD 65 Difundir assuntos de interesse da defesa nacional no âmbito da sociedade e, em particular, no meio acadêmico (OSD 18).
- ASD 79 Estimular o desenvolvimento do esporte militar brasileiro (OSD 22).
- ASD 80 Desenvolver a mentalidade desportiva no âmbito do MD (OSD 22).
- ASD 81 Recrutar e capacitar recursos humanos para a área do desporto militar, incluindo atletas de alto rendimento (OSD 22).
- ASD 82 Fomentar a participação de atletas militares em competições nacionais e internacionais (OSD 22).
- ASD 83 Fomentar o intercâmbio com organizações nacionais e estrangeiras direcionadas ao desporto militar (OSD 22).
- ASD 84 Incentivar atividades de pesquisa que atendam às necessidades do desporto militar (OSD 22).

- ASD 131 Contribuir para o desenvolvimento do desporto em âmbito nacional (OSD 32).

Órgão Responsável:

Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 3 Aprimorar a capacidade de gerar informações em prol das ações de governo na Amazônia legal brasileira.

Descritor:

Tem como alvo criar condições para que o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) se posicione como referência nacional e internacional na geração, integração, disponibilização e utilização de conhecimento aplicado ao ambiente amazônico. Envolve a produção, a articulação, o planejamento, o compartilhamento do conhecimento e a otimização dos recursos em prol da presença efetiva do Estado na Amazônia Legal brasileira.

Macrodesafios Associados:

- ASD 105 Promover o intercâmbio das atividades relacionadas com a aquisição, processamento e interpretação de imagens, no âmbito do MD (OSD 26).
- ASD 106 Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades relacionadas com a aquisição, processamento e interpretação de imagens no âmbito do MD (OSD 26).
- ASD 108 Promover a modernização dos sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados ao Sensoriamento Remoto empregados no âmbito MD (OSD 26).
- ASD 109 Reduzir o grau de dependência externa com relação a sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados ao Sensoriamento Remoto, de interesse do MD (OSD 26).
- ASD 113 Promover ações que contribuam para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (P, D & I) de tecnologias relevantes para a Cartografia Militar (OSD 27).
- ASD 114 Promover o intercâmbio de informações cartográficas com as comunidades nacional e internacional (OSD 27).
- ASD 124 Contribuir para a inclusão social e para o fortalecimento da cidadania de segmentos vulneráveis da população brasileira (OSD 32)
- ASD 128 Prestar apoio à Defesa Civil para socorro às vítimas de calamidades, quando solicitado pelos órgãos competentes (OSD 32).
- ASD 129 Contribuir para a proteção ambiental (OSD 32).
- ASD 130 Promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal (OSD 32).

Órgão Responsável:

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 4 Ampliar a presença do Poder Público na área de atuação do Programa Calha Norte, contribuindo para a defesa nacional, fixando a população na região e prestando-lhe assistência.

Descritor:

Busca implantar e aprimorar a infraestrutura básica nas áreas de defesa, economia, educação, esporte, saúde, social e de transportes nos municípios da área compreendida entre os Estados que fazem parte da Amazônia Legal Setentrional, o Estado do Mato Grosso e a faixa de fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul, criando condições para a fixação da população na região. Tenciona: melhorar a qualidade de vida das populações atendidas; integrar socialmente comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na região; intensificar a troca de informações e articular com órgãos públicos (federais, estaduais e municipais), de modo a identificar as necessidades de obras de infraestrutura na área de atuação do Programa; e aplicar os recursos orçamentários do Programa nas obras de infraestrutura, visando gerar renda e emprego, fortalecer a cadeia produtiva e melhorar as condições de vida, possibilitando a fixação do homem em suas localidades.

Macrodesafios Associados:

- ASD 125 Contribuir para a construção e recuperação da infraestrutura nacional (OSD 32).

Órgão Responsável:

Departamento do Programa Calha Norte (DPCN).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 5 Consolidar a participação da Defesa no desenvolvimento social.

Descritor:

Almeja contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania e com o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a qualidade de vida nas comunidades carentes, usando as habilidades universitárias. Visa, por intermédio do Projeto Rondon, ação interministerial do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, proporcionar conhecimento de aspectos peculiares da realidade brasileira ao estudante universitário e desenvolver sentimentos de responsabilidade social, espírito crítico e patriotismo.

Macrodesafios Associados:

- ASD 126 Contribuir para o desenvolvimento sustentável e a paz social (OSD 32).
- ASD 127 Contribuir para a conscientização social do estudante universitário (OSD 32).

Órgão Responsável:

Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 6 Investir continuamente nos recursos humanos, visando ao incremento de competências e à qualificação, em prol do alcance das metas institucionais.

Descritor:

Busca concentrar esforços na valorização dos servidores civis e dos militares a fim de estimular o comprometimento. Envolve a análise da atual estrutura das carreiras civis existentes no Ministério da Defesa, priorizando a criação de uma Carreira de Defesa Nacional.

Macrodesafios Associados:

- ASD 55 Promover medidas que contribuam para a valorização dos militares e civis do MD (OSD 15).
- ASD 56 Desenvolver mecanismos de incentivo à atração e retenção dos profissionais das diversas especialidades das FA (OSD 15).
- ASD 57 Desenvolver estudos sobre a composição e organização dos efetivos militares e civis do MD (OSD 16).
- ASD 58 Atualizar a estrutura das carreiras civis existentes no MD (OSD 16).
- ASD 59 Propor a criação de uma carreira civil de Defesa Nacional para atuação no âmbito do MD (OSD 16).
- ASD 60 Promover a adequada incorporação dos efetivos femininos no âmbito da Defesa (OSD 16).
- ASD 61 Promover a interação entre cursos congêneres das FA e da Escola Superior de Guerra, com ênfase nos cursos de altos estudos (OSD 17).
- ASD 62 Promover o intercâmbio entre instituições de ensino civis e militares (OSD 17).

Órgão Responsável:

Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 7 Aprimorar a gestão, a interoperabilidade e a complementaridade dos sistemas de saúde e de assistência social do Ministério da Defesa.

Descritor:

Visa promover a cooperação entre os sistemas de saúde e de assistência social das Forças Armadas e o Hospital das Forças Armadas (HFA), com vistas a proporcionar a otimização da assistência social e à saúde. Envolve: melhorar a qualidade da prestação de serviço integral à saúde aos beneficiários dos Sistemas de Saúde das Forças Armadas; aprimorar a gestão em saúde no âmbito das Organizações Militares de Saúde (OMS); promover a interoperabilidade e complementaridade entre as Forças Armadas (FA), com vistas ao preparo dos profissionais de saúde para o pronto apoio de saúde às novas ameaças epidemiológicas ou emergências em saúde pública de importância nacional e

internacional e para as missões sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) ou referentes a Grandes Eventos; promover mecanismos de incentivo para a captação e permanência dos profissionais de saúde do Ministério da Defesa e das FA. Consiste ainda em prover a assistência social, atendendo demandas socioassistenciais por intermédio de ações protetivas e preventivas, com o propósito de contribuir para o pronto emprego do contingente; bem como prover o preparo e a regulamentação das ações de assistência social, quando demandado ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas, em situações de emergências, calamidades públicas, ações humanitárias, além do contexto de operações interagências, operações conjuntas, missões de paz e atividades subsidiárias.

Macrodesafios Associados:

- ASD 66 Aprimorar a gestão em saúde no âmbito do MD (OSD 20).
- ASD 67 Buscar a excelência na prestação de serviço integral de saúde aos usuários dos Sistemas de Saúde no âmbito do MD (OSD 20).
- ASD 68 Aprimorar o eixo operacional da área de Saúde das FA (OSD 20).
- ASD 69 Aprimorar o eixo pericial de saúde no MD (OSD 20 Excelência na atuação das Áreas de Saúde do MD).
- ASD 70 Estabelecer mecanismos de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias na área de saúde (OSD 20).
- ASD 71 Aprimorar a interoperabilidade entre os Sistemas de Saúde do MD (OSD 20).
- ASD 72 Desenvolver o Sistema de Informações de Saúde (OSD 20).
- ASD 73 Promover o intercâmbio com instituições de saúde, civis e militares, nacionais e internacionais (OSD 20).
- ASD 74 Promover a interação entre os órgãos de Assistência Social das FA (OSD 21).
- ASD 75 Incentivar a divulgação de boas práticas de Assistência Social das FA (OSD 21).
- ASD 76 Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades de Assistência Social no âmbito do MD (OSD 21).
- ASD 77 Promover o desenvolvimento da estrutura de Assistência Social no âmbito das FA (OSD 21).
- ASD 78 Promover a evolução dos conhecimentos sobre Assistência Social no âmbito do MD (OSD 21).

Órgão Responsável:

Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 8 Otimizar rotinas e procedimentos para agilizar a solução das demandas impostas, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.

Descritor:

Busca atender à necessidade de responder de forma tempestiva e completa às demandas apresentadas à Secretaria-Geral, atuando de maneira preventiva e simultânea para reduzir o tempo de andamento das rotinas, condição essencial para assegurar a efetividade dos pleitos das partes interessadas, sobretudo o Ministério da Defesa e as Forças Armadas. Objetiva: garantir a razoável duração do processo e a sua efetividade na tramitação por intermédio do mapeamento de todos os fluxos de trabalho da Secretaria-Geral, aperfeiçoando-os para torná-los mais efetivos para o alcance dos resultados que o órgão se propõe.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Processos Internos.

OSG 9 Consolidar e aprimorar a governança da Secretaria-Geral com foco em resultados.

Descritor:

Busca aprimorar a estrutura de governança da Secretaria-Geral, compreendendo essencialmente os mecanismos de cooperação, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e

monitorar a atuação da gestão. Objetiva: a melhoria das práticas e dos princípios de conduta e padrões de comportamentos; incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos; garantir a plena aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões; aprimorar as práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações; atuar de acordo com as prioridades definidas pelo planejamento estratégico, com mecanismos de avaliação, monitoramento e controle de resultados.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria-Geral (SG).

Perspectiva:

Processos Internos.

OSG 10 Aprimorar a difusão da informação e dos serviços afetos à atuação da Secretaria-Geral.

Descritor:

Busca fortalecer, integrar e divulgar a atuação da SG, a fim de garantir e ampliar a unidade, transparência e eficiente comunicação interna e com a sociedade. Envolve: valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais (imparcialidade, probidade, transparência) no âmbito da SG; e disponibilizar à sociedade os dados e as informações de forma transparente e com credibilidade.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Recursos.

OSG 11 Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho da administração central do Ministério da Defesa às necessidades institucionais.

Descritor:

Abarca garantir que os servidores civis e os militares possuam conhecimentos, habilidades, comprometimento e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos. Envolve: propiciar aos servidores civis e militares, da Administração Central do Ministério da Defesa, conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos propostos; obter um quadro de pessoal cada vez mais qualificado, motivado e adequado às necessidades da SG, aumentando as possibilidades da consecução de sua missão e da concretização de sua visão; e adoção de medidas efetivas que propiciem o aprendizado e a execução de ações que importem em real planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e reconhecimento do desempenho dos servidores.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Recursos.

OSG 12 Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a qualidade, a agilidade e a produtividade da administração central do Ministério da Defesa.

Descritor:

Tem como finalidade assegurar o aprimoramento dos serviços de tecnologia da informação e das comunicações (TIC), orientados para a realização dos objetivos estratégicos, valorizando a inovação e a qualidade. Nesse objetivo, dentre outros fatores, deve-se estruturar a TIC e o seu gerenciamento de forma a viabilizar o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Recursos.

OSG 13 Prover a administração central do Ministério da Defesa de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho.

Descritor:

Visa prover os recursos materiais (instalações e mobiliários) que permitam o bom desempenho das unidades da administração central do MD, garantindo aos seus efetivos condições de trabalho com dignidade, saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Recursos.

OSG 14 Fortalecer a gestão orçamentária.

Descritor:

Busca o desenvolvimento de mecanismos para aperfeiçoar o planejamento e a gestão orçamentária, visando à transparência e à melhoria da qualidade do gasto e investimentos. Envolve o estabelecimento de prioridades claras na realização de investimentos; a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de materiais, bens e serviços e da melhor alocação dos recursos necessários e a prospecção de mecanismos para reduzir o custo da atividade-meio em prol da atividade-fim.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Recursos.

INDICADORES E INICIATIVAS

Os indicadores são instrumentos de medição capazes de fornecer informações sobre o resultado da execução da estratégia, notificando o alcance das metas e acusando a necessidade de ações corretivas sendo, assim, uma avaliação constante da validade da estratégia. O uso de indicadores na estratégia da Secretaria-Geral é uma poderosa ferramenta de gestão, pois permite a transparência na divulgação de resultados, garante o alinhamento dos esforços por meio do estabelecimento de linguagem e objetivos comuns e define critérios objetivos definidos pela SG. Os indicadores da estratégia são classificados como de resultado e de tendência. Os de resultado estão relacionados diretamente ao alcance do objetivo estratégico. Já os indicadores de tendência relacionam-se com os meios, os esforços da organização para alcançar o objetivo e aparecem, principalmente, associados aos objetivos constantes nas perspectivas de processos internos e de recursos.

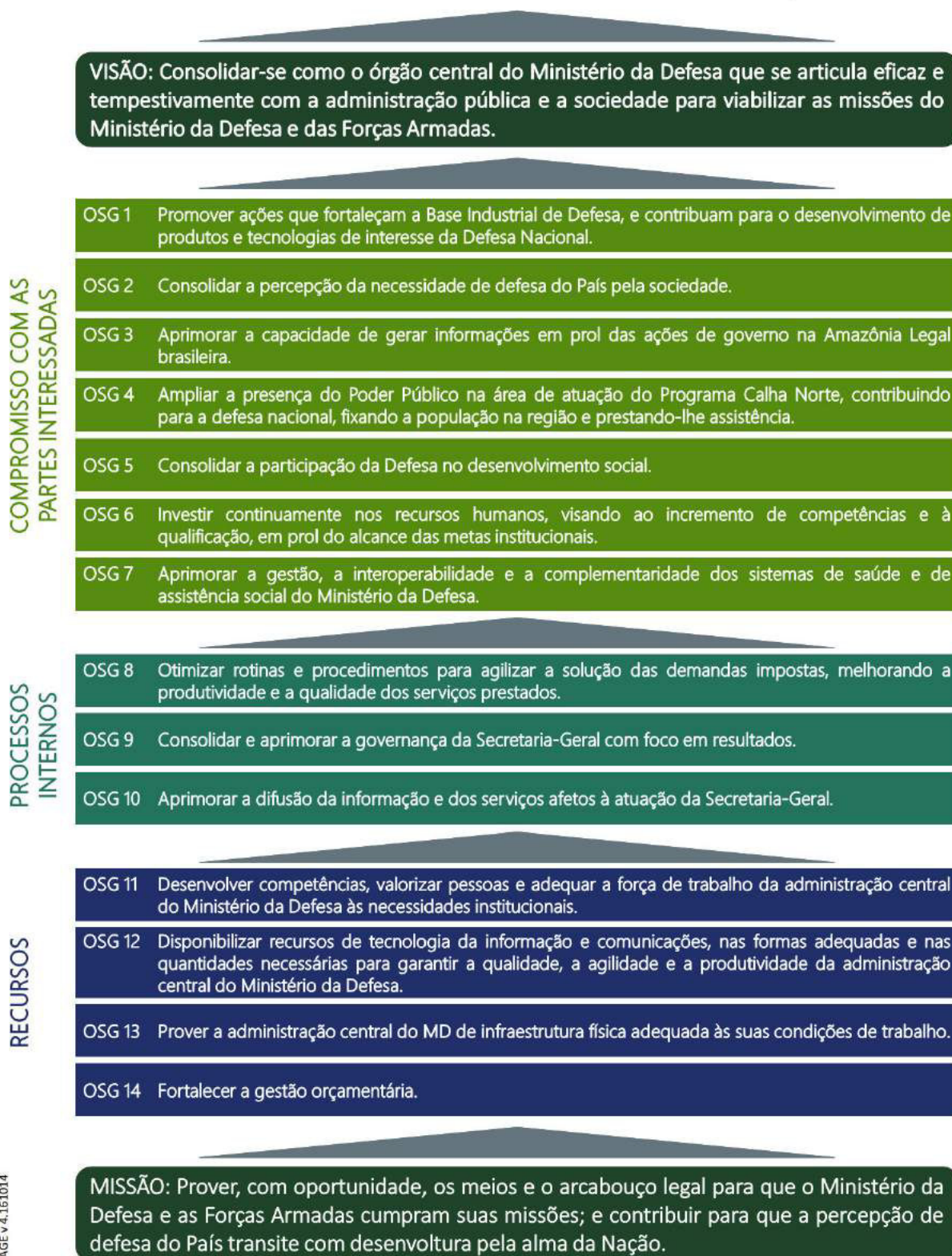
As iniciativas estratégicas indicam, em linhas gerais, o conjunto de projetos e atividades a serem implementadas no curto, médio e longo prazos para assegurar o alcance dos objetivos estabelecidos no mapa estratégico e para preencher as lacunas existentes entre o desempenho atual da SG e o desejado. Tais iniciativas estarão circunscritas às perspectivas sob as quais a Secretaria-Geral possui governabilidade e serão implementadas por meio de planos de ação.

O portfólio de iniciativas produzido norteará a implementação do Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral para o período 2017 a 2019, mas não está isento de ocorrer, ao longo do tempo, modificações, uma vez que a estratégia será constantemente reavaliada. Dada a dinâmica inerente à implementação das iniciativas estratégicas, o conjunto delas constará de publicação específica posterior em formato de Plano de Ação.

IV - MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização em um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos do mapa são: definir e comunicar, de modo claro e transparente a todos os níveis gerenciais e aos servidores, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela Secretaria-Geral; e a forma como suas ações impactam o alcance dos resultados desejados, assim como subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão de ações e de recursos.

MAPA ESTRATÉGICO DA SECRETARIA-GERAL 2017/2019



Anexo 2
Macroprocessos Finalísticos da SG

PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
<p>Implementação das ações decorrentes dos projetos provenientes das instituições de ensino superior; apoio logístico, de execução financeira, coordenação e execução; gerenciamento de Programas de Projetos Especiais; apoio às políticas públicas de saúde e assistência social, mediante a capacitação de pessoal e prestação de serviços assistenciais; boletins meteorológicos e hidrometeorológicos; operacionalização e gestão do parque de sensores tecnológicos instalados na Amazônia; geração de pesquisas e produtos aplicados à gestão de riscos e desastres naturais e antrópicos; implantação e gestão de infraestrutura de comunicação satelital; apoio a inclusão social e digital, ao ordenamento territorial e a regularização fundiária; gestão territorial e ambiental com base em geoinformação; desenvolvimento de pesquisa aplicada; capacitação e formação de competências locais na região amazônica; produtos cartográficos; métodos de extração de dados obtidos de imagens de satélite; produtos resultantes do monitoramento de uso e ocupação do território em áreas prioritárias para combate ao desmatamento na Amazônia; estudos técnico-científicos para indicação de novas tecnologias para obtenção de dados remotos na região da Amazônia Legal; celebração, acompanhamento e recebimento da execução de convênios firmados com Estados e Municípios da Região do Calha Norte, voltados para a realização de obras de infraestrutura básica; descentralização orçamentária e controle da execução dos recursos destinados às iniciativas priorizadas pelos Estados-Maiores das Forças Armadas, no âmbito do Calha Norte.</p>	<p>Subunidades do CENSIPAM (I); estudantes das instituições de ensino superior (E); comunidades carentes (E); FA (E); ME (E); entidades esportivas nacionais e internacionais (E); MDS (E); MEC (E); público em geral de acordo com o tema alvo da política pública (E); Governo Federal, Estados, Municípios e Países (E); Sociedade (E); instituições de ensino e pesquisa (E)</p>	<p>CENSIPAM DPCN SEPED</p>
<p>Conscientização da sociedade para a importância da Defesa e a inserção do tema na agenda nacional; apoio de execução financeira; organização e gestão da informação para integração e divulgação do conhecimento; promoção e organização de eventos e palestras sobre temas de defesa; estudos, subsídios para palestras, notas técnicas, informações e análises; promoção de canais de diálogo.</p>	<p>Ministro (I); subunidades do CENSIPAM (I); SEPED (I); ESG (I); SEPROD (I); instituições de ensino superior de Defesa (E); órgãos ligados a PD&I (E); entidades de interesse da Defesa (E); Governo Federal, Estados e Municípios (E); países e empresas detentoras de know-how de geotecnologias (E); FA (E); academia (E).</p>	<p>SEPED CENSIPAM</p>
<p>Proposições de negócios e parcerias; emissão de documentos de credenciamento e homologação; normas de competência da SEPROD; subsídios para normas relacionadas a produtos, tecnologias e empresas de defesa; otimização do uso de direitos decorrentes das cláusulas contratuais de offset; proposições de parcerias; viabilização da execução de projetos de interesse da defesa; assessoramento sobre projetos, produtos e tecnologias de defesa; proposta de participação/parceria em programas e iniciativas setoriais; pareceres sobre produtos, empresas e tecnologias de defesa; atendimento de demandas relacionadas à BID; elaboração de cenários sobre a BID; planejamento estratégico para o mercado internacional de defesa; autorizações de exportação de produtos de defesa; banco de dados destinado à governança do ciclo de vida dos produtos de defesa; pareceres sobre bens sensíveis e disposições de regimes e acordos internacionais; participação em articulações na área de bens sensíveis; participação nas articulações para evitar ou contornar possíveis cerceamentos tecnológicos aos projetos de interesse da defesa.</p>	<p>MD (I); SG (I); SEPROD (I); Base Industrial de Defesa (E); FA (E); entes da Administração Pública (E); base tecnológica (E); entes internacionais (E); Estado brasileiro (E); Órgãos Governamentais (E).</p>	<p>SEPROD</p>
<p>Política de Remuneração dos Militares das Forças Armadas (argumentos e cálculos); propostas de normas e legislação relativas ao Ensino de Defesa; apoio de execução financeira; coordenação das normas aplicáveis ao MD; reestruturação de carreiras; propostas de concurso público; negociação de realinhamentos salariais; movimentação de pessoal.</p>	<p>MD (I); PR (E); MPOG (E); Congresso Nacional (E); instituições de ensino técnico e superior de Defesa (E); usuários dos sistemas de saúde e de assistência social (E); FA (E); CC/PR (E).</p>	<p>SEPED SEORI</p>

PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Produtos de Inteligência Tecnológica; produtos da Análise Tecnológica; Portal de Fiscalização de Produtos e Subprodutos de Origem Florestal e apoio no Planejamento e Controle (PLACON) de operações; coordenação do apoio às atividades de Defesa Civil; coordenação de assistência humanitária; planos específicos de coordenação.	MD (I); CENSIPAM (I); FA (E); Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) (E); integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) (E); agências de inteligência de órgãos civis (E); Comandos operacionais conjuntos (E); Órgãos governamentais e agências (E).	CENSIPAM
Propostas de PPA, LDO, Lei Orçamentária, Execução orçamentária, financeira e patrimonial, e Relatório de Gestão; Pareceres, informações e a Sistemática de Planejamento Estratégico.	MD (I); FA (E); TCU (E); Órgãos Governamentais (E).	SG SEORI

Anexo 3
Macroprocessos Finalísticos da ESG

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Pesquisa da Defesa Nacional	Produção de conhecimento destinado a promover o desenvolvimento e elevar a capacidade operativa dos setores da estrutura do Estado, diretamente envolvidos, e da sociedade como um todo, com relação à defesa e a segurança nacionais.	Estudos de Ciência Geopolítica	Ministério da Defesa, Forças Auxiliares, Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e integrantes do Poder Judiciário.	Centro de Estudos Estratégicos
		Estudos na Área Geopolítica		
		Estudo do Emprego do Poder Nacional		
		Estudo do Emprego de Inteligência Estratégica		
		Planejamento da Doutrina de Operações Conjuntas		
		Estudos e Aplicação das Relações Internacionais e do Direito Internacional		
		Estudos de Economia Política e Administração, com ênfase em Logística e Mobilização Nacional.		
Ensino da Defesa Nacional.	Cursos de altos estudos destinados a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício de funções de direção e assessoramento para o planejamento da defesa e da segurança nacionais.	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE)	Ministério da Defesa, Forças Auxiliares, Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, Nações Amigas e segmentos da sociedade civil, em especial a Academia.	Departamento de Estudos
		Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados (CDICA)		
		Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD)		
		Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN)		
		Curso Superior de Defesa (CSD)		
		Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE)		
		Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE)		
		Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-SUL)	Órgãos públicos que atuam na área de defesa dos países sul-americanos - UNASUL	
		Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC)	Ministério da Defesa e as Forças Armadas	
		Curso de Diplomacia de Defesa (CDIPLD)	Ministério da Defesa e as Forças Armadas	



Anexo 4

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
INSTITUCIONAL - SEORI**PORTARIA NORMATIVA Nº 2.624/MD, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015**

Aprova a Política Setorial de Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com a alínea "b" do inciso VII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e considerando o que consta no Processo nº 60006.000109/2015-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a Política Setorial de Defesa, na forma do Anexo a esta Portaria Normativa.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas a Portaria nº 532-SC-6, de 27 de fevereiro de 1996, a Portaria Normativa nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002, a Portaria Normativa nº 333/MD, de 24 de março de 2004, a Portaria Normativa nº 1.317/MD, de 4 de novembro de 2004, a Portaria Normativa nº 899/MD, de 19 de julho de 2005, a Portaria Normativa nº 1.359/MD, de 12 de dezembro de 2005, a Portaria Normativa nº 570/MD, de 24 de abril de 2006, a Portaria Normativa nº 571/MD, de 24 de abril de 2006, a Portaria Normativa nº 586/MD, de 24 de abril de 2006, a Portaria Normativa nº 1.173/MD, de 6 de setembro de 2006, a Portaria Normativa nº 1.890/MD, de 29 de dezembro de 2006, a Portaria Normativa nº 343/MD, de 1º de março de 2011, a Portaria Normativa nº 3.389/MD, de 21 de dezembro de 2012, e a Portaria Normativa nº 2.091/MD, de 12 de julho de 2013.

ALDO REBELO

ANEXO**POLÍTICA SETORIAL DE DEFESA****I - INTRODUÇÃO**

A Política Setorial de Defesa (PSD) é o documento que estabelece, no âmbito do Ministério da Defesa, os objetivos a serem alcançados de forma a contribuir para a implementação das ações estratégicas previstas na Estratégia Nacional de Defesa.

II - MISSÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

A Missão traduz as responsabilidades e pretensões do Ministério da Defesa, direcionando o planejamento e as ações a realizar.

Representa a razão de ser da Organização, evidenciando o seu papel na sociedade.

Conforme a Portaria Normativa nº 1.797, de 25 de novembro de 2010, a Missão do Ministério da Defesa é:

"Coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional."

III - VISÃO DE FUTURO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

A Visão de Futuro pode ser definida como a descrição de um estado futuro otimista e ambicioso, porém possível de ser alcançado, exprimindo uma conquista estratégica de grande valor para a organização.

Deve servir como uma fonte inspiradora, um chamamento que estimule e motive as pessoas a ver realizada, com pleno sucesso, a missão declarada. A Visão de Futuro associada à Missão compõem a intenção estratégica da organização.

Conforme a Portaria Normativa nº 1.797, de 2010, a Visão do Ministério da Defesa é:

"Ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como órgão de Estado efetivamente integrador da segurança e da defesa nacionais, dispondo de Forças Armadas modernas e compatíveis com a estatura político-estratégica do Brasil."

IV - OBJETIVOS SETORIAIS

Traduzem as principais metas do Ministério da Defesa concernentes às suas diversas áreas de atuação, visando ao cumprimento da Missão e ao alcance da Visão de Futuro da Instituição.

Os Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) são organizados, neste documento, de acordo com as áreas temáticas de atuação do

Ministério da Defesa, no entanto, devem ser sempre compreendidos de forma transversal no âmbito da Instituição, ou seja, considerando suas interdependências e fundamental efeito sinérgico.

São numerados de forma sequencial, independentemente de suas áreas temáticas, e seguidos pela informação referente à(s) Ação(ões) Estratégica(s) de Defesa (AED) constante(s) da Estratégia Nacional de Defesa com que estão alinhados (quadro resumo das AED anexo).

Os Objetivos Militares de Defesa, extraídos da Política Militar de Defesa, são apresentados, no presente documento, como Objetivos Setoriais da área Militar e listados com precedência sobre os demais, tendo em vista o relevante vínculo que mantém com a Missão do Ministério da Defesa.

- Militar

OSD 1 Defesa da soberania, da integridade territorial e do patrimônio nacionais e das pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior. (AED. 7)

OSD 2 Defesa do território nacional, das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo sobrejacente. (AED. 7)

OSD 3 Fortalecimento das relações com as Forças Armadas das nações amigas. (AED. 8 e 9)

OSD 4 Incremento da capacidade de projeção de poder das Forças Armadas para participar de operações internacionais. (AED.8)

OSD 5 Estímulo e aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas. (AED. 7)

- Nuclear

OSD 6 Desenvolvimento da capacidade de projetar, construir, operar e manter submarinos de propulsão nuclear. (AED: 11 e 12)

- Cibernética

OSD 7 Utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e segurança nacionais. (AED: 6 e 7)

- Espacial

OSD 8 Utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais. (AED: 7, 11 e 12)

- Inteligência de Defesa

OSD 9 Pleno emprego da Inteligência no assessoramento aos processos decisórios no âmbito do Ministério da Defesa, em prol da defesa e segurança nacionais. (AED: 6 e 7)

OSD 10 Proteção dos conhecimentos de interesse da defesa e segurança nacionais. (AED: 6 e 7)

- Guerra Eletrônica

OSD 11 Pleno emprego do espectro eletromagnético pelas Forças Armadas e negação, redução ou prevenção de seu uso contra os interesses nacionais. (AED: 6)

- Comando e Controle

OSD 12 Pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) em prol da defesa e segurança nacionais. (AED: 4)

- Logística de Defesa

OSD 13 Apoio logístico integrado, adequado e contínuo às Forças Armadas. (AED: 2)

- Mobilização Militar

OSD 14 Sustentação da capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional. (AED: 1)

Observação: A Mobilização Militar deverá manter-se alinhada com a Política Nacional de Mobilização.

- Pessoal de Defesa

OSD 15 Valorização dos militares e civis do Ministério da Defesa. (AED: 15)

OSD 16 Adequação dos efetivos militares e civis para o cumprimento da missão institucional do Ministério da Defesa.

(AED: 15)

- Ensino de Defesa

OSD 17 - Capacitação sistemática e permanente do pessoal civil e militar das Forças Armadas. (AED: 15)

OSD 18 Desenvolvimento de uma "mentalidade de defesa" e do conhecimento sobre o tema Defesa Nacional no âmbito da sociedade brasileira. (AED: 14)

OSD 19 Cooperação na área do Ensino de Defesa com outros países. (AED: 9 e 10)

- Saúde de Defesa

OSD 20 Excelência na atuação das Áreas de Saúde do Ministério da Defesa. (AED: 2, 7 e 15)

Observação1: São considerados "eixos estratégicos" da Saúde de Defesa: o Assistencial, o Operacional, o Pericial e o de Ensino e Pesquisa.

Observação2: As normas de execução desta Política deverão estar harmonizadas com as Políticas de Saúde do Governo Federal.

- Assistência Social

(AED: 15) OSD 21 Garantia do bem-estar e proteção social aos militares e servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas.

- Desporto Militar

OSD 22 Desenvolvimento do desporto no âmbito do Ministério da Defesa. (AED: 15)

- Patrimônio Histórico-Cultural

(AED: 16) OSD 23 Desenvolvimento da Cultura e preservação do patrimônio histórico e cultural no âmbito do Ministério da Defesa.

- Indústria de Defesa

OSD 24 Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID). (AED: 12)

- Ciência, Tecnologia e Inovação

OSD 25 Domínio de tecnologias de interesse da Defesa. (AED: 11)

- Sensoriamento Remoto

OSD 26 Pleno emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais. (AED: 6 e 7)

- Cartografia Militar

3) OSD 27 Pleno emprego da Cartografia Militar pelas Forças Armadas em prol da defesa e da segurança nacionais. (AED: 2 e 3)

- Meteorologia de Defesa

OSD 28 Pleno emprego da meteorologia pelas Forças Armadas. (AED: 2 e 3)

Observação: A oceanografia é considerada parte integrante e vinculada à meteorologia marinha.

- Comunicação Social

OSD 29 Incremento da "mentalidade de defesa" na sociedade brasileira. (AED: 16)

OSD 30 Fortalecimento da imagem do Ministério da Defesa no âmbito da sociedade brasileira. (AED: 16)

OSD 31 Fortalecimento da coesão, da integração, da motivação e da satisfação do público interno, no âmbito do Ministério da Defesa. (AED: 15)

- Políticas Públicas

OSD 32 Apoio a Políticas Públicas. (AED: Não há)

Observação: Esta área temática consolida as ações desenvolvidas pelo Ministério da Defesa em apoio a iniciativas do

governo não diretamente associadas à segurança e defesa nacionais.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Objetivos Setoriais de Defesa definidos nesta política orientarão a formulação das ações estratégicas, no âmbito setorial (Ministério da Defesa), que serão consolidadas na Estratégia Setorial de Defesa - próximo documento na cadeia de planejamento estabelecido pelo Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) visando à defesa e à segurança nacionais.

Este texto não substitui o publicado no DOU nº 235, de 09.12.2015, Seção 1, Página 36.



Anexo 5

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
INSTITUCIONAL - SEORI

PORTARIA NORMATIVA Nº 2.621/MD, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova a Estratégia Setorial de Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, combinado com a alínea "b" do inciso VII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e considerado o que consta do Processo nº 60006.000112/2015-27, resolve:

Art. 1º Aprovar a Estratégia Setorial de Defesa, na forma do anexo a esta Portaria Normativa.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

ANEXO

ESTRATÉGIA SETORIAL DE DEFESA

I - INTRODUÇÃO

A Estratégia Setorial de Defesa (ESD) é o documento que estabelece, no âmbito do Ministério da Defesa (MD), as ações estratégicas a serem implementadas com o fito de atingir os objetivos estabelecidos na Política Setorial de Defesa (PSD).

II - AÇÕES SETORIAIS

Consolidam as linhas de ação a serem adotadas para a consecução dos Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) estabelecidos na Política Setorial de Defesa (PSD).

As Ações Setoriais de Defesa (ASD) são, neste documento, organizadas por área temática de atuação do MD, no entanto, devem ser sempre compreendidas de forma transversal no âmbito da Instituição, ou seja, considerando suas interdependências e fundamental efeito sinérgico, visando aos objetivos estabelecidos e aos consequentes cumprimento da Missão e alcance da Visão de Futuro da instituição.

De forma a permitir uma mais fácil visualização de seus alinhamentos estratégicos (vínculos com a PSD), as ASD são numeradas de forma sequencial e apresentadas em tabelas organizadas por área temática, reunidas em função dos Objetivos Setoriais que visam alcançar.

Tendo em vista que as Ações Estratégicas constantes da Estratégia Militar de Defesa ocorre na PSD, a área temática Militar não é aqui apresentada.

NUCLEAR	
OSD 6	Desenvolvimento da capacidade de projetar, construir, operar e manter submarinos de propulsão nuclear.
ASD 1	Desenvolver a infraestrutura voltada para a construção, operação e manutenção de submarinos com propulsão nuclear.
ASD 2	Desenvolver as tecnologias e construir as estruturas necessárias ao domínio do ciclo do combustível nuclear para propulsão nuclear de submarino.
ASD 3	Desenvolver a capacidade de projetar, construir e operar reatores nucleares.
ASD 4	Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades do setor nuclear no âmbito do Ministério da Defesa.
ASD 5	Desenvolver a capacidade de segurança nuclear no âmbito do Ministério da Defesa.

CIBERNÉTICA	
OSD 7	Utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e segurança nacionais.
ASD 6	Implantar o Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC).
ASD 7	Promover a interoperabilidade do setor cibernético na Defesa Nacional.
ASD 8	Criar e implantar o Comando de Defesa Cibernética.
ASD 9	Criar e implantar a Escola Nacional de Defesa Cibernética.
ASD 10	Criar e implantar o Sistema de Homologação e Certificação de Produtos de Defesa Cibernética.
ASD 11	Desenvolver o Observatório Nacional de Defesa Cibernética.
ASD 12	Capacitar e gerir recursos humanos necessários à condução das atividades do Setor Cibernético (St. Ciber) no âmbito da Defesa Nacional.
ASD 13	Implantar o Sistema de Informações Seguras, com enfoque na área de Segurança da Informação e Comunicações.
ASD 14	Contribuir para o fomento da pesquisa e do desenvolvimento de produtos de defesa cibernética.
ASD 15	Contribuir para a produção do conhecimento de inteligência oriundo da fonte cibernética.

Observações:

- As ações em prol da homologação e certificação de produtos de defesa cibernética (ASD 10) deverão se desenvolver em estreita coordenação com a área de "Ciência Tecnologia e Inovação".

- As ações destinadas a contribuir para o fomento da pesquisa e do desenvolvimento de produtos de defesa cibernética (ASD 14) deverão se desenvolver em estreita coordenação com a área de "Ciência, Tecnologia e Inovação".

- As ações destinadas a contribuir para a produção do conhecimento de inteligência (ASD 15) estão relacionadas com as áreas de "Inteligência de Defesa" e "Comando e Controle".

ESPACIAL	
OSD 8	Utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais.
ASD 16	Desenvolver a capacidade de uso do espaço exterior, no âmbito do Ministério da Defesa.
ASD 17	Contribuir para o domínio e redução da dependência externa de tecnologias críticas necessárias ao desenvolvimento, à construção e ao emprego de engenhos espaciais.
ASD 18	Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades do setor espacial, no âmbito do Ministério da Defesa.
ASD 19	Desenvolver o conhecimento científico-tecnológico na área das atividades espaciais, no âmbito do Ministério da Defesa.
ASD 20	Contribuir para a normalização do uso do espaço exterior pelo Estado brasileiro.

Observações:

- As ações para desenvolver a capacidade de uso do espaço exterior (ASD 16) deverão buscar uma atuação colaborativa entre órgãos governamentais, universidades e setores público e privado.
- As ações em busca do domínio e da redução da dependência externa relacionada às atividades espaciais (ASD 17) deverão se desenvolver em estreita coordenação com as áreas de "Indústria de Defesa" e "Ciência, Tecnologia e Inovação".

INTELIGÊNCIA DE DEFESA	
OSD 9	Pleno emprego da Inteligência no assessoramento aos processos decisórios no âmbito do Ministério da Defesa, em prol da defesa e segurança nacionais.
21	ASD Implementar a capacidade de produção de conhecimentos de Inteligência, de âmbito nacional e internacional, com enfoque em assuntos institucionais, estratégicos e operacionais de interesse da defesa e segurança nacionais.
22	ASD Promover a cooperação e contribuir para a integração com os órgãos de Inteligência do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e com outros órgãos de Inteligência de outros países.
23	ASD Promover o desenvolvimento do Sistema de Inteligência de Defesa.
24	ASD Promover o desenvolvimento do Sistema de Inteligência Operacional.
25	ASD Capacitar os recursos humanos necessários à condução das atividades de Inteligência.
26	ASD Estimular a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades da Inteligência de Defesa.
10	OSD Proteção dos conhecimentos de interesse da defesa e segurança nacionais.
25	ASD Capacitar os recursos humanos necessários à condução das atividades de Inteligência.
26	ASD Estimular a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades da Inteligência de Defesa.
27	ASD Promover o desenvolvimento de processos de proteção de dados e conhecimentos de interesse da defesa e segurança nacionais.
28	ASD Promover o desenvolvimento da mentalidade de segurança no âmbito do Ministério da Defesa.

GUERRA ELETRÔNICA	
11	OSD Pleno emprego do espectro eletromagnético pelas Forças Armadas e negação, redução ou prevenção de seu uso contra os interesses nacionais.
29	ASD Promover a interoperabilidade das atividades de Guerra Eletrônica desenvolvidas pelas Forças Armadas.
30	ASD Promover o intercâmbio das instituições de ensino e pesquisa das Forças Armadas no que se refere às atividades relacionadas com a Guerra Eletrônica.
31	ASD Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades de Guerra Eletrônica no âmbito do Ministério da Defesa.
32	ASD Promover o desenvolvimento da mentalidade de Guerra Eletrônica desde a formação nas Escolas Militares.
33	ASD Promover a redução do grau de dependência externa em relação a sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados à Guerra Eletrônica de interesse das Forças Armadas.

Observações:

- A capacitação tecnológica deve ser buscada de maneira harmônica com a área de "Ciência, Tecnologia e Inovação".
- As atividades de Guerra Eletrônica deverão contribuir para a interoperabilidade do Sistema de Comando e Controle em operações conjuntas ou singulares.
- As ações em busca da redução do grau de dependência externa (ASD 33) deverá se desenvolver em estreita coordenação com a área de "Indústria de Defesa".

COMANDO E CONTROLE	
12	OSD Pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC ²) em prol da defesa e segurança nacionais.
34	ASD Aperfeiçoar a Doutrina Conjunta de Comando e Controle.
35	ASD Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades de comando e controle no âmbito do Ministério da Defesa.
36	ASD Aperfeiçoar Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) para o atendimento das necessidades do SISMC ² .
37	ASD Consolidar a estrutura de Comando e Controle de Defesa.
38	ASD Promover o efetivo emprego da Segurança da Informação e Comunicações (SIC) no âmbito do SISMC ² .
39	ASD Incrementar a interoperabilidade dos sistemas componentes do SISMC ² em prol das operações de interesse do MD.
40	ASD Promover o desenvolvimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção em proveito do SISMC ² .

Observações:

- A promoção das atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção (ASD 40) deve ser desenvolvida em estreita coordenação com a área de "Ciência, Tecnologia e Inovação".
- Dever-se-á priorizar a atuação junto aos órgãos governamentais competentes, visando à eficaz distribuição e gerenciamento de frequências para uso pelas Forças Armadas.

LOGÍSTICA DE DEFESA	
13	OSD Apoio logístico integrado, adequado e contínuo às Forças Armadas.
41	ASD Promover a integração e a interoperabilidade logística no âmbito do MD.
42	ASD Promover a redução do grau de dependência externa da área de logística no âmbito do MD.
43	ASD Promover o desenvolvimento do Sistema Logístico de Defesa.
44	ASD Promover a compatibilização e adequação da infraestrutura logística nacional aos interesses da Defesa.
45	ASD Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades logísticas no âmbito do Ministério da Defesa.
46	ASD Promover o desenvolvimento do conhecimento científico-tecnológico e da inovação na área de Logística.
47	ASD Promover a modernização do Sistema Militar de Catalogação.

Observação:

- A promoção da compatibilização e adequação da infraestrutura logística nacional aos interesses da Defesa (ASD 44) deve ser buscada de maneira harmônica com a área de "Mobilização Militar" e segundo a Política Nacional de Mobilização.

MOBILIZAÇÃO MILITAR		
14	OSD	Sustentação da capacidade de emprego das Forças Armadas (FA) em situação excepcional.
48	ASD	Implantar um sistema único de cadastramento de empresas, no âmbito dos Sistemas de Mobilização Militar.
49	ASD	Promover a integração e harmonização da Mobilização Militar com a Mobilização dos demais órgãos setoriais do Sistema Nacional de Mobilização (SINA-MOB).
50	ASD	Atuar junto a outros órgãos governamentais com o propósito de incorporar a dimensão Defesa Nacional nos planos de desenvolvimento da infraestrutura do País.
51	ASD	Estimular o aproveitamento do potencial industrial nacional em benefício da Mobilização Militar.
52	ASD	Capacitar recursos humanos para a condução das atividades de Mobilização Militar no âmbito do Ministério da Defesa.
53	ASD	Promover ações em prol da disseminação da mentalidade de Mobilização na sociedade.
54	ASD	Aprimorar o cadastramento de pessoal na área do Serviço Militar em prol da reserva mobilizável.

Observação:

- A Desmobilização Militar deverá ser planejada simultaneamente com a Mobilização Militar.

PESSOAL DE DEFESA		
15	OSD	Valorização dos militares e civis do Ministério da Defesa.
55	ASD	Promover medidas que contribuam para a valorização dos militares e civis do Ministério da Defesa.
56	ASD	Desenvolver mecanismos de incentivo à atração e retenção dos profissionais das diversas especialidades das Forças Armadas.
16	OSD	Adequação dos efetivos militares e civis para o cumprimento da missão institucional do Ministério da Defesa.
57	ASD	Desenvolver estudos sobre a composição e organização dos efetivos militares e civis do Ministério da Defesa.
58	ASD	Atualizar a estrutura das carreiras civis existentes no Ministério da Defesa.
59	ASD	Propor a criação de uma carreira civil de Defesa Nacional para atuação no âmbito do Ministério da Defesa.
60	ASD	Promover a adequada incorporação dos efetivos femininos no âmbito da Defesa.

ENSINO DE DEFESA		
17	OSD	Capacitação sistemática e permanente do pessoal civil e militar das Forças Armadas.
61	ASD	Promover a interação entre cursos congêneres das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra, com ênfase nos cursos de altos estudos.
62	ASD	Promover o intercâmbio entre instituições de ensino civis e militares.
63	ASD	Promover o intercâmbio de instrutores e alunos de escolas de ensino militar com instituições militares de países amigos.
18	OSD	Desenvolvimento de uma "mentalidade de defesa" e do conhecimento sobre o tema Defesa Nacional no âmbito da sociedade brasileira.
62	ASD	Promover o intercâmbio entre instituições de ensino civis e militares.
64	ASD	Buscar o reconhecimento do tema Defesa Nacional como área de estudo científico pela sociedade, meio acadêmico e instituições em geral.
65	ASD	Difundir assuntos de interesse da defesa nacional no âmbito da sociedade e, em particular, no meio acadêmico.
19	OSD	Cooperação na área do Ensino de Defesa com outros países.
63	ASD	Promover intercâmbio de instrutores e alunos de escolas de ensino militar com instituições militares de países amigos.

SAÚDE DE DEFESA		
20	OSD	Excelência na atuação das Áreas de Saúde do Ministério da Defesa.
66	ASD	Aprimorar a gestão em saúde no âmbito do Ministério da Defesa.
67	ASD	Buscar a excelência na prestação de serviço integral de saúde aos usuários dos Sistemas de Saúde no âmbito do Ministério da Defesa.
68	ASD	Aprimorar o eixo operacional da área de Saúde das Forças Armadas.
69	ASD	Aprimorar o eixo pericial de saúde no Ministério da Defesa.
70	ASD	Estabelecer mecanismos de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias na área de saúde.
71	ASD	Aprimorar a interoperabilidade entre os Sistemas de Saúde do Ministério da Defesa.
72	ASD	Desenvolver o Sistema de Informações de Saúde.
73	ASD	Promover o intercâmbio com instituições de saúde, civis e militares, nacionais e internacionais.

Observações:

- São considerados "eixos estratégicos" da Saúde de Defesa: o Assistencial, o Operacional, o Pericial e o de Ensino e Pesquisa.

- O aprimoramento do eixo operacional da área de Saúde das Forças Armadas (ASD 68) deverá visar à atuação em tempo de crise ou conflito, ou em apoio a emergências em saúde pública, devendo ser buscado de maneira harmônica com a área de "Logística de Defesa" relativa à Função Logística de Saúde.

ASSISTÊNCIA SOCIAL	
21	OSD Garantia do bem-estar e proteção social aos militares e servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas.
74	ASD Promover a interação entre os órgãos de Assistência Social das Forças Armadas.
75	ASD Incentivar a divulgação de boas práticas de Assistência Social das Forças Armadas.
76	ASD Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades de Assistência Social no âmbito do Ministério da Defesa.
77	ASD Promover o desenvolvimento da estrutura de Assistência Social no âmbito das Forças Armadas.
78	ASD Promover a evolução dos conhecimentos sobre Assistência Social no âmbito do Ministério da Defesa.

DESPORTO MILITAR	
22	OSD Desenvolvimento do desporto no âmbito do Ministério da Defesa.
79	ASD Estimular o desenvolvimento do esporte militar brasileiro.
80	ASD Desenvolver a mentalidade desportiva no âmbito do MD.
81	ASD Recrutar e capacitar recursos humanos para a área do desporto militar, incluindo atletas de alto rendimento.
82	ASD Fomentar a participação de atletas militares em competições nacionais e internacionais.
83	ASD Fomentar o intercâmbio com organizações nacionais e estrangeiras direcionadas ao desporto militar.
84	ASD Incentivar atividades de pesquisa que atendam as necessidades do desporto militar.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	
23	OSD Desenvolvimento da Cultura e preservação do patrimônio histórico e cultural no âmbito do Ministério da Defesa.
85	ASD Capacitar e gerir recursos humanos para a área cultural no âmbito do MD.
86	ASD Buscar a conscientização do público interno e externo quanto à importância da preservação, da pesquisa e da difusão do patrimônio histórico e cultural do MD.
87	ASD Estimular a pesquisa e divulgação da História Militar (Naval, Terrestre e Aeronáutica).
88	ASD Estimular o intercâmbio com entidades culturais, do Brasil e do exterior.
89	ASD Buscar o estabelecimento de mecanismos voltados à preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural.
90	ASD Promover o enfoque sistêmico na gestão do patrimônio histórico e cultural.

INDÚSTRIA DE DEFESA	
24	OSD Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID).
91	ASD Estimular a competitividade da BID.
92	ASD Promover ações que contribuam para a redução da dependência externa de produtos estratégicos de defesa.
93	ASD Buscar a redução da carga tributária incidente sobre a BID.
94	ASD Viabilizar o planejamento consensual das compensações comerciais, industriais e tecnológicas em favor da BID.
95	ASD Promover a interação com outras organizações de interesse da BID.
96	ASD Promover a internacionalização das empresas da BID.
97	ASD Promover ações de fomento à BID no âmbito nacional e internacional.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	
OSD 25	Domínio de tecnologias de interesse da Defesa.
ASD 98	Promover a integração dos projetos das Forças Armadas em termos de desenvolvimento tecnológico na área de Defesa.
ASD 99	Promover a capacitação científica e tecnológica da BID e das instituições do MD.
ASD 100	Promover o desenvolvimento da capacidade de Tecnologia Industrial Básica, no âmbito do MD.
ASD 101	Promover o desenvolvimento de tecnologias consideradas estratégicas para a Defesa.
ASD 102	Fortalecer a estrutura de Ciência e Tecnologia (C&T) do MD.
ASD 103	Promover o incremento do conteúdo tecnológico dos produtos de defesa produzidos no País.

Observação:

- Especial atenção deve ser atribuída a questões de propriedade intelectual, no desenvolvimento das ações destinadas ao domínio de tecnologias de interesse da Defesa (OSD 25).

SENSORIAMENTO REMOTO	
OSD 26	Pleno emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais.
ASD 104	Promover a integração das atividades de Sensoriamento Remoto, no âmbito do MD.
ASD 105	Promover o intercâmbio das atividades relacionadas com a aquisição, processamento e interpretação de imagens, no âmbito do MD.
ASD 106	Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades relacionadas com a aquisição, processamento e interpretação de imagens no âmbito do MD.
ASD 107	Desenvolver a mentalidade de emprego do Sensoriamento Remoto no âmbito MD.
ASD 108	Promover a modernização dos sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados ao Sensoriamento Remoto empregados no âmbito MD.
ASD 109	Reduzir o grau de dependência externa com relação a sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados ao Sensoriamento Remoto, de interesse do MD.

Observações:

- A capacitação tecnológica deve ser buscada de maneira harmônica com a área de "Ciência, Tecnologia e Inovação" e segundo os avanços tecnológicos do setor.

- As demandas relacionadas ao emprego de natureza operacional/tática possuem prioridade sobre as de cunho administrativo.
- A busca pela redução do grau de dependência externa (ASD 109) deve ser desenvolvida em estreita coordenação com a área de "Indústria de Defesa".

CARTOGRAFIA MILITAR		
27	OSD	Pleno emprego da Cartografia Militar pelas Forças Armadas em prol da defesa e da segurança nacionais.
110	ASD	Promover a interoperabilidade das atividades de cartografia desenvolvidas pelas Forças Armadas.
111	ASD	Capacitar e gerir recursos humanos necessários à condução das atividades de cartografia no âmbito do Ministério da Defesa.
112	ASD	Desenvolver doutrina de emprego militar nas áreas de cartografia e de Sistemas de Informações Geográficas (SIG).
113	ASD	Promover ações que contribuam para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (P, D & I) de tecnologias relevantes para a Cartografia Militar.
114	ASD	Promover o intercâmbio de informações cartográficas com as comunidades nacional e internacional.
115	ASD	Promover o emprego Estratégico, Operacional e Tático da Geoinformação de Defesa, no âmbito do Ministério da Defesa.

METEOROLOGIA DE DEFESA		
28	OSD	Pleno emprego da meteorologia pelas Forças Armadas.
116	ASD	Promover a integração das atividades de meteorologia desenvolvidas no âmbito do Ministério da Defesa.
117	ASD	Implementar e manter um Sistema de Meteorologia de Defesa.
118	ASD	Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades de Meteorologia de Defesa no âmbito do Ministério da Defesa.
119	ASD	Estimular a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades da Meteorologia de Defesa. (ver obs)
120	ASD	Promover o desenvolvimento da infraestrutura necessária às atividades relacionadas à Meteorologia de Defesa.

Observação:

- A oceanografia é considerada parte integrante e vinculada à meteorologia marinha.

COMUNICAÇÃO SOCIAL		
OSD 29	OSD	Incremento da "mentalidade de defesa" na sociedade brasileira.
ASD 121	ASD	Capacitar e gerir recursos humanos necessários à condução das atividades de Comunicação Social de Defesa no âmbito do Ministério da Defesa.
ASD 122	ASD	Promover a conscientização sobre a importância da Defesa Nacional junto aos diversos segmentos da sociedade brasileira.
ASD 123	ASD	Instituir o Sistema de Comunicação Social de Defesa.
OSD 30	OSD	Fortalecimento da imagem do Ministério da Defesa no âmbito da sociedade brasileira.
ASD 121	ASD	Capacitar e gerir recursos humanos necessários à condução das atividades de Comunicação Social de Defesa no âmbito do Ministério da Defesa.
ASD 122	ASD	Promover a conscientização sobre a importância da Defesa Nacional junto aos diversos segmentos da sociedade brasileira.
ASD 123	ASD	Instituir o Sistema de Comunicação Social de Defesa.
OSD 31	OSD	Fortalecimento da coesão, da integração, da motivação e da satisfação do público interno, no âmbito do Ministério da Defesa.
ASD 121	ASD	Capacitar e gerir recursos humanos necessários à condução das atividades de Comunicação Social de Defesa no âmbito do Ministério da Defesa.
ASD 123	ASD	Instituir o Sistema de Comunicação Social de Defesa.

POLÍTICAS PÚBLICAS		
32	OSD	Apoio a Políticas Públicas.
124	ASD	Contribuir para a inclusão social e para o fortalecimento da cidadania de segmentos vulneráveis da população brasileira.
125	ASD	Contribuir para a construção e recuperação da infraestrutura nacional.
126	ASD	Contribuir para o desenvolvimento sustentável e a paz social.
127	ASD	Contribuir para a conscientização social do estudante universitário.
128	ASD	Prestar apoio à Defesa Civil para socorro a vítimas de calamidades, quando solicitado pelos órgãos competentes.
129	ASD	Contribuir para a proteção ambiental.
130	ASD	Promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.
131	ASD	Contribuir para o desenvolvimento do desporto em âmbito nacional.
132	ASD	Contribuir, no âmbito da Defesa, para a promoção da igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal.

Observação:

- As iniciativas em prol do desenvolvimento do desporto em âmbito nacional (ASD 131) decorrem de ações da área de Desporto Militar, notadamente daquelas voltadas ao desenvolvimento de atletas de alto rendimento.
- O apoio a Políticas Públicas se dará em conformidade com a legislação que estabelece tal apoio.

III - DIRETRIZES PARA AS FORÇAS ARMADAS

As Diretrizes Estratégicas a seguir enunciadas estabelecem as linhas gerais a servirem de guia para as Forças Armadas desenvolverem suas atividades, pautadas em suas Missão e Visão de Futuro, condicionadas pelo arcabouço legal brasileiro, em especial, pela Constituição Federal e Leis Complementares.

Diretrizes Comuns à Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira

- Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional.
 - A dissuasão advém da existência de forças modernas, bem equipadas, adestradas e em estado de permanente prontidão, capazes de desencorajar ameaças e agressões.
 - Organizar-se sob a égide do monitoramento, controle, mobilidade interoperabilidade e presença.
- Esse imperativo vale, com as adaptações cabíveis, para cada Força e deve influenciar a definição das capacitações operacionais de cada uma.
- Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras.

A operacionalização do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ) e do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), juntamente com o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e com o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), possibilitará o efetivo monitoramento e controle das águas jurisdicionais, do território e do espaço aéreo brasileiros.

Observação: O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) deverá atuar integradamente com as FA, a fim de fortalecer o monitoramento, o controle, o planejamento, a logística, a mobilidade e a presença na Amazônia brasileira.

- Desenvolver a mobilidade estratégica.

A mobilidade estratégica, entendida como a aptidão para se chegar rapidamente à região em conflito, é o complemento prioritário do monitoramento/controle e uma das bases do poder de combate, exigindo ação conjunta das Forças Armadas.

- Desenvolver a capacidade logística, para fortalecer a mobilidade, sobretudo na Região Amazônica.

Possuir estruturas de transporte e de comando e controle que possam operar em grande variedade de circunstâncias, inclusive sob as condições extraordinárias impostas pela guerra.

A interoperabilidade e a integração logística entre as Forças, respeitadas as especificidades das mesmas, devem ser buscadas.

- Manter forças aptas a atuar em atendimento aos conceitos da flexibilidade e da elasticidade, respeitando suas particularidades.

Flexibilidade é a capacidade de empregar forças militares com o mínimo de rigidez preestabelecida e com o máximo de adaptabilidade à circunstância de emprego da força.

Elasticidade é a capacidade de aumentar rapidamente o dimensionamento das forças militares quando as circunstâncias o exigirem, mobilizando, em grande escala, os recursos humanos e materiais do País.

- Fortalecer os três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear.

Os setores estratégicos - o espacial, o cibernético e o nuclear - são essenciais para a defesa nacional. As Forças deverão prosseguir nas ações visando à expansão desses setores.

- Priorizar a região Amazônica e o Atlântico Sul.

Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais, o centro político do País e as fronteiras, as Forças devem considerar como prioritárias a região Amazônica e o Atlântico Sul.

- Estruturar-se em torno de capacidades.

As Forças Armadas deverão se organizar em torno de capacidades frente às capacidades opositoras possíveis, e não em torno de atores específicos. O Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro, é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra.

- Desempenhar responsabilidades crescentes em operações internacionais de apoio à política exterior do Brasil.

Em tais operações, as Forças agirão sob a orientação da Organização das Nações Unidas (ONU) ou em apoio a iniciativas de órgãos multilaterais da região, pois o fortalecimento do sistema de segurança coletiva é benéfico à paz mundial e à defesa nacional.

- Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social.

As Forças devem estar preparadas para cumprir, com efetividade, atribuições subsidiárias e missões de garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, nas quais se incluem a participação na prevenção e repressão ao terrorismo e aos ilícitos transnacionais, na proteção ambiental, nos apoios à defesa civil e ao desenvolvimento sustentável, bem como na proteção das estruturas estratégicas terrestres.

- Contribuir com a inserção do Brasil no cenário internacional.

A participação em missões de paz e em ações de ajuda humanitária, o intercâmbio e cooperação com nações amigas, dentre outras, são exemplos de ações realizadas pelas Forças Armadas que contribuem com a inserção do Brasil no cenário internacional.

- Contribuir para o incremento da mentalidade de defesa no âmbito da sociedade brasileira.

As ações das Forças, com ênfase nas de comunicação social, devem contribuir para conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa e do papel desempenhado pelas Forças Armadas.

- Buscar a integração de esforços na área de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A integração de esforços na área de Ciência, Tecnologia e Inovação otimizará meios e recursos despendidos e contribuirá para a interoperabilidade das Forças.

Diretrizes Específicas

Marinha do Brasil

- Fortalecer, em tempo de paz, aproveitando as características de mobilidade e permanência dos meios navais, a capacidade de atuação como instrumento eficaz da política externa, prioritariamente no entorno estratégico.

A Diplomacia Naval, termo consagrado para esta atividade, deve ser assim fortalecida, por meio, dentre outras atividades, da presença de meios navais em portos estrangeiros de interesse nacional, da cooperação e da realização de exercícios com as Marinhas amigas.

- Combinar capacidades de executar as tarefas básicas do Poder Naval para a dissuasão extrarregional.

Assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. Ao fazê-lo, a Marinha do Brasil deverá manter a capacidade pontual de projeção de poder e criar condições para controlar, no grau necessário à defesa e dentro dos limites do direito internacional, as áreas marítimas e águas interiores, bem como suas linhas de comunicações marítimas, protegendo-as contra ameaças provenientes de Estado ou de forças não convencionais ou criminosas.

O foco da combinação dessas capacidades deve prover defesa proativa, mas não exclusivamente, das plataformas petrolíferas, das instalações navais e portuárias, e dos arquipélagos e ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras.

O exercício do controle de áreas marítimas terá como foco as áreas estratégicas de acesso marítimo ao Brasil, com atenção especial à faixa que vai de Santos a Vitória e à área em torno da foz do Rio Amazonas.

Deve-se, igualmente, na tarefa de projeção de poder, ampliar a capacidade para salvaguardar as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior.

- Ampliar suas capacidades anfíbias e expedicionárias, por meio do Corpo de Fuzileiros Navais, para atuar em regiões que se configurem cenários estratégicos de interesse.

- Adensar a capacidade de presença de suas unidades, sob o imperativo da mobilidade estratégica, na Amazônia Azul e nas vias navegáveis das duas grandes bacias fluviais - Amazonas e Paraguai-Paraná.

Nesse contexto, estabelecer, em lugar próprio, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas, uma Esquadra, uma Força de Fuzileiros de Esquadra e uma base naval de uso múltiplo.

- Efetuar o monitoramento da superfície do mar a partir do espaço, fortalecendo a Consciência Situacional Marítima, a capacidade das forças navais de atuar em rede com as forças terrestres e aéreas, buscando a integração e a interoperabilidade.

- Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento nas áreas pelas quais o Brasil é responsável no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.

- Coordenar as iniciativas relativas ao desenvolvimento do Setor Nuclear, envidando esforços em busca da obtenção das capacidades de projetar, construir, operar e manter submarinos de propulsão nuclear, e de prover segurança nuclear no âmbito do Ministério da Defesa.

Exército Brasileiro

- Contribuir com a dissuasão extrarregional, inibindo a concentração de forças hostis junto à fronteira terrestre, e, para tanto, dispor de tropas com mobilidade (estratégica e tática), proteção (individual e coletiva) e elevada prontidão.

- Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social, por meio das ações de garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem (GLO), das atribuições subsidiárias, do apoio à defesa civil e ao desenvolvimento sustentável e da proteção das estruturas estratégicas e das fronteiras terrestres.

- Contribuir com a inserção do Brasil no cenário internacional, aumentando qualitativa e quantitativamente a participação do Exército, por meio de missões de paz, ações de ajuda humanitária e força expedicionária, e incrementando o intercâmbio e a cooperação com as nações amigas, bem como a presença em organismos de decisão internacionais, tudo em consonância com a Política Externa Brasileira.

- Coordenar as iniciativas relativas ao Setor Cibernético, tendo por objetivo a utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de seu uso contra os interesses da defesa e segurança nacionais, e prosseguir nas ações visando à expansão do setor.

- Contribuir com o desenvolvimento nacional, por meio de obras de infraestrutura, buscando compatibilizá-las, sempre que possível, aos interesses da Defesa.

Força Aérea Brasileira

- Manter a soberania do espaço aéreo brasileiro por meio da vigilância, controle e defesa aeroespacial, com a assistência dos meios espaciais, terrestres e marítimos, para manutenção da integridade do território nacional.

- Ampliar e manter a infraestrutura de apoio às operações aéreas no território nacional, incrementando a capacidade de mobilidade própria e das demais Forças, principalmente na Região Amazônica.

- Coordenar as iniciativas relativas ao Setor Espacial, perseverando na busca da capacidade de "uso do espaço" e da redução da dependência externa na construção e operação de engenhos aeroespaciais.

- Ampliar a capacidade de Busca e Salvamento em toda a área de responsabilidade do Estado brasileiro, em decorrência de compromissos internacionais assumidos pelo País.

- Dimensionar adequadamente o tamanho da Força e as capacidades necessárias para o desempenho das atividades relacionadas ao Poder Aeroespacial.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

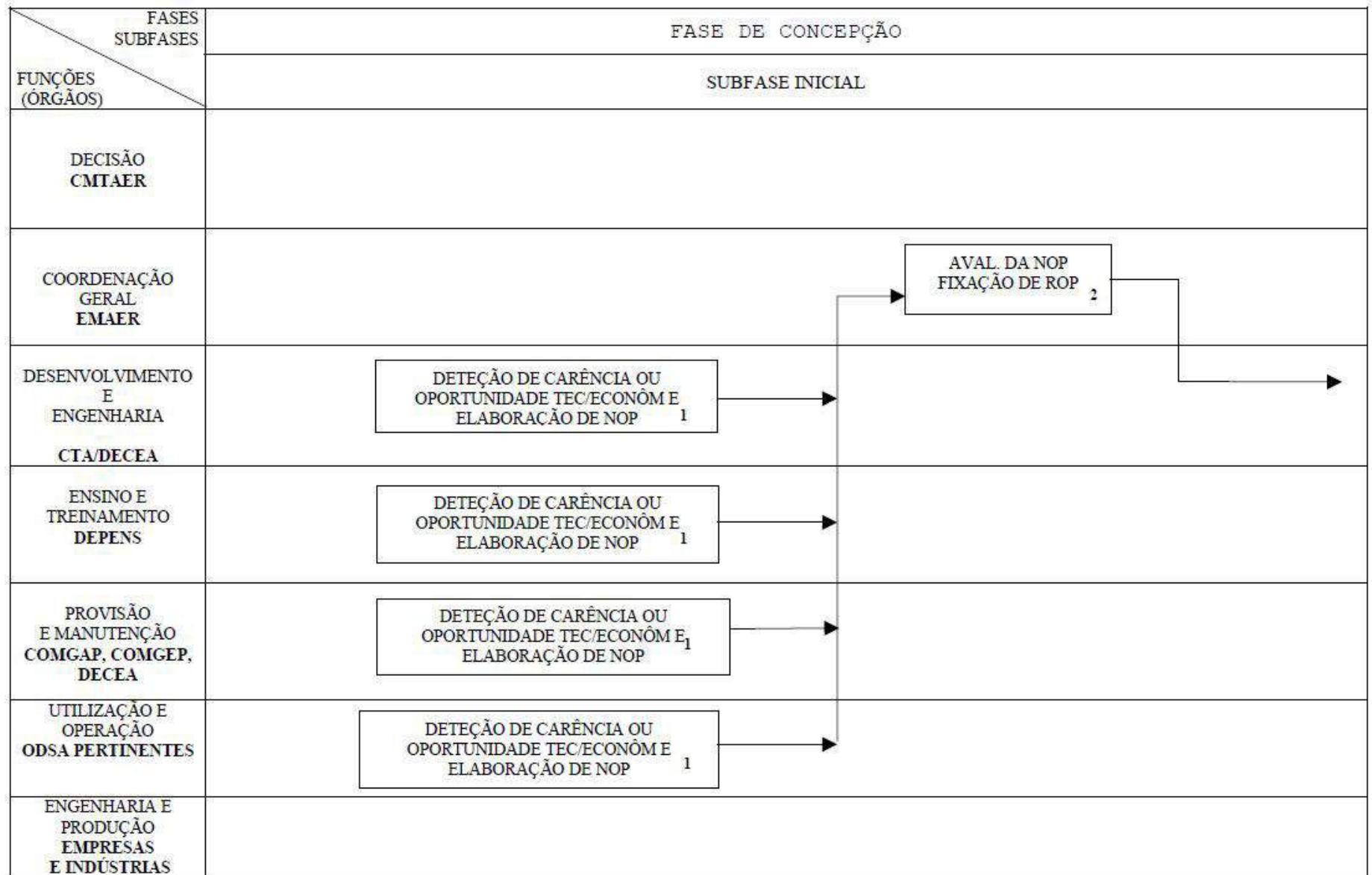
As Ações Setoriais de Defesa estabelecidas neste documento orientarão a formulação do Plano Estratégico de Defesa (PED), próximo documento na cadeia de planejamento estabelecido pelo método do SISPED, que consolida atividades, projetos e programas, no âmbito setorial (MD), destinados à efetiva implementação da estratégia.

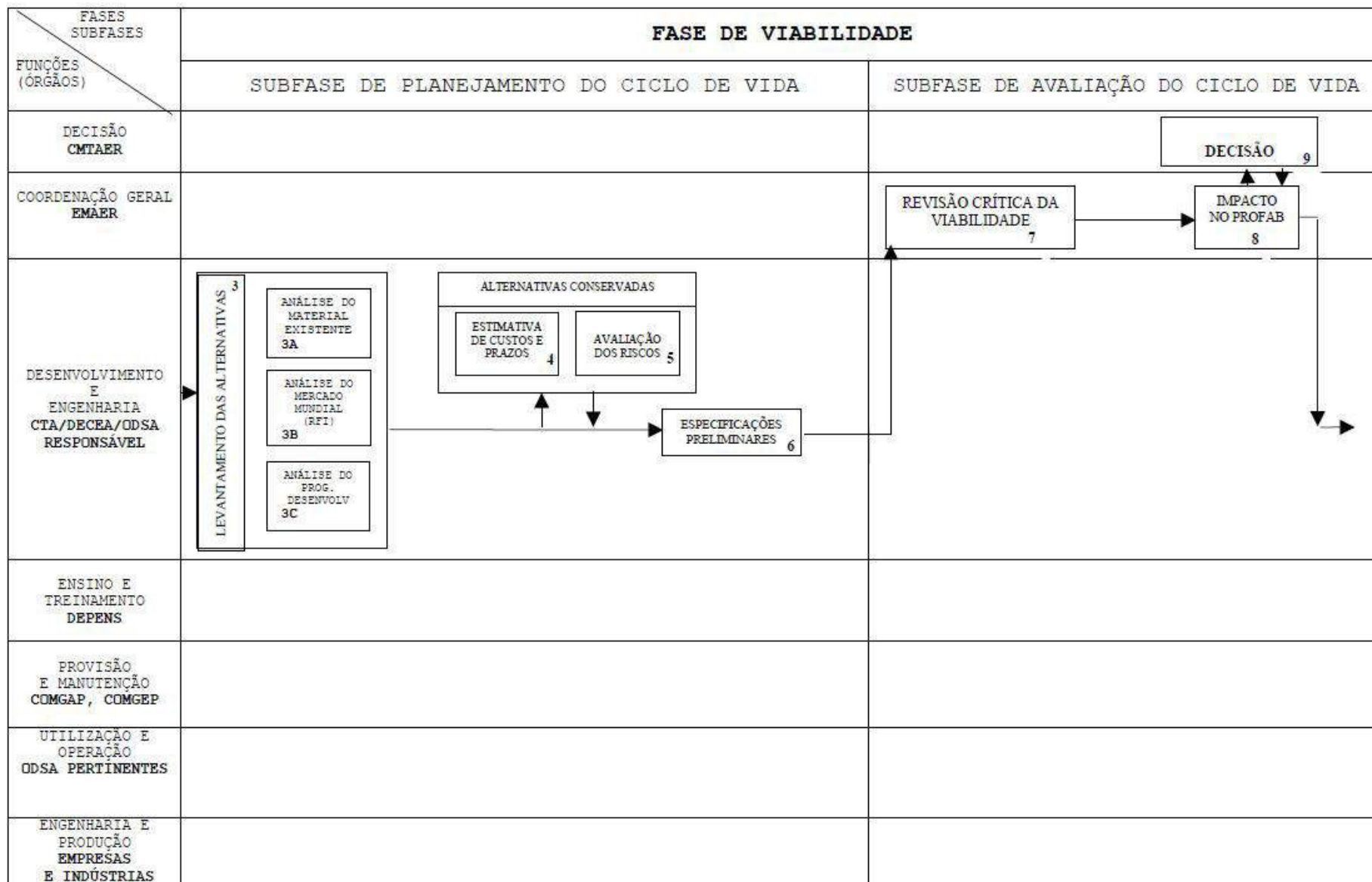
QUADRO RESUMO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS

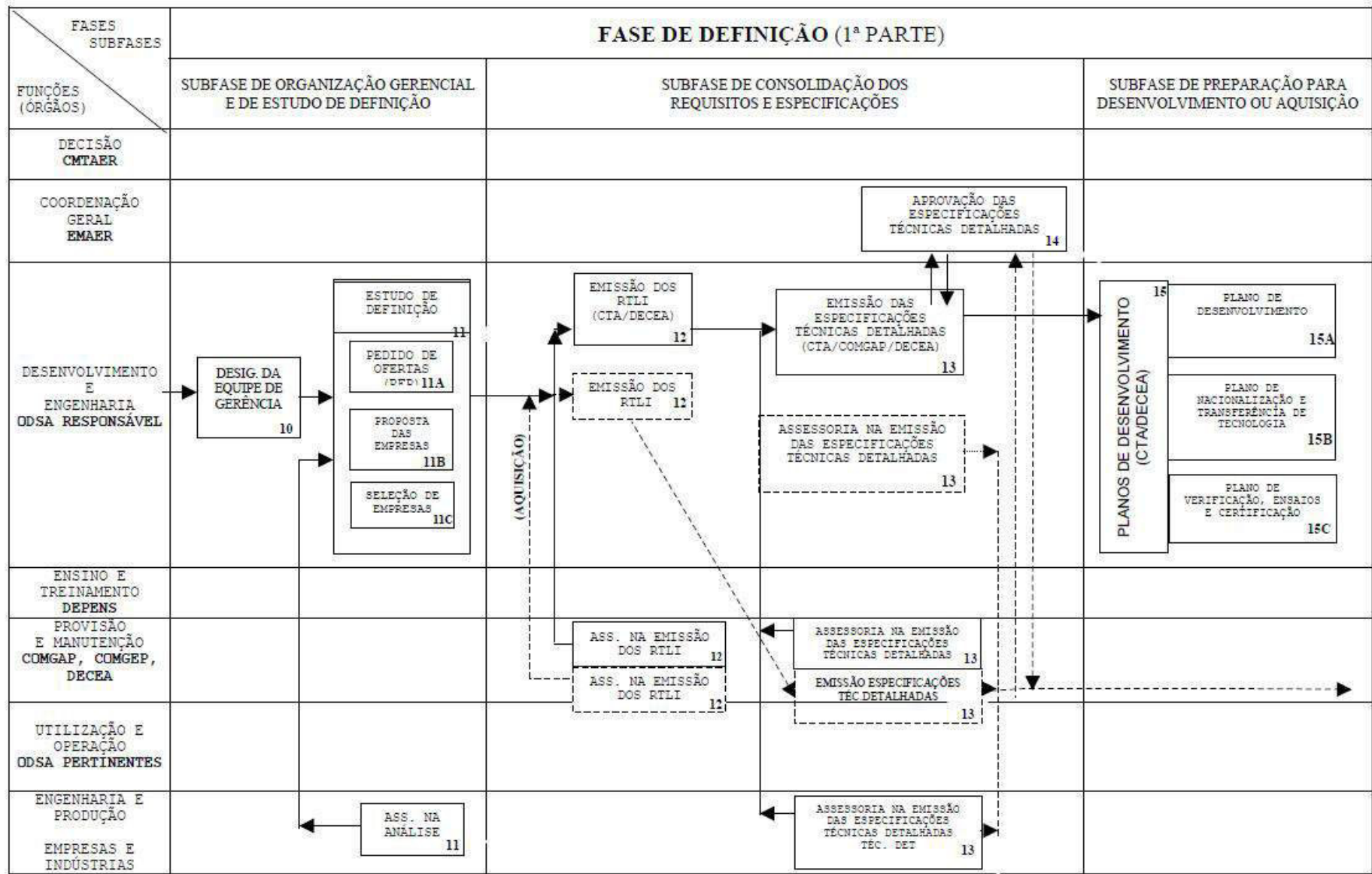
AED 1 - MOBILIZACAO
Realizar, integrar e coordenar ações de planejamento, preparo, execução e controle das atividades de Mobilização e Desmobilização Nacionais previstas no Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB).
AED 2 - LOGISTICA
Acelerar o processo de integração entre as três Forças, especialmente nos campos da tecnologia industrial básica, da logística e mobilização, do comando e controle e das operações conjuntas.
AED 3 - DOCTRINA
Promover o aperfeiçoamento da Doutrina de Operações Conjuntas.
AED 4 - COMANDO E CONTROLE
Consolidar o Sistema de Comando e Controle para a Defesa Nacional.
AED 5 - ADESTRAMENTO
Atualizar o planejamento operacional e adestrar Estados-Maiores Conjuntos Regionais.
AED 6 - INTELIGENCIA DE DEFESA
Aperfeiçoar o Sistema de Inteligência de Defesa.
AED 7 - SEGURANCA NACIONAL
Contribuir para o incremento do nível de Segurança Nacional.
AED 8 - OPERACOES INTERNACIONAIS
Promover o incremento do adestramento e da participação das Forças Armadas em operações internacionais em apoio à política exterior, com ênfase nas operações de paz e ações humanitárias, integrando Forças da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de organismos multilaterais da região.
AED 9 - ESTABILIDADE REGIONAL
Contribuir para a manutenção da estabilidade regional.
AED 10 - INSERCAO INTERNACIONAL
Incrementar o apoio à participação brasileira no cenário internacional, mediante a atuação do Ministério da Defesa e demais ministérios.
AED 11 - CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO (CT&I)
Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de produtos e sistemas militares e civis que compatibilizem as prioridades científico-tecnológicas com as necessidades de defesa.
AED 12 - BASE INDUSTRIAL DE DEFESA
A fim de compatibilizar os esforços governamentais de aceleração do crescimento com as necessidades da Defesa Nacional, o Ministério da Defesa, juntamente com os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Ciência, Tecnologia e Inovação e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, elaborou a Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, que estabeleceu normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de Defesa, e ainda sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.
AED 13 - INFRAESTRUTURA
Compatibilizar os atuais esforços governamentais de aceleração do crescimento com as necessidades da Defesa Nacional.
AED 14 - ENSINO
Promover maior integração e participação dos setores civis governamentais na discussão dos temas ligados à defesa, através, entre outros, de convênios com Instituições de Ensino Superior e do fomento à pesquisa nos assuntos de defesa, assim como a participação efetiva da sociedade brasileira, por intermédio do meio acadêmico e de institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa.
AED 15 - RECURSOS HUMANOS
Promover a valorização da profissão militar de forma compatível com seu papel na sociedade brasileira, assim como fomentar o recrutamento, a seleção, o desenvolvimento e a permanência de quadros civis, para contribuir com o esforço de defesa.
AED 16 - COMUNICACAO SOCIAL
Incrementar a mentalidade de defesa no País.

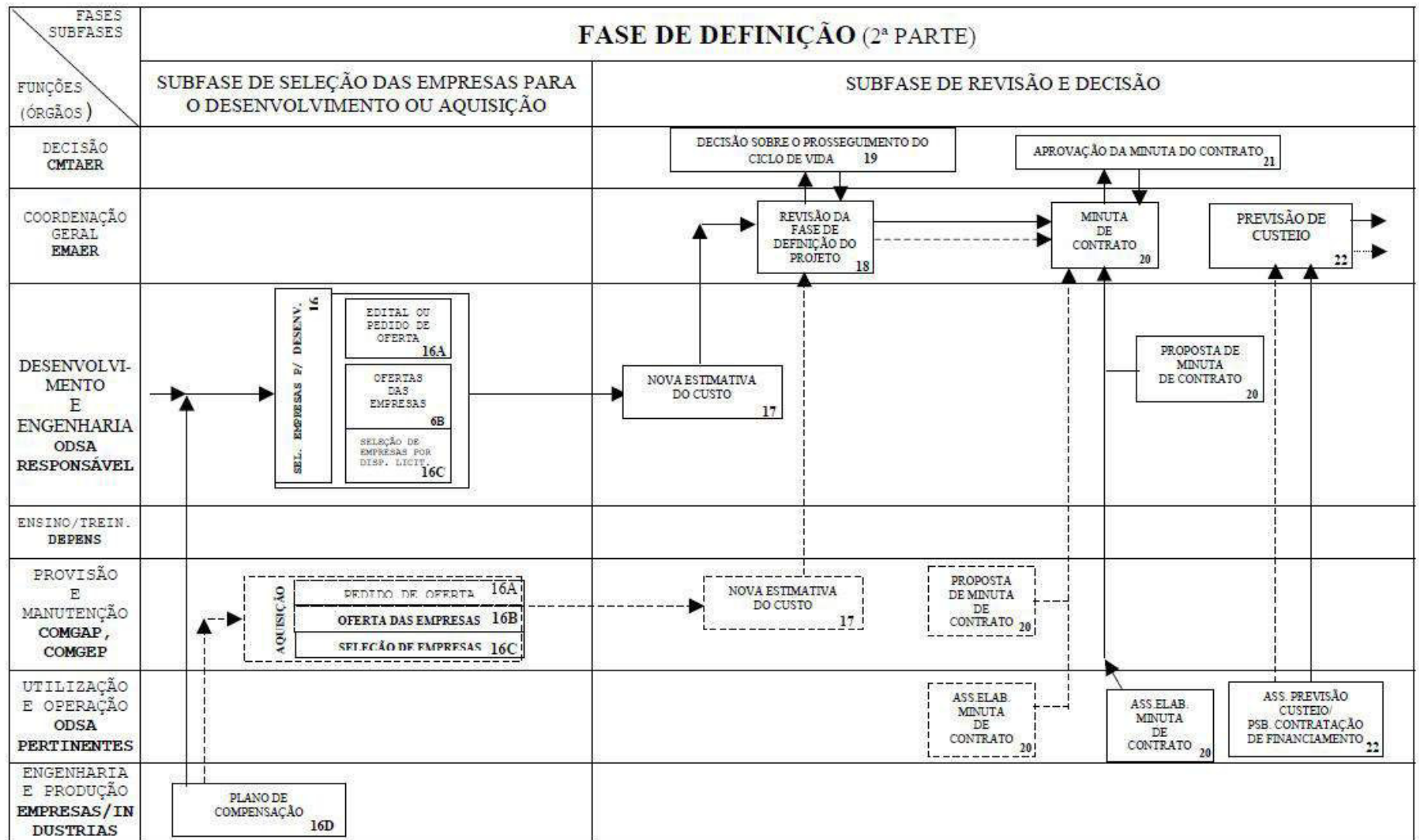
Este texto não substitui o publicado no DOU nº 235, de 09.12.2015, Seção 1, Página 32.

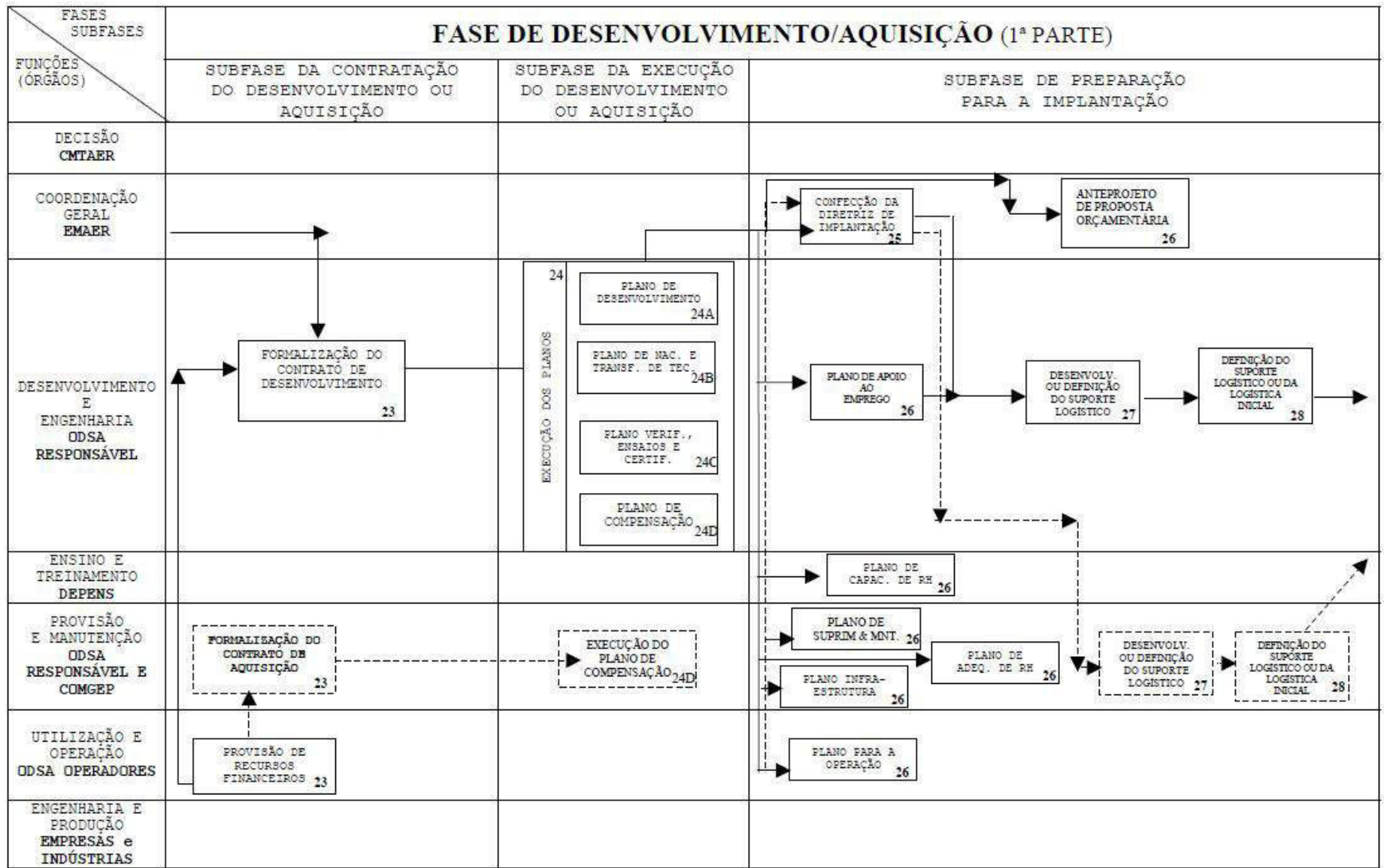
Anexo 6
Organograma funcional para todos os projetos da FAB

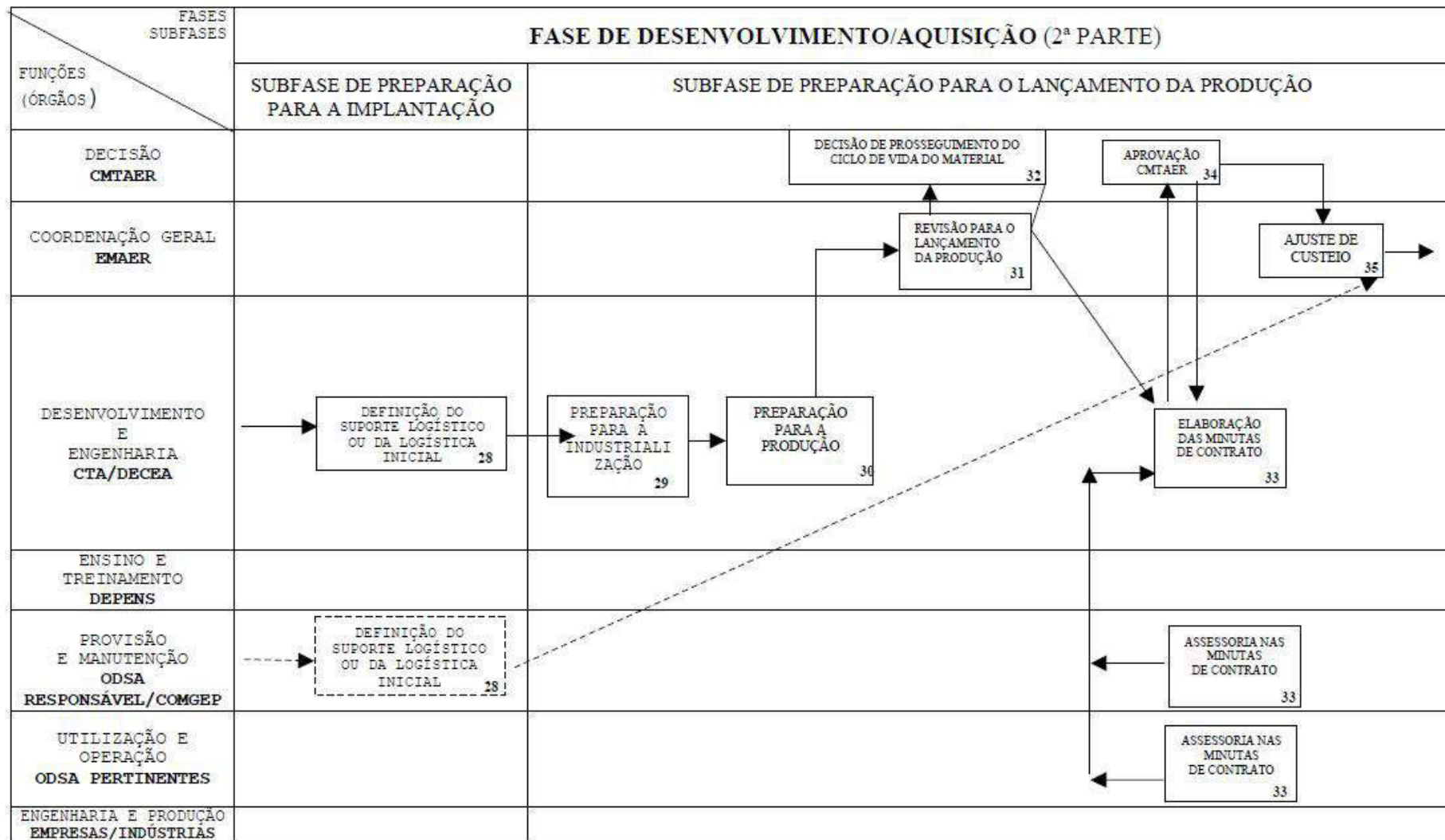


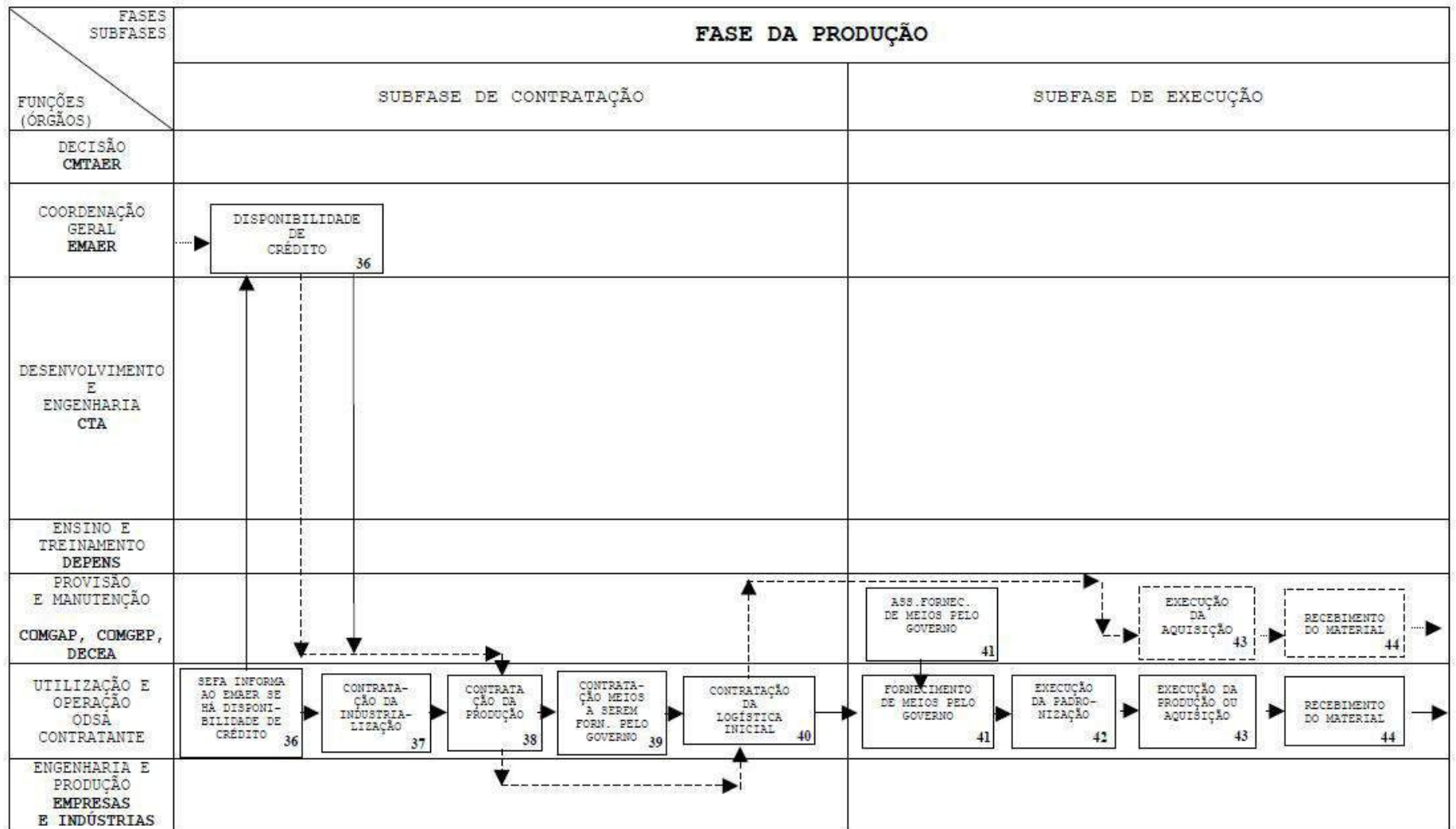




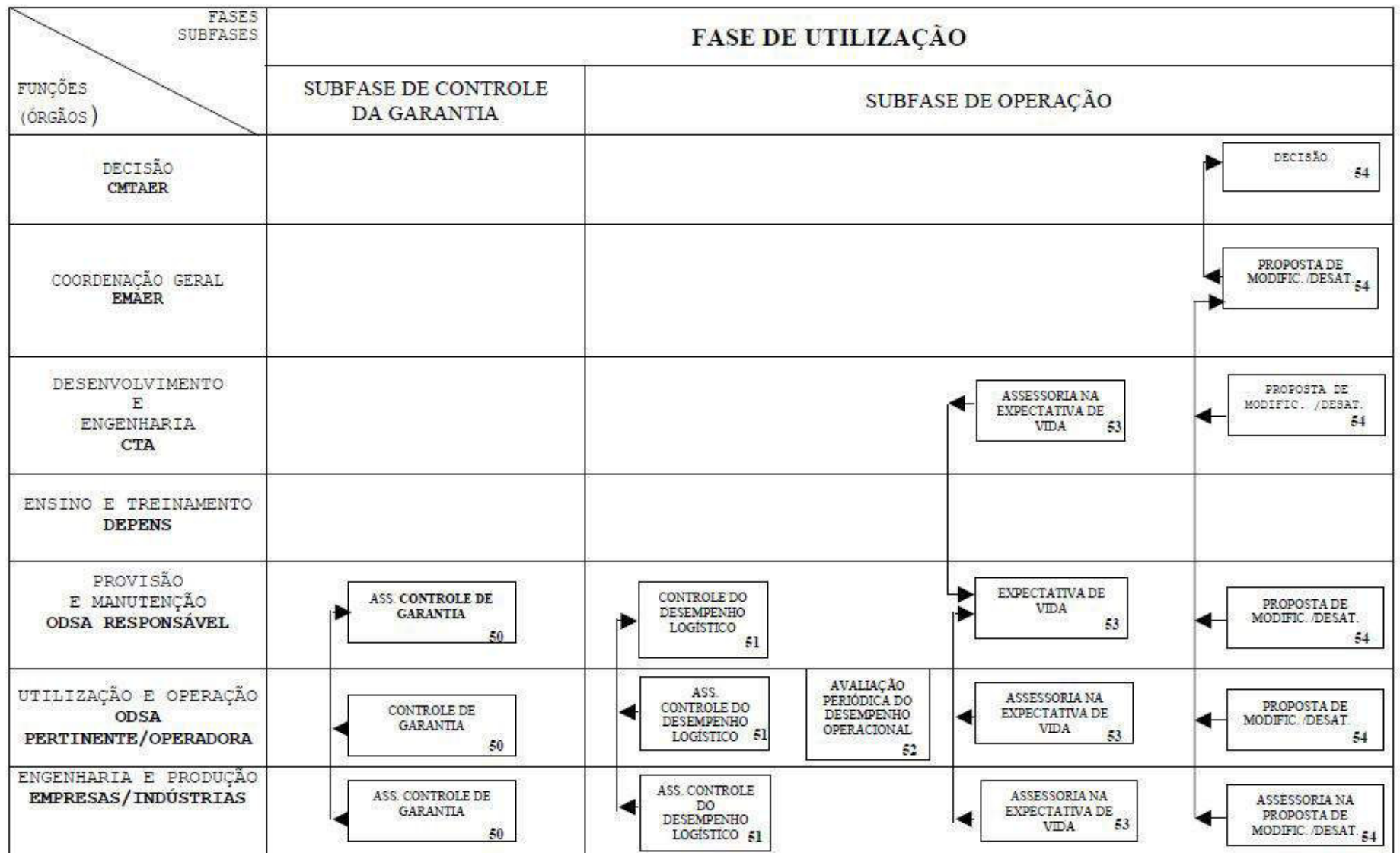


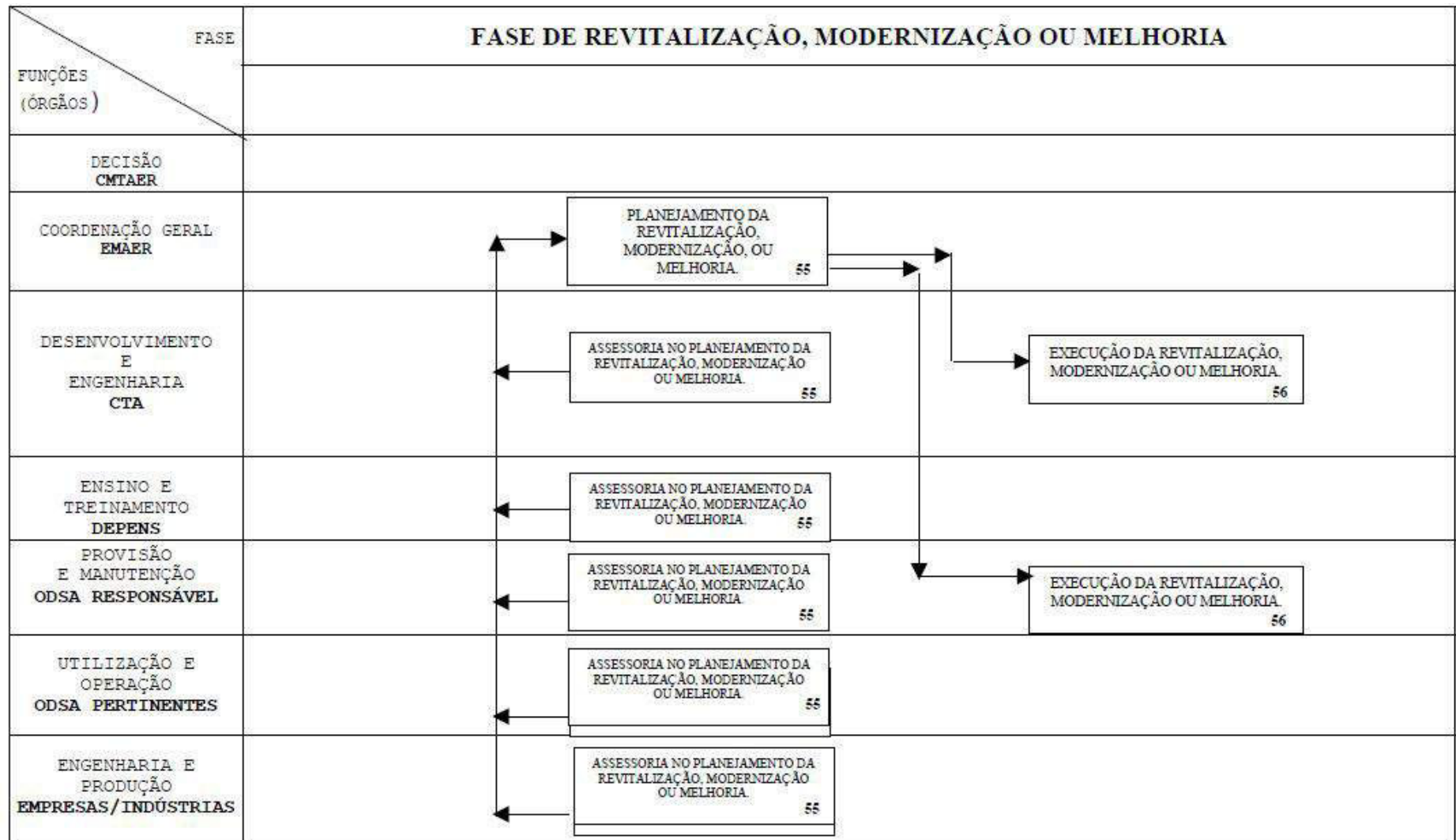


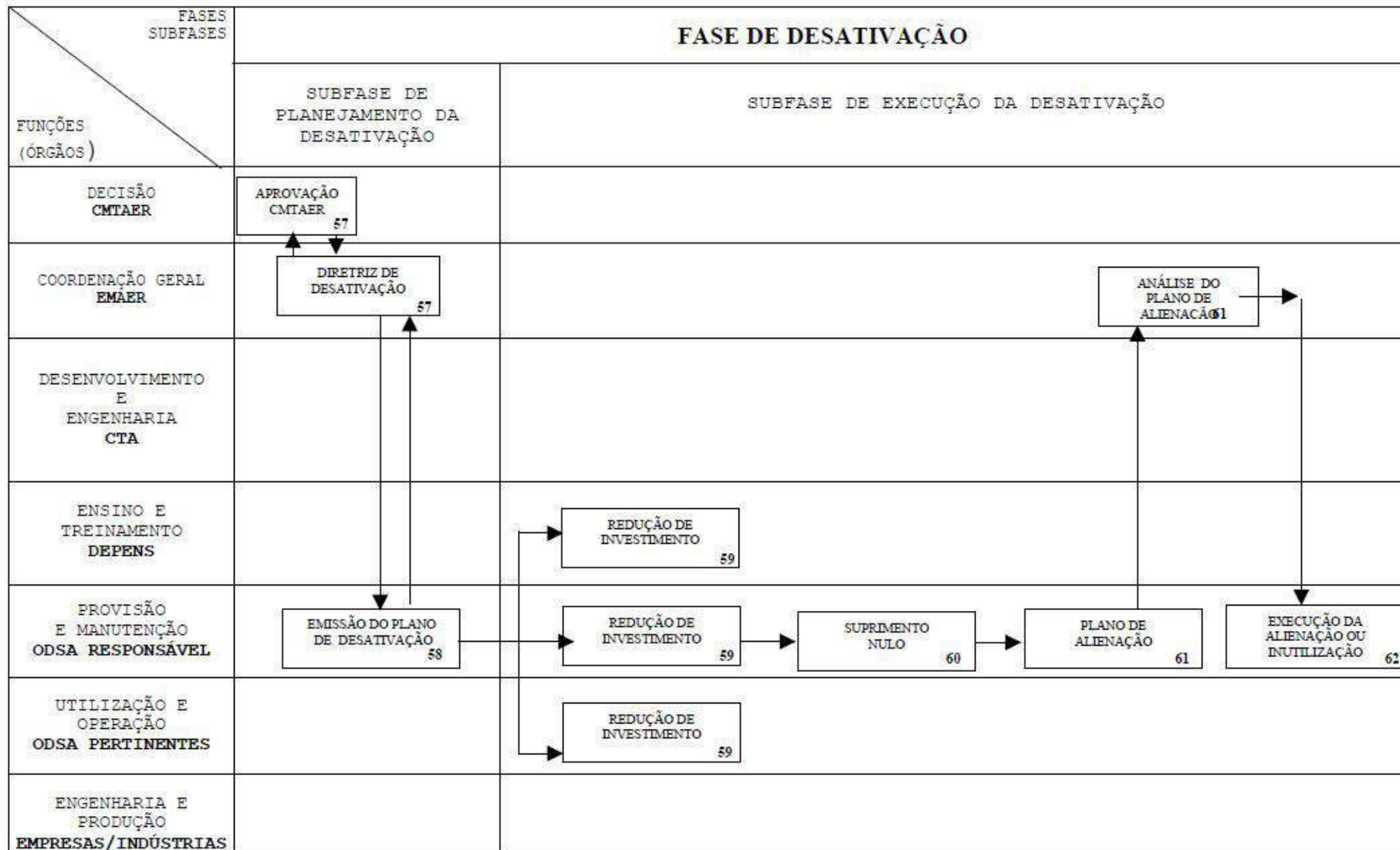




FUNÇÕES (ÓRGÃOS)	FASE DE IMPLANTAÇÃO
DECISÃO CMTAER	
COORDENAÇÃO GERAL EMAER	
DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA CTA	
ENSINO E TREINAMENTO DEPENS	
PROVISÃO E MANUTENÇÃO ODSA RESPONSÁVEL E COMGEP	
UTILIZAÇÃO E OPERAÇÃO ODSA PERTINENTES	
ENGENHARIA E PRODUÇÃO EMPRESAS/INDÚSTRIAS	







E

Anexo 7

Quadro de Imóveis Residenciais Funcionais (II)

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (R\$ 1,00)	Despesas no Exercício	
				Com Reformas	Com Manutenção
1	110404	9701190205000	845.860,22	-	-
2	110404	9701190215005	845.860,22	-	-
3	110404	9701190225000	845.860,22	-	-
4	110404	9701189735009	845.860,22	-	-
5	110404	9701189745004	845.860,22	-	-
6	110404	9701189755000	845.860,22	-	-
7	110404	9701189765005	845.860,22	-	-
8	110404	9701189775000	845.860,22	-	-
9	110404	9701189785006	845.860,22	7.239,36	-
10	110404	9701190235006	845.860,22	10.508,46	-
11	110404	9701190245001	845.860,22	-	-
12	110404	9701190255007	845.860,22	-	3.118,27
13	110404	9701190265002	845.860,22	-	-
14	110404	9701190255008	845.860,22	-	-
15	110404	9701190285003	845.860,22	-	-
16	110404	9701190295009	846.197,88	-	-
17	110404	9701176835000	546.840,18	-	-
18	110404	9701176775007	546.840,18	-	-
19	110404	9701176785002	546.840,18	-	-
20	110404	9701176805003	546.840,18	-	-
21	110404	9701176725000	546.840,18	17.514,54	-
22	110404	9701176735005	546.840,18	-	-
23	110404	9701176745000	546.840,18	-	-
24	110404	9701176575008	546.840,18	-	-
25	110404	9701176635000	546.840,18	-	11.466,37
26	110404	9701189325005	546.840,18	-	-
27	110404	9701189335000	546.840,18	-	-
28	110404	9701176655001	546.840,18	-	-
29	110404	9701189315000	546.840,18	-	-
30	110404	9701176665007	546.840,18	8.844,24	-
31	110404	9701176685008	546.840,18	-	-
32	110404	9701176695003	546.840,18	-	-
33	110404	9701176715004	547.557,53	-	-
34	110404	9701175415007	555.844,53	-	-
35	110404	9701175425002	555.844,53	-	-
36	110404	9701175435008	555.844,53	-	-
37	110404	9701175445003	555.844,53	-	-
38	110404	9701175505006	555.844,53	-	-
39	110404	9701175415007	555.844,53	-	-
40	110404	9701175525007	555.844,53	-	-
41	110404	9701175545008	555.844,53	-	-
42	110404	9701175555003	555.844,53	-	-
43	110404	9701175565009	555.844,53	-	-
44	110404	9701175575004	555.844,53	-	-
45	110404	9701175585000	555.844,53	-	-
46	110404	9701175595005	555.844,53	-	-
47	110404	9701175615006	555.844,53	-	-
48	110404	9701175625001	555.844,53	-	-
49	110404	9701175255000	555.844,53	-	-
50	110404	9701189345006	555.844,53	-	-
51	110404	9701189355001	555.844,53	-	-
52	110404	9701175165000	555.844,53	6.535,40	-

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (R\$ 1,00)	Despesas no Exercício	
				Com Reformas	Com Manutenção
53	110404	9701175175006	555.844,53	16.899,68	-
54	110404	9701175195007	555.844,53	-	-
55	110404	9701175205002	556.617,27	-	-
56	110404	9701174995000	555.844,53	-	-
57	110404	9701175005003	555.844,53	-	-
58	110404	9701174755009	555.844,53	-	-
59	110404	9701174765004	555.844,53	-	-
60	110404	9701174775000	555.844,53	-	-
61	110404	9701174785005	555.844,53	-	-
62	110404	9701174795000	555.844,53	-	-
63	110404	9701174805006	555.844,53	-	-
64	110404	9701174815001	555.844,53	-	-
65	110404	9701174825007	555.844,53	24.703,28	-
66	110404	9701174835002	555.844,53	-	-
67	110404	9701174845008	555.844,53	-	-
68	110404	9701174855003	555.844,53	-	-
69	110404	9701174595001	555.844,53	-	-
70	110404	9701174615002	555.844,53	-	-
71	110404	9701174625008	555.844,53	-	-
72	110404	9701174635003	555.844,53	15.059,60	-
73	110404	9701174645009	555.844,53	-	-
74	110404	9701174865009	555.844,53	-	-
75	110404	9701174665000	555.844,53	-	-
76	110404	9701174675005	555.844,53	-	-
77	110404	9701174685000	555.844,53	-	-
78	110404	9701174695006	556.617,27	22.440,83	-
79	110404	9701176055004	447.986,37	-	-
80	110404	9701176065000	447.986,37	-	-
81	110404	9701176075005	447.986,37	-	-
82	110404	9701176085000	447.986,37	-	-
83	110404	9701176095006	464.128,93	-	-
84	110404	9701176105001	447.986,37	-	-
85	110404	9701176125002	447.986,37	-	-
86	110404	9701176135008	447.986,37	-	-
87	110404	9701176145003	447.986,37	-	-
88	110404	9701176155009	447.986,37	-	-
89	110404	9701176165004	447.986,37	10.380,20	-
90	110404	9701176175000	447.986,37	-	-
91	110404	9701175635007	447.986,37	-	-
92	110404	9701175645002	447.986,37	-	-
93	110404	9701175655008	447.986,37	-	-
94	110404	9701175665003	447.986,37	-	-
95	110404	9701175675009	447.986,37	-	-
96	110404	9701175685004	448.111,20	-	-
97	110404	9701176405005	447.986,37	-	-
98	110404	9701176445007	447.986,37	-	-
99	110404	9701176435001	447.986,37	-	-
100	110404	9701176365003	447.986,37	-	-
101	110404	9701176355008	447.986,37	-	-
102	110404	9701176345002	447.986,37	19.688,24	-
103	110404	9701176335007	447.986,37	-	-
104	110404	9701174265001	259.621,97	-	-
105	110404	9701174275007	259.621,97	-	-
106	110404	9701174295008	274.154,38	-	-
107	110404	9701174305003	299.325,06	-	-

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (R\$ 1,00)	Despesas no Exercício	
				Com Reformas	Com Manutenção
108	110404	9701174315009	274.154,38	-	-
109	110404	9701174325004	259.621,97	-	-
110	110404	9701174335000	259.621,97	-	-
111	110404	9701174345005	259.621,97	-	-
112	110404	9701174355000	259.621,97	19.099,50	-
113	110404	9701174385007	259.621,97	-	-
114	110404	9701174425009	259.621,97	-	1.276,88
115	110404	9701174435004	259.621,97	-	-
116	110404	9701174445000	259.621,97	-	-
117	110404	9701189425000	259.621,97	-	-
118	110404	9701189435005	259.621,97	-	-
119	110404	9701174455005	259.621,97	-	-
120	110404	9701174465000	259.621,97	-	-
121	110404	9701174095009	299.325,06	33.786,90	-
122	110404	9701174115000	299.325,06	-	-
123	110404	9701174125005	274.154,38	-	-
124	110404	9701174135000	259.621,97	-	-
125	110404	9701174145006	259.621,97	-	-
126	110404	9701174155001	259.621,97	-	-
127	110404	9701174165007	259.621,97	-	-
128	110404	9701174175002	299.325,06	-	-
129	110404	9701174195003	299.325,06	-	-
130	110404	9701174215004	259.621,97	-	-
131	110404	9701174225000	259.621,97	-	-
132	110404	9701174255006	299.325,06	-	1.476,76
133	110404	9701167485000	450.597,13	-	-
134	110404	9701167065000	475.518,01	-	-
135	110404	9701167145004	351.587,72	41.559,46	-
136	110404	9701167205007	430.614,27	-	-
137	110404	9701242165003	425.622,28	-	-
138	110404	9701167255004	409.376,73	-	-
139	110404	9701166595006	475.518,01	-	-
140	110404	9701166615007	409.376,73	-	-
141	110404	9701165855004	475.518,01	-	-
142	110404	9701165915007	475.518,01	19.466,80	-
143	110404	9701166255000	450.597,13	-	-
144	110404	9701165235006	475.518,01	-	-
145	110404	9701165265002	475.518,01	-	-
146	110404	9701165295009	409.376,73	-	-
147	110404	9701165315000	450.597,13	-	-
148	110404	9701165335000	475.518,01	-	-
149	110404	9701173405004	338.845,52	-	-
150	110404	9701173415000	338.845,52	-	-
151	110404	9701173365002	316.159,47	-	-
152	110404	9701175285006	316.159,47	-	-
153	110404	9701175235009	316.159,47	-	-
154	110404	9701173205005	316.159,47	-	-
155	110404	9701173215000	316.159,47	-	-
156	110404	9701173225006	316.159,47	-	-
157	110404	9701173235001	316.159,47	-	-
158	110404	9701173245007	316.159,47	-	-
159	110404	9701173255002	338.845,52	812,28	-
160	110404	9701173265008	338.845,52	-	-
161	110404	9701173275003	338.845,52	-	-
162	110404	9701173285009	338.845,52	-	-

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (R\$ 1,00)	Despesas no Exercício	
				Com Reformas	Com Manutenção
163	110404	9701173295004	316.195,21	-	-
164	110404	9701173305000	316.195,21	-	-
165	110404	9701173315005	316.195,21	-	-
166	110404	9701173035002	316.195,21	-	-
167	110404	9701173325000	316.195,21	5.273,59	-
168	110404	9701173045008	316.195,21	-	-
169	110404	9701173055003	316.195,21	-	-
170	110404	9701173065009	316.195,21	-	-
171	110404	9701173075004	338.845,52	812,28	-
172	110404	9701173085000	338.845,52	-	-
173	110404	9701173095005	338.845,52	-	-
174	110404	9701173105000	338.845,52	-	-
175	110404	9701173115006	316.195,21	-	-
176	110404	9701173125001	316.195,21	-	-
177	110404	9101173135007	316.195,21	-	-
178	110404	9701173155008	316.195,21	-	-
179	110404	9701173165003	316.195,21	-	-
180	110404	9701173175009	316.195,21	-	-
181	110404	9701172915009	316.195,21	-	-
182	110404	9701172925004	316.195,21	-	-
183	110404	9701172935000	338.860,38	-	-
184	110404	9701172945005	338.860,38	-	-
185	110404	9701172955000	338.860,38	-	-
186	110404	9701172965006	338.860,38	1.312,01	-
187	110404	9701172975001	316.195,21	-	-
188	110404	9701172985007	316.195,21	-	-
189	110404	9701172995002	316.195,21	-	-
190	110404	9701173005006	316.195,21	-	-
191	110404	9701172835005	316.195,21	-	-
192	110404	9701189365007	316.195,21	-	-
193	110404	9701172845000	316.195,21	-	-
194	110404	9701172855006	316.195,21	-	-
195	110404	9701172645001	338.860,38	-	-
196	110404	9701172695009	338.860,38	-	-
197	110404	9701172705004	338.860,38	4.929,19	-
198	110404	9701172715000	338.860,38	-	-
199	110404	9701172725005	316.195,21	-	-
200	110404	9701172735000	316.195,21	-	-
201	110404	9701173385003	316.195,21	-	-
202	110404	9701172745006	316.195,21	-	-
203	110404	9701172755001	316.195,21	-	-
204	110404	9701172765007	316.195,21	-	-
205	110404	9701172775002	316.195,21	-	-
206	110404	9701172785008	316.195,21	-	-
207	110404	9701172795003	338.860,38	-	-
208	110404	9701172585009	338.860,38	-	-
209	110404	9701172595004	338.860,38	-	-
210	110404	9701172615005	338.860,38	-	-
211	110404	9701172625000	316.195,21	-	-
212	110404	9701172635006	316.195,21	-	-
213	110404	9701188585003	316.195,21	-	-
214	110404	9701172485004	316.195,21	-	-
215	110404	9701172495000	316.195,21	-	-
216	110404	9701172505005	316.195,21	-	-
217	110404	9701172515000	316.195,21	-	-

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (R\$ 1,00)	Despesas no Exercício	
				Com Reformas	Com Manutenção
218	110404	9701172805009	316.195,21	-	-
219	110404	9701172525006	338.860,38	-	-
220	110404	9701172535001	338.860,38	-	-
221	110404	9701164455002	172.540,13	-	-
222	110404	9701164465008	144.638,63	-	-
223	110404	9701168385009	87.071,56	-	-
224	110404	9701164615000	87.071,56	-	-
225	110404	9701164625005	87.071,56	-	-
226	110404	9701164635000	87.071,56	-	-
227	110404	9701177355001	87.071,56	-	-
228	110404	9701162395002	102.402,18	-	-
229	110404	9701162325004	102.402,18	-	-
230	110404	9701162285002	102.402,18	-	-
231	110404	9701162255006	102.402,18	-	-
232	110404	9701162395002	102.402,18	-	V
233	110404	9701162185008	102.402,18	-	-
234	110404	9701162165007	102.402,18	-	-
235	110404	9701162105004	102.402,18	-	-
236	110404	9701162085003	102.402,18	-	-
237	110404	9701159635006	102.402,18	-	-
238	110404	9701159615005	102.402,18	-	-
239	110404	9701160095001	102.402,18	-	-
240	110404	9701160085006	102.402,18	-	-
241	110404	9701160075000	102.402,18	-	-
242	110404	9701160065005	102.402,18	34.731,32	-
243	110404	9701160055000	102.402,18	-	-
244	110404	9701160365009	102.402,18	-	-
245	110404	9701160385000	102.402,18	-	-
246	110404	9701160235008	102.402,18	25.558,70	-
247	110404	9701160195006	103.330,42	-	-
248	110404	9701173955004	131.502,05	-	-
249	110404	9701173735004	105.527,20	-	-
250	110404	9701173745000	105.527,20	-	-
251	110404	9701173755005	105.527,20	-	-
252	110404	9701177785006	105.527,20	-	-
253	110404	9701173485008	105.777,89	-	-
254	110404	9701173495003	105.777,89	-	-
255	110404	9701173505009	105.777,89	-	-
256	110404	9701173515004	105.777,89	-	-
257	110404	9701173535005	105.777,89	-	-
258	110404	9701173555006	105.777,89	-	-
259	110404	9701173565001	105.777,89	-	-
260	110404	9701173575007	105.777,89	-	-
261	110404	9701173585002	105.527,20	-	-
262	110404	9701173595008	105.527,20	-	-
263	110404	9701173605003	105.527,20	-	-
264	110404	9701173615009	105.527,20	-	-
265	110404	9701173525000	105.527,20	-	-
266	110404	9701173625004	105.527,20	-	-
267	110404	9701173625000	105.527,20	-	-
268	110404	9701173685007	105.527,20	-	-
269	110404	9701173645005	105.527,20	-	-
270	110404	9701173655000	105.527,20	-	-
271	110404	9701173665006	105.527,20	-	-
272	110404	9701173675001	105.527,20	-	-

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (R\$ 1,00)	Despesas no Exercício	
				Com Reformas	Com Manutenção
273	110404	9701173795007	83.558,92	-	-
274	110404	9701173805002	82.221,23	-	-
275	110404	9701187785009	82.090,69	-	-
276	110404	9701173825003	84.504,81	-	-
277	110404	9701174085003	83.558,92	-	-
278	110404	9701173835009	82.221,23	-	-
279	110404	9701173845004	82.090,69	-	-
280	110404	9701173855000	84.504,81	-	-
281	110404	9701173865005	83.558,92	-	-
282	110404	9701173875000	82.221,23	-	-
283	110404	9701173885006	82.090,69	-	-
284	110404	9701173895001	84.504,81	-	-
285	110404	9701175105008	83.218,81	-	-
286	110404	9701175135004	77.456,95	-	-
287	110404	9701175145000	78.663,79	-	-
288	110404	9701175155005	78.323,40	-	-
289	110404	9701174875004	78.710,76	-	-
290	110404	9701173885000	83.280,16	-	-
291	110404	9701174895005	82.818,54	-	-
292	110404	9701174905000	77.456,95	-	-
293	110404	9701174915006	78.663,79	-	-
294	110404	9701174925001	78.323,40	-	-
295	110404	9701174935007	78.710,76	-	-
296	110404	9701174945002	83.280,16	-	-
297	110404	9701174955008	82.818,54	-	-
298	110404	9701174965003	77.456,95	-	-
299	110404	9701173915002	78.663,79	-	-
300	110404	9701173925008	78.323,40	-	-
301	110404	9701173935003	78.710,76	-	-
302	110404	9701173945009	83.280,16	-	-
			105.201.343,85	347.155,86	17.338,28

Nota: Este Órgão utiliza como parâmetro para avaliação dos imóveis a legislação do Governo do Distrito Federal, que estabelece os valores venais de terrenos e edificações no Distrito Federal, para fins de cobrança do IPTU/TLP.

ANEXO 8

Relação dos Principais Sistemas de Informação em 2016

Sisatleta	Descrição	Sistemas de cadastro de atletas e eventos esportivos militares em âmbito nacional e internacional.
	Objetivo	Gerenciar dados de atletas militares e eventos na qual participam.
	Responsável Técnico	SC Eduardo Castro
	Responsável da Área de Negócio	Maj Guilherme
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade do cadastro e acesso as dados dos atletas cadastrados.
Medidas para mitigar eventuais riscos	1. Atualmente, as rotinas de backup abrangem somente os Bancos de Dados. 2. JOBS para os códigos fonte encontram-se em processo de construção, com base na solicitação enviada pela GESIS.	
SEPROD	Descrição	Sistema utilizado pela Secretaria de Produtos de Defesa para gerenciamento de banco de dados de exportação de produtos de defesa.
	Objetivo	Gerenciar os dados de exportação de produtos de defesa.
	Responsável Técnico	SC Eduardo Castro
	Responsável da Área de Negócio	SC Walkir Pereira
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade do gerenciamento dos dados cadastrados
Medidas para mitigar eventuais riscos	1. Atualmente, as rotinas de backup abrangem somente os Bancos de Dados. 2. JOBS para os códigos fonte encontram-se em processo de construção, com base na solicitação enviada pela GESIS.	
SIRHU	Descrição	Sistema de recursos humanos responsável pelo cadastramento e atualização de dados cadastrais de funcionários do Ministério.
	Objetivo	Gerenciar os dados funcionais de todos os servidores do Ministério, assim como gerar relatórios gerenciais.
	Responsável Técnico	SC Ricardo Calçado
	Responsável da Área de Negócio	SC Fábio Brandão
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade do cadastro e atualização dos servidores do Ministério.	

	Medidas para mitigar eventuais riscos	1. Atualmente, as rotinas de backup abrangem somente os Bancos de Dados. 2. JOBS para os códigos fonte encontram-se em processo de construção, com base na solicitação enviada pela GESIS.
Segurança	Descrição	Sistema de segurança responsável pelo gerenciamento de perfis de acesso, usuários e controle de acesso das aplicações desenvolvidas em SriptCase pelo Ministério, como o SISATLETA e o SEPROD.
	Objetivo	Gerenciar perfis de acesso, usuários e controle de acesso das aplicações desenvolvidas em SriptCase.
	Responsável Técnico	SC Eduardo Castro
	Responsável da Área de Negócio	SC Eduardo Castro
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade dos sistemas desenvolvidos com framework ScriptCase.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	1. Atualmente, as rotinas de backup abrangem somente os Bancos de Dados. 2. JOBS para os códigos fonte encontram-se em processo de construção, com base na solicitação enviada pela GESIS.
Portais do Ministério da Defesa	Descrição	Portais do Ministério da Defesa responsáveis por reunir informações e notícias e serviços ao público externo. (www.defesa.gov.br , www.pandia.defesa.gov.br , jogosmilitares.defesa.gov.br)
	Objetivo	Reunir e disponibilizar informações e notícias ao público externo por meio de gerenciador de conteúdo.
	Responsável Técnico	SC Matusael Almeida
	Responsável da Área de Negócio	SC Adriana Fortes
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Terceirizada (Sob responsabilidade da ASCOM/MD)
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	R\$ 128.644,56
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade da publicação e disponibilização de notícias, informações do Ministério ao público externo.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	1. Atualmente, as rotinas de backup abrangem somente os Bancos de Dados. 2. JOBS para os códigos fonte encontram-se em processo de construção, com base na solicitação enviada pela GESIS.
Intranet do MD	Descrição	Intranet do Ministério da Defesa responsável por reunir informações, notícias e serviços ao público interno.
	Objetivo	Reunir e disponibilizar informações, notícias, acontecimentos e serviços ao público interno do ministério por meio de gerenciador de conteúdo.
	Responsável Técnico	SC Ricardo Calçado
	Responsável da Área de Negócio	SC Matusael Almeida
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria

	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade da publicação e disponibilização de notícias, informações e serviços internos aos servidores.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	1. Atualmente, as rotinas de backup abrangem somente os Bancos de Dados. 2. JOBS para os códigos fonte encontram-se em processo de construção, com base na solicitação enviada pela GESIS.
DOKEO	Descrição	Sistema responsável pelo controle de acesso dos servidores ao prédio e também salas específicas do Ministério.
	Objetivo	Controlar acesso dos servidores ao prédio e também salas específicas do Ministério.
	Responsável Técnico	SC Francisco Sedenho
	Responsável da Área de Negócio	SC Francisco Sedenho
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Terceirizada
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	R\$ 56.940,00.
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade dos serviços de entrada e saída do prédio
	Medidas para mitigar eventuais riscos	1. Atualmente, as rotinas de backup abrangem somente os Bancos de Dados. 2. JOBS para os códigos fonte encontram-se em processo de construção, com base na solicitação enviada pela GESIS.
Projeto Rondon	Descrição	Portal de notícias e informações do Projeto Rondon ao público externo e sistema de inscrições e acompanhamento de participantes. (http://www.projettorondon.defesa.gov.br)
	Objetivo	informar sobre o Projeto e disponibilizar um sistema para inscrição de alunos e professores que queiram participar.
	Responsável Técnico	SC Ricardo Calçado
	Responsável da Área de Negócio	SC Lediane Queiroz
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade da publicação e disponibilização de notícias, informações e do cadastro e acompanhamento das inscrições do projeto.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	1. Atualmente, as rotinas de backup abrangem somente os Bancos de Dados. 2. JOBS para os códigos fonte encontram-se em processo de construção, com base na solicitação enviada pela GESIS.
SISCAPED	Descrição	Sistema de Cadastro de Empresas e Produtos de Defesa
	Objetivo	Refinar o mapeamento do processo de cadastramento de empresas e produtos considerados estratégicos para o Ministério da Defesa
	Responsável Técnico	SC Gerson Mayer
	Responsável da Área de Negócio	SC Gerson Mayer
	Criticidade para a Unidade	Alta

	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade dos cadastro e atualização dos dados das empresas.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Não possui política, visto que o servidor é administrado pela DEPROD.
SEI	Descrição	Sistema Eletrônico de Informações
	Objetivo	Gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho
	Responsável Técnico	Maj Maurício
	Responsável da Área de Negócio	Maj Maurício
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade das informações de processos que tramitam internamente no Ministério.
Medidas para mitigar eventuais riscos	Políticas de Backup e replicação de servidores onde estão armazenados os dados e código-fonte.	
Expresso	Descrição	Sistema de envio de e-mails.
	Objetivo	Enviar e receber e-mail, e também gerencia agendas e contatos institucionais.
	Responsável Técnico	Maj Maurício
	Responsável da Área de Negócio	Maj Maurício
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos com a indisponibilidade	Indisponibilidade no serviço de envio e recebimento de e-mails.
Medidas para mitigar eventuais riscos	Políticas de Backup e replicação de servidores onde estão armazenados os dados e código-fonte.	
SISPERFIL	Descrição	PERFIL DA CLASSE MILITAR
	Objetivo	Sistema que permite o levantamento estatístico da família militar.
	Responsável Técnico	SC Milton Leite
	Responsável da Área de Negócio	Capitão-de-Corveta Andréa Cavalcante
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Desenvolvimento
Manutenção	Terceirizada	

	Prazo para Conclusão	Aguardando estudo de viabilidade técnica.
	Despesas Anuais com Manutenção	Não se Aplica
	Orçamento com Desenvolvimento	Valor já Pago: R\$ 250.788,74
	Riscos com a indisponibilidade	Não se Aplica
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Não se Aplica
SISGEPES	Descrição	Sistema de Gestão de Pessoas
	Objetivo	Sistema permite a gestão de pessoal militar, civil, estagiários e prestadores de serviço no MD
	Responsável Técnico	SC Milton Leite
	Responsável da Área de Negócio	SC Fernando Siqueira
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Desenvolvimento
	Manutenção	Terceirizada
	Prazo para Conclusão	Aguardando estudo de viabilidade técnica.
	Despesas Anuais com Manutenção	Não se Aplica
	Orçamento com Desenvolvimento	Valor já Pago: R\$ 502.679,25
	Riscos com a indisponibilidade	Não se Aplica
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Não se Aplica
SISADE	Descrição	Sistema de Apoio a Decisões Estratégicas
	Objetivo	Sistema que possibilita a integração entre as informações das diversas áreas do ACMD.
	Responsável Técnico	SC Milton Leite
	Responsável da Área de Negócio	SC Charles Hasler
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Desenvolvimento
	Manutenção	Terceirizada
	Prazo para Conclusão	Aguardando estudo de viabilidade técnica.
	Despesas Anuais com Manutenção	Não se Aplica
	Orçamento com Desenvolvimento	Valor já Pago: R\$ 616.297,83
	Riscos com a indisponibilidade	Não se Aplica
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Não se Aplica
SISACESSO	Descrição	Sistema de Controle de Acesso
	Objetivo	Prover acesso a todos os sistemas do MD. Principais funcionalidades: acessos, controle de usuários, perfis e cadastros de sistemas.
	Responsável Técnico	SC Milton Leite
	Responsável da Área de Negócio	SC Ricardo Calçado
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Desenvolvimento
	Manutenção	Terceirizada
	Prazo para Conclusão	Aguardando estudo de viabilidade técnica.
	Despesas Anuais com Manutenção	Não se Aplica

	Orçamento com Desenvolvimento	Valor já Pago: R\$ 182.206,28
	Riscos com a indisponibilidade	Não se Aplica
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Não se Aplica

ANEXO 9

Relação de Atividades do Comitê Gestor de TI

REUNIÕES	DATA	ATIVIDADES DESEMPENHADAS (PAUTA)	PRINCIPAIS DECISÕES (DELIBERAÇÕES)
1ª Reunião JANEIRO/2016	28/01/16	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos membros do COTINC; • Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2016/2019 - Ações em andamento; • Orçamento solicitado para 2016; • Encerramento do contrato da Fábrica de Software e ações futuras; • Informes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição do representante do DEPTI para participar das reuniões dos Comitês Setoriais. • O PDTIC 2012-2015 foi REVISADO, aprovado pelo Comitê e publicado em Boletim Interno (Portaria nº 2.635/ de 8 de dezembro de 2015)
2ª Reunião FEVEREIRO/2016	02/03/16	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve pauta formalizada, o evento foi apenas informativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não houveram deliberações.
3ª Reunião MARÇO/2016 (Reunião Extraordinária)	16/03/16	<ul style="list-style-type: none"> • Homologação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2016/2019. 	<ul style="list-style-type: none"> • Homologação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2016/2019.
4ª Reunião ABRIL/2016	27/04/16	<ul style="list-style-type: none"> • Realinhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) à Estratégia de Governança Digital (EGD) (GEGOV); • Reavaliação da necessidade do contrato Microsoft (GEGOV); • Acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI, via internet em diversas plataformas (SG – Hasler); e • Apresentação da necessidade de aquisição de solução de auditoria de TI. (GEGOV – Ciset) 	<ul style="list-style-type: none"> • PDTIC 2016-2019 deverá ser alinhado com a EGD na publicação da 1ª revisão em 2017. • Foi encaminhado expediente para toda ACMD e ao EMCFA para se manifestarem sobre a necessidade de utilização do pacote Office da Microsoft. • Estudos serão iniciados para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o MPOG e o MD para a utilização do SEI. • Aprovada a inclusão da necessidade da Ciset no PDTIC 2016-2019.
5ª Reunião MAIO/2016	01/06/16	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Governança Digital; • Notícias diversas; • Debate sobre o uso do MS-Office. 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentada a Política de Governança Digital instituída pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016. Apresentou-se também a Portaria nº 68 GAB/MPOG, de 7 de março de 2016, que aprovou à EGD para o período 2016-2019. • Foram apresentadas os documentos de recomendações, orientações e vedações expedidas pelo SISP. • Foi apresentado o estudo dos produtos Microsoft contratados em 2016.
6ª Reunião JUNHO/2016	29/06/16	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos de Implantação da Política de Governança Digital; • Racionalização do Emprego de Recursos (Contrato Microsoft). 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentada a situação atual da elaboração do Plano de Dados Abertos por área do Ministério da Defesa, indicando o responsável pelos dados correspondente. Foi também demonstrado como foram levantados os dados a serem abertos para a sociedade. • Foi realizada uma apresentação por uma empresa para demonstração dos produtos Microsoft, esclarecendo as questões de quantitativos de licenças para os membros do comitê.
7ª Reunião JULHO/2016	27/07/16	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização dos Normativos de TI (PDTIC, PGD, PDA) • PDTIC 2016-2019 • Funcionamento do Escritório de Projetos do PDTIC 2016-2019 • Renovação de contrato da Microsoft • Assuntos diversos 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informada a situação de publicação do PDTIC 2016-2019 por meio da Portaria Nº 965/GM/MD, de 08 de julho de 2016 e que o mesmo estaria aguardando publicação em DOU em alguns dias. • Foi informada sobre a Nomeação de 02 Gerentes no DEPTI por meio das Portarias Nº 1.054 e 1.055/SEORI/MD, de 18 de julho de 2016.

REUNIÕES	DATA	ATIVIDADES DESEMPENHADAS (PAUTA)	PRINCIPAIS DECISÕES (DELIBERAÇÕES)
			<ul style="list-style-type: none"> Foi informado sobre os trabalhos para a Implantação da Política de Governança Digital. Uma Minuta de Portaria está em análise e correções. Regimento Interno do AC-Defesa está em análise na CONJUR.
8ª Reunião AGOSTO/2016	30/08/16	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação dos elementos de ligação das áreas demandantes Modelo de Estudo de Viabilidade Alterações no Portfólio de Projetos Convite para Workshop do SISP – Contratações de TIC Assuntos diversos 	<ul style="list-style-type: none"> O comitê foi informado sobre a realização de Reuniões nas áreas de negócio, para apresentação das ações previstas no PDTIC 2016-2019 realizado pela equipe do Escritório de Projetos de TIC (EPITC) do DEPTI; O comitê deliberou pelo prosseguimento da Portaria de Implantação da Política de Governança Digital.
9ª Reunião SETEMBRO/2016	28/09/16	<ul style="list-style-type: none"> Abertura dos trabalhos Pendências da Reunião Anterior: Atividades do Escritório de Projetos Agendamentos de Reuniões Técnicas no DEPTI Regimento Interno COTINC – Situação Atual 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação da Política de Governança Digital-IPGD. Foi realizada a apresentação dos Elementos de Ligação; Foi deliberado o Modelo de Estudo de Viabilidade Técnica-EVT criado pelo EPTIC pelos membros do COTINC; Necessidade em alterações no portfólio previsto no PDTIC em vigor;
10ª Reunião OUTUBRO/2016	24/11/16	<ul style="list-style-type: none"> Implantação da política de Governança Digital-IPGD. Alterações no portfólio previsto no PDTIC em vigor: propostas a serem apresentadas pelos elementos de ligação. Apresentação dos EVT'S realizados. Atualização do Regimento Interno COTINC: propostas 	<ul style="list-style-type: none"> Envio de Memorando Circular às áreas do MD, solicitando ratificação ou retificação dos membros do COTINC; Foi deliberado por realizar atualizações no Regimento Interno do COTINC, conforme apontamentos da SG; Foi deliberado pela necessidade das alterações no Portfólio previsto no PDTIC em vigor (PRIORIDADES); Alterações relevantes para o PDTIC 2016-2019;
11ª Reunião – NOVEMBRO/2016	30/11/16	<ul style="list-style-type: none"> Deliberações acerca do Estudo de Viabilidade Técnica 01 – BD ASPAR Deliberações sobre atualização do Regimento Interno do COTINC Propostas de alterações nas demandas do PDTIC – Definição de prioridades 	<ul style="list-style-type: none"> Foram aprovadas as atualizações no Regimento Interno do COTINC; Foram apresentadas as necessidades de alterações no portfólio previsto no PDTIC 2016-2019 e Alterações relevantes para a revisão de 2017; Foi Deliberado o Estudo de Viabilidade Técnica – EVT01: Sistema de Dados da ASPAR com as considerações apontadas pelo membro da área que participou do estudo.
12ª Reunião DEZEMBRO/2016	15/12/16	<ul style="list-style-type: none"> Deliberações acerca dos Estudos de Viabilidade Técnica. Deliberações sobre a proposta de atualização do - Regimento Interno do COTINC. Propostas de alterações para a 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019 (Alterações, Inclusões e Exclusões de demandas). 	<ul style="list-style-type: none"> Foi deliberação o Parecer Favorável ao EVT 02 - Necessidade de infraestrutura para APOLO-SISCLATEN, com o prosseguimento do projeto. Foram deliberadas as ALTERAÇÕES e INCLUSÕES apresentadas para a Revisão do PDTIC 2017. Foram apresentadas as EXCLUSÕES de demandas levantadas para a Revisão do PDTIC 2017. Foram deliberadas as atualizações no Regimento Interno do COTINC. Foram deliberadas as necessidades de alterações no portfólio previsto no PDTIC 2016-2019 e alterações relevantes para a revisão de 2017.

COMPOSIÇÃO CONFORME REGIMENTO INTERNO (Portaria nº 2.035/MD, de 14 de agosto de 2014, publicada em DOU nº 156, de 15 de agosto de 2014):

O COTINC é coordenado pelo Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação (DEPTI) e constituído por representantes e suplentes indicados pelos seguintes órgãos (conforme Art. 2º):

I - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA);

II - Secretaria Geral (SG);

III - Secretaria de Organização Institucional (SEORI);

IV - Secretaria de Pessoal, Ensino Saúde e Desporto (SEPESD);

V - Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD);

VI - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM);

VII - Gabinete do Ministro da Defesa (GM);

Os membros do COTINC são oficiais superiores do último posto ou servidores ocupantes de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores DAS-4, indicados pelos respectivos Órgãos que representam. (Conforme Art. 3º)

ANEXO 10
Capacitação dos Integrantes do DEPTI em 2016

CURSO	PARTICIPANTE	ANO	INÍCIO	TÉRMINO	CARGA HORÁRIA
Turma 7/2016 - Formação de ATI's - Introdução à Gestão de Projetos	Luiz Alexandre	2016	11/01/2016	28/03/2016	20
Turma 5 - Formação de ATI's. SFTI - Seleção de Fornecedores de TI	Luiz Alexandre	2016	25/01/2016	28/03/2016	30
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	Luiz Alexandre	2016	25/01/2016	05/02/2016	35
Turma 1/2016 - Orçamento Público: conceitos básicos	Luiz Alexandre	2016	23/02/2016	21/03/2016	30
Planejamento de Tecnologia da Informação	Luiz Alexandre	2016	07/03/2016	11/03/2016	35
Oficina de Alinhamento do PDTIC à EGD	Luiz Alexandre	2016	10/05/2016	10/05/2016	2
Business Intelligence, Analytics and Information Management Summit 2016	Eduardo Ribeiro	2016	10/05/2016	11/05/2016	22
Business Intelligence, Analytics and Information Management Summit 2016	Ricardo	2016	10/05/2016	11/05/2016	22
Using Splunk 6.4	Sgt Monteiro	2016	20/06/2016	20/06/2016	
Searching and Reporting with Splunk 6.4	Sgt Monteiro	2016	21/06/2016	21/06/2016	
Creating Splunk 6.4 Knowledge Objects	Sgt Monteiro	2016	22/06/2016	22/06/2016	
Splunk 6.4 Administration	Sgt Monteiro	2016	23/06/2016	23/06/2016	
Splunk 6.4 Administration - Onsite	Sgt Brandão	2016	24/06/2016	24/06/2016	
Introdução ao Linux	Antônio	2016	04/07/2016	08/07/2016	40
Introdução ao Linux	CB Costa Silva	2016	04/07/2016	08/07/2016	40
Introdução ao Linux	SO Dias	2016	04/07/2016	08/07/2016	40
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Danil	2016	01/08/2016	04/08/2016	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Alysson	2016	01/08/2016	04/08/2016	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Diego	2016	01/08/2016	04/08/2016	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Sgt Emanuel	2016	01/08/2016	04/08/2016	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Eduardo Ribeiro	2016	01/08/2016	04/08/2016	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Eliza	2016	01/08/2016	04/08/2016	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Sandra	2016	01/08/2016	04/08/2016	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Renato	2016	01/08/2016	04/08/2016	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Ricardo	2016	01/08/2016	04/08/2016	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Sérgio Sudré	2016	01/08/2016	04/08/2016	28
Conferência Gartner Segurança e Gestão de Risco 2016	Cap Aécio	2016	02/08/2016	03/08/2016	22
Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Fernando	2016	31/08/2016	31/08/2016	3
Tesouro Gerencial	CB Vitor Hugo	2016	05/09/2016	06/09/2016	8
Workshop de Contratações de TIC	Fernando	2016	12/09/2016	12/09/2016	4
Brigadista Voluntário	CB Vitor Hugo	2016	19/09/2016	30/09/2016	40
Seminário de Gestão de Pessoas: a arte de liderar e coordenar grupos e equipes.	Eduardo Castro	2016	23/09/2016	23/09/2016	7

Curso 20462 - Administering Microsoft SQL Server	Helio	2016	26/09/2016	07/10/2016	40
WCIT 2016 - Brasilia	Cel Hamilton	2016	03/10/2016	05/10/2016	21,5
WCIT 2016 - Brasilia	Luiz Alexandre	2016	03/10/2016	05/10/2016	21,5
WCIT 2016 - Brasilia	Fernando	2016	03/10/2016	05/10/2016	21,5
WCIT 2016 - Brasilia	Gen Duarte	2016	03/10/2016	05/10/2016	21,5
Tesouro Gerencial	Danil	2016	10/10/2016	11/10/2016	8
Curso 20463 - Implementing a Data Warehouse With Microsoft SQL Server	Hélio	2016	17/10/2016	28/10/2016	40
Atualização em Língua Portuguesa	Eliza	2016	17/10/2016	24/10/2016	20
20463-Implementing a data warehouse with microsoft SQL Server	Milton Disegna	2016	17/10/2016	28/10/2016	40
SYMPOSIUM/ITxpo 2016	Cel Hamilton	2016	24/10/2016	27/10/2016	40
SYMPOSIUM/ITxpo 2016	Fernando	2016	24/10/2016	27/10/2016	40
SYMPOSIUM/ITxpo 2016	Sgt Sousa	2016	24/10/2016	27/10/2016	40
SYMPOSIUM/ITxpo 2016	Gen Duarte	2016	24/10/2016	27/10/2016	40
Elaboração de Editais, Termos de Referências e Projetos Básicos	Sgt Emanuel	2016	24/10/2016	26/10/2016	24
Elaboração de Editais, Termos de Referências e Projetos Básicos	Cap Carmonia	2016	24/10/2016	26/10/2016	24
Elaboração de Editais, Termos de Referências e Projetos Básicos	Sgt Henrique	2016	24/10/2016	26/10/2016	24
Análise e Melhoria de Processos	Consuelo	2016	26/11/2016	30/09/2016	35
2º Seminário Brasil 100% digital	Luiz Alexandre	2016	10/11/2016	11/11/2016	14
Total de Servidores:	28		Carga Horária Total:		1195

ANEXO 11
Relação de Quantitativos do DEPTI em 2016

SETORES E DESCRIÇÕES DE VAGAS	DIRETOR	Asse ¹ /SATA ²	NuSIC ³	GeGov ⁴	GESIS ⁵	GEINF ⁶			TOTAL POR CARGOS
						COSUP ⁷	COTEL ⁸	COINF ⁹	
Servidores da Carreira de TIC ¹⁰	1	-	2	1	7	5	1	7	24
Servidores de outras Carreiras	-	3	1	5	1	1	6	3	20
Servidores de Carreira de TIC de Outros Órgãos	-	-	1	2	3	1	-	-	7
Servidores de outras Carreiras de Outros Órgãos							1		1
Estagiários	-	-	-	1	2	2	3	17	25
Terceirizados	-	3	-	-	2	2	2	1	10
Total do Efetivo Transitório	0	3	0	1	4	4	5	18	35
Resumo do Efetivo	Previsto	Existente	Déficit	Atualizado em 31/12/2016					
	69	52	17						

¹ Asse – Assessoria do Diretor

² SATA – Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

³ NUSIC – Núcleo de Segurança da Informação e Comunicação

⁴ GEGOV – Gerência de Governança de TI

⁵ GESIS – Gerência de Desenvolvimento e Inovação

⁶ GEINF – Gerência de Infraestrutura e Serviços

⁷ COSUP – Coordenação de Suporte




⁸ COTEL – Coordenação de Apoio a Usuários em Telefonia e Telecomunicações

⁹ COINF – Coordenação de Apoio a Usuários em Informática




¹⁰ TIC – Tecnologia da Informação e Comunicações


ANEXO 12

Relação de Projetos de TI Desenvolvidos em 2016

<p>NT74: Análise de viabilidade para se criar uma rede segregada, onde o acesso a drivers para armazenamento on-line, ao aplicativo de troca de mensagens web, a transmissão de eventos on-line, repositórios de áudio, etc pudessem ser acessados exclusivamente por pessoal autorizado pela ASCOM, para fins de uso profissional na coleta, transmissão e compartilhamento de mídias (imagens, sons e textos). Manutenção da infraestrutura de suporte ao site institucional e gestor de conteúdo. Análise de viabilidade para a manutenção ou a aquisição de software para a gestão de notícias curtas a serem publicadas em monitores externos (corredores e elevadores). Contratação de serviços de TV por assinatura.</p>		<p>Alinhamento Estratégico: PDTIC 2016-2019</p>
<p>OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.</p>		
<p>IE3.2: Priorizar as ações de garantia da segurança da informação e comunicações, tendo em vista assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações.</p>		
<p>A3.2.1: Projeto Hospedar e manter sistema de gestão de conteúdos para a publicação dos eventos ocorridos no âmbito do MD (portal do Ministério) obedecendo ao formato “dados abertos” com padrões definidos na APF.</p>	<p>M3.2.1: Hospedar e manter o portal do Ministério, no formato “dados abertos”, até o final de 2016. Buscar atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.</p>	
<p>A3.2.4: Analisar a viabilidade para a manutenção ou aquisição de software para a gestão de notícias curtas a serem publicadas em monitores externos (corredores e elevadores).</p>	<p>M3.2.4: Realizar estudo de viabilidade para manter ou adquirir software para a gestão de notícias curtas a serem publicadas em monitores externos (corredores e elevadores), até 2016.</p>	
<p>A3.2.5: Proj. Contratar serviços de TV por assinatura, para o suporte e o apoio à ASCOM</p>	<p>M3.2.5: Contratar e manter o serviço de TV por assinatura buscando alcançar o ISATIC igual ou superior à média 8,0.</p>	
<p>Análise Crítica: A meta <u>M3.2.1</u> foi alcançada, pois o portal do Ministério não recebeu a funcionalidade da aba “dados abertos” da barra do sistema do governo federal, mas o Plano de Dados Abertos já foi publicado na intranet e no portal da Defesa, aguardando ajustes técnicos junto à barra do governo federal. A <u>M3.2.4</u> foi alcançada, tendo sido adquirido e instalado o software para a gestão de notícias curtas e sendo realizado treinamento em 2015 pela ASCOM e entregue toda a solução para que fosse publicada nos monitores externos distribuídos nos andares dentro do Ministério da Defesa (corredores e elevadores), até 2016. A <u>M3.2.5</u> foi alcançada, pois o contrato de renovação do serviço de TV por assinatura no ano de 2016 foi renovado e mantido conforme a necessidade da ASCOM.</p>		
<p>Resultados Alcançados: A Necessidade Técnica 74 foi sumariamente atendida, tendo sido publicado o Plano de Dados Abertos, entregue o sistema de ambiente compartilhado “MD BOX” e tendo sido mantido o contrato de TV por assinatura.</p>		
<p>Valores Orçados: R\$ 0,00</p>	<p>Valores Despendidos: R\$ 0,00</p>	<p>Prazo Conclusão: CONCLUIDO</p>


<p>NT02: Implantação de modelos de processos padronizados de governança e de prestação de serviços de TIC - COBIT/ITIL e de indicadores de produtividade de serviços de TIC.</p>		<p>Alinhamento Estratégico: PDTIC 2016-2019</p>
<p>NT01: Capacitações voltadas às necessidades de suprimento dos cargos, descrição de funções e listagem dos cargos necessários.</p>		
<p>OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.</p>		
<p>IE5.7: Definir e homologar as funções nas unidades de TIC, com a finalidade de criar, gerenciar e monitorar os processos afins e de alocar recursos humanos próprios em cargos com atribuições decisórias e que envolvam a preservação da segurança da informação, conforme previsto na PoSIC.</p>		
<p>IE5.8: Reposicionar a governança de TIC, buscando a segregação das ações de controle e fiscalização próprias da governança de TIC, revisando as suas responsabilidades regimentais no âmbito do MD, separando-as das ações de gestão.</p>		


OE07: Preservar os colaboradores e especialistas, mantendo os seus conhecimentos atualizados, com a finalidade de se buscar soluções viáveis aos problemas apresentados pelas áreas de negócio.		
IE7.1: Promover a capacitação e a atualização continuada dos colaboradores das unidades de TIC do MD para o exercício das atribuições mapeadas.		
A5.7.1: Programa Governança de TIC (Baseado no COBIT 5): - Proj. Levantar as funções das unidades de TIC.	M5.7.1: Levantar as funções das unidades de TIC, até 2016. Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos de pessoal de TIC gerenciados.	
A5.8.1: Programa Governança de TIC (Baseado no COBIT 5): - Proj. Revisar os processos e as atribuições das unidades do DEPTI, particularmente a GEGOV segundo regimento interno.	M5.8.1: Revisar os processos e as atribuições das unidades do DEPTI, particularmente a GEGOV segundo regimento interno, até 2016. Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos de pessoal de TIC gerenciados.	
A7.1.1: Programa Revisão do Quadro de Distribuição de Cargos e Funções do DEPTI: - Proj. Capacitar os colaboradores em conformidade com as funções mapeadas.	M7.1.1: Capacitar os colaboradores conforme as funções mapeadas, capacitando pelo menos 50% das necessidades a cada ano. Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados.	
Análise Crítica: A meta <u>M5.7.1</u> foi alcançada pois ocorreu um trabalho de mapeamento macro dos processos de TIC no âmbito do DEPTI para entendimento das funções das unidades de TIC do MD. A meta <u>M5.8.1</u> foi alcançada com o encaminhamento de proposta de atualização do Regimento Interno do DEPTI no ano de 2016 à DEORG. A meta <u>M7.1.1</u> foi alcançada com a capacitação de servidores de acordo com o plano de capacitação e eventos 2016, participando os servidores do DEPTI durante vários eventos, congressos e fóruns no ano de 2016.		
Resultados Alcançados: As necessidades foram amplamente atendidas com: o monitoramento e manutenção dos serviços de TIC, o mapeamento dos processos, o mapeamento inicial das competências do departamento, a entrega da atualização do Regimento Interno do DEPTI, o Plano de Capacitação 2016 e a execução do mesmo dentro das possibilidades para a gestão dos recursos financeiros. Existem planos para que em 2017, o modelo ITIL seja implementado com a elaboração de plano de gestão de mudanças e plano de continuidade dos serviços de TIC.		
Valores Orçados: R\$ 0,00	Valores Despendidos: R\$ 0,00	Prazo Conclusão: CONCLUÍDO


NT15: Manutenção do sistema de controle de acessos.		Alinhamento Estratégico: PDTIC 2016-2019
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.		
IE1.3: Manter, expandir e evoluir a infraestrutura tecnológica, assim como os sistemas de informações existentes, conforme necessidades levantadas, com a aquisição e a contratação de produtos e serviços para o suporte à infraestrutura de TIC, observadas as normas de segurança da informação previstas na PoSIC.		
A1.3.5: Proj. Manter e evoluir do Sistema de Controle de Acesso ao Ministério da Defesa.	M1.3.5: Manter e evoluir o Sistema de Controle de Acesso ao Ministério por demanda ou a cada 06 meses. Buscar atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8. Buscar atingir ISATIC igual ou superior a 8,0.	
Análise Crítica: A meta <u>M1.3.5</u> foi alcançada, pois o sistema de controle de acesso esteve em operação durante o ano de 2016, com o uso do duplo fator de autenticação nas entradas do MD e existem estudos para sua evolução nos próximos anos.		
Resultados Alcançados: Melhorias implantadas durante a manutenção do Sistema de controle de acessos.		
Valores Orçados: R\$ 137.000,00	Valores Despendidos: R\$ 131.640,00	Prazo Conclusão: CONTRATO VIGENTE ¹


NT115: Evolução e manutenção das ferramentas de TIC do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM)	Alinhamento Estratégico: PDTIC 2016-2019
--	---




¹ NEOKOROS DO BRASIL LTDA. EPP – Termo de contrato de prestação de serviços Nº 035/2012-MDCNPJ – 04.930.468/0001-36 – Assinado em 10 de dezembro de 2012. Está no 4º Termo Aditivo até 9 de dezembro de 2017.


OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.		
IE4.1: Manter o parque tecnológico atualizado, com a finalidade de prestar o suporte necessário às operações conjuntas e aos grandes eventos.		
A4.1.4: Proj. Aquisição de servidor para o SIGLMD.	M4.1.4: Adquirir servidor para o SIGLMD. Buscando atingir 100% (IOE) do processo de aquisição da ação, até 2017.	
Análise Crítica: A meta <u>M4.1.4</u> foi alcançada, pois ocorreu a realização do Estudo de Viabilidade Técnica por membros do DEPTI e da área interessada, e decidiu-se pelo parecer favorável ao prosseguimento do projeto.		
Resultados Alcançados: Estudo de Viabilidade Técnica realizado em conjunto entre área técnica e área interessada com o parecer favorável ao prosseguimento do projeto.		
Valores Orçados: R\$ 0,00	Valores Despendidos: R\$ 0,00	Prazo Conclusão: FINAL DE 2017


NT22: Levantamento e implantação de informações a serem publicadas no www.servicos.gov.br.		Alinhamento Estratégico: PDTIC 2016-2019
OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.		
IE3.2: Apoiar a ASCOM/MD nos serviços disponibilizados ao cidadão e, também, ao público interno, com a finalidade de possibilitar a interação entre o Ministério e a sociedade por meio das mídias digitais, sociais e outras tecnologias.		
A3.2.2: Projeto Implantar informações do MD no site www.servicos.gov.br.	M3.2.2: Implantar informações do MD no site www.servicos.gov.br até o final de <u>2016</u> . Buscar atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	
Análise Crítica: A <u>M3.2.2</u> foi alcançada, pois durante o ano de 2016 foram feitas reuniões com representantes de várias áreas do Ministério da Defesa, afim de atender à Estratégia de Governança Digital do Ministério do Planejamento. Os participantes das reuniões foram convidados a comporem a Assessoria de Governança Digital para implantarem a Política de Governança Digital no Ministério da Defesa, porém a portaria de nomeação dos mesmos deverá ser publicada no primeiro bimestre de 2017. Foram cadastrados alguns serviços no portal do governo federal, servicos.gov.br e em 2017 o portal será atualizado.		
Resultados Alcançados: Publicação de Portaria de Nomeação dos servidores que irão trabalhar na Assessoria de Governança Digital deverá sair no primeiro bimestre de 2017. Foram publicados dois serviços no portal: cadastro de empresa de defesa e serviço militar.		
Valores Orçados: R\$ 0,00	Valores Despendidos: R\$ 0,00	Prazo Conclusão: FINAL DE 2017

NT55: Suporte em infraestrutura para a operação do SEI. Suporte à assinatura digital dos documentos eletrônicos trafegados. Suporte à digitalização e à impressão da documentação. Análise de segurança da informação das versões evoluídas.		Alinhamento Estratégico: PDTIC 2016-2019
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.		
IE1.1: Reaproveitar as soluções tecnológicas de interesse comum, disponibilizadas no âmbito do MD e, também, pela APF.		
A1.1.1: Programa Sistema Eletrônico de Documentos (SEI): - Proj. Manter o Sistema Eletrônico de Documentos (SEI).	M1.1.1: <u>Manter</u> o SEI atualizado em suas versões ao longo dos anos, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	
Análise Crítica: A <u>M1.1.1</u> foi alcançada, pois a partir de janeiro de 2016 o SEI foi implantado no MD, ocorrendo diversas manutenções no sistema para seu correto funcionamento. No ano de 2017, o SEI deve ser atualizado para sua versão 3.0 com novas funcionalidades disponíveis.		
Resultados Alcançados: O sistema SEI está sendo utilizado no MD desde janeiro de 2016 e foi atualizado conforme as validações de funcionalidades da ferramenta dentro do plano do projeto.		
Valores Orçados: R\$ 0,00	Valores Despendidos: R\$ 0,00	Prazo Conclusão: CONCLUIDO

NT11: Implantação e manutenção de ferramenta de gestão de documentos ou expedientes (internos e externos)		Alinhamento Estratégico: PDTIC 2016-2019
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.		
IE1.1: Reaproveitar as soluções tecnológicas de interesse comum, disponibilizadas no âmbito do MD e, também, pela APF.		
A1.1.1: Programa Sistema Eletrônico de Documentos (SEI): - Proj. Manter o Sistema Eletrônico de Documentos (SEI)	M1.1.1: Manter o SEI atualizado em suas versões ao longo dos anos, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	
Análise Crítica: A <u>M1.1.1</u> foi alcançada, pois a partir de janeiro de 2016 o SEI foi implantado no MD, ocorrendo diversas manutenções no sistema para seu correto funcionamento. No ano de 2017, o SEI deve ser atualizado para sua versão 3.0 com novas funcionalidades disponíveis.		
Resultados Alcançados: Durante o ano de 2016 foi implantado o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para a gestão de documentos ou expedientes (internos e externos).		
Valores Orçados: R\$ 0,00	Valores Despendidos: R\$ 0,00	Prazo Conclusão: CONCLUIDO

NT21: Manutenção e evolução das normas e procedimentos visando à segurança da informação		Alinhamento Estratégico: PDTIC 2016-2019
OE06: Garantir a gestão responsável dos ativos existentes e da contratação de bens e dos serviços de TIC, buscando a conformidade com as legislações em vigor.		
IE6.2: Manter a PoSIC atualizada e criar processos de fiscalização e de controle conforme as normas de segurança da informação em vigor.		
IE6.3: Manter as atividades do CSIC, priorizando as ações de atualização e de divulgação das normas correspondentes.		
IE6.4: Priorizar as ações de garantia da segurança da informação e comunicações com a atualização e a divulgação das suas normas, tendo em vista assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações.		
A6.2.1: Desenvolver e Manter procedimentos de fiscalização e controle, conforme previsto na PoSIC, visando a aplicação pragmática das normas de segurança da informação em vigor.	M6.2.1: Desenvolver e Manter as normas e procedimentos de segurança da informação por demanda ou a cada 06 meses. Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados.	
A6.3.1: Manutenção de reuniões do CSIC, para a divulgação e a atualização das normas de segurança da informação e comunicações.	M6.3.1: Reunir o CSIC mensalmente, para divulgar e atualizar normas de segurança da informação e comunicações. Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados.	
A6.4.1: Manter e evoluir as normas e procedimentos visando à Segurança da Informação.	M6.4.1: Manter e evoluir as normas e procedimentos visando à Segurança da Informação, anualmente. Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados.	
Análise Crítica: A <u>M6.2.1</u> foi alcançada. Devido às normas vigentes na ACMD estarem desatualizadas, percebeu-se a necessidade de atualizar e criar novas normas em complemento a POSIC-ACMD. Foram também realizados procedimentos de segurança como: Dica do dia na tela inicial do usuário; palestras de conscientização de segurança da informação para os servidores da ACMD; distribuição de cartilhas de segurança da informação; e reuniões mensais com o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) para tratar de assuntos de SIC. A <u>M6.3.1</u> foi alcançada, pois ao decorrer do ano de 2016 foram realizadas 11 reuniões ordinárias do CSIC, com ATAS registradas devidamente, para deliberações de assuntos de sua competência. A <u>M6.4.1</u> foi alcançada, pois durante as reuniões do CSIC foram debatidas e aprovadas Normas Complementares à POSIC-ACMD bem como o Regimento Interno do CSIC com a finalidade de normatizar e criar procedimentos de SIC no âmbito da ACMD.		
Resultados Alcançados: No ano de 2016, foram debatidas e aprovadas pelo CSIC quatro Normas Complementares a saber: Serviços Críticos de SIC e TIC; Utilização de Rede sem fio; Correio Eletrônico; e Internet (Processo SEI nº 60586.000379/2016-11), além do Regimento Interno do CSIC. Apesar das aprovações devidamente registradas em ATAS das reuniões, até o presente momento as normas e o regimento interno não foram publicados. Atualmente encontra-se aguardando o trâmite administrativo no âmbito da ACMD para suas publicações.		
Valores Orçados: R\$ 0,00	Valores Despendidos: R\$ 0,00	Prazo Conclusão: CONCLUIDO

NT75: Manutenção do Sistema de Atletas Militares (SISATLETA). Publicação de conteúdos relativos às competições desportivas militares.		Alinhamento Estratégico: PDTIC 2016-2019
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.		
IE1.2: Adquirir ou desenvolver softwares e bancos de dados para sistemas de informação, com a finalidade de melhorar a governança e a gestão dos processos de trabalho, observadas as normas de segurança da informação prevista na PoSIC.		
A1.2.27: Proj. Implantar Sistema para a gestão e a publicação de conteúdo das competições desportivas militares	M1.2.27: Implantar Sistema para a gestão e a publicação de conteúdo das competições desportivas militares até o final do 2º semestre de 2016, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	
Análise Crítica: A meta <u>M1.2.27</u> foi alcançada, O sistema está implantado e disponível no ambiente de produção, porém no endereço (http://sisatleta.defesa.gov.br/login/login.php), alguns ajustes estão em andamento conforme consta no processo nº 60585.003612/2016-28.		
Resultados Alcançados: A GESIS/DEPTI elaborou o Memorando 35 (0187983) informando as atividades a serem realizadas.		
Valores Orçados: R\$ 0,00	Valores Despendidos: R\$ 0,00	Prazo Conclusão: CONCLUÍDO

NT85: Implantação de sistema de Mensageria na ROD		Alinhamento Estratégico: PDTIC 2016-2019
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.		
IE4.3: Ampliar a interoperabilidade do Ministério da Defesa com as Forças Singulares.		
A4.3.4: Proj. Implantação de sistema de Mensageria na ROD	M4.3.4: Capacitar a ROD a trocar mensagens instantâneas com segurança por meio de dispositivos móveis até o final de 2017.	
Análise Crítica: A meta <u>4.3.4</u> foi alcançada mediante a implantação do sistema de Mensageria ATHENA, que foi desenvolvido pelo CEPESC/ABIN. A implantação do ATHENA na Rede Operacional de Defesa foi viabilizada com a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e a Agência Brasileira de Inteligência. Por este Acordo, a ABIN disponibilizou, sem custo financeiro, os softwares necessários à implantação do Sistema ATHENA na ROD. O ATHENA foi utilizado com sucesso em 2016 durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio2016.		
Resultados Alcançados: A Implantação de redes de comunicações seguras entre os níveis estratégico e operacional para troca de mensagens instantâneas na ROD. Após a utilização nos JORIO 2016, o ATHENA poderá ser utilizado nas Operações Conjuntas conduzidas pelo EMCFA.		
Valores Orçados: R\$ 0,00	Valores Despendidos: R\$ 0,00	Prazo Conclusão: CONCLUÍDO

Anexo 13
Metodologia de Cálculo da Depreciação

EXERCÍCIO			2016			2015		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	TAXA DE DEPRECIÇÃO	110402, 110404 e 110406			110402, 110404 e 110406		
			VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIÇÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIÇÃO	VALOR LÍQUIDO
IMOBILIZADO			401.036.243,82	34.303.147,20	366.733.096,62	395.852.584,96	27.447.330,96	368.405.254,00
BENS MÓVEIS			68.801.716,10	29.232.981,65	39.568.734,45	63.588.418,87	25.216.271,12	38.372.147,75
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA			6.656.177,02	2.539.836,05	4.116.340,97	6.659.312,24	2.194.882,71	4.464.429,53
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%	59.885,24	14.830,58	45.054,66	55.704,33	13.952,80	41.751,53
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%	2.597.834,97	1.100.582,47	1.497.252,50	2.581.700,24	984.461,45	1.597.238,79
EQUIPAM/UTENSÍLIOS MEDICOS ODONTOLÓGICO	15	20%	243.645,09	53.910,52	189.734,57	234.825,83	44.112,24	190.713,59
APARELHO E EQUIPAMENTO PARA ESPORTES	10	10%	1.327,40	1.102,23	225,17	1.327,40	983,07	344,33
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA	10	10%	1.065.127,90	447.109,35	618.018,55	1.049.441,01	370.463,31	678.977,70
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%	370.663,93	52.600,25	318.063,68	388.560,92	51.045,89	337.515,03
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICO	10	10%	1.396.934,53	491.436,48	905.498,05	1.432.577,15	390.833,86	1.041.743,29
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%	473.217,58	184.411,26	288.806,32	508.095,45	168.755,08	339.340,37
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10	10%	37.343,97	14.545,19	22.798,78	36.695,51	13.383,87	23.311,64
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P/ AUTOMÓVEIS	5	10%	11.705,80	10.535,22	1.170,58	11.705,80	10.535,22	1.170,58
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%	4.331,98	139,10	4.192,88	2.531,98	67,78	2.464,20
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	10%	-	-	-	4.283,66	-	4.283,66
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICO	10	10%	12.440,42	6.050,44	6.389,98	34.665,12	5.188,86	29.476,26
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%	381.718,21	162.582,96	219.135,25	317.197,84	141.099,28	176.098,56
BENS DE INFORMÁTICA			32.641.565,43	18.573.997,46	14.067.567,97	31.506.019,74	16.298.935,40	15.207.084,34
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%	32.641.565,43	18.573.997,46	14.067.567,97	31.506.019,74	16.298.935,40	15.207.084,34
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			18.740.898,58	5.380.184,89	13.360.713,69	16.203.536,97	4.468.329,99	11.735.206,98
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%	2.299.608,38	854.571,77	1.445.036,61	2.027.141,99	743.174,20	1.283.967,79
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%	197.353,86	72.748,95	124.604,91	205.230,16	64.671,85	140.558,31

MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%	16.243.936,34	4.452.864,17	11.791.072,17	13.971.164,82	3.660.483,94	10.310.680,88
MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO			2.498.648,92	1.122.459,88	1.376.189,04	2.446.631,51	1.012.600,95	1.434.030,56
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO	10	0%	177.367,02	74.327,91	103.039,11	172.975,66	64.188,65	108.787,01
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%	2.314.408,58	1.048.131,97	1.266.276,61	2.266.782,53	948.412,30	1.318.370,23
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO			6.873,32	-	6.873,32	6.873,32	-	6.873,32
VEÍCULOS			5.528.508,79	1.236.724,02	4.291.784,77	5.095.330,49	991.824,05	4.103.506,44
VEÍCULOS EM GERAL	15	10%	492.132,96	102.521,45	389.611,51	316.232,96	79.473,68	236.759,28
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%	5.036.375,83	1.134.202,57	3.902.173,26	4.779.097,53	912.350,37	3.866.747,16
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO			205.040,00	-	205.040,00	77.600,00	-	77.600,00
ESTOQUE INTERNO			205.040,00	-	205.040,00	77.600,00	-	77.600,00
ARMAMENTO	20	15%	197.601,35	74.558,94	123.042,41	197.601,35	66.453,90	131.147,45
DEMAIS BENS MÓVEIS			2.333.276,01	305.220,41	2.028.055,60	1.402.386,57	183.244,12	1.219.142,45
BENS MÓVEIS A ALIENAR	10	10%	114.549,57	-	114.549,57	114.549,57	-	114.549,57
BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO			4.558,87	-	4.558,87	108.253,00	-	108.253,00
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%	2.210.630,28	305.220,41	1.905.409,87	1.172.486,90	183.244,12	989.242,78
MATERIAL DE USO DURADOURO	10	10%	3.537,29	-	3.537,29	7.097,10	-	7.097,10
BENS IMÓVEIS			332.234.527,72	5.070.165,55	327.164.362,17	332.264.166,09	2.231.059,84	330.033.106,25
BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO			-	-	-	-	-	-
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS N			329.995.899,18	5.070.165,55	324.925.733,63	330.270.053,56	2.231.059,84	328.038.993,72
IMÓVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS			119.351.446,07	3.596.573,50	115.754.872,57	119.625.600,45	1.597.250,71	118.028.349,74
EDIFÍCIOS			42.791.758,67	1.473.546,55	41.318.212,12	42.791.758,67	633.796,63	42.157.962,04
TERRENOS / GLEBAS			165.814.807,50	-	165.814.807,50	165.814.807,50	-	165.814.807,50
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS			2.037.886,94	45,50	2.037.841,44	2.037.886,94	12,50	2.037.874,44
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET			-	-	-	-	-	-
EDIFÍCIOS			-	-	-	-	-	-
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO			2.238.628,54	-	2.238.628,54	1.994.112,53	-	1.994.112,53
OBRAS EM ANDAMENTO			2.223.828,54	-	2.223.828,54	1.979.312,53	-	1.979.312,53
ESTUDOS E PROJETOS			14.800,00	-	14.800,00	14.800,00	-	14.800,00

Fonte: Siafi2016

Somatório das UG's: 110402, 110404, 110406. As UG's 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 29/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	2.919.180.958,06		- Despesas Orçamentárias	975.705.130,60	-
Ordinárias	883.385.135,63		Ordinárias	938.535.305,26	-
Vinculadas	2.067.940.261,37		Vinculadas	37.169.825,46	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.008.537.495,55		Seguridade Social (Exceto RGPS)	30.707.901,73	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	49.070.096,30		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.142.950,26	
Outros Recursos Vinculados a Fundos	10.332.669,52		Outros Recursos Vinculados a Fundos	318.973,47	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-32.144.438,94				
Transferências Financeiras Recebidas	83.260.612.014,55		- Transferências Financeiras Concedidas	82.138.996.005,44	-
Resultantes da Execução Orçamentária	77.315.605.771,65		Resultantes da Execução Orçamentária	76.563.186.928,78	-
Cota Recebida	75.832.457.830,32		Repasse Concedido	75.977.818.859,19	
Repasse Recebido	966.547.980,06		Sub-repasse Concedido	537.524.473,25	
Sub-repasse Recebido	467.782.533,94		Cota Devolvida	47.645.625,99	
Repasse Devolvido	48.619.456,98		Sub-repasse Devolvido	197.970,35	
Sub-repasse Devolvido	197.970,35		Independentes da Execução Orçamentária	5.575.809.076,66	-
Independentes da Execução Orçamentária	5.945.006.242,90		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.542.727.037,49	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.944.516.184,36		Demais Transferências Concedidas	190.052,91	
Demais Transferências Recebidas	191.259,93		Movimento de Saldos Patrimoniais	32.891.986,26	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	298.798,61		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-				
Recebimentos Extraorçamentários	518.830.264,04		- Despesas Extraorçamentárias	3.051.446.478,19	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	318.605,30		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	57.458.548,52	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	518.154.924,83		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	112.573.166,71	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	356.733,91		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	532.041,74	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-		Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.880.882.721,22	-
			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.598,33	
			Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	2.880.679.816,42	
			Valores em Trânsito	0,52	
			Ajuste Acumulado de Conversão	200.305,95	
Saldo do Exercício Anterior	67.946.458,76		- Saldo para o Exercício Seguinte	600.422.081,12	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	67.946.458,76		Caixa e Equivalentes de Caixa	600.422.081,12	-
TOTAL	86.766.569.695,41		- TOTAL	86.766.569.695,41	-



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 29/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.929.793.084,00	1.929.793.084,00	2.919.180.958,06	989.387.874,06
Receitas Tributárias	1.833.693,00	1.833.693,00	3.358.733,55	1.525.040,55
Impostos	-	-	-	-
Taxas	1.833.693,00	1.833.693,00	3.358.733,55	1.525.040,55
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	1.885.916.343,00	1.885.916.343,00	2.849.533.262,21	963.616.919,21
Contribuições Sociais	1.885.916.343,00	1.885.916.343,00	2.849.533.262,21	963.616.919,21
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	7.948.633,00	7.948.633,00	8.474.425,17	525.792,17
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.059.325,00	4.059.325,00	3.262.906,40	-796.418,60
Valores Mobiliários	3.889.308,00	3.889.308,00	5.211.518,77	1.322.210,77
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	21.916.824,00	21.916.824,00	18.800.402,03	-3.116.421,97
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	875.223,00	875.223,00	130.387,97	-744.835,03
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	21.041.601,00	21.041.601,00	18.670.014,06	-2.371.586,94
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	8.146.950,00	8.146.950,00	6.156.361,10	-1.990.588,90
Outras Receitas Correntes	4.030.641,00	4.030.641,00	32.857.774,00	28.827.133,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	4.027.908,00	4.027.908,00	7.983.747,54	3.955.839,54
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.733,00	2.733,00	24.616.820,50	24.614.087,50
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	257.205,96	257.205,96
RECEITAS DE CAPITAL	422.011.430,00	422.011.430,00	-	-422.011.430,00
Operações de Crédito	401.400.000,00	401.400.000,00	-	-401.400.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	401.400.000,00	401.400.000,00	-	-401.400.000,00
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	20.611.430,00	20.611.430,00	-	-20.611.430,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 400 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.351.804.514,00	2.351.804.514,00	2.919.180.958,06	567.376.444,06
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.351.804.514,00	2.351.804.514,00	2.919.180.958,06	567.376.444,06
TOTAL	2.351.804.514,00	2.351.804.514,00	2.919.180.958,06	567.376.444,06
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	448.942.024,00	448.942.024,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	134.721.012,00	134.721.012,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	179.500.000,00	179.500.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	134.721.012,00	134.721.012,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	664.171.104,00	1.091.097.055,99	361.467.536,00	338.458.276,02	338.139.670,72	729.629.519,99
Pessoal e Encargos Sociais	85.604.063,00	87.744.659,00	243.341.969,96	242.944.803,28	242.944.803,28	-155.597.310,96
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	578.567.041,00	1.003.352.396,99	118.125.566,04	95.513.472,74	95.194.867,44	885.226.830,95
DESPESAS DE CAPITAL	1.225.299.816,00	1.249.515.742,00	614.237.594,66	119.091.929,81	119.091.929,81	635.278.147,34
Investimentos	1.107.454.161,00	1.131.670.087,00	496.391.939,66	1.246.274,81	1.246.274,81	635.278.147,34
Inversões Financeiras	117.845.655,00	117.845.655,00	117.845.655,00	117.845.655,00	117.845.655,00	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.889.470.920,00	2.340.612.797,99	975.705.130,66	457.550.205,83	457.231.600,53	1.364.907.667,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/03/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 400 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.889.470.920,00	2.340.612.797,99	975.705.130,66	457.550.205,83	457.231.600,53	1.364.907.667,33
SUPERÁVIT			1.943.475.827,40			-1.943.475.827,40
TOTAL	1.889.470.920,00	2.340.612.797,99	2.919.180.958,06	457.550.205,83	457.231.600,53	-578.568.160,07

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.108.074,39	21.702.618,85	18.851.950,90	18.849.827,87	8.473.197,96	1.487.667,41
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.108.074,39	21.702.618,85	18.851.950,90	18.849.827,87	8.473.197,96	1.487.667,41
DESPESAS DE CAPITAL	54.717.043,62	312.425.572,11	128.881.706,84	93.723.338,84	76.920.685,90	196.498.590,99
Investimentos	54.717.043,62	312.425.572,11	128.881.706,84	93.723.338,84	76.920.685,90	196.498.590,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	61.825.118,01	334.128.190,96	147.733.657,74	112.573.166,71	85.393.883,86	197.986.258,40

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	28.755,64	20.423,70	8.331,97	-0,03
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	0,01	-0,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	0,01	-0,01
Outras Despesas Correntes	-	28.755,64	20.423,70	8.331,95	-0,01
DESPESAS DE CAPITAL	-	90.723.750,65	57.438.124,82	2.000.000,03	31.285.625,80
Investimentos	-	90.723.750,65	57.438.124,82	2.000.000,01	31.285.625,82
Inversões Financeiras	-	-	-	0,01	-0,01
Amortização da Dívida	-	-	-	0,01	-0,01
TOTAL	-	90.752.506,29	57.458.548,52	2.008.332,00	31.285.625,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 400 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ÓRGÃO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	2.206.079.218,22	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.206.079.218,22	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	600.422.081,64	-	PASSIVO FINANCEIRO	747.762.716,30	-
ATIVO PERMANENTE	1.605.657.136,58	-	PASSIVO PERMANENTE	9.290.476,81	-
			SALDO PATRIMONIAL	1.449.026.025,11	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	46.000.146,79	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	726.404.860,28	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	46.000.146,79	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	726.404.860,28	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	13.414.012,44	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	32.586.134,35	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	564.434.000,79	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	161.970.859,49	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	46.000.146,79	-	TOTAL	726.404.860,28	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-156.015.715,18
Recursos Vinculados	8.675.080,52
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-34.365,48
Operação de Crédito	-25.694.135,12
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	33.525.523,09
Outros Recursos Vinculados a Fundos	878.058,03
TOTAL	-147.340.634,66



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 29/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	657.226.694,68	-
INGRESSOS	86.180.149.706,52	-
Receitas Derivadas e Originárias	2.913.024.596,96	-
Receita Tributária	3.358.733,55	-
Receita de Contribuições	2.849.533.262,21	-
Receita Patrimonial	3.262.906,40	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	18.800.402,03	-
Remuneração das Disponibilidades	5.211.518,77	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	32.857.774,00	-
Transferências Correntes Recebidas	6.156.361,10	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	6.156.361,10	-
Outros Ingressos das Operações	83.260.968.748,46	-
Ingressos Extraorçamentários	356.733,91	-
Transferências Financeiras Recebidas	83.260.612.014,55	-
DESEMBOLSOS	-85.522.923.011,84	-
Pessoal e Demais Despesas	-324.577.786,37	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-316.594,15	-
Defesa Nacional	-282.114.606,03	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-733.031,84	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-40.240.371,15	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 400 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ÓRGÃO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-1.109.602,55	-
Encargos Especiais	-60.982,32	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-2.598,33	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-177.937.055,40	-
Intergovernamentais	-145.502.321,15	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-7.718.584,77	-
A Municípios	-137.783.736,38	-
Intragovernamentais	-32.434.734,25	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-85.020.408.170,07	-
Dispêndios Extraorçamentários	-532.041,74	-
Transferências Financeiras Concedidas	-82.138.996.005,44	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-2.880.679.816,42	-
Valores em Trânsito	-0,52	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-200.305,95	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-124.751.072,32	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-124.751.072,32	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-124.748.072,32	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.000,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/03/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 400 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	532.475.622,36	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	67.946.458,76	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	600.422.081,12	-



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 29/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	85.002.279.441,99	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.358.733,55	-
Impostos	-	-
Taxas	3.358.733,55	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	8,00	-
Contribuições Sociais	8,00	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.379.849,61	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.379.849,61	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11.778.989,38	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	12.998,19	-
Variações Monetárias e Cambiais	7.482.392,22	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.283.598,97	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	83.261.667.230,50	-
Transferências Intragovernamentais	83.261.117.389,40	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	549.841,10	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.687.955.709,31	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.806.375,49	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.685.149.333,82	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	36.138.921,64	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
-----------	----------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	36.138.921,64	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	83.634.497.519,10	-
Pessoal e Encargos	226.511.543,62	-
Remuneração a Pessoal	171.007.525,80	-
Encargos Patronais	33.259.122,41	-
Benefícios a Pessoal	21.412.140,37	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	832.755,04	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	40.577.714,99	-
Aposentadorias e Reformas	32.625.209,82	-
Pensões	7.758.555,07	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	193.950,10	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	97.671.292,42	-
Uso de Material de Consumo	4.973.329,33	-
Serviços	83.820.150,08	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.877.813,01	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	44.462,41	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	31.749,03	-
Descontos Financeiros Concedidos	12.713,38	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	82.248.643.815,03	-
Transferências Intragovernamentais	82.139.009.159,19	-
Transferências Intergovernamentais	108.787.772,21	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	846.883,63	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.016.003.688,12	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.466.662,77	-
Incorporação de Passivos	1.006.929.262,72	-
Desincorporação de Ativos	7.607.762,63	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
-----------	----------------------------

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	34.316,56	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34.316,56	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.010.685,95	-
Premiações	31.050,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.213.008,59	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.766.627,36	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.367.781.922,89	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
Coordenação de Pagamento
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 2º andar - Anexo
CEP 70049-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-8714 - Endereço Eletrônico: copag@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO Nº 01/2017/COLIC/GEOFI/DEADI/SEORI/SG-MD

Declaração de Integridade e completez das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre contratos e convênios referentes ao Ministério da Defesa estão em sua integralidade e completez disponibilizados nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.

Brasília-DF, de 08 de maio de 2017.

PROCESSO: 60584.000410/2017-15

PAULO HENRIQUE DE LIMA BRITO

Coordenador de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Lima Brito, Coordenador(a)**, em 31/05/2017, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0546223** e o código CRC **4957C7E3**.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA - DEADI
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoal Civil
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 2º andar - Anexo
CEP 70049-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-4180 e Endereço Eletrônico: coapc@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO Nº 35/2017/COAPC/GEPES/DEADI/SEORI/SG-MD

Declaração de Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Ministério da Defesa – Administração Central estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília-DF, de 08 de maio de 2017.

THIAGO DE JESUS SILVA

Coordenador de Administração de Pessoal Civil/Ministério da Defesa
CPF: 807.424.751-15



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Jesus Silva, Coordenador(a)**, em 08/05/2017, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0516595** e o código CRC **CDCA0DB7**.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
Coordenação de Pagamento
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 2º andar - Anexo
CEP 70049-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-8714 - Endereço Eletrônico: copag@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO Nº 5/2017/COPAG/GEPES/DEADI/SEORI/SG-MD

Declaração de Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores e militares obrigados pela Lei nº 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas à Coordenação de Pagamento/MD - Administração Central, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providencias cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília-DF, de 08 de maio de 2017.

MARIA DO ROSÁRIO XAVIER AFONSO
Coordenadora de Pagamento/Ministério da Defesa
CPF: 510.950.681-72



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Rosário Xavier Afonso, Coordenador(a)**, em 08/05/2017, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0516572** e o código CRC **6168A245**.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
Esplanada dos Ministérios - 1º ANDAR
CEP 70049-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-4224/ (61) 2023-9201 e Fax: (61) 3312-4233 seori@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO Nº 2/2017/SEORI/SG-MD

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações sobre a execução física e financeira das Ações 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR); 2B28 - Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Defesa; 20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional; 8425 - Apoio ao Projeto Rondon; 20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte; 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte; 2452 - Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte; 2055 - Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra; e 151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), vinculadas do Programa 2058 – Defesa Nacional, constantes da Lei Orçamentária Anual de 2016, exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, estão devidamente atualizados no SIOP, conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Franselmo Araújo Costa

CPF: 607.072.671-53

Secretário de Organização Institucional

UPC: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Brasília-DF, de 31 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Franselmo Araújo Costa, Secretário(a)**, em 31/05/2017, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0545388** e o código CRC **A36B9220**.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
Esplanada dos Ministérios - 1º ANDAR
CEP 70049-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-4224/ (61) 2023-9201 e Fax: (61) 3312-4233 seori@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO Nº 1/2017/SEORI/SG-MD

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações para o monitoramento do PPA, exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Franselmo Araújo Costa

CPF: 607.072.671-53

Secretário de Organização Institucional

UPC: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Brasília-DF, de 31 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Franselmo Araújo Costa, Secretário(a)**, em 31/05/2017, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0545368** e o código CRC **16524C18**.



MINISTÉRIO DA DEFESA
 SECRETARIA-GERA - SG
 SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI
 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - DEORF
 DIVISÃO DE CONTABILIDADE - DICONT
 Esplanada dos Ministérios - 1º ANDAR
 CEP 70049-900 Brasília-DF
 Telefone: (61) 3312-8706 - Endereço eletrônico: setorialcontabil@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO Nº 2/2017/DICONT/DEORF/SEORI/SG-MD

CONFORMIDADE CONTÁBIL			
MINISTÉRIO DA DEFESA			52000
<p> Declaro que a Divisão de Contabilidade do Ministério da Defesa, UG 110568, na qualidade de Setorial Contábil das Unidades Gestoras: 110402, 110404, 110406, 110407, 110511, 110572, 110573, 110586, 110594, 111415, e 113413; acompanhou, no exercício de 2016, a execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão 52000 – Ministério da Defesa, e promoveu os registros referentes à Conformidade Contábil de suas unidades gestoras. </p> <p> Foram realizados os registros da Conformidade Contábil do Órgão 52000 – Ministério da Defesa; e registro da Conformidade Contábil de Órgão Superior dos seguintes órgãos: 52111; 52121; e 52131 (Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica), </p> <p> Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. </p>			
Local	Brasília-DF,	Data	01/03/2017
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC n.º	009784/0-9-DF

Brasília-DF, de 31 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Noemia Silva Monteiro, Gerente**, em 31/05/2017, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0545215** e o código CRC **1765231A**.



MINISTÉRIO DA DEFESA
 SECRETARIA-GERA - SG
 SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI
 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - DEORF
 DIVISÃO DE CONTABILIDADE - DICONT
 Esplanada dos Ministérios - 1º ANDAR
 CEP 70049-900 Brasília-DF
 Telefone: (61) 3312-8706 - Endereço eletrônico: setorialcontabil@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO Nº 1/2017/DICONT/DEORF/SEORI/SG-MD

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação Completa (UPC)	Código da UG
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa	110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415, 113413
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2016, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a. Ausência de contabilização dos valores referente a Depreciação do mês de dezembro nas UG's 110402 e 110404.</p> <p>Tais unidades utilizam o sistema SIADS e em dezembro foi registrada a Depreciação no SIADS, porém tais valores não foram refletidos no SIAFI.</p> <p>b. Divergência entre o Inventário Físico de Material Permanente e os saldos contábeis constantes no balancete da unidade gestora 110404 – Departamento de Administração Interna, no sistema SIAFI.</p> <p>O Relatório Consolidado de Bens Físico Anual de Bens Patrimoniais – exercício 2016, aponta divergências entre os bens inventariados e os valores registrados no sistema de patrimônio da unidade, no montante de R\$ 318.868,89, cujos valores estão refletidos no SIAFI.</p>	

c. Ausência de registros da Amortização nas unidades gestoras: 110404 – DEADI e 110406 – RBJID.

As unidades utilizam o Sistema de Administração de Serviços - SIADS, que ainda não contempla a funcionalidade de registro da Amortização.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF,	Data	01/03/2017
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC n.º	009784/O-9-D

Brasília-DF, de 31 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Noemia Silva Monteiro, Gerente**, em 31/05/2017, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0545163** e o código CRC **CCEA88D6**.

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral referente à 2016
Relatório de Instância ou Área de Correição

PROCESSO	ASSUNTO	SINDICANTE/COMISSÃO	SITUAÇÃO	RESULTADO DO PROCEDIMENTO
60585.003867/2016-91	Sindicância Investigativa: apurar os fatos relatados no Memorando nº 301/TRANSPORTE/COSER MD/GEPOS/DEADI/SEORI/SG-MD, de 1º de novembro de 2016, e seus anexos, acerca do acidente de trânsito envolvendo veículo deste Ministério, a fim de determinar responsabilidade pelo ocorrido.	1º Ten (MB) LUIS EDUARDO CORREIA ANDRÉ	FINALIZADA	Concordar com parecer da Oficial Sindicante, imputando a responsabilidade pelos prejuízos advindos do acidente à administração central deste Ministério, no tocante ao veículo oficial RENAULT/FLUENCE, cor preta, placa JDX-9994/DF e a assunção pelo Senhor Sr. IVO BARBOSA LEITE, dos prejuízos experimentados pelo FIAT UNO cor azul, placa JFJ-7442/DF
60585.004357/2016-31	Sindicância Investigativa: apurar os fatos relatados no Memorando nº 320/TRANSPORTE/COSER MD/GEPOS/DEADI/SEORI/SG-MD, de 14 de dezembro de 2016, e seus anexos, e seus anexos, acerca do acidente de trânsito envolvendo veículo deste Ministério, a fim de determinar responsabilidade pelo ocorrido.	1º Ten (MB) ANDRÉ LUIZ DO CARMO GOMES	FINALIZADA	Concordar com parecer do Oficial Sindicante, imputando a responsabilidade pelos prejuízos advindos do acidente à administração central deste Ministério, no tocante ao veículo oficial FIAT/DUCATO MINIBUS, cor branca, placa JGC-8541/DF, ano/modelo 2009/2009, baseado nos fundamentos constantes do relatório do Sindicante e do Parecer nº 00197/2017/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 11 de abril de 2017, os quais fazem parte desta Decisão, consoante o preconizado no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999
60585.000279/2016-03	TCA O Disco rígido 640 GB externo portátil, NP 3651803, sob responsabilidade do servidor JEFFERSON JARDIM DE CARVALHO TORRES, foi extraviado em missão fora do Ministério, em data e local não especificados. Até o momento o bem público não foi localizado, assim como não foram apresentadas justificativas que pudessem elidir a responsabilidade do servidor pelo extravio. Considerando o acima exposto e que não há indícios de dolo por parte do servidor JEFFERSON JARDIM DE CARVALHO TORRES, se faz a abertura do presente termo.	GERENTE DE PATRIMÔNIO, OBRAS E SERVIÇOS	FINALIZADA	Ressarcido pelo Servidor JEFFERSON JARDIM DE CARVALHO TORRES.

Consulta \ Dados Processo \ Listar

Dados Processo


Dados do filtro:

Órgão:Ministério da Defesa - Secretaria de Organização Institucional

Fase do Processo:Instauração/Instrução

Data de Início da Fase a partir de: 01/01/2016

Data de Início da Fase até:31/12/2016

Nº Processo	Tipo Processo	Local do Fato - Órgão/Entidade	Data Publicação Ato	Fase do Processo	Instrumento/Nº	
60580.000047/2016-97	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Departamento de Administração Interna	11/02/2016	Anulado por Decisão Administrativa	Portaria 38	

Foram encontrados 1 resultado(s) - Total de 1 página(s)

Ir para a página:

Consulta \ Dados Processo \ Listar

Dados Processo

Dados do filtro:

Órgão: Gabinete do Ministro - Assessoria de Comunicação Social

Fase do Processo: Instauração/Instrução

Data de Início da Fase a partir de: 01/01/2016

Data de Início da Fase até: 31/12/2016

Nº Processo	Tipo Processo	Local do Fato - Órgão/Entidade	Data Publicação Ato	Fase do Processo	Instrumento/Nº
60580.000133/2016-08	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	Assessoria de Comunicação Social	02/08/2016	Processo Julgado	Portaria 1199

Foram encontrados 1 resultado(s) - Total de 1 página(s)

Ir para a página: Ok[Voltar](#)

ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA	110622- SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	JOAQUIM SILVA E LUNA		CPF	334.864.767-34	
Endereço Residencial:	SQS 112 - BLOCO B - APTO 203				
Cidade:	BRASILIA		Cidade:	BRASILIA	
Telefone:	(61) 33129095 - 9079	Telefone:	(61) 33129095 - 9079	Telefone:	(61) 33129095 - 9079
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO-GERAL				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Ato de Designação	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Nome e número	Data
DECRETO DE 23/10/2015	DOU 26/10/2015	DECRETO DE 23/10/2015	DOU 26/10/2015	DECRETO DE 23/10/2015	DOU 26/10/2015

UNIDADE JURISDICIONADA	110622- SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MURILO MARQUES BARBOSA		CPF:	408.390.367-87	
Endereço Residencial:	SQS 112 BLOCO B APTO 404 – ASA SUL				
Cidade:	BRASÍLIA		UF:	DF	CEP: 70343-110
Telefone:	(61) 3312-9096	Fax:	(61) 3312-8519	e-Mail:	MURILO.MARQUES@DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO (SUBSTITUTO)				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO-GERAL				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. Nº 1608/MD	DOU 23/JUN/2014	PORT. Nº 3/SG/MD	DOU 06/JAN/2016	01/JAN/2016	05/JAN/2016

UNIDADE JURISDICIONADA	110622- SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA CORDEIRO		CPF:	097.834.401-44	
Endereço Residencial:	SQN 314 BLOCO H APTO 605				
Cidade:	BRASÍLIA		UF:	DF	CEP: 70767-080
Telefone:	3347-0228	Fax:	3312-4233	e-Mail:	LUIZ.CORDEIRO@DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					

ROL DE RESPONSÁVEIS

Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO (SUBSTITUTO)				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETARIA-GERAL				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. Nº 3/SG/MD	DOU 06/01/2016	PORT. Nº 2.017/SG/MD	DOU 13/10/2016	06/JAN/2016	16/SET/2016

UNIDADE JURISDICIONADA	110622- SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA					
DADOS DO RESPONSÁVEL						
Nome:	FRANSELMO ARAÚJO COSTA			CPF:	607.072.671-53	
Endereço Residencial:	SQS 110 – BLOCO I – APTO 603					
Cidade:	BRASÍLIA		UF:	DF	CEP:	70373-090
Telefone:	61-3312.4224		Fax:		e-Mail:	@DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO - SUBSTITUTO					
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO-GERAL					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
PORT. Nº 2.018/SG/MD	DOU 13/10/2016			13/10/2016	31/12/2016	

ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA		115405 – SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA CORDEIRO			CPF:	097.834.401-44
Endereço Residencial:	SQN 314 BLOCO H APTO 605				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	70767-080
Telefone:	3347-0228	Fax:	3312-4233	e-Mail:	LUIZ.CORDEIRO@DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. Nº 421 – CC, de 06.jun.2013	DOU de 07.jun.2013	PORT. Nº 1.895/MD, de 16.set.2016	DOU de 19.set.2016	1º.jan.2016	16.set.2016

UNIDADE JURISDICIONADA		115405 – SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	FRANSELMO ARAÚJO COSTA			CPF:	607.072.671-53
Endereço Residencial:	SQS 110 – BLOCO I – APTO 603				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	70373-090
Telefone:	61-3312.4224	Fax:		e-Mail:	FRANSELMO.COSTA@DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. Nº 1.983 – CC, de 05.out.2016	DOU de 06.out.2016			06.out.2016	31.dez.2016

UNIDADE JURISDICIONADA		115405 – SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	JOSÉ RENATO CORREA DE LIMA			CPF:	225.992.151-53
Endereço Residencial:	SHIS QI 29 CONJ. 11 CASA 10				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	70767-080
Telefone:	3367-4064	Fax:	3312-8728	e-Mail:	JOSE.LIMA@DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO - SUBSTITUTO				

ROL DE RESPONSÁVEIS

Nome do Cargo ou Função:		SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. 182 - de 30.jan.2014	DOU de 31.jan.2014	PORT. Nº 2.060/SEORI/MD, de 14.out.2016	DOU de 18.out.2016	1º.jan.2016	18.out.2016

UNIDADE JURISDICIONADA		115405 – SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	JOSÉ ROBERTO DE MORAES REGO PAIVA FERNANDES JÚNIOR		CPF:	524.117.291-20	
Endereço Residencial:	SMDB – CONJ.: 12 – LOTE: 16 – CASA: D – LAGO SUL				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	71680-120
Telefone:	61-3344-6908	Fax:	-	e-Mail:	JOSE.FERNANDES@DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO - SUBSTITUTO				
Nome do Cargo ou Função:		SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. Nº 2.057/SEORI/MD, de 14.out.2016	DOU de 18.out.2016			18.out.2016	31.dez.2016

ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA		UG 110279 – SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA - SEPROD			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MURILO MARQUES BARBOZA			CPF:	40839036787
Endereço Residencial:	SQS 112 BLOCO: B APARTAMENTO 404				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	70375-020
Telefone:	61-99981-0105	Fax:	-	e-Mail:	TANIAJCB@MSM.COM
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO DE PRODUTOS DE DEFESA				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. 592 de 16.fev.2011	DOU DE 17.fev.2011	Port.21 CC de 06.jan.2016	DOU de 07.jan.2016	01.jan.2016	06.jan.2016

UNIDADE JURISDICIONADA		UG 110279 – SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA - SEPROD			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MARIA PERPÉTUA DE ALMEIDA			CPF:	21644063204
Endereço Residencial:	ALAMEDA DAS ACÁCIAS,50 – CHÁCARA IPÊ				
Cidade:	RIO BRANCO	UF:	AC	CEP:	69917-558
Telefone:	61-99975-7820	Fax:	-	e-mail:	PERPETUA.ALMEIDAACRE@gmail.com
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO DE PRODUTOS DE DEFESA				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. 22 CC, de 06.jan.2016	DOU DE 07.jan.2016	Port.798 CC, de 25.mai.2016	DOU de 25.mai.2016	07.jan.2016	25.mai.2016

UNIDADE JURISDICIONADA		UG 110279 – SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA - SEPROD			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA BASÍLIO			CPF:	049.977.126-55
Endereço Residencial:	CONDOMÍNIO VIVENDAS BELA VISTA – CASA: 40 – GRANDE COLORADO - SOBRADINHO				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	73105-909
Telefone:	61-991876330	Fax:	-	e-Mail:	FLAVIO.BASILIO@DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO DE PRODUTOS DE DEFESA				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	

ROL DE RESPONSÁVEIS

Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. 1104 CC, de 17.jun.2016	DOU DE 17JUN2016			17.junho.2016	31.dezembro.2016

UNIDADE JURISDICIONADA		UG 110279 – SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA - SEPROD			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	JOSE AUGUSTO CREPALDI AFFONSO			CPF:	04097117807
Endereço Residencial:	Estrada do Galeão 3300 – Ilha do Governador				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	21941-352
Telefone:	21-35459458	Fax:	-	e-Mail:	crepaldijaca@fab.mil.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO - SUBSTITUTO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO DE PRODUTOS DE DEFESA				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. 1039 MD, de 05.mai.2015	DOU DE 06.mai.2015			1º.JAN.2016	31.DEZ 2016

ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA		UG 110277 – SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	RICARDO MACHADO VIEIRA			CPF:	715.501.438-91
Endereço Residencial:	AV. ARAUCÁRIAS, 4530 – BLOCO: “F” – APTO: 2702				
Cidade:	ÁGUAS CLARAS	UF:	DF	CEP:	71.936-250
Telefone:	61-991986082	Fax:	-	e-Mail:	RICARDO.MACHADO @DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Port. Nº 1731-CC, de 17.dez.2015	DOU de 18.dez.2015			1º.jan.2016	31.dez.2016

UNIDADE JURISDICIONADA		UG 110277 – SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	HERVAL LACERDA ALVES			CPF:	603.592.345-34
Endereço Residencial:	RUA: 21 NORTE – LOTE:6 – BLOCO: “B” – APTO:601				
Cidade:	ÁGUAS CLARAS	UF:	DF	CEP:	71915-750
Telefone:	61-2023-5209	Fax:	-	e-Mail:	HERVAL.ALVES @DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO - SUBSTITUTO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO - SUBSTITUTO				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Port. Nº 2.044 - MD, de 15.ago.2014	DOU de 15.ago.2014			1º.jan.2016	31.dez.2016